

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SIMONY RAFAELI QUIRINO

**PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E OS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO: UM
ESTUDO SOBRE AS LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDOs) DOS
MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA**

CURITIBA
2012

SIMONY RAFAELI QUIRINO

**PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E OS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO: UM
ESTUDO SOBRE AS LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDOs) DOS
MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora,
como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Educação, do Programa de Pós-
Graduação em Educação, do Setor de Educação,
da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Barbosa Gouveia.

CURITIBA
2012



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Dissertação de **SIMONY RAFAELI QUIRINO** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, DR^a ANDRÉA BARBOSA GOUVEIA, DR^a NALÚ FARENZENA, DR. PAULO VINÍCIUS BAPTISTA DA SILVA e DR. MARCOS EDGAR BASSI, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **“PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E OS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE AS LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDOS) DOS MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA”**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR ^a ANDRÉA BARBOSA GOUVEIA		Aprovada
DR ^a NALÚ FARENZENA		Aprovada
DR. PAULO VINÍCIUS BAPTISTA DA SILVA		Aprovada
DR. MARCOS EDGAR BASSI		Aprovada

Curitiba, 29 de março de 2012.

Prof^a Dr^a Maria Tereza Carneiro Soares
Decana do Programa de Pós-Graduação em Educação

*Ao Eduardo por todo apoio,
compreensão e companheirismo.*

Aos meus pais... Por tudo que sou!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu a vida e por ter me proporcionado paciência e confiança nos momentos em que mais precisei durante este trabalho.

À professora Andréa, minha orientadora de mestrado, por todo apoio, confiança e orientação nas inúmeras vezes em que precisei.

Aos professores Marcos Edgar Bassi e Paulo Vinícius Baptista da Silva, membros da banca de qualificação e defesa, que muito contribuíram para o delineamento e realização deste trabalho.

À professora Nalú Farenzena, membro da banca de defesa, pelas importantes contribuições que enriqueceram este trabalho.

À CAPES, por me dar condições de realização dessa pesquisa, bem como por me proporcionar a participação em muitos eventos.

Ao PPGE – UFPR, pela possibilidade de realizar esse grande sonho.

Aos servidores das prefeituras municipais, por disponibilizarem as LDOs dos municípios.

Aos meus queridos professores de graduação, especialização e mestrado que em muito contribuíram para a minha formação e, principalmente, pelo incentivo a realização deste sonho. Em especial Rose Meri Trojan, Taís Moura Tavares e Ângelo Ricardo de Souza.

Aos colegas de mestrado: Juliana, Ana Paula, Ludimar, Alda, Cíntia, Wellington e Marcolino pela discussão, amizade, ideias e, principalmente, pelas conversas nos momentos de desespero e dúvidas.

Aos colegas do doutorado pelas discussões nas disciplinas em conjunto. Em especial a minha querida amiga Isabeli que por vezes me tirou dúvidas e leu alguns dos meus trabalhos.

Aos colegas de trabalho, em especial, à diretora da escola Mari Bete Ravaglio, que nunca hesitou em me ajudar nos momentos em que mais precisava.

Ao Eduardo por toda a paciência e, principalmente, por entender minha ausência em muitos momentos, bem como por ter atuado como meu motorista particular nas inúmeras vezes que tive que ir até a Universidade e na minha peregrinação pelos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba em busca das LDOs.

À minha família e amigos pela paciência nos momentos em que eu pedia silêncio na casa e, principalmente, pela minha ausência em muitos lugares. Um agradecimento especial à minha mãe que a todo o momento me levava lanchinhos enquanto eu estudava e por entender que a sala, o meu quarto e o quarto dela viraram escritório.

Enquanto o que é público permanecer em segredo, o cidadão continuará destituído dos instrumentos necessários para exercer sua plena cidadania (CULAU e FORTIS, 2006, p. 14).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o tratamento oferecido ao tema da educação nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) dos municípios que compreendem o primeiro anel metropolitano de Curitiba, nos anos 2001, 2006, 2007 e 2009. Para isso, verifica, inicialmente, como ocorre a apresentação das metas para a educação nestas leis, procurando observar as mudanças introduzidas durante os anos analisados e o tratamento oferecido as mesmas, bem como evidenciar se as LDOs foram sendo aprimoradas no que se refere à transparência desses dados. Em seguida, realiza a análise das metas planejadas para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental – séries iniciais, por meio de categorias (merenda, transporte, imóveis, infraestrutura, ações, programas, convênios, profissionais da educação e materiais didáticos e afins), procurando demonstrar as diferenças e as semelhanças no tratamento dessas metas nos anos correspondentes ao período do FUNDEF (2001 e 2006) e nos anos referentes ao período do FUNDEB (2007 e 2009). Além disso, seleciona dois municípios que apresentam formas distintas de tratamento das metas para a educação para serem analisados de forma mais detalhada por meio de entrevistas com os responsáveis pela elaboração das LDOs. Pode-se afirmar que as metas para a educação são organizadas nestas leis de diferentes formas e que existem alguns problemas na apresentação das mesmas, dificultando o seu acompanhamento. Por outro lado, verificou-se uma agenda educacional dos municípios no que se refere a algumas metas e observou-se em alguns municípios a preocupação com a captação de recursos extras, cuja fonte principal de recursos indicada foi o FNDE por meio de seus programas. No que se refere aos efeitos da política de fundos na definição destas metas, observou-se que o FUNDEF provocou pouco impacto, pois a focalização do Ensino Fundamental limitou-se a poucas metas, não houve priorização apenas dos profissionais do magistério no que se refere à capacitação, apenas um município previu meta de capacitação para professores leigos, poucos municípios previram metas relacionadas aos conselhos do FUNDEF e não houve o planejamento de metas relacionadas à valorização salarial dos professores. O mesmo acontecendo nas LDOs referentes ao período do FUNDEB, pois apesar de verificarmos a predominância de metas para ambas as etapas e o planejamento de metas relacionadas à capacitação dos profissionais da educação, apenas um município apresentou meta de planos de carreira, poucos municípios apresentaram metas de convênios para a Educação Infantil e não houve o planejamento de metas relacionadas à valorização salarial dos professores e aos conselhos do FUNDEB. Também não se observou diminuição de metas nos anos em que alguns municípios perderam recursos com os fundos. A análise dos casos específicos nos permitiu verificar que o processo de elaboração das LDOs precisa ser aberto à participação popular e no caso da definição de metas para a educação, principalmente, ao CACS FUNDEB. Além disso, nos faz enfatizar a necessidade dos municípios do primeiro anel metropolitano atualizarem seus sites e disponibilizarem as LDOs juntamente com seus anexos, o que facilitará o controle social e a realização de futuras pesquisas envolvendo as LDOs como fonte de dados.

Palavras-chave: Planejamento Orçamentário. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Metas para a educação. Recursos para a educação.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the treatment offered to the theme of education in the Budget Guidelines Law (LDOs) of the municipalities that comprise the first metropolitan ring of Curitiba, in the years 2001, 2006, 2007 and 2009. To do so, it examines, initially, as it occurs the presentation of the goals for education in these laws, seeking to observe the changes introduced during the years analyzed and the treatment offered to them, as well as making clear if LDOs have been improved as regards to the transparency of these data. Forthwith, it performs the analysis of planned goals for kindergarten and elementary school - lower grades by means of categories (light meals, transportation, real estate, infrastructure, actions, programs, partnerships, education professionals and educational materials and all purpose) seeking to demonstrate the differences and similarities in the treatment of these goals in the corresponding years for the period of FUNDEF (2001 and 2006) and in the year for the period of FUNDEB (2007 and 2009). Besides, it selects two cities that introduced different forms of treatment goals for education to be analyzed in more detail through interviews with those responsible for the preparation of LDOs. It can be affirmed that the goals for education in these laws are organized in different ways and there are some problems in their presentation, making it difficult to follow. On the other hand, it has been verified an educational agenda of the municipalities in relation to some goals and there was concern in some municipalities with extra fundraising, whose main source of funds indicated was the ENDF through their programs. As regards to the effects of funds in the policy definition of those targets, was observed that FUNDEF caused a little impact, because the focusing of the elementary school limited itself to a few targets, there hasn't been priority only to the professional teaching with regard to training, only one municipality predicted target for training lay teachers, a few municipalities predicted targets related to councils FUNDEF and there was no planning goals related to the enhancement of teachers' salaries. The same happened in LDOs regarding to the period of FUNDEB, because although we have verified the predominance of goals for both phases and planning goals related to training of education professionals, only one municipality presented plans to target career, a few municipalities presented goals agreements for the kindergarten and there was no planning goals related to the enhancement of teachers' salaries and advice FUNDEB. Also it hasn't been observed reduction targets in the years that some municipalities have lost resources to the funds. The analysis of individual cases allowed us verify that the process of preparation of LDOs needs to be open to popular participation and in the case of setting goals for education, especially at the CACS FUNDEB. Furthermore, we do emphasize the need of the municipalities of the first metropolitan ring update their sites and to provide the LDOs with its attachments, which will facilitate social control and performance of future researches involving the LDOs as a data source.

Keywords: Budget Planning. Budget Guidelines Law. Goals for education. Resources for education.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PRAZOS PARA ENCAMINHAMENTO DOS PPAs NO ESTADO DO PARANÁ E NOS MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA	33
QUADRO 2 – PRAZOS PARA ENCAMINHAMENTO DAS LDOs NO ESTADO DO PARANÁ E NOS MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA	38
QUADRO 3 – PRAZOS PARA ENCAMINHAMENTO DAS LOAs NO ESTADO DO PARANÁ E NOS MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA	40
QUADRO 4 – O QUE SÃO E O QUE NÃO SÃO DESPESAS EM MDE	50
QUADRO 5 – FONTES DE RECURSOS QUE COMPÕEM O FUNDEF	59
QUADRO 6 – NÚMERO MÍNIMO DE MEMBROS DOS CACS FUNDEF	60
QUADRO 7 – FUNDEB: FONTES E PERCENTUAIS	70
QUADRO 8 – CRITÉRIOS DE COMPOSIÇÃO DOS CACS FUNDEB	72
QUADRO 9 – DADOS SOBRE A CRIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA	82
QUADRO 10 – DADOS TERRITORIAIS E POPULACIONAIS DOS MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA	84
QUADRO 11 – DADOS ECONÔMICOS E DESPESAS COM EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA	85

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO CUSTO-ALUNO (FUNDEF) DAS QUATRO PRIMEIRAS SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL	63
TABELA 2 – DIFERENÇAS ENTRE O VALOR ENVIADO E RECEBIDO DO FUNDEF/FUNDEB, VALORES REAIS ATUALIZADOS PELO INPC PARA DEZEMBRO DE 2009	77
TABELA 3 – NÚMERO DE MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS NOS MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANOS DE CURITIBA, ANOS 2001 E 2009	86
TABELA 4 – NÚMERO DE MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS NOS MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA, ANOS 2001 E 2006	86
TABELA 5 – NÚMERO DE MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS NOS MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA, ANOS 2007 E 2009	87
TABELA 6 – NÚMERO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA, ANOS 2001 E 2009	88
TABELA 7 – NÚMERO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA, ANOS 2001 E 2006	89
TABELA 8 – NÚMERO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA, ANOS 2007 E 2009	90

LISTA DE SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

APMs - Associações de Pais e Mestres

APFs – Associação de Pais e Funcionários

APPFs – Associação de Pais, Professores e Funcionários

APPS - Associações de Pais, Professores e Servidores

CF – Constituição Federal

CACS - Conselhos de Acompanhamento e Controle Social

CADI - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil

CAIC - Centro de Atendimento Integral a Criança

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior

CEPA - Comissão de Estudos e Projetos Administrativos

CME - Conselho Municipal de Educação

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CMEIs – Centros Municipais de Educação Infantil

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

EC – Emenda Constitucional

EM – Exposição de Motivos

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FPE - Fundo de Participação dos Estados

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPlexp - Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional as exportações

IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

ITCMD - Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer bens ou direitos

ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

LC – Lei Complementar

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LDOs – Leis de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

LOAs – Leis Orçamentárias Anuais

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

MEC - Ministério da Educação

MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

ONGs - Organizações Não Governamentais

PAED - Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos

PAR - Plano de Ações Articuladas

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PECs – Propostas de Emendas Constitucionais

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDRAE - Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PIB – Produto Interno Bruto

PNAC - Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creche

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar

PNBE - Programa Nacional Biblioteca na Escola

PNLA - Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PNLEM - Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio

PPA - Plano Plurianual

PPAs – Planos Plurianuais

PT - Partido dos Trabalhadores

PTA – Plano de Trabalho Anual

PTAs - Planos de Trabalhos Anuais

PROINFO - Programa Nacional da Informática na Educação

RMC - Região Metropolitana de Curitiba

SEED - Secretaria de Estado da Educação do Paraná

TCU - Tribunal de Contas da União

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UEL - Universidade Estadual de Londrina

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

VAF - Valor Adicionado Fiscal

LISTA DE ABREVIATURAS

EF – Ensino Fundamental

EI – Educação Infantil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
 CAPÍTULO 1. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	23
1.1 O ORÇAMENTO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	23
1.2 A PADRONIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS	28
1.3 A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA	31
1.3.1 Lei do Plano Plurianual	32
1.3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias	34
1.3.3 Lei Orçamentária Anual	39
1.3.4 Controle e Fiscalização da Proposta Orçamentária	41
1.4 A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	44
1.4.1 A transparência pública na legislação	46
 CAPÍTULO 2. REGRAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	49
2.1 O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL	49
2.1.1 Recursos do FNDE	51
2.2 POLÍTICA DE FUNDOS – O FUNDEF	55
2.2.1 Regulamentação e funcionamento	58
2.2.2 Virtudes e problemas	61
2.3 PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO FUNDEF PARA O FUNDEB	65
2.4 O FUNDEB	67
2.4.1 Regulamentação e funcionamento	69
2.4.2 FUNDEB X FUNDEF: semelhanças, diferenças, avanços e retrocessos	74
2.4.3 Quem ganha e quem perde com os fundos no primeiro anel metropolitano de Curitiba	77
 CAPÍTULO 3. AS METAS PARA A EDUCAÇÃO NAS LDOs DOS MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA	80
3.1 CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	80
3.1.1 Municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba	82
3.2 AS METAS PLANEJADAS PARA A EDUCAÇÃO NAS LDOs	90

3.3 METAS PLANEJADAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E A EDUCAÇÃO INFANTIL	99
3.3.1 Metas relacionadas à categoria merenda	99
3.3.2 Metas relacionadas à categoria transporte	101
3.3.3 Metas relacionadas à categoria imóveis	104
3.3.4 Metas relacionadas à categoria infraestrutura	110
3.3.5 Metas relacionadas à categoria ações	114
3.3.6 Metas relacionadas à categoria programas	121
3.3.7 Metas relacionadas à categoria convênios	124
3.3.8 Metas relacionadas à categoria profissionais da educação	126
3.3.9 Metas relacionadas à categoria materiais didáticos e afins	133
3.4 OS CASOS DE FAZENDA RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	136
3.5 O TRATAMENTO DAS METAS PARA A EDUCAÇÃO NAS LDOs	141
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 155
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 159
 APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevista aos responsáveis pela elaboração das LDOs nos municípios de Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais	 172
 APÊNDICE 2 – Quadros com a tabulação das metas planejadas para o Ensino Fundamental séries iniciais e para a Educação Infantil nas LDOs dos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba	 177

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema “financiamento da educação”, motivador deste trabalho, surgiu, no ano de 2007, quando ainda era estudante do curso de pedagogia e trabalhava na Secretaria de Educação do Município de Fazenda Rio Grande.

Entre as minhas tarefas na referida Secretaria estava a de realizar solicitações de compras de materiais para as escolas municipais e para a própria Secretaria, tendo que trabalhar com o orçamento da educação, sem ao menos entender o que significava FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, salário educação, gastos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, recursos vinculados, recursos livres, etc.

Neste mesmo momento cursava o 4º ano do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná - UFPR e ficava muito atenta às aulas do Professor Doutor Ângelo Ricardo de Souza, na disciplina de políticas e planejamento da educação no Brasil, na qual conseguia articular as minhas angústias relacionadas ao trato com o financiamento da educação na prática e o que este realmente representava.

Conforme as aulas iam passando me interessava cada vez mais pelo tema, tanto que no final daquele ano, me candidatei a uma vaga no curso de especialização em Políticas Públicas Educacionais da UFPR, com o intuito de aprofundar meus conhecimentos sobre o financiamento da educação.

No ano seguinte, iniciei na especialização e produzi minha monografia, intitulada “Impactos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF no financiamento da educação do município de Fazenda Rio Grande (1998-2006)”, sob orientação da Professora Doutora Andréa Barbosa Gouveia¹.

¹ Nesta monografia verificamos que, enquanto o FUNDEF vigorou, este foi fundamental para o município de Fazenda Rio Grande, pois levou ao incremento dos recursos destinados à educação; houve ampliação do atendimento no ensino fundamental séries iniciais; o gasto aluno-ano com recursos do Fundo no final do período quase dobrou e correspondeu à parte significativa do gasto aluno-ano geral durante todo o período analisado; ocorreu a elaboração e implantação de três planos de carreira do magistério municipal; a melhora da qualificação dos professores e reposição salarial. Contudo, também, observamos que o FUNDEF não garantiu a superação de um município em

No ano em que conclui a especialização (2009), participei do processo seletivo para o mestrado em educação da UFPR, na linha de pesquisa políticas educacionais, com o intuito inicial de ampliar o estudo sobre o município de Fazenda Rio Grande, pesquisando sobre os impactos do FUNDEB no financiamento da educação deste município.

Contudo, a partir das discussões das disciplinas e principalmente pelo fato de atuar no ano de 2010 como bolsista na pesquisa “Políticas Educacionais e qualidade de ensino: as relações entre o investimento financeiro em educação, as condições de qualidade e o perfil da demanda educacional e o desempenho estudantil no estado do Paraná²”, tal projeto de pesquisa foi sendo ampliado e remodelado.

Dessa transformação resultou o tema sobre o qual me debrucei nesta dissertação: o planejamento orçamentário e os recursos para a educação a partir de um estudo sobre as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) dos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba³.

A análise dos orçamentos, segundo Silva (2008), proporciona verificar a qualidade da ação pública em termos de formulação, decisão, gestão e implementação de políticas, programas e ações.

O orçamento público, segundo Vian, Mello e Boeira (2002, p. 14), é um instrumento que expressa, para um exercício financeiro, as políticas, os programas e os meios de seu financiamento, bem como é um plano de trabalho de governo, que

condições de pobreza, pois o gasto aluno-ano de uma forma geral ainda era baixo e o salário dos professores neste município era considerado um dos menores da Região Metropolitana de Curitiba (QUIRINO, 2009).

² Pesquisa financiada pelo programa Observatório da Educação/INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, tendo como objetivo relacionar o investimento em educação com os resultados/desempenho estudantil, buscando perceber as dimensões que permeiam a transposição do investimento em qualidade de ensino. Iniciada no ano de 2007 pelo Núcleo de Política, Gestão e Financiamento da Educação, contava com pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual de Londrina - UEL, Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, além de alunos de graduação e pós-graduação da UFPR e UEL.

³ Fazem parte do primeiro anel metropolitano de Curitiba os municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

discrimina os objetivos e as metas a serem alcançadas, de acordo com as necessidades locais.

Este representa a ação planejada do Estado, quer na manutenção de suas atividades, quer na execução de seus projetos, sendo o instrumento de que dispõe o Poder Público (em qualquer de suas esferas) para expressar, em determinado período, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados (PISCITELLI, TIMBÓ e ROSA, 2004, p. 42).

Assim sendo, se quisermos saber a forma como determinado ente federativo prioriza ou não determinada política pública, entre elas a educação, o termômetro é seu orçamento. Ele é o documento que o espelha, demonstrando suas prioridades, seus aspectos econômico, político e social (VIAN, MELLO e BOEIRA, 2002, p. 15).

O orçamento público, dessa forma, deixa de ser apenas uma peça de previsão das receitas e autorização das despesas públicas, um mero documento formal, para se transformar na tradução das orientações e opções políticas (Idem).

A decisão sobre os objetivos de gastos do Estado e a fonte de recursos para financiá-lo não é somente econômica, mas principalmente são escolhas políticas, refletindo a correlação de forças sociais e políticas atuantes na sociedade. Os gastos orçamentários definem a direção e a forma de ação do Estado nas suas prioridades de políticas públicas (OLIVEIRA, 2001 *apud* SALVADOR, 2010, p. 179).

Por isso a importância e a necessidade, segundo Gouveia (2002, p. 20), de publicizar o Estado, sendo uma dimensão fundamental a se tornar transparente e passível de publicidade, a questão do orçamento. Pois, compreender o papel do orçamento público permite compreender as disputas políticas em torno da aprovação dos orçamentos municipais, estaduais e federal.

Salvador (2010, p. 172) destaca, ainda, que o estudo do orçamento deve ser considerado como um elemento importante para compreender a política social, pois este reflete a correlação de forças sociais e os interesses envolvidos na apropriação dos recursos públicos, bem como a definição de quem vai arcar com o ônus do financiamento dos gastos orçamentários. E esse dimensionamento, segundo o autor, permite compreender e mensurar a importância dada a cada política pública no contexto histórico da conjuntura econômica, social e política vivenciada no país.

Frente ao exposto, destaca-se a importância da realização de estudos relacionando o orçamento público com a educação, procurando observar se esta

vem sendo priorizada ou não e de que forma seus recursos estão sendo planejados e direcionados.

Em levantamento realizado por Quirino (2011), a partir do Banco de Teses da CAPES, demonstrou-se que ainda são poucos os estudos que relacionam estes temas diretamente e destes, a metade, relacionava-se ao ensino superior (CALIL, 2000; FRANCISCO, 2005; CASTRO, 2005 e ARAÚJO, 2009) e os demais relacionavam diferentes temáticas. Carvalho (1990) analisou propostas de ampliar a eficiência na distribuição do orçamento público entre os diferentes níveis da educação. Wagner (2001) verificou uma série histórica de 14 anos dos dispêndios da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, procurando abordar diversos aspectos, entre eles, a desmitificação do orçamento público. Morgado (2005) analisou o perfil do processo de financiamento e orçamentação do ensino médio na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. E, Silva (2008) verificou a construção do direito à educação no município de Santo André, nas décadas de 50 a 70, a partir da análise dos orçamentos municipais.

Sendo necessário, dessa forma, a realização de mais estudos envolvendo tais temáticas. Neste sentido, a presente pesquisa tem por objetivo analisar qual é o tratamento que tem sido oferecido ao tema da educação nas Leis de Diretrizes Orçamentárias dos municípios que compreendem o primeiro anel metropolitano de Curitiba, incluindo a capital, nos anos 2001, 2006, 2007 e 2009.

Tendo em vista o objetivo da pesquisa, pretende-se verificar o que há de comum e de divergente nestas LDOs e discutir questões como: Qual a qualidade das LDOs no que se refere à transparência dos dados explicitados nas metas direcionadas a educação? Qual é a agenda educacional dos municípios expressas nas LDOs? É possível identificar municípios que tenham perfis diferentes ou iguais? As LDOs expressam um planejamento de metas para a educação ou apenas as repetem ano a ano? Quais os temas que se repetem e refletem aquilo que os municípios não têm conseguido resolver? Que polêmicas estão expressas nas metas para a educação nas LDOs? É possível verificar os efeitos da política de fundos na definição das metas para a educação nas LDOs? É possível verificar o planejamento do acesso a outras fontes de recursos nas metas para a educação?

É importante ressaltar que a elaboração do orçamento público no Brasil obedece a um ciclo integrado ao planejamento de ações que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, compreendem o Plano Plurianual - PPA, a Lei de

Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA, contudo a opção pela análise apenas das LDOs, nesta pesquisa, relaciona-se ao fato de procurarmos verificar como ocorre o tratamento das metas para a educação em alguns anos específicos e pela LDO ser a lei que define as diretrizes e metas para os orçamentos anuais atuando como uma “ponte” entre as diretrizes gerais definidas no PPA e o que realmente será efetivado na LOA.

Além disso, cabe destacar que a escolha dos anos de análise refere-se ao fato de procurarmos demonstrar as diferenças e semelhanças no tratamento dessas metas em anos correspondentes ao período do FUNDEF (2001 e 2006) e em anos referentes ao período do FUNDEB (2007 e 2009). Fundos estes que possuem características próprias e que podem influenciar na definição das metas para a educação nas LDOs analisadas.

O caminho proposto a percorrer com a pesquisa foi iniciado com o levantamento e coleta das LDOs dos municípios por meio dos seus *sites* oficiais, bem como via solicitação formal junto às prefeituras. Cabe destacar que este levantamento não foi uma tarefa fácil e resultou numa peregrinação da autora entre os municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba. Isso porque muitos municípios disponibilizavam apenas as leis nos seus *sites* e não os anexos das mesmas. Como a análise da pesquisa recaía sobre o anexo de metas e prioridades para a educação foi necessária a visita aos municípios para tirar cópias dos mesmos. Mesmo assim não se conseguiu todos os dados referentes a alguns municípios.

Na sequência, verificou-se como ocorria a apresentação das metas para a educação nas LDOs, procurando observar as mudanças introduzidas durante os anos analisados no tratamento destas metas e evidenciar se estas leis foram sendo aprimoradas no que se refere à transparência dos dados.

Em seguida, procurando conhecer qual era a agenda educacional dos municípios expressas nessas LDOs para a Educação Infantil - EI e para o Ensino Fundamental - EF séries iniciais realizou-se o mapeamento e análise das metas planejadas para estas etapas da educação. Para realizar tal mapeamento foram criadas categorias que tiveram seus temas definidos pelo grau de incidência dos mesmos nas metas planejadas nas LDOs. Assim sendo, trabalhamos com as categorias merenda, transporte, imóveis, infraestrutura, ações, programas, convênios, profissionais da educação e materiais didáticos e afins. Além disso, ao

final de cada categoria procurou-se demonstrar as diferenças e semelhanças no tratamento dessas metas nos anos correspondentes ao período do FUNDEF (2001 e 2006) e nos anos referentes ao período do FUNDEB (2007 e 2009) levando em consideração as características próprias de cada Fundo.

Posteriormente selecionou-se dois municípios que por apresentarem formas distintas de tratamento das metas para a educação foram analisados de forma mais detalhada por meio de entrevistas (apêndice 1) com os responsáveis pela elaboração das LDOs nestes municípios. A intenção era situar melhor a prática da elaboração das LDOs e do processo de definição das metas para a educação nesses municípios.

Para tanto, a pesquisa se organiza trazendo, inicialmente, a discussão de como se estabelece a legislação orçamentária e a forma como a LDO se insere nesse contexto. São demonstradas as modificações introduzidas à temática do orçamento nas Constituições brasileiras e como ocorreu a padronização dos orçamentos por meio das leis infraconstitucionais. Também se descreve como ocorre a elaboração da proposta orçamentária anual e o controle e fiscalização da mesma. Além disso, realiza-se uma discussão sobre transparência pública.

No segundo capítulo, explicitam-se as regras de financiamento da educação, especialmente as direcionadas à educação municipal e realiza-se uma diferenciação entre o FUNDEF e o FUNDEB enfatizando suas características.

O terceiro capítulo encontra-se dividido em duas partes: a primeira procura caracterizar os municípios que compreendem o primeiro anel metropolitano de Curitiba e a segunda traz todas as análises referentes às LDOs.

CAPÍTULO 1

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Para discutir sobre a distribuição dos recursos públicos, inclusive os direcionados à educação, é preciso compreender como se definem os gastos no orçamento, ou seja, como se estabelece a legislação orçamentária.

Procurando atender a esse objetivo, o presente capítulo demonstra inicialmente as modificações introduzidas à temática do orçamento nas Constituições brasileiras e como ocorreu a padronização dos orçamentos por meio das leis infraconstitucionais. Em seguida, descreve como ocorre a elaboração da proposta orçamentária anual e o controle e fiscalização da mesma. Finaliza-se o capítulo com uma discussão sobre transparência pública.

1.1. O ORÇAMENTO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Giacomoni (2009, p. 40) destaca que é com a vinda do rei D. João VI que se iniciou no Brasil um processo de organização de suas finanças. O autor destaca que a abertura dos portos trouxe a necessidade de maior disciplinamento na cobrança dos tributos aduaneiros e, que em 1808, foram criados o Erário Público (Tesouro) e o regime de contabilidade.

Porém, ressalta o autor que é apenas na Constituição Imperial de 1824 que surgem as primeiras exigências no sentido da elaboração de orçamentos formais por parte das instituições imperiais.

Em seu artigo 172, a Lei Magna estabelecia:

O ministro de Estado da Fazenda, havendo recebido dos outros ministros os orçamentos relativos às despesas das suas repartições, apresentará na Câmara dos Deputados anualmente, logo que esta estiver reunida, um balanço geral da receita e despesa do Tesouro Nacional do ano antecedente, e igualmente o orçamento geral de todas as despesas públicas do ano futuro e da importância de todas as contribuições e rendas públicas.

Esse dispositivo, avançado para a época, teve dificuldade de ser implementado nos primeiros anos. Assim, conforme Giacomoni (2009, p. 40), há uma divergência entre os autores quanto ao estabelecimento da primeira lei orçamentária brasileira.

Com a Constituição de 1891, que se seguiu à Proclamação da República, houve importante alteração na distribuição das competências em relação ao

orçamento. A elaboração do mesmo passou a ser função privativa do Congresso Nacional, assim como a tomada de contas do Executivo. Além disso, visando auxiliar o Congresso no controle, a Constituição instituiu um Tribunal de Contas e para o cumprimento do dispositivo constitucional, os parlamentares tiveram de decidir qual das duas casas do Congresso passaria a elaborar o orçamento e a Câmara dos Deputados assumiu a iniciativa (GIACOMONI, 2009, p. 41).

O país ultrapassou as duas primeiras décadas do século XX sem maiores novidades na questão da organização das finanças públicas. Somente em 1922, por ato do Congresso Nacional, foi aprovado o Código de Contabilidade da União. Tal norma e seu regulamento, de acordo com Giacomoni (2009, p. 42), constituíram importante conquista técnica, pois possibilitou ordenar toda a gama imensa de procedimentos orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais, que já caracterizavam a gestão em âmbito federal. Além disso, conforme o autor, o referido código formalizou o que informalmente já acontecia ao estabelecer que o Executivo fornecesse ao Legislativo todos os elementos para que esse exercitasse sua atribuição de iniciar a feitura da lei orçamentária.

A Revolução de 1930 representou o rompimento com o passado e a proposta de nova ordem em inúmeros aspectos, inclusive na modernização do aparelho do Estado. Giacomoni (2009, p. 43) destaca que a autonomia dos Estados e o federalismo da Constituição de 1891 cederam lugar à centralização da maior parte das funções públicas na área federal.

Essa nova realidade tomou corpo na Constituição de 1934. Nela, segundo o autor, o orçamento é tratado com certo destaque, sendo classificado em uma seção própria. A competência da elaboração da proposta orçamentária é atribuída ao presidente da República e o Legislativo encarregava-se da votação do orçamento e do julgamento das contas do presidente, contando para tal com o auxílio do Tribunal de Contas. Além disso, a Constituição não colocou limitações ao poder de emendas ao orçamento por parte dos legisladores, caracterizando assim a coparticipação dos dois poderes na elaboração desta lei.

Num regime fortemente autoritário, que caracterizava o Estado Novo, gerador da Constituição de 1937, a elaboração orçamentária foi tratada com destaque, merecendo um capítulo especial com seis artigos. Segundo essas disposições, a proposta orçamentária seria elaborada por um departamento administrativo a ser criado junto à Presidência da República e votada pela Câmara

dos Deputados e pelo Conselho Federal. Contudo, de acordo com Giacomoni (2009, p. 43) a verdade é que essas duas câmaras legislativas nunca foram instaladas e o orçamento federal foi sempre elaborado e decretado pelo chefe do Executivo.

No que se refere aos Estados e Municípios, já em 1939, o regime estadonovista liquidou com o que restava de autonomia ao transferir ao presidente da República a prerrogativa de nomear os governadores estaduais (Interventores) e a esses a nomeação dos prefeitos. A mesma lei determinou a criação, em cada Estado, de um Departamento Administrativo, integrado por membros nomeados pelo presidente da República. Entre outras atribuições, tal Departamento aprovava os projetos de orçamento do Estado e dos Municípios, bem como fiscalizava a execução dos mesmos (GIACOMONI, 2009, p. 44).

Com a redemocratização do país, fruto da Constituição de 1946, o Executivo elaborava o projeto de lei de orçamento e o encaminhava para discussão e votação nas casas legislativas. Com o intuito de emenda, os legisladores coparticipavam da elaboração orçamentária. Os dispositivos constitucionais sobre o orçamento consagravam certos princípios básicos como a unidade, universalidade, exclusividade e especialização, além de evidenciar, de forma mais clara, o papel do Tribunal de Contas (Idem).

O regime que derivou do golpe de 1964 assumiu características marcadamente autoritárias, com reflexos no equilíbrio de poder entre o Executivo e o Legislativo, em especial na questão das competências no processo orçamentário. A Constituição de 1967 encerrou a primeira fase do regime. Nela, segundo Giacomoni (2009, p. 44), deu-se especial relevância ao orçamento, disciplinando-o por meio de oito artigos e inúmeros parágrafos. Novas regras e princípios foram incorporados aos processos de elaboração e fiscalização orçamentárias, o primeiro sendo estendido aos Estados. A grande novidade, porém, residiu na retirada de prerrogativas do Legislativo quanto à iniciativa de leis ou emendas que criassem ou aumentassem despesas, inclusive emendas ao projeto de lei do orçamento.

Nova crise política determinou o início da segunda etapa do regime, originando a Emenda Constitucional n.º 1/69. Tal Emenda alterou em muitos aspectos a Constituição de 1967, mantendo, no entanto, os dispositivos sobre o orçamento, inclusive o que limitava a capacidade de iniciativa do Legislativo em leis que gerassem despesas e em emendas ao orçamento quando de sua discussão (GIACOMONI, 2009, p. 45).

Os anos oitenta iniciaram com muitas pressões no campo político com vistas à distensão do regime autoritário e à abertura institucional. O agravamento da crise econômica no período 1982-83, de acordo com Giacomoni (2009, p. 45), evidenciou a fragilidade da base política do governo e abriu espaço para campanhas de forte conteúdo popular, como a das eleições diretas para presidente da República e a da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Doimo (1995, p. 194) descreve que desde o início de 1985, plenários, comitês e movimentos pró-participação popular na Assembleia Nacional Constituinte – organizações voltadas especificamente para o processo constituinte, formadas em torno de sindicatos, organizações religiosas, movimentos de moradores e associações profissionais existentes – passaram a reunir-se visando assegurar mecanismos diretos de participação na elaboração da Carta Constitucional. Organizados em vários estados e cidades, estes movimentos pró-participação popular na Constituinte montaram uma secretaria nacional de coordenação e foram assessorados por Organizações Não Governamentais - ONGs.

No Rio de Janeiro, formou-se o Movimento Nacional pela Constituinte e foi lançado, em 1985, o Projeto Educação Popular Constituinte pelo CEDAC, CEDI, CPO, CPT, FASE, IBASE, ISER e SEP (Caldeira, 1988); em São Paulo, formou-se o primeiro Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, em 1985; no mesmo ano, o Movimento Gaúcho Pró-Constituinte (RS), o Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte (MG) e o Movimento Paranaense Pró-Participação Popular na Constituinte (PR); no ano seguinte, em Pernambuco, vários movimentos se juntaram no Movimento Unificado Constituinte Popular; e, no Amapá, organizou-se o Plenário Popular Pró-Constituinte. Comitês foram organizados em Americana, Campinas, Guarulhos (SP), Juiz de Fora (MG), Vila Velha (ES), Volta Redonda (RJ) e outras cidades no interior de vários estados. Em 1986, foi criado um Plenário Nacional como instância organizativa nacional, o qual desapareceu dando lugar à Articulação Nacional de Entidades e, posteriormente, à Frente Nacional de Entidades Democráticas, Sindicais e Populares (FASE, 1988) (DOIMO, 1995, p. 194).

Finalmente, em março de 1987, o regimento interno da Constituinte abriu a possibilidade de apresentação de emendas de iniciativa popular, estabelecendo por meio do artigo 24 que a subscrição de cada emenda deveria ser realizada por 30 mil eleitores ou mais e a organização da mesma por no mínimo três entidades associativas legalmente constituídas que se responsabilizariam pela idoneidade das assinaturas.

Formaram-se, então, conforme Doimo (1995, p. 194), fóruns reunindo entidades ligadas a temáticas e políticas específicas e encaminharam-se as campanhas de coleta de assinaturas das inúmeras emendas populares.

O processo da Constituinte nutriu-se de valores e provisões que promoveram a incorporação da participação na nova Constituição. No bojo da nova Carta, o conceito de democracia adotado não se limitou ao restabelecimento de eleições para presidente, governadores e prefeitos, prevendo, conforme Vitale (2004, p. 240), a participação direta dos cidadãos nas decisões públicas.

No que se refere ao tema orçamentário, Giacomoni (2009, p. 45) destaca que o mesmo mereceu grande atenção dos constituintes, pois era visto como símbolo das prerrogativas parlamentares perdidas durante o período autoritário.

A Constituição Federal - CF de 1988 trouxe diretrizes inovadoras de grande significado para a gestão pública. Em primeiro lugar, cabe destacar a criação dos novos instrumentos: o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias. Com os novos instrumentos, conforme Giacomoni (2009, p. 215), valoriza-se o planejamento, as administrações obrigam-se a elaborar planos de médio prazo e estes mantêm vínculos estreitos com os orçamentos anuais. Em segundo lugar, ao definir detalhadamente a composição da lei orçamentária anual, a Constituição criou condições objetivas para a efetiva observância do princípio da universalidade, ou seja, a inclusão de todas as receitas e despesas no processo orçamentário comum. O orçamento anual passou, efetivamente, a demonstrar todo o fluxo de receitas e despesas públicas, tendo especial significado, segundo Giacomoni (Idem), o orçamento da seguridade social que submete, ao processo orçamentário geral, as receitas e despesas previdenciárias; o orçamento de investimento das empresas estatais e a vedação de realização de despesa não amparada por autorização orçamentária.

Além disso, a atual Constituição promoveu a devolução ao Legislativo da prerrogativa de propor emendas ao projeto de lei do orçamento e estabeleceu outro dispositivo de grande significado: “O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia” (CF 1988, art. 165, § 6º).

Conforme Giacomoni (2009, p. 224), buscar e valorizar, em segmento pouco conhecido e obscuro, a transparência orçamentária é o principal mérito dessa disposição constitucional, pois apesar de a maior parte dos entes federativos utilizarem, intensamente, esses mecanismos de apoio e incentivo nas diversas áreas de atividades, nunca houve, anteriormente à Constituição de 1988, efetivo interesse

em contabilizar os custos que tais favorecimentos determinam para as finanças públicas. Outro aspecto a destacar, segundo o autor, é a abrangência dada ao conceito de benefício, alcançando-o em suas várias formas de representação – tributária, financeira e creditícia.

1.2. A PADRONIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

De acordo com Giacomoni (2009, p. 46), os primeiros movimentos no sentido de padronização dos orçamentos públicos para os diversos níveis de governo foram consequência natural da centralização político-administrativa que resultou da Revolução de 1930. Segundo o autor, em 1932, ao tentar consolidar a dívida externa brasileira, o governo federal encontrou grandes dificuldades devido às diferenças de nomenclaturas e títulos, além de sérias falhas nos procedimentos contábeis em uso.

Reunidos em conferência, em 1938, os secretários estaduais de Fazenda aprovaram a resolução que atribuía ao então Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda a elaboração de estudo que conduzisse à padronização das normas e à classificação dos orçamentos dos três níveis, já para 1939. Assim sendo, em outubro de 1939 realizou-se a 1ª Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários, convocada pelo Governo Federal com o objetivo de divulgar e discutir o projeto do padrão orçamentário elaborado pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças. Comprovando a disposição de não enquadrar formalmente o orçamento da União no padrão orçamentário, o Governo Federal baixou o Decreto-lei n.º 1.804/1939⁴, aprovando o projeto oriundo da 1ª Conferência e que padronizava os orçamentos dos Estados e Municípios (GIACOMONI, 2009, p. 46 e 47).

Em 1940, realizou-se a 2ª Conferência de Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários, convocada pelo próprio Decreto-lei n.º 1.804/39, objetivando analisar os resultados da aplicação do padrão orçamentário. De acordo com Giacomoni (2009, p. 47) deste encontro saiu a nova consolidação de normas, que foram baixadas pelo Decreto-lei n.º 2.416/1940⁵, com abrangência ainda circunscrita aos Estados e Municípios.

⁴ Aprova normas orçamentárias, financeiras e de contabilidade para os estados e municípios.

⁵ Aprova a codificação das normas financeiras para os estados e municípios.

O envolvimento do país na Segunda Guerra Mundial e a redemocratização fizeram com que a 3ª Conferência, inicialmente convocada para maio de 1941, fosse realizada apenas em agosto de 1949. Tal Conferência, segundo Giacomoni (2009, p. 47), contou com a colaboração de técnicos da área federal e gerou um anteprojeto de revisão do Decreto-lei n.º 2.416/40 com modificações necessárias à sua aplicação também pela União. Essas novas normas acabaram sendo apresentadas como projeto da Câmara dos Deputados, sendo aí aprovado e encaminhado em 1952, ao Senado Federal.

A década de 50 assistiu a diversas tentativas que visavam revisar as normas financeiras cumpridas pela União. Por solicitação da Câmara dos Deputados, a Fundação Getúlio Vargas elaborou anteprojeto que dispunha sobre a elaboração, votação, execução e controle do orçamento geral da União. No ano seguinte, 1957, o mesmo grupo, em articulação com o Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP chegou a uma nova versão, a qual se fundiu com outro estudo que, paralelamente, vinha sendo elaborado pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças na forma de substitutivo ao projeto proposto pela 3ª Conferência de Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários. O produto final resultante foi adotado, com pequenas alterações, pela Comissão de Estudos e Projetos Administrativos – CEPA, que o apresentou, em 1961, em forma de anteprojeto de lei que dispunha sobre elaboração, execução e controle do orçamento da União, exclusivamente. O projeto da CEPA, extremamente tímido por não apresentar nenhum tipo de classificação funcional, acabou sendo abandonado (GIACOMONI, 2009, p.47).

Conforme Giacomoni (2009, p. 48), em decorrência das muitas solicitações e apelos, originários das mais diversas áreas, o Congresso Nacional aprovou a Lei n.º 4.320/1964⁶, resultante de inúmeras colaborações, desde o projeto da 3ª Conferência, passando pelo substitutivo elaborado pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, pela colaboração de inúmeros especialistas de diversos Estados e incorporando disposições dos manuais das Nações Unidas, particularmente a classificação econômica das transações governamentais.

⁶ Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Segundo o autor, com esta lei foi, finalmente, adotado o modelo orçamentário padrão para os três níveis de governo. Indo além da instituição de normas gerais de direito financeiro como reza sua ementa, a lei desce a particularidades, especialmente na adoção de plano de contas único para as três esferas.

De lá para cá, a prática padronizadora consagrou-se, inclusive com a atualização dos anexos da lei mediante atos administrativos. O principal deles, a Portaria n.º 9 de 1974, do então Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, introduziu a classificação funcional-programática da despesa orçamentária (GIACOMONI, 2009, p. 48).

Tal padronização foi rompida em 1981 pelo Decreto-lei n.º 1.875⁷ que facultou aos Municípios com população residente inferior a 50 mil habitantes elaborarem seus orçamentos de forma simplificada, isto é, sem a utilização do critério funcional-programático.

Apenas em 1988, a padronização foi reestabelecida pela revogação do Decreto-lei n.º 1.875, pela Lei n.º 7.675⁸, que atribui, ao Tribunal de Contas da União - TCU, a fiscalização da aplicação pelos Estados e Municípios, dos recursos transferidos pela área federal. Aparentemente, segundo Giacomoni (2009, p. 48), o TCU considerou necessária a classificação funcional-programática para o desempenho de sua tarefa fiscalizadora.

A Constituição Federal de 1988 determina que questões como: exercício financeiro, prazos, vigência, elaboração e organização dos orçamentos, normas de gestão financeira e patrimonial sejam objeto de disciplinamento por parte de lei complementar, o que determina a necessidade de reformulação da Lei n.º 4.320/1964. Giacomoni (2009, p. 48) destaca que, combinando essa exigência com outro dispositivo constitucional que define o orçamento como um dos temas em que a União e os Estados podem legislar concorrentemente, cabendo à primeira estabelecer normas gerais, é possível supor-se que o princípio da padronização orçamentária seja revisto. Uma indicação dessa tendência foi a adoção por parte da

⁷ Dispõe sobre a simplificação de normas gerais de direito financeiro aplicáveis a Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

⁸ Atribui ao Tribunal de Contas da União, a partir do exercício de 1986, a fiscalização da aplicação pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, inclusive por suas entidades da Administração Indireta e Fundações, das transferências de recursos federais.

área federal, a partir do orçamento de 1990, de uma classificação própria da despesa segundo a natureza do gasto, alterando as classificações econômicas e por elementos que vigoraram, praticamente com poucas alterações, desde a entrada em vigor da Lei n.º 4.320/64.

Giacomoni (2009, p. 53) ressalta que no decorrer da década de 90, as expectativas giraram em torno da aprovação da lei complementar prevista no artigo 165, § 9º, da Constituição Federal e que alguns projetos de lei chegaram a ser apresentados no Congresso Nacional, mas acabaram provocando pouco interesse e quase nenhum debate. De todos, o que recebeu maior atenção foi o Projeto de Lei Complementar n.º 135⁹, de 1996, elaborado por iniciativa da própria Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Contudo, o projeto encontra-se, ainda, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa¹⁰.

1.3. A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

A Lei n.º 4.320/64 define, no seu artigo 2º, que: “a Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e da despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade”.

De acordo com Giacomoni (2009), o princípio de unidade determina que o orçamento deve ser uno, isto é, cada unidade governamental deve possuir apenas um orçamento. Já o princípio de universalidade determina que o orçamento (uno) deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado. E o princípio da anualidade determina que o orçamento público deve ser elaborado e autorizado para um período determinado, geralmente um ano.

O processo de elaboração da proposta orçamentária obedece a um ciclo integrado ao planejamento de ações que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 165, compreendem leis de iniciativa do Poder Executivo: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, cabendo

⁹ Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração, execução e controle dos planos, diretrizes, orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, regulamentando o artigo 165, § 9º da Constituição Federal de 1988.

¹⁰ Informação obtida no *site* www.camara.gov.br, no dia 12/02/2012.

ao Poder Legislativo apreciá-las no âmbito de cada esfera da federação e aprová-las.

1.3.1. LEI DO PLANO PLURIANUAL

Como uma das principais novidades do novo marco constitucional, o PPA passa a se constituir na síntese dos esforços de planejamento de toda a administração pública, orientando a elaboração dos demais planos e programas de governo, assim como do próprio orçamento anual (GIACOMONI, 2009, p. 215).

De acordo com a Constituição Federal, a lei que institui o PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para os programas de duração continuada (CF de 1988, art. 165, § 1º). Assim sendo, o Plano Plurianual define estratégias, diretrizes, metas e objetivos de cada esfera de governo pelo período de quatro anos, fixando metas de longo prazo para a administração pública.

Este deve ser elaborado no primeiro ano de mandato do governante para vigorar no segundo ano do mandato até o primeiro ano da gestão seguinte. Esse procedimento tem por objetivo assegurar a continuidade das políticas públicas nas mudanças de governos (SALVADOR, 2010, p. 175). O Plano Plurianual tem, portanto, a mesma duração do mandato do Chefe do Poder Executivo, embora não coincida integralmente com este (GIACOMONI, 2009, p. 218).

Além disso, no PPA estão definidas as metas físicas e financeiras para fins do detalhamento dos orçamentos anuais (RAFANHIM, 2007). Apenas os programas que estão previstos no PPA podem receber recursos nos orçamentos anuais ou ser priorizados na LDO (SALVADOR, 2010, p. 176).

Aguiar (2004, p. 45) destaca que o PPA proporciona aos governantes um plano de trabalho devidamente planejado para o período de toda sua gestão governamental, e ao mesmo tempo permite aos membros da sociedade, de quem serão retirados os recursos para o seu custeio, o conhecimento prévio das ações governamentais que se deseja levar a efeito durante o período da gestão administrativa. Trata-se, dessa forma, de um orçamento puramente programático, cujos planos de trabalhos por ele previstos serão operacionalizados ou concretizados, a cada exercício financeiro, por força do orçamento anual, que é um orçamento operativo.

No que tange aos prazos, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, da Constituição Federal de 1988, estabelece que, no âmbito federal, o projeto de lei do PPA será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa (ADCT, art.35, § 2º, I).

Nos demais entes da Federação, de acordo com a Lei n.º 4.320/64, artigo 22, os prazos são os estabelecidos nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas dos Municípios.

O quadro 1 demonstra os prazos estabelecidos para o Estado do Paraná e para os municípios que compreendem o primeiro anel metropolitano de Curitiba.

PRAZOS PARA ENCAMINHAMENTO DOS PPAs	
Estado do Paraná	Deve ser encaminhado até três meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
Almirante Tamandaré	Deve ser encaminhado até três meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
Araucária	Deve ser encaminhado até o dia 15 de julho do primeiro ano do mandato e devolvido para sanção até o dia 1º de setembro do primeiro ano do mandato.
Campina Grande do Sul	Os projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito Municipal nos termos da lei municipal.
Campo Largo	Deve ser encaminhado até o dia 15 de julho do primeiro ano do mandato e devolvido para sanção até o dia 01 de setembro do primeiro ano do mandato.
Campo Magro	Os projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito Municipal nos termos da lei municipal.
Colombo	Deve ser encaminhado até o dia 31 de agosto do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, dia 15 de dezembro do mesmo exercício financeiro.
Curitiba	Deve ser encaminhado até 30 de setembro do primeiro exercício financeiro de mandato e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
Fazenda Rio Grande	Deve ser encaminhado até 30 de junho do primeiro ano de cada mandato e devolvido para sanção até 31 de julho do primeiro ano de cada mandato.
Pinhais	Deve ser encaminhado até 15 de abril do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até 30 de maio do primeiro exercício financeiro.
Piraquara	Deve ser encaminhado até três meses antes do

	encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
Quatro Barras	Deve ser encaminhado até 7 meses e 15 dias antes do encerramento do primeiro exercício e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da Sessão Legislativa subsequente.
São José dos Pinhais	Deve ser encaminhado até 4 meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para a sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Quadro 1: Prazos para encaminhamento dos PPAs no Estado do Paraná e nos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba.

Fonte: Constituição do Estado do Paraná, Leis Orgânicas dos municípios, Lei n.º 875/2002 – Município de Almirante Tamandaré.

A análise do quadro nos permite compreender que o município de São José dos Pinhais segue os mesmos prazos estabelecidos para o Governo Federal e que os municípios de Almirante Tamandaré, Curitiba e Piraquara seguem os mesmos prazos estipulados para o Estado do Paraná. Já os municípios de Araucária e Campo Largo utilizam-se dos mesmos prazos. O restante dos municípios possuem prazos diferenciados.

Cabe destacar que os municípios de Campina Grande do Sul e Campo Magro determinam em suas Leis Orgânicas que os prazos para encaminhamento dos PPAs serão regulamentados por meio de lei municipal, contudo não conseguimos ter acesso às mesmas.

1.3.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Anualmente, o Poder Executivo encaminha ao Poder Legislativo projeto de lei de diretrizes orçamentárias que, aprovada, estabelecerá metas, prioridades e metas fiscais e orientará a elaboração da proposta orçamentária (GIACOMONI, 2009, p. 219).

O conteúdo da LDO foi estabelecido em dispositivos da Constituição Federal de 1988 e a partir do ano 2000, também, por meio da chamada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar - LC n.º 101/2000¹¹).

¹¹ A Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada pelo Congresso em março de 2000, foi proposta pelo Executivo Federal em 1999, ano em que, segundo Silva (2000, p. 73) foram assinados os últimos contratos de refinanciamento da dívida estadual. A nova lei, conforme a autora, pode ser compreendida como um desdobramento do desequilíbrio fiscal e financeiro das unidades da federação e tem por finalidade normatizar as finanças públicas nos três níveis de governo com a intenção de evitar a eclosão de novos desequilíbrios fiscal-financeiros e criar uma cultura baseada na gestão responsável das contas. Nesse sentido, a Lei estabeleceu, conforme Dain (2001), normas de finanças públicas com a intenção de incrementar a responsabilidade na gestão fiscal por meio de uma ação planejada e transparente. Tal responsabilidade pressupunha a prevenção de riscos e a

A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve pautar-se nos princípios e critérios apontados no Plano Plurianual e compreender, conforme a Constituição, as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientar a elaboração da lei orçamentária anual, dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (Artigo 165, § 2º).

Além disso, segundo Giacomoni (2009, p. 219), a Constituição incumbe a LDO de disciplinar outros importantes assuntos, cuja definição antecipada representa importante apoio na preparação do projeto de lei orçamentária. Neste sentido deverão constar na LDO: parâmetros para iniciativa de lei de fixação das remunerações no âmbito do Poder Legislativo (art. 51, IV); limites para elaboração das propostas orçamentárias do Poder Judiciário e do Ministério Público (art. 99, § 1º e art. 127, § 3º) e autorização para a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, para a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como para admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, ressalvadas as empresas públicas e sociedades de economia mista (art. 169, § 1º, II).

A Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme Giacomoni (2009, p. 220), ampliou o significado e a importância da LDO ao atribuir-lhe a incumbência de disciplinar inúmeros temas específicos.

De acordo com tal Lei, as LDOs passam a dispor, também sobre¹²: equilíbrio entre receitas e despesas; metas fiscais; riscos fiscais; programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo trinta dias após a publicação da lei orçamentária; critérios e forma de limitação de empenho, a serem efetivados nas hipóteses de risco de não-cumprimento das metas fiscais ou de ultrapassagem do

correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas (tais como com pessoal e com a seguridade social), dívidas consolidadas e mobiliárias, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar, tendo por objetivo a garantia da sustentabilidade intertemporal da política fiscal, por meio da criação de regras, limites e controles com a intenção de modificar o tratamento dado à gestão pública e à responsabilização dos governantes por seus atos.

¹² LC n.º 101, de 04/05/2000: art 4º, I, a, b, e, f, § 1º e § 3º; art. 5º, III; art. 7º, § 2º; art. 8º; e art. 14.

limite da dívida consolidada; normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas; forma de utilização e montante da reserva de contingência a integrar a lei orçamentária anual; demonstrações trimestrais apresentadas pelo Banco Central sobre o impacto e o custo fiscal das suas operações; concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita

A LRF determina, ainda, que a LDO deverá ser acompanhada pelos Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais. O primeiro trará¹³:

- metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes;
- avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- avaliação da situação financeira e atuarial: a) dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador e b) dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;
- demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

O Anexo de Riscos Fiscais, por seu turno, deverá trazer avaliação sobre os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses se concretizem (LC n.º 101/00, Art. 4º, §3º).

¹³ LC n.º 101, de 04/05/2000: art. 4º, § 1º e §2º.

Na prática, o objetivo maior a ser alcançado com a LDO, segundo Aguiar (2004, p.49), é o de oferecer a oportunidade de permitir que o Poder Legislativo participe de forma atuante, juntamente, com o Poder Executivo, na construção do plano de trabalho do governo a ser concretizado, por meio da execução da Lei Orçamentária Anual.

Tal posicionamento é compartilhado por Giacomoni (2009, p. 221) que ressalta que a LDO representa uma colaboração positiva no esforço de tornar o processo orçamentário mais transparente e, especialmente, contribui para ampliar a participação do Poder Legislativo no disciplinamento das finanças públicas.

Efetivamente, da maneira como são estruturados os orçamentos brasileiros, apenas a tramitação legislativa da proposta orçamentária anual tende a não ensejar, ao legislador, o conhecimento da real situação das finanças do Estado, pois essa visão-síntese é obscurecida pela atenção que é concedida à programação detalhada que caracteriza as autorizações orçamentárias, na forma de uma miríade de créditos e dotações. Uma lei de diretrizes, aprovada previamente, composta de definições sobre prioridades e metas, investimentos, metas fiscais, mudanças na legislação sobre tributos e políticas de fomento a cargo de bancos oficiais, possibilitará a compreensão partilhada entre Executivo e Legislativo sobre os vários aspectos da economia e da administração do setor público, facilitando sobremaneira a elaboração da proposta orçamentária anual e sua discussão e aprovação no âmbito legislativo (GIACOMONI, 2009, p. 221).

Assim sendo, as diretrizes aprovadas na LDO delimitam o que será possível prever na Lei de Orçamento Anual e finalmente da LOA depende toda a execução orçamentária.

No que tange aos prazos o ADCT determina que, no caso da União, o projeto da LDO será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa (art. 35, § 2º, II).

Nos demais entes da Federação, de acordo com a Lei n.º 4.320/64, artigo 22, os prazos são os estabelecidos nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas dos Municípios.

Os prazos estipulados para o Estado do Paraná e para os municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba podem ser verificados no quadro 2:

PRAZOS PARA ENCAMINHAMENTO DAS LDOs	
Estado do Paraná	Deve ser encaminhada até 8 meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvida para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
Almirante Tamandaré	Deve ser encaminhada até sete meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvida para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
Araucária	Deve ser enviada até o dia 1º de agosto de cada ano e devolvida para sanção até o dia 30 de setembro de cada ano.
Campina Grande do Sul	Os projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito Municipal nos termos da lei municipal.
Campo Largo	Deve ser enviada até o dia 01 de agosto de cada ano e devolvida para sanção até o dia 30 de setembro de cada ano.
Campo Magro	Os projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito Municipal nos termos da lei municipal.
Colombo	Deve ser encaminhada até o dia 15 de abril de cada exercício financeiro e devolvida para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
Curitiba	Deve ser encaminhada até 15 de maio de cada exercício financeiro e devolvida para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
Fazenda Rio Grande	Deve ser encaminhada até 15 de agosto de cada exercício e devolvida para sanção até 30 de setembro de cada exercício.
Pinhais	A LDO para vigência no segundo exercício financeiro do mandato do Prefeito será encaminhada até 30 de maio do primeiro exercício financeiro e devolvida para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa. Já as LDOs para vigência no terceiro e quarto exercícios financeiros do mandato do Prefeito e do primeiro exercício financeiro do mandato do Prefeito subsequente serão encaminhadas até 15 de maio do exercício anterior e devolvidas para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
Piraquara	Deve ser encaminhada até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvida para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
Quatro Barras	Deve ser encaminhada até 7 meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da Sessão Legislativa subsequente.

São José dos Pinhais	Não determinado.
----------------------	------------------

Quadro 2: Prazos para encaminhamento das LDOs no Estado do Paraná e nos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba.

Fonte: Constituição do Estado do Paraná, Leis Orgânicas dos municípios, Lei n.º 875/2002 – Município de Almirante Tamandaré.

A análise do quadro nos permitiu verificar que o Estado do Paraná e os municípios de Piraquara e Colombo seguem os mesmos prazos estipulados para a União e que os municípios de Campo Largo e Araucária e Almirante Tamandaré e Curitiba seguem os mesmos prazos.

Um dos municípios que nos chamou atenção foi Pinhais, pois este traz em sua Lei Orgânica uma diversificação dos prazos que depende do exercício financeiro para o qual a LDO está sendo planejada. Outro município que nos chamou atenção foi São José dos Pinhais que não determina em sua Lei Orgânica a definição de prazo para encaminhamento da LDO apenas para o PPA e a LOA.

Como já destacado no tópico relacionado ao PPA, não conseguimos encontrar para Campina Grande do Sul e Campo Magro a lei municipal que determina tais prazos.

1.3.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

A LOA, conforme Aguiar (2004, p. 46), é o programa de trabalho de governo expresso em termos quantificados dos serviços, obras e investimentos a serem realizados e dos valores financeiros que serão recolhidos do patrimônio dos particulares e de outras fontes de receita, aprovado por lei, atuando como um instrumento de que se serve a administração pública para por em prática o programa de trabalho expresso no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como dar conhecimento aos administrados, como fonte de informação social, sobre as ações governamentais que serão levadas à execução durante o exercício financeiro.

Esta se renova a cada exercício financeiro e deve compreender, por força do dispositivo constitucional, a todos os poderes, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, nas três áreas governamentais (Art. 165, § 5º, I); as despesas de investimentos a se realizarem por meio das empresas estatais (Art. 165, § 5º, II); e as despesas a se efetivarem com o custeio da seguridade social (Art. 165, § 5º, III).

Rafanhim (2007) destaca que a LOA é formada por duas partes distintas: o corpo da Lei propriamente dito e os quadros de desdobramentos das receitas e das despesas, determinando o quanto se espera arrecadar e qual o valor máximo que pode ser gasto no ano seguinte, não podendo constar aquilo que não foi definido previamente nas diretrizes da LDO. Também “não pode conter matéria dissociada da previsão da receita e da fixação de despesa, não se incluindo nestas proibições a autorização para abertura de créditos suplementares e para a contratação de operações de crédito, ainda que destinadas à antecipação de receitas” (AGUIAR, 2004, p. 47).

No caso da esfera federal de governo, o projeto de lei orçamentária anual será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa (ADCT, art. 35, § 2º, III).

Nos demais entes da Federação, de acordo com a Lei n.º 4.320/64, artigo 22, os prazos são os estabelecidos nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas dos Municípios.

O quadro 3 demonstra os prazos estipulados para o Estado do Paraná e para os municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba.

PRAZOS PARA ENCAMINHAMENTO DAS LOAs	
Estado do Paraná	Deve ser encaminhada até 3 meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvida para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
Almirante Tamandaré	Deve ser encaminhada até três meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvida para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
Araucária	Deve ser encaminhada até o dia 31 de outubro de cada ano e devolvida para sanção até o dia 15 de dezembro de cada ano.
Campina Grande do Sul	Os projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito Municipal nos termos da lei municipal.
Campo Largo	Deve ser encaminhada até o dia 31 de outubro de cada ano e devolvida para sanção até o dia 15 de dezembro de cada ano.
Campo Magro	Os projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito Municipal nos termos da lei municipal.
Colombo	Deve ser encaminhada até o dia 31 de agosto de cada ano e devolvida para sanção até o encerramento da

	sessão legislativa.
Curitiba	Deve ser encaminhada até 30 de setembro de cada exercício financeiro e devolvida para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
Fazenda Rio Grande	Deve ser encaminhada até 15 de outubro de cada exercício e devolvida para sanção até 15 de dezembro de cada exercício.
Pinhais	Deve ser encaminhada até 30 de setembro de cada exercício e devolvida para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
Piraquara	Deve ser encaminhada até 30 de setembro de cada ano.
Quatro Barras	Deve ser encaminhada até 3 meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvida para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
São José dos Pinhais	Deve ser encaminhada até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvida para a sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Quadro 3: Prazos para encaminhamento das LOAs no Estado do Paraná e nos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba.

Fonte: Constituição do Estado do Paraná, Leis Orgânicas dos municípios, Lei n.º 875/2002 – Município de Almirante Tamandaré.

A análise do quadro nos permitiu verificar que os municípios de São José dos Pinhais e Colombo seguem os mesmos prazos estipulados para a União e que os municípios de Almirante Tamandaré, Curitiba, Pinhais, Piraquara e Quatro Barras seguem os prazos estipulados para o Estado do Paraná. Já os municípios de Campo Largo e Araucária seguem os mesmos prazos. E em Campina Grande do Sul e Campo Magro, como já destacado nos tópicos referentes ao PPA e a LDO, não foram encontradas as leis municipais que regulamentam tais prazos.

Com a LOA aprovada o Poder Executivo passa a executar o orçamento anual e tem a obrigação de prever cotas trimestrais para autorização da despesa, além de manter um contínuo processo de acompanhamento da execução das receitas e despesas mensais. No final do exercício financeiro, o Poder Executivo deve prestar contas ao Poder Legislativo. Tal procedimento é mediado pelos Tribunais de Contas, órgãos auxiliares do Legislativo, que emitem parecer prévio sobre o balanço anual, que deve nortear a discussão para aprovação ou não das contas anuais do Poder Executivo (GOUVEIA, 2002).

1.3.4. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

De acordo com a Lei n.º 4.320/64, artigo 75, o controle da execução orçamentária compreenderá: a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação

da receita ou a realização da despesa; o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos e o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Giacomoni (2009, p. 333) ressalta que as duas primeiras modalidades de controle – legalidade e fidelidade funcional dos agentes – tratam da observância de normas e de determinações legais da gestão de longa tradição. Já a avaliação do cumprimento do programa de trabalho representa uma evolução nas concepções do controle, possibilitada pelas modernas formas de estruturação do orçamento.

Ainda, conforme a Lei n.º 4.320/64, há dois sistemas de controle da execução orçamentária: o controle interno (realizado pelo Poder Executivo, sem prejuízo das atribuições do Tribunal de Contas ou órgão equivalente) e o controle externo (realizado pelo Poder Legislativo e que verificará a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento, com Parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão equivalente).

A atual Constituição mantém essa concepção e dá-lhe sentido mais amplo, estabelecendo no seu artigo 70 que:

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia das receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

O controle externo ocorre mediante a fiscalização dos gastos públicos e das prestações de contas dos responsáveis pela coisa pública, por um órgão que se encontra fora do âmbito no qual o que está sendo fiscalizado está inserido.

(...) Ou seja, no caso dos Poderes, quando um órgão de fora do Poder Executivo, por exemplo, a Câmara dos Vereadores, fiscaliza esse Poder, ali, ele figura como órgão do Controle Externo. Esse controle é exercido no nível da União pelo Congresso Nacional com o apoio do Tribunal de Contas da União (TCU) e, no nível Estadual e Municipal, pelos Legislativos com auxílio dos Tribunais de Contas Estaduais/Tribunais de Contas Municipais (...) (BRAGA, 2011, p. 51).

De acordo com Giacomoni (2009, 335), os dispositivos da Lei Maior e a norma geral sobre orçamento (Lei nº 4.320/64) evidenciam que as questões centrais de interesse do controle externo são os aspectos legais ligados à arrecadação e aplicação dos dinheiros públicos e à observância dos limites financeiros consignados no orçamento.

Já, o controle interno, é aquele que existe dentro da estrutura do próprio poder executivo, caracterizado por um trabalho sistemático, cotidiano e próximo ao gestor público (BRAGA, 2011, p. 51). Este tem por finalidade:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos (...);

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração (...), bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres (...);

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional (CF de 1988, artigo 74).

O artigo 74 da Constituição Federal afirma, ainda, que os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, darão ciência ao Tribunal de Contas de sua jurisdição, sob pena, de responsabilidade solidária e que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades perante o Tribunal de Contas.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 59, encarrega o Poder Legislativo, diretamente ou com auxílio dos tribunais de contas e o sistema de controle interno de cada Poder de fiscalizarem as novas regras que a lei estabelece, particularmente, no que se refere a: (i) atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias; (ii) limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar; (iii) medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite; (iv) providências tomadas para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites; (v) destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da própria Lei Complementar e (vi) cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

Verifica-se que a legislação brasileira garante a discussão, pelo Legislativo, do orçamento proposto pelo Executivo, seguido de procedimentos específicos de controle da execução orçamentária e da fiscalização do uso correto do dinheiro público, pelo menos tal qual foi formalmente orçado.

Contudo, “no plano real, tal processo não significa meramente o cumprimento das disposições legais” (GOUVEIA, 2002, p. 26). Segundo, a autora,

basta acompanhar as notícias sobre a aprovação dos orçamentos, em qualquer ano, para ter a dimensão da disputa política que se trava entre diferentes forças visando a garantia de seus interesses, anunciados ou não publicamente, na hora da votação das milhares de emendas no Legislativo. O processo de aprovação das contas de Estados, Municípios ou da própria União não é menos permeado pela disputa de interesses, uma vez que nem sempre o que vale para a aprovação das contas é o parecer do Tribunal de Contas, mas toda a correlação de forças que permeia os poderes públicos naquele momento.

É nesse momento que se deve fortalecer o controle social que mais próximo da gestão e com a participação da comunidade pode trazer informações quanto à qualidade da gestão dos recursos, bem como se esses estão se convertendo em direitos e serviços à população.

Contudo, para desempenhar tal função, o controle social deve contar com a transparência pública que, de acordo com Culau e Fortis (2006, p. 1), além de se constituir em um dos requisitos fundamentais da boa governança, cumpre a função de aproximar o Estado da sociedade, ampliando o nível de acesso dos cidadãos às informações sobre a gestão pública.

1.4. A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

De acordo com o Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC (2011, p. 3), falar sobre a transparência do Estado é tocar em pilares sobre a natureza da República e da democracia. Segundo o Instituto, a transparência de um Estado Democrático de Direito é um pilar da República, porque a informação é necessária para julgar se os passos do Estado se desviam da busca do bem comum. Da mesma forma, a transparência do Estado é elemento estrutural da democracia porque alimenta a confiança do povo em seus representantes e viabiliza o monitoramento entre os Poderes e, portanto, o devido equilíbrio entre eles, aferindo assim o quanto eles estão sendo exercidos em prol dos legítimos interesses da sociedade. Ou seja, a transparência permite saber se os Poderes trabalham para concretizar os direitos e as garantias fundamentais de um povo. Por outro lado, conforme o INESC (2011, p. 4), um Estado opaco é a negação da democracia, porque impede a transmissão do conhecimento.

Neto *et. Al.* (2007, p. 77) ressaltam que mais do que garantir o atendimento das normas legais, as iniciativas de transparência na administração pública

constituem uma política de gestão responsável que favorece o exercício da cidadania pela população.

O conceito de transparência, conforme Graça (2003, p. 354), pode referir-se ao acesso às manifestações ou às ações do Poder Público. Nesse caso, essas manifestações ou ações seriam tanto mais transparentes quanto mais pessoas delas tivessem conhecimento e sobre elas pudessem formar algum juízo. E é nesse ponto, segundo o autor, que se coloca a ideia de inteligibilidade ou clareza, para se chegar à correta noção de transparência, pois um certo dado, para que possa ser útil à formação de opiniões, deve não somente ter ampla publicidade, mas também ser compreensível.

Torna-se necessário ressaltar, dessa forma, que dar publicidade não significa necessariamente ser transparente. Neto *et.al.* (2007, p. 76) destacam que a transparência é um conceito mais amplo do que publicidade, isso porque uma informação pode ser pública, mas não ser relevante, confiável, tempestiva e compreensível.

Assim sendo, a transparência não significa apenas disponibilizar dados, mas fazê-la em linguagem clara e acessível para qualquer cidadão. Cruz e Ferreira (2008, p. 2) destacam que a transparência no setor público, um requisito para uma gestão democrática, depende do grau e da forma como se dá o acesso dos usuários da informação e que o valor da informação não é dado apenas pela quantidade fornecida, mas também pela utilidade que tem para o usuário, bem como pela compreensão que tem da mesma.

A transparência, assim concebida, se fornecida de forma real e com qualidade, contribui para a participação social nos espaços de poder, agindo como instrumento de pedagogia política, pois o conhecimento advindo da transparência estatal é fundamental para se levantar a voz nas arenas de decisões (INESC, 2011, p. 4).

Dessa forma, a transparência deve ser conceito de presença assídua em tudo que se relaciona ao setor público, inclusive no que se refere ao planejamento e elaboração orçamentária e sua execução, controle e avaliação.

Cruz e Ferreira (2008, p. 4) salientam que enquanto aspecto político de gestão do orçamento a transparência auxilia na consolidação da democracia por meio da divulgação dos processos por intermédio dos quais as decisões são tomadas e as preferências alocativas são definidas, o que abre a possibilidade de

intervenção da coletividade/cidadania na eliminação da soberania de interesses particulares em detrimento do interesse público.

Segundo as autoras, a divulgação de informações à coletividade acerca do que tem sido ou deixado de ser feito pelo Governo traz a possibilidade de mobilização social com vistas a mudar uma política obscura ou manter uma política de gestão transparente já adotada. Dessa forma, a transparência atuaria como agente de mudança ou de sustentação de políticas adotadas, sendo possível notar que a mesma provoca efeitos tanto no processo/planejamento orçamentário quanto nos resultados da gestão.

1.4.1. A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NA LEGISLAÇÃO

A publicidade na administração pública brasileira está estabelecida como princípio no artigo 37 da Constituição Federal de 1988 e detalhada em seu § 1º:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Assim sendo, os entes públicos devem obedecer ao princípio da publicidade e prestar contas ao Poder Legislativo e à sociedade. Neto *et.al* (2007, p. 78) destacam que extrai-se do princípio da publicidade que o povo tem o direito de conhecer os atos praticados na administração pública, passo a passo, para o exercício do controle social, derivado do exercício do poder democrático.

A consequência da não prestação de contas abrange multas e resposta à ação civil de improbidade administrativa. Tal aspecto é ressaltado pelo artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição: todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

A Lei de Responsabilidade Fiscal traz um capítulo relacionado ao tema, intitulado de “Transparência, Controle e Fiscalização” onde define os instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais deverá ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, como a internet.

Tal Lei concebeu como os principais instrumentos de transparência fiscal: a) planos, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos; b) prestações de contas e respectivos pareceres prévios; c) relatório resumido de execução orçamentária¹⁴ e relatório de gestão fiscal e d) versões simplificadas destes documentos.

O texto da lei prevê, ainda, que a transparência será assegurada mediante incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Outra regra de transparência pode ser extraída do dispositivo atinente à prestação de contas. A LRF normatiza que as contas do Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Em 2009, a exigência de transparência pública recebeu um reforço “de peso” com a promulgação da Lei Complementar n.º 131/09¹⁵, que alterou o artigo 48 e acrescentou dispositivos à LC n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

De acordo com a referida lei, a transparência será assegurada também mediante:

- I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
- II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;
- III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Art. 48-A. (...) os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

- I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a

¹⁴ Documento com determinação de publicação desde a Constituição Federal de 1988.

¹⁵ Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O artigo 73-B estabelece os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas na Lei: a partir da data de publicação da Lei Complementar: I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes; II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes; III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Esta lei determina, ainda, que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Verifica-se, dessa forma, que a legislação no que se refere à transparência pública vem sendo aprimorada no decorrer dos anos, com uma inclinação maior para o controle social das ações do Poder Público, principalmente no que se refere aos recursos públicos.

Contudo, cabe ressaltar mais uma vez que transparência não significa apenas disponibilização de dados. Sendo necessário, dessa forma, avaliar a forma como estas informações estão sendo repassadas para a sociedade e se estas realmente representam instrumento para o controle social.

Neste sentido, a presente pesquisa abordará um dos instrumentos considerados pela LRF como de transparência da gestão fiscal: a Lei de Diretrizes Orçamentárias, no que se refere às metas e às prioridades para a educação, procurando responder a seguinte pergunta: Qual é o tratamento que tem sido oferecido ao tema da educação nas LDOs dos municípios que compreendem o primeiro anel metropolitano de Curitiba?

CAPÍTULO 2

REGRAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Para analisar as metas e prioridades para a educação nas Leis de Diretrizes Orçamentárias é necessário compreender como se estabelecem as regras de financiamento da educação, visto que, estas podem influenciar a definição de tais metas e prioridades.

Como a pesquisa tem como foco os municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba e analisa LDOs correspondentes tanto ao período do FUNDEF quanto ao período do FUNDEB, o presente capítulo procura caracterizar as regras de financiamento para a educação municipal, bem como realiza uma diferenciação entre o FUNDEF e o FUNDEB enfatizando suas características.

2.1. O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Os recursos destinados à educação, assim como todas as demais despesas do Poder Público, estarão previstos, como se verificou, no PPA como diretrizes gerais, na LDO como diretrizes orientadoras para o conjunto de receitas e despesas anuais e, enfim, na LOA onde efetivamente deverão estar contemplados, de modo detalhado, os recursos necessários e as fontes possíveis para poderem ser realizadas.

Além de relacionar-se com as metas e prioridades fixadas nas leis orçamentárias, o montante de recursos que pode ser fixado como despesa, especificamente para a educação, deve obedecer à vinculação constitucional de recursos.

O artigo 212 da Constituição Federal de 1988 dispõe que estes recursos deverão ser nunca menos de 18% da receita de impostos da União e nunca menos de 25% da receita de impostos de Estados e Municípios, inclusive aqueles provenientes de transferências na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Dessa forma, grande parte dos recursos destinados à educação é prevista automaticamente nos orçamentos. Entretanto, uma das questões que merecem atenção por parte de todos os que têm interesse no controle social sobre os recursos públicos, refere-se, conforme Gouveia (2002, p. 28), à ideia da aplicação destes recursos em MDE não em educação de maneira geral.

Para realizar tal análise, deve-se levar em consideração, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 9.394/96, que em seus artigos 70 e 71, do capítulo referente aos Recursos Financeiros, define o que são e o que não são despesas em MDE.

DESPESAS EM MDE – ARTIGO 70	NÃO SÃO CONSIDERADAS DESPESAS EM MDE – ARTIGO 71
<p>I – remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;</p> <p>II – aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;</p> <p>III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;</p> <p>IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;</p> <p>V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;</p> <p>VI – concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;</p> <p>VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;</p> <p>VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.</p>	<p>I – pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;</p> <p>II – subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;</p> <p>III – formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;</p> <p>IV – programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;</p> <p>V – obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;</p> <p>VI – pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.</p>

Quadro 4: O que são e o que não são despesas em MDE.

Fonte: Lei n.º 9.394/96.

Nos municípios, além dos recursos vinculados são considerados recursos para a educação os advindos da cota-parte municipal do salário-educação; de convênios, projetos e programas vinculados ao Governo Federal, em especial por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; da receita de incentivos fiscais; da possibilidade da criação de outras contribuições sociais a serem determinadas em lei pela União, bem como outros recursos que possam vir a ser previstos em leis específicas.

Tais recursos, no caso municipal devem ser utilizados na educação infantil e no ensino fundamental e suas modalidades. No caso do Paraná os municípios são responsáveis prioritariamente pelos anos iniciais do ensino fundamental.

Além disso, esses recursos devem ser considerados no momento de análise das metas e prioridades para a educação no orçamento público como recursos adicionais ao mínimo dos 25% determinado pela Constituição Federal de 1988, o mesmo acontecendo com os recursos recebidos a mais do FUNDEB, ou seja, quando o município recebe recursos maiores que os que enviou para o Fundo.

Verifica-se que além dos recursos vinculados existem outras fontes de recursos para a educação municipal que podem influenciar na definição das metas e prioridades nas LDOs. Sendo necessário, dessa forma, conhecê-las.

2.1.1. RECURSOS DO FNDE

Conforme Polena e Gouveia (2010, p. 2), o FNDE é uma autarquia criada no âmbito federal em 1968 que tem por finalidade captar recursos financeiros e direcioná-los para o financiamento de programas e projetos educacionais, nas áreas de ensino, pesquisa, planejamento, currículos, alimentação, material escolar, livro didático e transporte escolar, dentro das diretrizes do planejamento educacional.

Segundo as autoras, o FNDE tem a função de gerenciar uma das fontes de recursos mais importantes do Ministério da Educação, o Salário Educação.

O Salário Educação é uma contribuição social destinada, desde 2007, ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica¹⁶ pública. A base do Salário Educação é a folha de pagamento das empresas para a previdência social. O valor desta contribuição é de 2,5% sobre o total de remunerações pagas aos empregados segurados no Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. Do montante arrecadado é deduzida a remuneração da Receita Federal do Brasil, correspondente a 1%, a título de taxa de administração. O restante é distribuído em cotas pelo FNDE, da seguinte forma: respeitada a arrecadação realizada em cada estado e no Distrito Federal, 90% de seu valor é dividido em uma quota federal correspondente a 1/3 do montante dos recursos e quotas estadual e municipal correspondentes a 2/3 do montante dos recursos. A quota federal é destinada ao FNDE e aplicada no financiamento de programas e projetos voltados para a universalização da educação básica, de forma a propiciar a redução dos desníveis sócio educacionais entre os municípios e os estados brasileiros. Os 10% restantes do montante da arrecadação do Salário Educação são

¹⁶ Originalmente o salário educação destinava-se ao Ensino de 1º grau e depois exclusivamente ao ensino fundamental.

aplicados também pelo FNDE em programas, projetos e ações voltados para a universalização da educação básica (POLENA e GOUVEIA, 2010, p. 3).

Segundo Cruz (2009, p. 216), os repasses de recursos especificamente do FNDE ocorrem mediante três tipos de ações de assistência financeira: a direta, a automática e a voluntária.

As ações de Assistência Financeira Direta, de acordo com a autora, são aquelas nas quais o próprio FNDE executa a aquisição e a distribuição de produtos entre estados e municípios. Sendo exemplos desta forma os programas de livros didáticos, como o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio - PNLEM, o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos - PNLA, o Programa Nacional do Livro Didático em Braille e o Programa Nacional Biblioteca na Escola - PNBE, que distribuem gratuitamente obras didáticas para os alunos de todas as séries da educação básica da rede pública, para os matriculados em classes do programa Brasil Alfabetizado e também livros paradidáticos e dicionários. Outro exemplo desta forma é o Programa Nacional da Informática na Educação - PROINFO que distribui equipamentos de informática para usufruto da comunidade escolar. Ressalta-se, contudo, que como os produtos desses programas são adquiridos e distribuídos pelo próprio FNDE, em geral, os mesmos não aparecem como metas nos orçamentos anuais dos entes subnacionais.

Já as Ações de Assistência Financeira Automática, em sua maioria, tem amparo em lei federal que definiu o formato do programa. A automaticidade está determinada pela definição clara de critérios que permitem que a distribuição de recursos ocorra sem outros elementos que intervenham no financiamento previamente determinado, assim como pela dispensa de convênio, contrato, acordo, ajuste, ou qualquer outro instrumento congênere, embora sempre exija algum tipo de ação do pleiteante, mesmo que simplificada, como a adesão ou atualização de cadastro, para que o recurso seja repassado. Estas ocorrem pelo repasse direto em conta corrente específica em nome do beneficiário (CRUZ, 2009, p. 216) e deverão estar previstas como fonte de receitas específicas nos orçamentos anuais dos municípios.

Neste formato de repasse de recursos as ações podem ter caráter constitucional ou legal. As que possuem caráter constitucional, de acordo com a autora, são aquelas determinadas pela Constituição Federal, como as quotas

estaduais e municipais do salário-educação e a complementação do FUNDEB. E as que possuem caráter legal são determinadas por meio de leis específicas que determinam a forma de transferência e de prestação de contas.

Polena e Gouveia (2010, p. 5), ao retomarem o trabalho de Cruz (2009), resumem da seguinte forma os programas considerados como exemplos de transferência automática que têm amparo legal:

O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE que beneficia as escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e as escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. Os recursos de tal programa destinam-se à aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação da aprendizagem; implementação de projeto pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais. Estes recursos são transferidos de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE que se destina aos alunos do ensino fundamental, educação infantil e do ensino médio, residentes em áreas rurais que utilizem transporte escolar. O recurso é transferido sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou no que couber da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.

Os programas de alimentação escolar: Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creche - PNAC que transferem recursos financeiros para serem aplicados na alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica e suas modalidades matriculados em escolas públicas e filantrópicas com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento.

Por fim, as Ações de Assistência Financeira Voluntária são um tipo de transferência discricionária que decorre, na maioria das vezes, de convênios para o

financiamento de projetos educacionais, por meio da apresentação de Planos de Trabalhos Anuais - PTAs¹⁷, elaborados a partir de critérios definidos pelo Conselho Deliberativo do FNDE e divulgados pelos manuais de financiamento da autarquia, voltados para as diferentes etapas e modalidades da educação básica (CRUZ, 2009, p. 216). Tais recursos também poderão estar presentes na proposta orçamentária anual dos municípios.

Apresentados os recursos advindos do FNDE que podem influenciar a definição das metas para a educação nas LDOs dos municípios, cabe analisarmos o que estes representam para os municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba. Tais dados podem ser verificados no estudo de Polena e Gouveia (2010) que analisaram os efeitos dos recursos do FNDE nestes municípios no período de 2001 a 2007.

As autoras destacam que do total de recursos disponíveis nos municípios para a educação, aqueles provenientes do FNDE representam em média 5,8% do total no período analisado. Almirante Tamandaré encontrou-se com a maior participação, com uma média de 10,9% no período. Um crescimento similar pode ser observado nos municípios de Fazenda Rio Grande, Colombo, Campo Largo e Piraquara, que são municípios que apresentam baixos valores de arrecadação própria o que, para as autoras, pode indicar uma tendência de que os recursos federais estejam chegando aos municípios mais pobres da região.

Polena e Gouveia (2010, p. 10) ressaltam que destes recursos, a assistência financeira voluntária representa em média 2,75%, o que permite afirmar que a maioria dos recursos do FNDE, presentes nestes municípios, é decorrente de ações gerais do governo federal e não da procura dos municípios por recursos suplementares. Entre as transferências automáticas constitucionais destaca-se a proveniente da cota do Salário Educação que só é repassada aos municípios a partir de 2004. Entre as transferências automáticas legais, a mais importante em termos de volume de recursos e regularidade, é o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAC e PNAE). E no caso das transferências voluntárias a mais regular é a decorrente de PTA para educação especial, porém os recursos PTA/Projovem contaram com maior volume de recursos nos últimos anos.

¹⁷ Polena e Gouveia (2010, p. 7) destacam que a partir de 2007 os PTAs deixam de existir e são substituídos pelo Plano de Ações Articuladas - PAR.

As autoras destacam, ainda, que quatro programas foram acessados por todos os municípios (quota salário educação, PDDE – Fundamental, PNAC e PNATE) e que Curitiba e Fazenda Rio Grande foram os municípios que mais acessaram programas do FNDE.

No que se refere ao montante de recursos transferidos pelos programas do FNDE aos municípios, Polena e Gouveia (2010, p. 11) ressaltam que se considerarmos o que estes significam em termos de recursos por aluno pode-se começar a problematizar o papel dos mesmos, pois mesmo cidades em que o montante de recursos é muito pequeno, como é o caso de Quatro Barras, em termos *per capita* isto pode ser melhor dimensionado.

As autoras destacam que todos os municípios têm crescimento de mais de 100% nos recursos a partir de 2004, devido ao repasse da quota municipal do Salário Educação e que nos últimos anos da série (2004-2006) a diferença entre o maior e o menor *per capita* FNDE/aluno nestes municípios foi próximo de 25% e que os municípios que tiveram os maiores *per capita*s FNDE/aluno foram aqueles com Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal - IDH-M mais baixo na região: Campo Largo, Quatro Barras, Fazenda Rio Grande e Piraquara. Por outro lado, os municípios com menor *per capita* não são necessariamente aqueles que apresentam os melhores IDH-M.

Frente ao exposto, destaca-se que o planejamento do acesso a tais recursos pode estar expresso nas LDOs destes municípios.

2.2. POLÍTICA DE FUNDOS – O FUNDEF

Além das fontes de recursos outro fator que pode influenciar na definição das metas para a educação nas LDOs são as características dos fundos. Como nesta pesquisa analisaremos LDOs correspondentes, tanto ao período do FUNDEF quanto ao período do FUNDEB, faremos uma diferenciação entre esses dois fundos.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC 233-A), que gerou a Emenda n.º 14/96¹⁸ à Constituição de 1988 e que criou o FUNDEF, teve origem no Poder

¹⁸ Além de criar o FUNDEF modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal de 1988. No que se refere ao artigo 34, acrescentou no inciso VII, a alínea “e”, onde determinou que a aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferência, fosse na manutenção e desenvolvimento do ensino. Quanto ao artigo 208 deu nova redação aos incisos I e II, em que determinou que o ensino fundamental obrigatório e gratuito fosse assegurado, inclusive, por meio de oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram

Executivo Federal, em 1995¹⁹ e representou, segundo Farenzena (2001), a imposição de inflexões a diretrizes, objetivos ou metas que vinham sendo construídos nos espaços do Plano Decenal de Educação para Todos e da LDB n.º 9.394/96.

Da apresentação da PEC à sua aprovação transcorreu menos de um ano e, para a Lei do FUNDEF, este período foi de aproximadamente três meses. O núcleo do interesse governamental era a criação do FUNDEF – sem o aporte de significativos recursos por parte da União – e, neste ponto, o Executivo obteve êxito. A rapidez e o resultado podem ser explicados pela costura política previamente realizada com estados e municípios para acolhimento da Proposta – circunstância declarada pelo Ministro durante audiência pública – embora o fator determinante tenha sido o da “supermaioria” garantida pela coalização governamental. (...) Há que acrescentar, entretanto, que a produção em tempo reduzido significou, muito mais do que agilidade ou eficiência, um verdadeiro “atropelo”, o que transpareceu nas manifestações de desconhecimento, de vários parlamentares, de aspectos centrais de uma proposta que era complexa e, como tal, exigiria um exame mais detido, quer dizer, uma intervenção política, mais qualificada, que não se dobrasse – cegamente ou oportunisticamente – aos argumentos tecnocráticos. Não pode deixar de ser considerada, também, a estratégia do governo de incluir na PEC a reforma de muitos dispositivos sobre a educação da Constituição Federal, pulverizando as atenções sobre o “núcleo”, especialmente por parte das entidades da sociedade civil. A “oportunidade” valeu-se também do fato de que no ano de 1996 encerravam-se os mandatos de prefeito (quando ainda não era possível a reeleição) e concentravam-se os debates parlamentares em torno à emenda da reeleição para os cargos do Executivo.

Reitera-se que a tramitação da PEC coincidiu com os dois últimos anos de elaboração da LDB e que, nesta última, o Executivo investiu em intervenções para adequá-la aos dispositivos da reforma constitucional. (FARENZENA, 2001).

Neste mesmo período, era proposta a reforma do aparelho do Estado, nos termos do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado - PDRAE, que anunciava a centralização da regulação e da coordenação do Estado,

acesso na idade própria e que ocorresse a progressiva universalização do ensino médio gratuito. No que se relaciona ao artigo 211 deu nova redação aos §§ 1º e 2º e inseriu mais dois parágrafos, determinando as competências educacionais de cada ente da federação: “A união organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório”. Quanto ao artigo 212 deu nova redação ao § 5º, determinando que o ensino fundamental público tivesse como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei.

¹⁹ Para compreender melhor o processo de tramitação do FUNDEF, verificar FARENZENA (2001).

particularmente no nível federal e a progressiva descentralização vertical para os níveis estadual e municipal, das funções executivas no campo da prestação de serviços sociais e de infraestrutura. A preocupação era, de acordo com Martins (2009, p. 123), a partir do gerenciamento racional, dar ao Estado a capacidade de imprimir eficiência aos serviços. Contudo, Peroni (2003, p. 19) ressalta que a proposta de descentralização apontada não significa maior participação e controle sociais, mas uma resposta para a crise fiscal, com o objetivo de racionalizar recursos diminuindo o papel do Estado no que se refere às políticas sociais das quais a educação faz parte.

No campo da educação, a proposta de descentralização estava implícita no encaminhamento da proposta do FUNDEF, cuja exposição de motivos (EM n.º 273/95), que acompanhou a Proposta de Emenda Constitucional, esclarecia que se tratava de reforma complementar a reforma do Estado. A linha, portanto, era de descentralização para os entes subnacionais, sobretudo na direção da municipalização nos locais em que a rede ainda não fosse municipalizada, situação predominante em todas as regiões, com exceção da região nordeste (MARTINS, 2009, p. 124).

De acordo com o mesmo autor, o processo inicial de tramitação do FUNDEF não contou com o protagonismo das entidades da comunidade educacional e das audiências públicas que precederam a Emenda Constitucional – EC n.º 14/96 participaram instituições ligadas ao ensino superior, o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação - CONSED, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES, menos por fruto de mobilização e mais por serem reconhecidos como atores relevantes.

A base conceitual do FUNDEF teve sua expressão maior nos trabalhos de seu primeiro executor, Barjas Negri, secretário executivo do FNDE e formulador da proposta do FUNDEF no Ministério da Educação. Martins (2009, p. 128) destaca que de forma coerente com o ideário do governo, cuja prioridade no momento era o ajuste fiscal, Negri, ao produzir estudo acerca do financiamento da educação, recoloca um tema permanente no debate do financiamento que se referia à questão da gestão, visto que, havia suficiência de recursos.

Do diagnóstico de Negri, citado por Martins (2009, p. 129), acerca da situação do financiamento do ensino fundamental, ressaltava-se que os avanços obtidos no ensino fundamental no que se referia à escolarização e redução da taxa de analfabetismo foram insuficientes para eliminar a má qualidade, a repetência e a evasão; o máximo de 37% dos recursos de estados e municípios era dirigido ao ensino fundamental, além de uma parte erroneamente ser computada como despesa da educação; os salários dos professores municipais eram baixos; no tocante à oferta do ensino fundamental, os municípios eram responsáveis por 36% e os estados por 64% das matrículas e que havia enorme diferença no atendimento do aluno dentro do mesmo município, em função da escola poder ser estadual ou municipal e a disponibilidade de recursos em cada esfera de governo ter uma acentuada diferença.

Deste diagnóstico, surgiram os objetivos que o FUNDEF procuraria atender: a prioridade para o ensino fundamental, a equidade e a valorização do magistério.

2.2.1. REGULAMENTAÇÃO E FUNCIONAMENTO

O FUNDEF caracterizou-se como um fundo de âmbito estadual de natureza contábil, formado por recursos das três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Sua criação pela Emenda Constitucional n.º 14/96²⁰ e regulamentação pela Lei n.º 9.424/96²¹ vinculou recursos para o ensino fundamental.

²⁰ Dá nova redação ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e insere novos parágrafos. O artigo passa a ter a seguinte redação: “Nos dez primeiros anos da promulgação desta emenda, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de sessenta por cento dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal, a manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério”. Para dar conta da nova determinação do artigo inseriu sete parágrafos que se referiam respectivamente à: criação do FUNDEF (§ 1º); definição das fontes de recursos do Fundo e as formas como o mesmo seria distribuído (§ 2º); determinação de complementação da União ao Fundo sempre que, em cada Estado e no Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançasse o mínimo definido nacionalmente (§ 3º); definição do prazo para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ajustassem progressivamente suas contribuições ao Fundo, de forma a garantir um valor por aluno correspondente a um padrão mínimo de qualidade de ensino, definido nacionalmente (§ 4º); definição de uma proporção não inferior a sessenta por cento dos recursos de cada Fundo destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério (§ 5º); definição de que a União aplicasse na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, inclusive na complementação a que se refere o § 3º, nunca menos que o equivalente a trinta por cento dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal (§ 6º) e determinação para a criação de uma lei que dispusesse sobre a organização dos Fundos, a distribuição

O Fundo era composto pelas seguintes fontes de recursos:

FONTE	PERCENTUAL
Fundo de Participação dos Estados – FPE; Fundo de Participação dos Municípios – FPM; Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS; Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações – IPlexp; Desoneração de Exportações (Lei Complementar n.º 87/96).	15%

Quadro 5: Fontes de recursos que compõem o FUNDEF.

Fonte: Lei n.º 9.424, de 24/12/1996.

Além disso, integravam os recursos do Fundo, a complementação da União para os Estados e Municípios que não alcançassem o valor mínimo nacional por aluno-ano fixado para cada exercício.

A distribuição dos recursos se dava na proporção do número de alunos matriculados, anualmente, no ensino fundamental público regular²² nas escolas cadastradas das respectivas redes de ensino. Sendo considerada também para a distribuição dos recursos, como componentes do custo-aluno, uma diferenciação de custos que levava em conta as seguintes variáveis: alunos de 1ª a 4ª séries, de 5ª a 8ª séries, estabelecimentos de ensino especial e escolas rurais.

Tanto a EC n.º 14/96 quanto a Lei n.º 9.424/96 estabeleciam restrições sobre o uso dos recursos, assegurando que pelo menos 60% da receita recebida por estados e municípios fossem utilizados para a remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental. Sendo permitido, conforme a Lei de regulamentação do Fundo, nos primeiros 5 anos, a utilização de parte destes recursos da parcela de 60% para a capacitação de professores leigos.

proporcional de seus recursos, sua fiscalização e controle, bem como sobre a forma de cálculo do valor mínimo nacional por aluno (§ 7º).

²¹ Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

²² Era vetado o cômputo das matrículas da Educação de Jovens e Adultos - EJA de Ensino Fundamental para efeitos de receita.

Além disso, a Lei n.º 9.424/96 exigia a aplicação exclusiva dos recursos no ensino fundamental público, excluindo, portanto, as escolas de cunho confessional, comunitária e filantrópica.

Outra exigência desta Lei era a elaboração de Planos de Carreira e Remuneração do Magistério²³, estabelecendo que os mesmos priorizassem a remuneração condigna para os professores do ensino fundamental, em efetivo exercício; estímulos ao trabalho em sala de aula; melhoria da qualidade do ensino e a capacitação, em 5 anos, dos professores leigos.

A fiscalização dos recursos do Fundo deveria ser realizada pelos Tribunais de Contas da União, Estados e Municípios e pelos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social - CACS do FUNDEF.

De acordo com a Lei n.º 9.424/96, era incumbência desses conselhos: fiscalizar a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo; supervisionar o censo escolar anual e acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PAED, neste caso recebendo e analisando as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação dos recursos dos projetos federais e encaminhando-os ao FNDE.

Os conselhos deveriam ser constituídos de acordo com norma de cada esfera, atendendo ao número mínimo de membros, conforme o quadro 6:

NÍVEL FEDERAL	ESTADOS	DISTRITO FEDERAL	MUNICÍPIOS
Mínimo de 6 membros representando:	Mínimo de 7 membros representando:	Mínimo de 5 membros representando:	Mínimo de 4 membros representando:
Poder Executivo Federal;	Poder Executivo Estadual;	Poder Executivo Estadual;	Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente;
Conselho Nacional de Educação;	Poderes Executivos Municipais;	Conselho Estadual de Educação;	Professores e os diretores das escolas públicas do ensino
Conselho Nacional de Secretários de Estado da	Conselho Estadual de Educação;	Pais de alunos e professores das escolas públicas	

²³ Exigência que foi suspensa pelo Conselho Nacional de Educação.

Educação; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; Pais de alunos e professores das escolas públicas do ensino fundamental.	Pais de alunos e professores das escolas públicas do ensino fundamental; Seccional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; Seccional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Delegacia regional do Ministério da Educação e do Desporto - MEC.	do ensino fundamental; Seccional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.	fundamental; Pais de alunos; Servidores das escolas públicas do ensino fundamental. Representantes do respectivo Conselho Municipal de Educação.
--	--	---	---

Quadro 6: Número mínimo de membros dos CACS FUNDEF.
Fonte: Lei n.º 9.424, de 24/12/1996.

2.2.2. VIRTUDES E PROBLEMAS

O FUNDEF vigorou de 1998²⁴ a 2006 e como instrumento inserido em um processo de consolidação de uma política de financiamento da educação básica pública, cujo objetivo foi assegurar o direito à educação, avançou em alguns aspectos: na garantia de princípios democráticos no tocante à universalização do ensino fundamental e sua oferta com equidade; no critério de distribuição segundo a matrícula, que além de reduzir o clientelismo e aumentar a transparência, teve o mérito de orientar o financiamento para o aluno e na adoção de conta específica, que além de proteger os recursos da educação, tornou sua gestão mais transparente (MARTINS, 2009, p. 194). Além disso, reduziu a desigualdade intraestadual no gasto público com o ensino fundamental.

Contudo, de acordo com Gouveia e Silva (2009), o funcionamento do FUNDEF foi acompanhado por intenso debate sobre seus efeitos negativos. Entre os principais estava a indução à municipalização, desconsiderando-se as desigualdades de condições de arrecadação entre as milhares de prefeituras; a

²⁴ Vigorando opcionalmente em 1997, o FUNDEF, foi implantado obrigatoriamente em âmbito nacional a partir de 1º de janeiro de 1998. Somente o Estado do Pará, implantou o FUNDEF, em 1997.

utilização da municipalização como forma dos estados economizarem recursos e desobrigarem-se do ensino fundamental e o efeito de redução dos gastos com educação infantil ou pelo menos ampliação tímida destes gastos por parte das prefeituras e com Educação de Jovens e Adultos por parte dos estados e municípios, uma vez que esses alunos não eram contabilizados para receber recursos do Fundo.

O FUNDEF, segundo Militão (2011, p. 2), voltou-se exclusivamente ao financiamento do ensino fundamental e acabou inviabilizando, na prática, a manutenção e desenvolvimento – em quantidade e qualidade – de outros níveis e modalidades de ensino que compõem a educação básica, os quais sofreram considerável revés.

Criou-se, dessa forma, conforme Farenzena (2001), um sistema nacional de financiamento do ensino fundamental público e ficaram dependentes deste e “congeladas”, ao que parece, por um decênio, as definições quanto ao regime de colaboração no financiamento das demais etapas da educação básica.

Apesar da focalização, nesta etapa do ensino, Pinto (2007, p. 880) demonstra que houve um reduzido impacto do FUNDEF, no que se refere, à melhoria das condições de oferta do ensino fundamental. Ao apresentar dados sobre alguns insumos, considerados pelo autor como imprescindíveis para uma escola que procure assegurar condições satisfatórias de ensino, mostra que, em 2005 (um ano antes do término do FUNDEF), apenas cerca de 1/5 das escolas brasileiras apresentava biblioteca ou quadras de esporte; somente 12% possuíam laboratório de informática; 15% estavam ligadas à internet (em geral, apenas para uso administrativo) e somente 6% tinham laboratório de ciências e que nas regiões Norte e Nordeste a presença de boa parte destes recursos aproximava-se de zero, melhorando um pouco a oferta nas regiões Sudeste e Sul, mas ainda muito aquém do aceitável.

No que concerne à equidade entre as regiões proposta pelo Fundo, muitos municípios passaram a contar com recursos mais significativos. Entretanto, a mesma restringiu-se à relação entre estados e os seus respectivos municípios a chamada equidade intraestadual, sendo poucos estados beneficiados com a complementação da União que deveria acontecer sempre que no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançasse o mínimo definido nacionalmente.

A União, segundo Martins (2009, p. 194), teve uma forte desenvoltura na coordenação federativa para que fosse adotado o fundo, mas uma fraca atuação em sua função supletiva, que não contribuiu significativamente para reduzir as desigualdades regionais. Além disso, a despeito de contar com o instrumento legal da regra da complementação²⁵, relacionada ao valor mínimo como a média nacional, esta jamais foi respeitada no período de vigência do Fundo.

Sousa Junior (2006, p. 278) destaca que isso foi possível porque o Governo Federal editou por meio de Decreto Presidencial os valores do custo-aluno bem abaixo do que rezava a Lei n.º 9.424/96, como pode ser verificado na tabela abaixo:

ANO	VALOR LEGAL	VALOR DECRETADO	DIFERENÇA (%)
1997	300,00	300,00	-
1998	399,47	315,00	21,14
1999	451,81	315,00	30,28
2000	532,53	333,00	37,47
2001	613,85	363,00	40,86
2002	706,35	418,00	40,82
2003	786,16	446,00	44,03
2004	864,00	537,71	37,76
2005	975,79	620,56	36,40

Tabela 1: Evolução do custo-aluno (FUNDEF) das quatro primeiras séries do ensino fundamental.
Fonte: SOUSA JUNIOR, 2006, p. 278.

Outro efeito do Fundo, ao atrelar parcela dos recursos vinculados à educação à matrícula no ensino fundamental regular, foi induzir um processo de municipalização sem precedentes no Brasil (PINTO, 2007, p. 879). Esta mudança, desencadeada pelo FUNDEF no padrão de divisão de responsabilidades, segundo o autor, pouco contribuiu para aumentar a eficiência da gestão do sistema e menos ainda a qualidade do ensino; pois, em geral, não houve consulta à comunidade escolar e os critérios de decisão foram essencialmente monetários: de um lado, os estados querendo reduzir seus alunos, de outro, os municípios querendo ampliar suas receitas.

²⁵ § 1º, do Art. 6º, da Lei n.º 9.424/96 que prevê ser o valor mínimo anual nunca inferior a razão entre a previsão da receita total para o fundo e a matrícula total do ensino fundamental do ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas.

A subvinculação de recursos para o magistério, proposta pelo Fundo, revelou-se condição necessária, mas não suficiente, para dar uma base para a valorização do magistério e a organização da carreira.

Davies (2001) destaca que não houve nenhum cálculo na documentação oficial demonstrando que a aplicação dos 60% da receita do fundo, iria, necessariamente, valorizar o magistério e que, embora, esse percentual possa ter trazido melhorias em uma ou outra rede estadual ou municipal, não foi garantia de valorização do magistério do ensino fundamental no Brasil como um todo.

Além disso, o autor destaca que outra debilidade do fundo esteve em não se preocupar com a valorização do magistério dos demais níveis e modalidades de ensino, nem com os demais profissionais da educação, bem como em não estabelecer um piso salarial nacional para o magistério.

Arelaro (2007, p. 12) ressalta que na pesquisa sobre avaliação da implantação do FUNDEF, realizada em doze Estados, constatou-se que nos municípios em que os prefeitos não pagavam sequer o salário mínimo, ou pagavam meio salário mínimo aos professores, obtiveram, efetivamente, a correção dessa injustiça; pois, os prefeitos passaram, a partir de 1999, a pagar o salário mínimo. A crítica da autora é que para isso não era necessário o Fundo, bastava o cumprimento dos dispositivos da Constituição Federal de 1988, que proíbe qualquer trabalhador de ganhar menos que um salário mínimo por jornada de trabalho.

A autora destaca, ainda, que é interessante observar que isto aconteceu, somente, nos municípios pequenos, pois nos grandes municípios, e nos que já possuíam redes tradicionais de ensino, com estatutos de magistério e/ou planos de carreira em desenvolvimento, constatou-se que, depois do FUNDEF, poucos foram os ganhos salariais. O que se obteve, de maneira geral, foi o estabelecimento de gratificações anuais ao magistério – no “acerto de contas” dos 60% que deveriam ser gastos (ARELARO, 2007).

Finalmente, com relação ao controle social, destaca-se que é inegável que o FUNDEF tenha introduzido um sistema de controle social e que tenha consolidado um critério impessoal para a distribuição de recursos, o que não foi pouca coisa, frente aos traços patrimonialistas e clientelistas que permeiam as relações no estado brasileiro.

Entretanto, de acordo com Martins (2009, p. 252), estes traços mantiveram sua influência e no aspecto do exercício do controle social, o FUNDEF sucumbiu

ante a frágil fiscalização por parte dos conselhos de acompanhamento e controle social.

Rossinholi (2010, p. 85) destaca que em alguns municípios ocorreram manipulações e maquiagens de informações apresentadas, bem como a ausência de um conselho que fosse autônomo e exercesse sua função de acompanhamento do uso dos recursos o que levou a ocorrência, em muitos municípios, da má gestão dos recursos. Davies (2001) ressalta que o potencial democrático destes conselhos foi bastante limitado, pois apesar do nome eram mais estatais do que sociais, uma vez que eram compostos mais por representantes do Estado do que da sociedade; um outro ponto, segundo o autor, que enfraquecia a representação social, era a falta de capacitação técnica para análise da documentação contábil relativa à receita do fundo e a aplicação dos recursos no ensino fundamental e na valorização do magistério.

A quase totalidade dos municípios e estados criaram os respectivos Conselhos e, a não ser em alguns casos, denunciados em jornais, foram raros os Conselhos que exerceram plenamente suas funções por medo, vinculação com o Executivo ou ignorância das rotinas financeiro-contábeis (ARELARO, 2007, p. 14).

Além disso, segundo a autora, a avaliação que se tem da atuação do próprio Conselho do FUNDEF em nível federal, é uma das mais frágeis possíveis – e não por falta de conselheiros competentes e informados sobre a sistemática financeira nacional – onde sequer consta, ao menos, uma denúncia pelo não cumprimento da Lei n.º 9.424/96 e da inconstitucionalidade do veto à inclusão da educação de jovens e adultos no referido Fundo, bem como não consta, também, qualquer pedido de intervenção federal – pelo Congresso Nacional ou Tribunal de Contas – pelo não cumprimento legal do valor *per capita* mínimo no ensino fundamental, em todos os dez anos de existência do Fundo (ARELARO, 2007).

2.3. PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO FUNDEF PARA O FUNDEB

Frente às fragilidades, efeitos negativos e limitações do FUNDEF, muitas foram as propostas de adaptação/correção e até mesmo de substituição do Fundo.

O trabalho de Rossinholi (2010) demonstra que, durante todo o período de vigência do FUNDEF, foram apresentadas PECs tratando do financiamento da educação.

(...) várias propostas apresentadas tinham o intuito de garantir a continuidade do FUNDEF (PECs 270/00, 312/00, 467/01, 29/02 e 522/02), aumentar seus recursos (PECs 536/97 e 416/01) ou incluir a educação infantil no FUNDEF (PECs 570/98 e 342/01).

Outras propostas apresentadas traziam a ampliação do FUNDEF com a inclusão da educação infantil e do ensino médio, gerando o FUNDEB (PECs 112/99, 34/02 e 415/05), outras ainda tratavam da criação de vários fundos.

Nas propostas para a criação de vários fundos, algumas mantinham o FUNDEF e criavam fundo para a educação infantil (PECs 415/01, 037/03, 92/03, 105/03), outras, além da manutenção do FUNDEF, criavam fundos para o ensino superior (PEC 573/02 e 217/03), havendo ainda a proposta para a manutenção do FUNDEF com criação de mais dois fundos, um para a educação infantil e outro para o ensino médio (PEC 190/03). (ROSSINHOLI, 2010, p. 133).

A autora destaca que a manutenção de um fundo único para o financiamento da educação no Brasil ou a criação de vários fundos, bem como dos critérios para divisão dos recursos mobilizaram boa parte do debate, mostrando a preocupação com os diferentes níveis de ensino.

O FUNDEF foi substituído pelo FUNDEB, criado pela Emenda Constitucional n.º 53/06²⁶ e regulamentado pela Lei n.º 11.494/07²⁷.

²⁶ Além de criar o FUNDEB, dá nova redação aos artigos 7, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal de 1988. No que se refere ao artigo 7 deu nova redação ao inciso XXV estipulando a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas. Quanto ao artigo 23 alterou a redação do parágrafo único determinando que leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. No artigo 30 alterou a redação do inciso VI, estipulando que compete aos municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental. No que se relaciona ao artigo 206 alterou a redação do inciso V determinando a valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; e, inseriu o inciso VIII que garante piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal e o parágrafo único, no qual se estipula que terá uma lei que disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Quanto ao artigo 208, alterou o inciso IV garantindo a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade. No que se relaciona ao artigo 211 incluiu o § 5º assegurando que a educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. No que se refere ao artigo 212 modificou o § 5º determinando que a educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei e incluiu o § 6º que determina que as cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

A aprovação do FUNDEB ocorreu, segundo Rossinholi (2010, p. 133), em função da aproximação do final do período para o qual o FUNDEF havia sido aprovado, da pressão pelo maior envolvimento da União no financiamento da educação básica e pela necessidade de correção dos problemas apresentados com a criação do fundo anterior, principalmente em relação à educação infantil.

Para a autora, o estabelecimento do fundo de financiamento para parte da educação brasileira pelo FUNDEF, foi fundamental para que tenha ocorrido a aprovação do FUNDEB em 2006, sendo este último, a continuidade da sistemática de fundo para financiamento da educação, com novas regras e inclusão de novos níveis de ensino e recursos.

2.4. O FUNDEB

Diferentemente do processo de discussão do FUNDEF, em que predominaram as negociações entre os representantes dos poderes executivo e legislativo no plano federal, o processo de discussão do FUNDEB, conforme Martins (2009, p. 206), contou com uma participação intensa de atores dos poderes públicos das esferas subnacionais (estados, Distrito Federal e municípios) e dos movimentos sociais.

O FUNDEB ingressou na agenda parlamentar pouco tempo após o início da vigência do FUNDEF, com a apresentação da PEC n.º 112/99, pela bancada do Partido dos Trabalhadores – PT, na Câmara dos Deputados.

Por essa proposta, de acordo com Rossinholi (2010, p. 107), a vinculação da receita de impostos com educação da União, estabelecida no artigo 212 da Constituição Federal de 1988, passaria de 18% para 20%, ficando mantidos os percentuais dos estados, Distrito Federal e municípios; a totalidade dos recursos, previstos neste artigo, comporia o FUNDEB e a aplicação de 80% do valor gerado com esses percentuais estaria vinculada à remuneração dos profissionais da educação.

²⁷ Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996; 10.880, de 9 de junho de 2004 e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

Com a eleição do presidente Lula, em cujo programa figurava o compromisso de implantação do FUNDEB, gerou-se a expectativa do envio de mensagem de emenda constitucional nessa direção ou do aproveitamento da apresentada pela bancada do PT. Entretanto, conforme Martins (2009, p. 195), o ajuste fiscal continuou a conformar as ações do governo, com a fixação de metas de inflação, responsabilidade fiscal e superávits primários. Assim, a proposta se arrastou dentro do governo até 2005.

Para iniciar a discussão sobre o FUNDEB, o governo apresentou um documento preliminar para todos os órgãos e entidades que participariam do debate (Executivo, Legislativo e movimentos sociais). Este documento de orientação geral, elaborado pelo Ministério da Educação e divulgado em julho de 2004, foi denominado “Diretrizes para o FUNDEB”.

Estas diretrizes, de acordo com Martins (2009, p. 203), constituíram o ponto de partida para as negociações com a UNDIME, o CONSED, a CNTE e todos os atores sociais envolvidos e para a discussão em colóquios realizados pelo Ministério da Educação - MEC naquele ano.

No ano de 2004, o MEC realizou vários debates em Brasília, São Paulo, Porto Alegre, Teresina, Palmas e Belo Horizonte, dos quais participaram representantes das secretarias estaduais e municipais de educação, conselhos estaduais e municipais de educação, sindicatos, pesquisadores e outras associações locais (ROSSINHOLI, 2010, p. 109).

Elaborada a proposta oficial pela Presidência da República para o FUNDEB (PEC n.º 415/05), esta foi encaminhada ao Congresso Nacional pela Mensagem n.º 352/05, acompanhada pela Exposição de Motivos n.º 019/2005, elaborada pelo Ministério da Educação. No Congresso, tramitou conjuntamente com o bloco de proposições, cuja peça principal foi a PEC n.º 536/97 e transformou-se na Emenda Constitucional n.º 53/06²⁸ (MARTINS, 2009, p. 204).

²⁸ Dá nova redação ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que passou a ser a seguinte: até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação. Para dar conta de tal determinação a Emenda incluiu doze incisos que se referiam respectivamente à: I - criação do FUNDEB; II – fontes de recursos e formas de distribuição do Fundo; III – determinação da criação de uma lei específica para regulamentação do Fundo; IV – determinação da aplicação dos recursos dos Fundos pelos Estados e Municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária; V – determinação de complementação da União aos Fundos, sendo vedada para isto a utilização dos recursos do salário educação; VI – determinação de que até 10% da complementação da União poderia ser distribuída

Alguns temas se impuseram nos debates da PEC do FUNDEB, trazidos por diferentes atores:

- a) Os parlamentares da base do governo ligados aos movimentos sociais e às instâncias municipais combateram a exclusão das creches e levantaram a questão do piso salarial nacional, associada nos discursos, à equidade e à qualidade do ensino;
- b) A oposição forçou a proibição da utilização do salário-educação como fonte da complementação da União e a garantia de que o ensino fundamental não teria seu valor *per capita*, em cada estado, reduzido, em relação ao Fundef;
- c) Deputados do governo e da oposição reivindicaram maior participação da União e definição da complementação a partir de um percentual mínimo do valor do fundo, com o objetivo de promover mais *equidade* e a efetivação do *regime de colaboração* (MARTINS, 2009, p. 205).

As propostas obtiveram consenso na Comissão Especial, que as aprovou por unanimidade. Tal fato, com o encaminhamento consensual pelo Congresso Nacional, seria reconhecido pelo Poder Executivo na Exposição de Motivos n.º 49/06, que acompanhou a Medida Provisória n.º 339/06 e desta Medida originou-se a Lei n.º 11.494/07 - Lei de regulamentação do FUNDEB.

2.4.1. REGULAMENTAÇÃO E FUNCIONAMENTO

O FUNDEB é um fundo de natureza contábil que possui caráter provisório, com prazo de vigência de 14 anos. Os Estados, Municípios e o Distrito Federal devem investir os recursos do Fundo na manutenção e desenvolvimento da

para os Fundos por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação; VII – estipulação dos valores de forma gradual para a complementação da União; VIII – determinação de que a vinculação de recursos à MDE estabelecida no art. 212 da Constituição Federal suportará, no máximo, 30% da complementação da União; IX – determinação de que os valores estipulados para complementação da União serão atualizados anualmente; X – aplicação à complementação da União do disposto no artigo 160 da Constituição Federal; XI – determinação de que a não complementação da União aos Fundos importará em crime de responsabilidade da autoridade competente; XII – determinação de que proporção não inferior a 60% de cada Fundo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. Além disso, a Emenda altera as redações dos parágrafos 1º ao 5º. O § 1º determinou que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão assegurar, no financiamento da educação básica, a melhoria da qualidade de ensino, de forma a garantir padrão mínimo definido nacionalmente. O §2º determinou que o valor por aluno do ensino fundamental, no Fundo de cada Estado e do Distrito Federal, não poderá ser inferior ao praticado no âmbito do FUNDEF, no ano anterior à vigência desta EC. O § 3º assegurou que o valor anual mínimo por aluno do ensino fundamental, no âmbito do FUNDEB, não poderia ser inferior ao valor mínimo fixado nacionalmente no ano anterior ao da vigência desta EC. O § 4º estabeleceu que para efeito de distribuição de recursos dos Fundos levar-se-á em conta a totalidade das matrículas no ensino fundamental e considerar-se-á para a educação infantil, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos a sua totalidade a partir do terceiro ano. O § 5º estipulou que a porcentagem dos recursos de constituição dos Fundos será alcançada gradativamente nos primeiros 3 anos de vigência dos Fundos. Os parágrafos 6º e 7º foram revogados.

educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e na remuneração de seus profissionais.

Além dos impostos e transferências que já faziam parte do FUNDEF (ICMS, FPE, FPM, IPI – Exportação e Lei Complementar n.º 87/96), o FUNDEB, incorporou outros três: Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer bens ou direitos - ITCMD e Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, com um percentual de subvinculação de 20% a partir do 3º ano de vigência do Fundo, pois sua base de incidência obedeceu a uma implantação gradual, conforme demonstrado no quadro 7:

FONTES	FUNDEB		
	1º ANO (2007)	2º ANO (2008)	3º ANO EM DIANTE (2009/2020)
ICMS	16,66%	18,33%	20%
FPE/FPM	16,66%	18,33%	20%
IPI – Exportação	16,66%	18,33%	20%
LC 87/96	16,66%	18,33%	20%
IPVA	6,66%	13,33%	20%
ITR	6,66%	13,33%	20%
ITCMD	6,66%	13,33%	20%

Quadro 7: FUNDEB: fontes e percentuais.

Fonte: Emenda Constitucional n.º 53/06 e Lei n.º. 11.494/07.

Além disso, integram os recursos do Fundo a complementação da União para os Estados e Municípios que não alcançarem o valor médio ponderado por aluno definido nacionalmente para cada exercício observando-se também a seguinte progressividade: 2 bilhões de reais no primeiro ano de vigência (2007); 3 bilhões de reais no segundo ano (2008); 4,5 bilhões de reais no terceiro ano (2009) e a partir do quarto ano (2010), 10% do total de recursos do novo Fundo. Também passa a ser vedada a utilização dos recursos oriundos da arrecadação da contribuição do salário-educação na complementação da União ao Fundo e o não cumprimento por parte da União desses quesitos importará em crime de responsabilidade da autoridade competente.

A distribuição dos recursos do Fundo ocorre pela proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica presencial, conforme

os dados apurados no censo escolar mais atualizado, aplicando-se ainda fatores de ponderação diferenciados de custo aluno/ano em relação às distintas etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino, fixados anualmente pela Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica²⁹.

Quanto à utilização dos recursos recebidos por estados e municípios, tanto a EC n.º 53/06 quanto a Lei n.º 11.494/07 determinam que no mínimo 60% dos recursos sejam destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. O restante dos recursos deve ser utilizado, segundo a lei regulamentadora do Fundo, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no artigo 70 da LDB n.º 9394/96.

Além disso, a Lei n.º 11.494/07 admite a distribuição de recursos às instituições³⁰ comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público. Neste sentido, considera o cômputo das matrículas efetivadas na educação infantil oferecida em creches para crianças de até três anos; pelo prazo de 4 anos, o cômputo das matrículas das pré-escolas que atendam às crianças de quatro e cinco anos; assim como, o cômputo das matrículas da educação especial, com atuação exclusiva na modalidade.

A Lei n.º 11.494/07 exige, ainda, a implantação de planos de carreira que deverão contemplar capacitação profissional, especialmente, voltada à formação continuada, com vistas à melhoria da qualidade do ensino e a remuneração dos profissionais da educação básica, de modo a assegurar: a remuneração condigna dos profissionais da educação básica da rede pública; integração entre o trabalho individual e a proposta pedagógica da escola e a melhoria da qualidade do ensino e

²⁹ A comissão é composta por onze membros: 1 representante do MEC; 1 representante estadual, de cada uma das cinco regiões político-administrativas brasileiras, indicado pelas seccionais do CONSED; e, 1 representante municipal, de cada uma das cinco regiões político-administrativas brasileiras, indicado pelas seccionais da UNDIME (Lei n.º 11.494/07, Art. 12, Incisos I, II e III).

³⁰ Para a inclusão de suas matrículas para efeito de recebimento de recursos, estas instituições devem obedecer aos seguintes requisitos: a) oferta em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional gratuito a todos os alunos; b) ausência de fins lucrativos; c) serem caracterizadas como instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas; d) assegurar a destinação de seu patrimônio a entidades congêneres em caso de encerramento de atividades; e) atender a padrões mínimos de qualidade, definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino, inclusive aprovação de seus projetos pedagógicos; f) ter certificado do Conselho Nacional de Assistência Social ou órgão equivalente; g) no caso das pré-escolas, pelo período de 4 anos; h) no caso da educação especial, atuação exclusiva na modalidade (SENA, 2008, p. 338).

da aprendizagem. Além disso, determina que o poder público deverá fixar piso salarial profissional nacional aos profissionais do magistério público da educação básica.

Quanto à fiscalização dos recursos do Fundo, a Lei n.º 11.494/07 determina que esta deve ocorrer por meio dos órgãos de controle interno; pelos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; pelo Tribunal de Contas da União, no que tange às atribuições a cargo dos órgãos federais, especialmente em relação à complementação da União e pelos CACS do FUNDEB nos três níveis de governo.

Os CACS seriam criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

ÂMBITO FEDERAL	ÂMBITO ESTADUAL	DISTRITO FEDERAL	ÂMBITO MUNICIPAL
Mínimo de 14 membros	Mínimo de 12 membros	Mínimo de 9 membros	Mínimo de 9 membros
até 4 do Ministério da Educação; 1 do Ministério da Fazenda; 1 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; 1 do Conselho Nacional de Educação; 1 do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação; 1 da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; 1 da União Nacional dos Dirigentes Municipais de	3 do Poder Executivo estadual, dos quais pelo menos 1 do órgão estadual responsável pela educação básica; 2 dos Poderes Executivos Municipais; 1 do Conselho Estadual de Educação; 1 da seccional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; 1 da seccional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; 2 dos pais de alunos da educação	3 do Poder Executivo estadual, dos quais pelo menos 1 do órgão estadual responsável pela educação básica; 1 do Conselho Estadual de Educação; 1 da seccional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; 2 dos pais de alunos da educação básica pública; 2 dos estudantes da educação básica pública, 1 dos quais indicado pela entidade estadual de	2 do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente; 1 dos professores da educação básica pública; 1 dos diretores das escolas básicas públicas; 1 dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas; 2 dos pais de alunos da educação básica pública; 2 dos estudantes

Educação; 2 dos pais de alunos da educação básica pública; 2 dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas.	básica pública; 2 dos estudantes da educação básica pública, 1 dos quais indicado pela entidade estadual de estudantes secundaristas.	estudantes secundaristas.	da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas; 1 do Conselho Municipal de Educação e 1 representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei n.º 8.069, de 13/07/90, indicados por seus pares.
--	--	---------------------------	---

Quadro 8: Critérios de composição dos CACS FUNDEB.
Fonte: Lei n.º 11.494/07.

A Lei n.º 11.494/07 expressou a preocupação com o aperfeiçoamento do desenho institucional destes conselhos, sendo criada, inclusive, uma série de impedimentos para que parentes de membros do Executivo, prestadores de serviços, pais que ocupem cargos ou funções de confiança integrem os conselhos, com o objetivo de dificultar o controle do Executivo sobre os mesmos. Neste mesmo sentido criou-se a proibição de que o representante do governo gestor dos recursos do fundo, em cada esfera de governo, ocupe a presidência do órgão, a qual deve ser eleita pelos conselheiros.

Na esfera municipal, a lei faculta a transformação do conselho em câmara do Conselho Municipal de Educação – CME, o que possibilitaria ao CACS FUNDEB a participação nas discussões acerca da elaboração das políticas públicas indo além de seu papel apenas de fiscalizador dos recursos.

Cria-se, também, uma série de novas exigências relativas à composição dos conselhos para viabilizar sua atuação, tornando-os mais amplos e representativos. Houve um fortalecimento da representação dos usuários da escola, além de um representante dos conselhos tutelares nos conselhos de âmbito municipal. Também foram previstas a indicação dos conselheiros pelos sindicatos e a eleição pelos pares.

A legislação estabeleceu, ainda, a disponibilização de instrumentos mais efetivos de fiscalização como a convocação dos secretários da educação, a

realização de visitas *in loco*, a manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do fundo e a requisição ao Poder Executivo de cópia de documentos referentes à licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do fundo, folhas de pagamento dos profissionais da educação, convênios e outros documentos necessários ao desempenho de suas funções.

Também foram ampliadas as atribuições dos conselhos, os quais, além de fiscalizar a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do fundo; supervisionar o censo escolar anual e acompanhar a aplicação dos recursos e a prestação de contas do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos³¹ têm como nova função supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual.

2.4.2. FUNDEB X FUNDEF: SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS, AVANÇOS E RETROCESSOS

A experiência do FUNDEF foi um elemento recorrente na discussão sobre o FUNDEB, na medida em que foram analisados seus aspectos positivos, que deveriam ser conservados e aprimorados, como também suas insuficiências que deveriam ser evitadas.

Sena (2008), ao analisar a legislação do FUNDEB em comparação com as normas do FUNDEF, destaca que o novo Fundo adotou as seguintes características que já integravam o Fundo anterior:

- natureza contábil do fundo;
- contas únicas e específicas com repasses automáticos;
- âmbito de cada estado, sem comunicação de recursos para além das fronteiras estaduais;
- aplicação de diferentes ponderações para etapas e modalidades de ensino e tipos de estabelecimento;
- controle social e acompanhamento exercido por conselhos nas três esferas federativas;
- destinação a ações de manutenção e desenvolvimento do ensino na educação básica (artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB);
- possibilidade de retificação dos dados do censo por demanda dos entes federados;
- complementação da União (SENA, 2008, p. 322).

³¹ Neste caso, recebendo e analisando as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação dos recursos dos programas federais e encaminhando-os ao FNDE.

No entanto, alguns aspectos representam aperfeiçoamento em relação ao FUNDEF.

O novo Fundo ampliou a área de abrangência para além do ensino fundamental e passou a contemplar todas as etapas e modalidades que compõem a educação básica. Desse modo, além de suplantando uma das principais limitações do Fundo precedente, o FUNDEB, contribuiu de acordo com Pinto (2007, p. 888), para resgatar o conceito de educação básica como um direito.

A regra da complementação da União, antes definida em legislação ordinária e nunca respeitada pelos governos do período, foi constitucionalizada e representa um dos maiores avanços do novo modelo do Fundo. Sousa Junior (2006, p. 282) destaca que a participação da União no Fundo passará dos 3% aplicados no FUNDEF para 10% no FUNDEB, ou seja, mais que triplicará a participação federal no novo fundo. Além disso, outro aperfeiçoamento do FUNDEB, com relação a esta responsabilização da União, refere-se à proibição do uso da fonte do salário-educação para esta complementação.

A previsão da fixação em lei de piso salarial profissional nacional para o magistério representa outro avanço importante, segundo Pinto (2007, p. 889), em especial, para as regiões mais pobres do país. Entretanto, uma crítica do autor, é que não foram contemplados os demais trabalhadores da educação (zeladores, inspetores de alunos, merendeiras e secretários).

Outro aspecto em que o FUNDEB representou um inegável avanço ante o FUNDEF refere-se ao controle social dos recursos.

Espelhando-se no Fundo anterior, a legislação regulamentadora do FUNDEB, também, previu a instituição de CACS nos três níveis de governo, tendo-os tornado, porém, conforme Militão (2011, p. 7), mais amplos e representativos, além de submetê-los a uma série de novas exigências relativas à sua composição para viabilizar sua atuação.

Assim sendo, as fragilidades reveladas no período do FUNDEF levaram ao aperfeiçoamento das regras referentes aos conselhos.

Como aspectos negativos da regulamentação do FUNDEB, Pinto (2007) ressalta o preceito que impede que os conselhos possuam uma estrutura administrativa própria para subsidiar a sua ação, ficando, portanto, na dependência da, nem sempre presente, boa vontade do Executivo que lhes cabe fiscalizar. O fato

de o legislador não adotar um critério geral de paridade entre os diferentes segmentos, como acontece, por exemplo, nos conselhos da saúde, permite também que o Executivo infle sua representação.

O autor ressalta, ainda, que os CACS permanecem como conselhos de fiscalização, sem poder real para definir as políticas para a área. Neste aspecto, Pinto (2007) destaca que a nova atribuição conquistada de supervisionar a elaboração da proposta orçamentária pode se configurar como um salto de qualidade na participação da sociedade civil na definição e elaboração de políticas públicas. Além disso, tal participação poderia possibilitar metas mais bem definidas para a educação nas LDOs dos municípios refletindo as necessidades e os anseios daqueles que convivem com os problemas diários das escolas.

Apesar de todos esses avanços, o Fundo apresenta aspectos problemáticos e que merecem um acompanhamento de perto ao longo de sua vigência.

O primeiro deles é a incorporação na educação infantil e na educação especial de matrículas na rede privada conveniada, pois o ingresso das matrículas privadas passa a ser constante até o fim do prazo de vigência do Fundo. Tornando-se, conforme Sena (2008, p. 325), necessário criar novos mecanismos de acompanhamento e controle para garantir a transparência, além de ser necessário o debate acerca do ritmo de expansão das matrículas das instituições conveniadas em relação às públicas.

Essa inclusão, segundo Pinto (2007, p. 888), representa um duro golpe no princípio de que recursos públicos devem se destinar às instituições públicas e o grande risco, segundo o autor, em especial no que se refere às creches, onde a demanda reprimida é gigantesca em virtude do baixo atendimento, é que o crescimento das matrículas se dê pela via das instituições conveniadas, já que o repasse que o poder público faz a essas instituições é muito inferior aos custos do atendimento direto.

Outro aspecto relaciona-se às ponderações, Pinto (2007, p. 891) destaca que o critério utilizado na definição da diferenciação dos fatores de ponderação do custo-aluno entre as diferentes etapas e modalidades de ensino (para o ano de 2007) esteve longe de ser o custo real dessas etapas e modalidades e o que houve, na realidade, foi uma decisão política que teve como parâmetro a busca de um acordo mínimo entre estados e municípios.

O autor salienta que para os próximos anos a lei determina que os fatores de ponderação levem em conta os custos reais de cada etapa, modalidade de ensino ou tipo de estabelecimento, tendo por base estudos a serem feitos pelo INEP. Contudo, considerando que caberá à Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade definir esses fatores de ponderação e que essa comissão será composta por cinco representantes da UNDIME, cinco representantes do CONSED e um representante do MEC, sem qualquer representação de pais, alunos e profissionais da educação, o mais provável é a prevalência de critérios de natureza fiscal.

2.4.3. QUEM GANHA E QUEM PERDE COM OS FUNDOS NO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA

Outro fator que pode influenciar a definição das metas para educação nas LDOs analisadas refere-se à questão dos municípios que ganhavam/perdiam recursos com o FUNDEF e dos municípios que ganham/perdem recursos com o FUNDEB, pois considera-se que os municípios que recebem recursos a mais com os fundos teriam uma possibilidade maior de definição de metas para a educação.

Neste sentido, procura-se na tabela 2 demonstrar nos anos correspondentes as LDOs analisadas quais os municípios que ganhavam ou perdiam recursos com os fundos.

MUNICÍPIO	FUNDEF		FUNDEB	
	2001	2006	2007	2009
Almirante Tamandaré	4.772.369,51	8.669.452,87	8.045.889,32	8.266.102,80
Araucária	-9.501759,18	-13.861.235,14	-18.413.942,36	-13.628.975,69
Campina Grande do Sul	2.730.121,60	2.659.911,63	2.537.529,18	4.131.112,27
Campo Largo	13.222,21	5.482.069,53	4.554.757,87	6.448.910,39
Campo Magro	1.108.518,54	967.565,58	309.301,27	716.687,50
Colombo	14.300.530,55	18.700.041,02	19.135.723,03	21.007.758,26
Curitiba	37.913.565,56	81.802.167,53	60.312.691,53	57.543.148,14
Fazenda Rio Grande	5.650.189,13	7.474.571,07	7.424.387,43	8.879.714,69
Pinhais	3.904.997,51	5.120.777,76	4.075.103,79	5.085.133,31

Piraquara	4.620.125,17	5.447.270,66	4.017.392,28	7.818.005,95
Quatro Barras	496.523,67	-307.247,40	-625.453,73	439.142,49
São José dos Pinhais	7.933.251,10	4.235.116,71	831.250,58	-4.806.584,72

Tabela 2: Diferença entre o valor enviado e recebido do FUNDEF/FUNDEB. Valores reais atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC para dezembro de 2009.

Fonte: FNDE (2001, 2006, 2007 e 2009). Dados tabulados pela autora.

Observa-se a partir da tabela que a maioria dos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba ganhava recursos tanto com o FUNDEF quanto com o FUNDEB. O único município que perdeu recursos nos dois fundos é Araucária que nos anos correspondentes ao FUNDEF perdeu em torno de 35% de recursos e nos anos correspondentes ao FUNDEB perdeu 40,76% em 2007 e 30,87% em 2009. Já Quatro Barras perdeu em torno de 12% de recursos no último ano do FUNDEF (2006) e em torno de 20% no primeiro ano do FUNDEB (2007). E São José dos Pinhais perdeu em torno de 10% de recursos no ano de 2009, correspondente ao período do FUNDEB.

Em síntese, analisar os efeitos da política de fundos nas LDOs implica verificar se as metas planejadas seguiram os principais objetivos dos mesmos.

Nesse sentido, cabe verificar se nas LDOs analisadas, correspondentes ao período do FUNDEF, houve priorização do Ensino Fundamental nas metas planejadas, se havia metas relacionadas à valorização do magistério do EF (em especial com relação à remuneração), se havia na LDO 2001 metas direcionadas à capacitação de professores leigos, bem como se havia planejamento de metas relacionadas à constituição dos CACS FUNDEF, visto que, este fundo era direcionado apenas ao financiamento do EF, restringia 60% de seus recursos para remuneração dos profissionais do magistério no EF, admitia nos cinco primeiros anos, o uso de parte dos 60% destinados à remuneração dos profissionais do magistério do EF à capacitação de professores leigos e determinava entre outras instâncias de fiscalização do fundo o controle social por meio da constituição dos CACS FUNDEF.

Já nas LDOs referentes ao período do FUNDEB cabe verificar se as metas planejadas foram direcionadas tanto para o EF quanto para a EI, se houve planejamento de metas relacionadas à valorização dos profissionais da educação (remuneração, implantação de planos de carreira e capacitação profissional), se

havia metas relacionadas a convênios e a criação dos CACS FUNDEB, visto que, este fundo é direcionado ao financiamento de toda a Educação Básica; restringe 60% de seus recursos para a remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica em efetivo exercício na rede pública; determina a implantação de planos de carreira que deveriam contemplar capacitação profissional especialmente voltada à formação continuada e à remuneração dos profissionais da Educação Básica; admite a distribuição de recursos às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas conveniadas com o poder público, considerando o cômputo das matrículas efetivadas na educação infantil oferecida em creches e por quatro anos o cômputo das matrículas das pré-escolas³² e determina entre outras instâncias de fiscalização do fundo o controle social por meio da criação dos CACS FUNDEB.

Além disso, cabe verificar nas LDOs se, o fato de alguns municípios perderem recursos com os fundos, provocou impacto na diminuição de metas para a educação naquele determinado ano.

³² Destaca-se que a lei que regulamentou o FUNDEB também considera o cômputo das matrículas da educação especial, com atuação exclusiva na modalidade. Contudo, não enfatizaremos a mesma porque a análise das LDOs limita-se as metas planejadas para o EF – séries iniciais e a EI.

CAPÍTULO 3

AS METAS PARA A EDUCAÇÃO NAS LDOs DOS MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA

Pretende-se, com este capítulo, caracterizar os municípios que compreendem o primeiro anel metropolitano de Curitiba, bem como analisar as suas Leis de Diretrizes Orçamentárias.

Para isso, inicialmente, contextualizamos a Região Metropolitana de Curitiba - RMC, buscando demonstrar como os municípios que compõem esse anel se encontram nessa organização.

Posteriormente, realizamos uma análise das LDOs de cada um desses municípios referentes aos anos 2001, 2006, 2007 e 2009, procurando verificar as mudanças introduzidas durante esses anos no tratamento das metas para a educação e evidenciar se estas Leis foram sendo aprimoradas no que se refere à transparência dos dados. Em seguida, procurando conhecer qual é a agenda educacional dos municípios expressas nessas LDOs para a educação infantil e para o ensino fundamental séries iniciais, realizamos um mapeamento e análise das metas planejadas para estas etapas da educação, procurando demonstrar as diferenças e semelhanças no tratamento dessas metas nos anos correspondentes ao período do FUNDEF (2001 e 2006) e nos anos referentes ao período do FUNDEB (2007 e 2009) levando em consideração as características próprias de cada Fundo. Logo após destaca-se os casos de Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais que por apresentarem formas distintas de tratamento das metas para a educação serão analisados de forma mais detalhada. O capítulo é finalizado com uma discussão sobre o tratamento das metas para a educação nas LDOs.

3.1. CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

A RMC foi criada em 1973 por meio da Lei n.º 14 do mesmo ano. Inicialmente contava com 14 municípios e atualmente é constituída por 26 municípios, podendo, ainda, ser subdividida em quatro grupos com características distintas:

Pólo metropolitano - Curitiba

a) Concentrava, em 2000, 57% da população metropolitana e 16% do total da população paranaense.

b) O VAF (Valor Adicionado Fiscal)³³ total do pólo representava 19,9% do total do VAF do Paraná. O VAF do pólo metropolitano respondia por 59,2% do VAF paranaense no setor de serviços. Nos setores de comércio e industrial a proporção era de 27,8% e 16,9%, respectivamente.

Primeiro anel

a) Somado à população do pólo concentrava 92,4% da população da RMC, formando uma mancha contínua de aglomeração.

b) Sua participação no VAF total do Paraná correspondeu a 21,2%, em 2000. O VAF industrial, impulsionado, sobretudo, pelo pólo petroquímico de Araucária representou 30% do VAF paranaense. No setor de serviços a representatividade foi de 12,8%, e de 17,2%, no setor de comércio em relação ao VAF paranaense.

Segundo e terceiro anéis³⁴

Somados, respondem por cerca de 7,5% da população da RMC. Em 2000, participavam com 1,9% do VAF do estado. Ambos têm uma relação um pouco menos marcada com o pólo – embora se mantenha a lógica da inter-relação e interveniência – e com o restante da RMC, sendo que o terceiro anel pode ser considerado como área que desempenha atividades tipicamente rurais (BRUEL, *et al*, 2007, p. 5).

Neste subconjunto, observa-se, do ponto de vista sócio econômico, a desigualdade de condições de vida da população da RMC dada a riqueza no pólo metropolitano e em dois municípios do primeiro anel que concentram a atividade industrial da região.

Neste trabalho, tomam-se como referência de análise os municípios que compõem o primeiro anel metropolitano: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

Esses municípios apresentam uma notória relação de dependência com o Pólo Metropolitano (maior que os municípios do segundo e terceiro anel), o qual configura a dinâmica da RMC de forma singular, num movimento de interdependência e às vezes de interferência para o desenvolvimento dos municípios na sua “individualidade” (SANCHEZ, 2010, p. 123).

³³ O VAF é um índice calculado anualmente pelos Estados, utilizado para calcular o valor a ser creditado a cada município, referente ao repasse de receitas advindas do ICMS e IPI-exportação. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, o VAF é resultado da diferença entre os valores das operações de saídas de mercadorias e serviços, sujeitos ao ICMS, em relação aos de entrada, consideradas as variações de estoque. O VAF é um dado obtido através da Declaração Fisco-Contábil, que é um demonstrativo das operações de entrada e saída de mercadorias abrangidas pelo ICMS, transcritas fielmente dos livros de Registros Fiscais (IPARDES, 2004).

³⁴ O segundo anel é composto pelos seguintes municípios: Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda, Itaperuçu, Mandirituba e Rio Branco do Sul. O terceiro anel é composto por: Adrianópolis, Agudos do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Lapa, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

3.1.1. MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA

Os municípios que compreendem o primeiro anel metropolitano de Curitiba apresentam características muito diferenciadas.

Dos doze municípios (incluindo a capital) sete apresentam mais de 100 anos de história: Curitiba (319 anos), São José dos Pinhais (159 anos), Campo Largo (142 anos), Campina Grande do Sul (128 anos) e Araucária, Colombo e Piraquara (122 anos); dois municípios têm meio século ou mais de história: Quatro Barras (50 anos) e Almirante Tamandaré (64 anos) e três municípios são relativamente novos: Fazenda Rio Grande (22 anos), Pinhais (20 anos) e Campo Magro (16 anos).

Destes municípios quatro foram desmembrados de Curitiba: Almirante Tamandaré, Campo Largo, Colombo e São José dos Pinhais; dois foram desmembrados de São José dos Pinhais: Araucária (inicialmente desmembrado de Curitiba) e Piraquara; dois foram desmembrados de Piraquara: Quatro Barras (inicialmente desmembrado de Campina Grande do Sul) e Pinhais. Já Campina Grande do Sul desmembrou-se de Bocaiúva do Sul; Campo Magro de Almirante Tamandaré e Fazenda Rio Grande de Mandirituba.

O quadro 9 sintetiza essas informações:

MUNICÍPIO	DESMEMBRADO DE	DATA DE CRIAÇÃO
Almirante Tamandaré	Curitiba	10/10/1947
Araucária	Curitiba e São José dos Pinhais	11/02/1890
Campina Grande do Sul	Bocaiúva do Sul	22/03/1884
Campo Largo	Curitiba	02/04/1870
Campo Magro	Almirante Tamandaré	11/12/1995
Colombo	Curitiba	05/02/1890
Curitiba	Paranaguá	29/03/1693
Fazenda Rio Grande	Mandirituba	26/01/1990
Pinhais	Piraquara	20/03/1992
Piraquara	São José dos Pinhais	29/01/1890
Quatro Barras	Campina Grande do Sul e Piraquara	09/11/1961
São José dos Pinhais	Curitiba	16/07/1852

Quadro 9: Dados sobre a criação dos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba.

Fonte: Perfil dos Municípios (IPARDES, 2011) e sites oficiais dos municípios (2011). Dados tabulados pela autora.

O município que fica mais próximo da capital é Pinhais com uma distância de 8,90 Km. Já Campina Grande do Sul e Fazenda Rio Grande figuram como os

municípios do primeiro anel metropolitano mais distantes da capital, com uma distância de 32,24 e 31,35 Km, respectivamente.

Quanto à área territorial, destacam-se com as maiores áreas Campo Largo (1.282,564 Km²) e São José dos Pinhais (944,280 Km²). Entre os municípios com as menores áreas territoriais figuram Pinhais (61,137 Km²) e Fazenda Rio Grande (115,377 Km²). Numa posição intermediária quanto ao tamanho das áreas, encontram-se Campina Grande do Sul (540,631 Km²), Araucária (471,337 Km²) e Curitiba (435,495 Km²). O restante dos municípios encontra-se numa faixa próxima a 200,000 Km² ou mais: Almirante Tamandaré (191,114 Km²), Colombo (197,805 Km²), Piraquara (225,223 Km²) e Campo Magro (278,224 Km²).

A maioria dos municípios é urbanizada, com grau de urbanização que varia entre 78 a 100%. Curitiba e Pinhais apresentam 100% de urbanização, cinco municípios apresentam taxas que variam entre 90 a 95% de urbanização, são os casos de Almirante Tamandaré, Araucária, Colombo, Fazenda Rio Grande e Quatro Barras e quatro municípios apresentam taxas que variam entre 78 e 89% de urbanização, são os casos de Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro e São José dos Pinhais. O município que apresenta a menor taxa é Piraquara com 49,07% de urbanização.

No que se relaciona à população, destacam-se como municípios mais populosos Curitiba com 1.851.215 habitantes; São José dos Pinhais com 279.297 habitantes e Colombo com 247.268 habitantes. Entre os menos populosos destacam-se Quatro Barras com 19.277 habitantes, Campo Magro com 23.607 habitantes e Campina Grande do Sul com 36.825 habitantes. Dos municípios restantes temos metade com mais de 100.000 habitantes: Araucária (117.964), Campo Largo (112.548) e Pinhais (118.319) e metade com mais de 50.000 habitantes: Almirante Tamandaré (97.523), Fazenda Rio Grande (80.868) e Piraquara (87.285).

Os dados analisados acima podem ser melhor visualizados no quadro 10:

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA DA CAPITAL (Km)	ÁREA TERRITORIAL (Km²)	GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)	POPULAÇÃO¹
Almirante Tamandaré	15,15	191,114	95,82	97.523
Araucária	28,60	471,337	92,51	117.964
Campina Grande do Sul	32,24	540,631	82,44	36.825
Campo Largo	25,20	1.282,564	83,80	112.548
Campo Magro	19,00	278,224	78,68	23.607
Colombo	17,30	197,805	95,42	247.268
Curitiba	--	435,495	100	1.851,215
Fazenda Rio Grande	31,35	115,377	92,96	80.868
Pinhais	8,90	61,137	100	118.319
Piraquara	22,52	225,223	49,07	87.285
Quatro Barras	25,10	181,265	90,38	19.277
São José dos Pinhais	18,60	944,280	89,66	279.297

Quadro 10: Dados territoriais e populacionais dos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba.

Fonte: Cadernos Municipais (IPARDES, 2011). Dados tabulados pela autora.

¹ População estimada para 2009.

As diferenças entre os municípios do primeiro anel metropolitano ficam ainda mais evidentes quando analisamos os dados econômicos dos mesmos.

Observamos que Araucária e São José dos Pinhais apresentam os maiores PIB – Produto Interno Bruto *Per Capita*. Quando comparamos os dados de Araucária e de São José dos Pinhais com o PIB *Per Capita* de Curitiba, verificamos que o PIB *Per Capita* da capital representa apenas 24,95% do PIB *Per Capita* de Araucária e 62,10% do PIB *Per Capita* de São José dos Pinhais. Dois municípios apresentam PIB *Per Capita* próximo ao da capital, são os casos de Pinhais (20.919) e Quatro Barras (23.054).

Entre os municípios que figuram com os menores PIB *Per Capita* encontram-se Piraquara (4.532), Almirante Tamandaré (4.956) e Fazenda Rio Grande (5.384). Quando comparamos os dados desses municípios com o município de Araucária que apresenta o maior PIB *Per Capita*, observamos que a diferença é gigantesca, pois o valor de Araucária representa, aproximadamente, vinte vezes o valor do PIB *Per Capita* de cada um dos três municípios citados acima.

Tais diferenças terão consequência na capacidade de arrecadação de cada município, o que refletirá nos investimentos com educação dessas cidades.

Os dados acima podem ser verificados no quadro 11:

MUNICÍPIO	PIB PER CAPITA¹	RECEITAS MUNICIPAIS²	DESPESAS COM EDUCAÇÃO³
Almirante Tamandaré	4.956	66.250.132,33	24.008.418,37
Araucária	94.966	366.175.593,76	93.594.128,22
Campina Grande do Sul	10.901	44.978.905,79	13.200.519,93
Campo Largo	10.759	123.755.312,92	33.472.327,86
Campo Magro	6.865	27.715.884,69	7.349.501,82
Colombo	6.751	244.936.929,44	53.747.230,84
Curitiba	23.696	4.049.326.763,11	631.553.372,92
Fazenda Rio Grande	5.384	66.940.587,91	18.777.091,33
Pinhais	20.919	138.940.670,82	37.196.043,05
Piraquara	4.532	76.472.635,52	27.003.915,80
Quatro Barras	23.054	42.309.047,96	7.522.881,54
São José dos Pinhais	38.155	410.271.745,90	101.945.201,36

Quadro 11: Dados econômicos e despesas com educação dos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba.

Fonte: PIB *per capita* e Receitas Municipais – Perfil dos Municípios (IPARDES, 2011). Despesas com Educação – Cadernos Municipais (IPARDES, 2011). Dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes ao ano de 2008.

² Dados referentes ao ano de 2009.

³ Dados referentes ao ano de 2009.

No que se refere às matrículas do Ensino Fundamental séries iniciais, observamos que os municípios que apresentaram expansão das mesmas, considerando o primeiro ano (2001) e o último ano (2009) de análise desta pesquisa, foram: Araucária, Campo Largo, Campo Magro, Curitiba, Fazenda Rio Grande e Pinhais que apresentaram crescimento de 12,51%, 10,36%, 8,92%, 10,66%, 0,17% e 8,56%, respectivamente. O restante dos municípios apresentou decréscimo de matrículas para esta etapa da educação nos anos analisados.

Estes dados podem ser melhor visualizados na tabela 3:

MATRICULAS - EF - SÉRIES INICIAIS	2001	2009	% EXPANSÃO - 2001/2009
ALMIRANTE TAMANDARÉ	9467	8627	-8,87%
ARAUCÁRIA	9686	10898	12,51%
CAMPINA GRANDE DO SUL	4146	3749	-9,58%
CAMPO LARGO	9054	9394	10,36%
CAMPO MAGRO	2187	2382	8,92%
COLOMBO	17822	16774	-5,88%
CURITIBA	81311	89982	10,66%
FAZENDA RIO GRANDE	6987	6999	0,17%
PINHAIS	8493	9220	8,56%
PIRAQUARA	7451	7351	-1,34%
QUATRO BARRAS	1588	1588	0%
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	19869	19840	-0,15%

Tabela 3: Número de matrículas do Ensino Fundamental – séries iniciais nos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba, anos 2001 e 2009.

Fonte: INEP – Censo Escolar (2001 e 2009), dados tabulados pela autora.

Nos anos de análise que compreendem o período do FUNDEF (2001 e 2006), verificamos que apenas os municípios de Campo Magro, Colombo, Curitiba e Fazenda Rio Grande apresentaram expansão da matrícula para esta etapa da educação, sendo que Curitiba apresentou a maior taxa de crescimento (15,33%) no período. O restante dos municípios do primeiro anel metropolitano apresentaram decréscimo de matrículas, conforme demonstrado na tabela 4:

MATRICULAS - EF - SÉRIES INICIAIS	2001	2006	% EXPANSÃO
ALMIRANTE TAMANDARÉ	9467	8705	-8,05%
ARAUCÁRIA	9686	9594	-0,95%
CAMPINA GRANDE DO SUL	4146	3642	-12,16%
CAMPO LARGO	9054	8512	-5,99%
CAMPO MAGRO	2187	2228	1,87%
COLOMBO	17822	18037	1,21%
CURITIBA	81311	93772	15,33%
FAZENDA RIO GRANDE	6987	7494	7,26%
PINHAIS	8493	8447	-0,54%
PIRAQUARA	7451	7446	-0,07%
QUATRO BARRAS	1588	1490	-6,17%
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	19869	19555	-1,58%

Tabela 4: Número de matrículas do Ensino Fundamental – séries iniciais nos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba, anos 2001 e 2006.

Fonte: INEP – Censo Escolar (2001 e 2006). Dados tabulados pela autora.

Já nos anos referentes ao período do FUNDEB (2007 e 2009), averiguamos que os municípios de Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo

Magro, Quatro Barras e São José dos Pinhais apresentaram crescimento do número de matrículas para esta etapa da educação. Sendo que Campina Grande do Sul, Campo Largo e Quatro Barras apresentaram as maiores taxas de crescimento com 10,82%, 11,48% e 11,05%, respectivamente. O restante dos municípios apresentou decréscimo destas matrículas, conforme pode ser verificado na tabela 5:

MATRICULAS - EF - SÉRIES INICIAIS	2007	2009	% EXPANSÃO
ALMIRANTE TAMANDARÉ	9600	8627	-10,14%
ARAUCÁRIA	10801	10898	1,74%
CAMPINA GRANDE DO SUL	3383	3749	10,82%
CAMPO LARGO	8427	9394	11,48%
CAMPO MAGRO	2228	2382	6,91%
COLOMBO	17675	16774	-5,10%
CURITIBA	91746	89982	-1,92%
FAZENDA RIO GRANDE	7746	6999	-9,64%
PINHAIS	9641	9220	-4,37%
PIRAQUARA	7458	7351	-1,43%
QUATRO BARRAS	1430	1588	11,05%
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	19813	19840	0,14%

Tabela 5: Número de matrículas do Ensino Fundamental – séries iniciais nos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba, anos 2007 e 2009.

Fonte: INEP – Censo Escolar (2007 e 2009). Dados tabulados pela autora.

Verifica-se que apesar da focalização do EF no período do FUNDEF é no período do FUNDEB que a maioria dos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba apresentou expansão das matrículas para esta etapa da educação.

No que se relaciona às matrículas da Educação Infantil (creche e pré escola), considerando o primeiro ano (2001) e o último ano (2009) de análise desta pesquisa, observamos que todos os municípios do primeiro anel metropolitano expandiram suas matrículas referentes à creche e que os municípios de Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais apresentaram crescimento das matrículas de pré escola no período, sendo que Pinhais e Piraquara apresentaram a maior porcentagem de expansão com 101,30% e 131,67% respectivamente.

Os dados acima podem ser melhor visualizados na tabela 6:

MATRÍCULAS - EDUCAÇÃO INFANTIL	2001		2009		% EXPANSÃO - 2001/2009	
	CRECHE	PRÉ ESCOLA	CRECHE	PRÉ ESCOLA	CRECHE	PRÉ ESCOLA
ALMIRANTE TAMANDARÉ	409	1489	556	1100	35,94%	-26,12%
ARAUCÁRIA	677	2397	1016	1385	50,07%	-42,22%
CAMPINA GRANDE DO SUL	250	923	304	359	21,60%	-61,11%
CAMPO LARGO	376	2632	695	1958	84,84%	-25,61%
CAMPO MAGRO	53	482	129	504	143,40%	4,56%
COLOMBO	1379	4471	1886	6342	36,77%	41,85%
CURITIBA	8643	6840	18318	10865	111,94%	58,85%
FAZENDA RIO GRANDE	241	1560	519	1705	115,35%	9,29%
PINHAIS	830	1080	1079	2174	30%	101,30%
PIRAQUARA	368	663	863	1536	134,51%	131,67%
QUATRO BARRAS	109	354	209	272	91,74%	-23,16%
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	2017	2579	2578	4406	27,81%	70,84%

Tabela 6: Número de matrículas da Educação Infantil nos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba, anos 2001 e 2009.

Fonte: INEP – Censo Escolar (2001 e 2009). Dados tabulados pela autora.

Nos anos correspondentes ao período do FUNDEF (2001 e 2006), averiguamos que apenas o município de São José dos Pinhais apresentou decréscimo das matrículas referentes à creche e o restante dos municípios apresentou expansão das mesmas. Já no que se relaciona às matrículas da pré escola observamos que apenas os municípios de Campina Grande do Sul e Fazenda Rio Grande apresentaram decréscimo de matrículas neste período e que o restante dos municípios apresentou crescimento das mesmas, conforme pode ser verificado na tabela 7:

MATRÍCULAS - EDUCAÇÃO INFANTIL	2001		2006		% EXPANSÃO	
	CRECHE	PRÉ ESCOLA	CRECHE	PRÉ ESCOLA	CRECHE	PRÉ ESCOLA
ALMIRANTE TAMANDARÉ	409	1489	481	1680	17,60%	12,83%
ARAUCÁRIA	677	2397	853	2886	26%	20,40%
CAMPINA GRANDE DO SUL	250	923	547	649	118,80%	-29,69%
CAMPO LARGO	376	2632	426	3252	13,30%	23,56%
CAMPO MAGRO	53	482	114	669	115,09%	38,80%
COLOMBO	1379	4471	1603	5461	16,24%	22,14%
CURITIBA	8643	6840	10743	13226	24,30%	93,36%
FAZENDA RIO GRANDE	241	1560	338	1424	40,25%	-8,72%
PINHAIS	830	1080	847	2523	2,05%	133,61%
PIRAQUARA	368	663	643	1143	74,73%	72,40%
QUATRO BARRAS	109	354	136	489	24,77%	38,14%
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	2017	2579	957	6225	-52,55%	141,37%

Tabela 7: Número de matrículas da Educação Infantil nos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba, anos 2001 e 2006.

Fonte: INEP – Censo Escolar (2001 e 2006). Dados tabulados pela autora.

Já nos anos referentes ao período do FUNDEB (2007 e 2009), verificamos que apenas os municípios de Araucária e Campina Grande do Sul apresentaram decréscimo das matrículas relativas à creche e que o restante dos municípios apresentou crescimento destas matrículas, sendo que São José dos Pinhais apresentou a maior taxa de crescimento 75,25%. Quanto às matrículas da pré escola verificamos que metade dos municípios (Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais) apresentaram decréscimo destas matrículas e metade dos municípios (Almirante Tamandaré, Araucária, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande e Pinhais) apresentaram expansão das mesmas. O que nos chamou atenção foram os municípios de Araucária e Fazenda Rio Grande que apresentaram grandes taxas de crescimento destas matrículas com 447,43% e 451,78% respectivamente.

Os dados acima podem ser verificados na tabela 8:

MATRÍCULAS - EDUCAÇÃO INFANTIL	2007		2009		% EXPANSÃO	
	CRECHE	PRÉ ESCOLA	CRECHE	PRÉ ESCOLA	CRECHE	PRÉ ESCOLA
ALMIRANTE TAMANDARÉ	456	719	556	1100	21,93%	52,99%
ARAUCÁRIA	1686	253	1016	1385	-39,74%	447,43%
CAMPINA GRANDE DO SUL	573	652	304	359	-46,95%	-44,94%
CAMPO LARGO	558	2908	695	1958	24,55%	-32,67%
CAMPO MAGRO	123	703	129	504	4,88%	-28,31%
COLOMBO	1786	5532	1886	6342	5,60%	14,64%
CURITIBA	13512	9726	18318	10865	35,57%	11,71%
FAZENDA RIO GRANDE	431	309	519	1705	20,42%	451,78%
PINHAIS	995	1477	1079	2174	8,44%	47,19%
PIRAQUARA	804	1584	863	1536	7,34%	-3,03%
QUATRO BARRAS	160	435	209	272	30,63%	-37,47%
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	1471	4701	2578	4406	75,25%	-6,28%

Tabela 8: Número de matrículas da Educação Infantil nos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba, anos 2007 e 2009.

Fonte: INEP – Censo Escolar (2007 e 2009). Dados tabulados pela autora.

Verifica-se que os municípios do primeiro anel metropolitano apresentaram expansão das matrículas da EI, principalmente, no que se refere às matrículas das creches, em que a maioria dos municípios apresentou crescimento de tal matrícula tanto no período do FUNDEF quanto do FUNDEB. No que se refere às matrículas da pré escola observa-se que houve expansão das mesmas em especial no período do FUNDEF em que a maioria dos municípios apresentou tal crescimento.

A análise de todos esses dados permitiu verificar quão diversificada é a realidade dos municípios que compreendem o primeiro anel metropolitano de Curitiba. Resta saber se essas diferenças também se fazem presentes no planejamento das metas para a educação nas LDOs dos mesmos.

3.2. AS METAS PLANEJADAS PARA A EDUCAÇÃO NAS LDOs

Antes de mapearmos e analisarmos as metas planejadas para o Ensino Fundamental – séries iniciais e para a Educação Infantil em cada uma das LDOs dos municípios, faremos uma análise do tratamento oferecido às metas da educação no decorrer dos anos analisados (2001, 2006, 2007 e 2009), procurando evidenciar as mudanças introduzidas nas mesmas e se estas foram sendo aprimoradas no que se refere à transparência dos dados.

Destaca-se, contudo, que o levantamento e coleta das LDOs não foi uma tarefa fácil e resultou numa peregrinação da autora entre os municípios do primeiro

anel metropolitano de Curitiba. Isso porque muitos municípios disponibilizavam apenas as Leis nos seus *sítes* ou no *site* www.leismunicipais.com.br e não os anexos das mesmas. Como a análise da pesquisa recaía sobre o anexo de metas e prioridades para a educação foi necessária a visita aos municípios para tirar cópia desses documentos. Mesmo assim não foi possível coletar todos os dados referentes a alguns municípios.

Dessa forma, em alguns municípios não trabalharemos com todos os anos e em outros trabalharemos com os dados das LDOs próximas as datas investigadas. São os casos de Almirante Tamandaré, em que conseguimos apenas os anexos das LDOs 2001 e 2009 e trabalharemos apenas com esses dados; Campina Grande do Sul e Quatro Barras, em que trabalharemos com os dados da LDO 2008; Fazenda Rio Grande e Colombo, em que trabalharemos com os dados da LDO 2002 e Campo Magro, em que trabalharemos com os dados das LDOs 2005 e 2008.

Tal fato nos revela que, embora a publicidade dos atos da administração pública seja um princípio estipulado desde a Constituição Federal de 1988 e que a LDO seja considerada pela Lei de Responsabilidade Fiscal como um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal ao qual deverá ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público como a internet, verificamos que, na prática, isto ainda não acontece e o acesso aos dados (principalmente aos anexos das LDOs) não é tarefa fácil, dificultando o seu controle social.

A análise das LDOs nos permitiu verificar que, em alguns municípios, as metas para a educação faziam parte do próprio corpo da Lei por meio de capítulo ou sessão própria. Isto ocorreu nas LDOs de 2001 para os municípios de Campo Largo, Campo Magro, Piraquara e São José dos Pinhais.

A principal característica no que se refere às metas para a educação nestas LDOs é que essas eram apenas descritas e na maioria desses municípios não se explicitava as metas físicas, ou seja, não se explicitava a quantidade do produto ao qual a meta se relacionava. Apenas em Campo Largo que em algumas das metas apareciam as metas físicas contidas no próprio texto, como por exemplo, “expandir a rede municipal de creches, mediante a ampliação das já existentes e a construção de até 5 creches, incluindo berçário”. Outra característica destas LDOs é que em alguns municípios (Campo Magro e Piraquara) as metas para a cultura e o esporte eram apresentadas junto às da educação. Destaca-se, no entanto, que Campo

Largo limitava esta situação às metas da cultura e São José dos Pinhais trazia metas específicas e separadas tanto para a cultura quanto para o esporte.

No restante das LDOs, as metas para a educação eram apresentadas em anexos das leis. Nestas LDOs, verificamos diferenças no que se referem às formas como as metas eram consubstanciadas, pois alguns municípios as organizavam de acordo com as funções e órgãos do governo e outros de acordo com programas³⁵. Destaca-se, contudo, que esta organização não era constante nas LDOs, pois num mesmo município ora as metas eram organizadas de acordo com as funções e órgãos do governo e ora de acordo com programas.

A principal diferença encontrada nestas formas de organização refere-se à quantidade de informações que eram disponibilizadas na caracterização das metas para a educação nas LDOs.

Percebemos que nas LDOs que organizavam as metas de acordo com as funções e órgãos do governo eram disponibilizadas menos informações. Em algumas, observou-se, apenas, a apresentação das metas sem explicitação das metas físicas junto ao texto, como em Araucária (2001) que planejou, por exemplo, “viabilizar a construção e manutenção de Centros Municipais de Educação Infantil”, sem estipular quantos seriam construídos; Campina Grande do Sul (2001) que previu, por exemplo, “planejar, executar e supervisionar a ação do Município em relação ao EF, proporcionando os equipamentos e os recursos materiais e humanos indispensáveis a sua oferta regular, compatível com as necessidades da clientela escolar do Município”, sem definir quantos e quais equipamentos e recursos materiais; e Quatro Barras (2001) que previu, por exemplo, “planejar, executar e supervisionar a ação do Município em relação ao EF, proporcionando os equipamentos e os recursos materiais e humanos indispensáveis a sua oferta regular, compatível com as necessidades da clientela escolar do Município”, sem

³⁵ Almirante Tamandaré (2001); Araucária (2001, 2006 e 2007); Campina Grande do Sul (2001); Campo Magro (2005 e 2007); Colombo (2002, 2006, 2007 e 2009); Curitiba (2006); Pinhais (2001); Quatro Barras (2001) e São José dos Pinhais (2006, 2007 e 2009) são exemplos de LDOs que organizavam as metas de acordo com as funções e órgãos do governo. Já Almirante Tamandaré (2009); Araucária (2009); Campina Grande do Sul (2006, 2008 e 2009); Campo Largo (2006, 2007 e 2009); Campo Magro (2008); Curitiba (2001, 2007 e 2009); Fazenda Rio Grande (2002, 2006, 2007 e 2009); Pinhais (2006, 2007 e 2009); Piraquara (2006, 2007 e 2009) e Quatro Barras (2006, 2008 e 2009) são exemplos de LDOs que organizavam as metas de acordo com programas.

estipular quantos e quais equipamentos e recursos materiais. Outras LDOs também traziam apenas a apresentação das metas, contudo com a explicitação das metas físicas junto ao texto, como em Almirante Tamandaré (2001) que previu, por exemplo, “ampliar e modernizar a frota de transporte escolar por meio da aquisição de 5 ônibus novos e 7 semi-novos” e, Pinhais (2001) que planejou, por exemplo, a “construção de 2 unidades específicas para atendimento de ensino pré escolar na modalidade de Jardim III-faixa etária de 6 anos”.

Em outras LDOs, observa-se um quadro com a descrição das ações a serem desenvolvidas, bem como os produtos (unidades de medida) e as quantidades (metas físicas), como em Araucária (2006 e 2007), Curitiba (2006) e São José dos Pinhais (2006, 2007 e 2009). Algumas traziam antes deste quadro com a descrição das ações a serem desenvolvidas, unidades de medida e quantidades (metas físicas), objetivos a serem atendidos com as mesmas, como em Campo Magro (2005 e 2007 na qual se apresentava também a região em que a meta seria desenvolvida) e Colombo (2006, 2007 e 2009). E outras traziam objetivos a serem alcançados com cada meta, porém sem descrição das metas físicas, como a LDO de Colombo (2002) que planejou, por exemplo, “a construção, reforma e ampliação de prédios escolares do Ensino infantil de 0 a 6 anos, com o objetivo de oferecer assistência educacional, médica e alimentar através da construção e instalação de creches, preferencialmente nos bairros periféricos da cidade”, porém sem definir quantos seriam construídos, reformados ou ampliados.

Destaca-se, no entanto, que embora sejam divulgados menos dados referentes às metas para a educação nestas LDOs, na sua maioria, as metas são compreensíveis e permitem visualizar o que seria realizado tanto para o EF quanto para a EI. Inclusive, um dos municípios que nos chamou atenção foi São José dos Pinhais que nas LDOs (2006, 2007 e 2009) apresentava metas bem específicas para a educação, principalmente, no que se referia às construções e reformas citando até mesmo o nome da Escola/CMEI e/ou o nome do bairro em que os investimentos seriam aplicados.

Alguns dos problemas encontrados nestas LDOs que configuravam as metas de acordo com as funções e órgãos do governo relacionavam-se aos objetivos que se pretendiam com a Secretaria de Educação e a correspondência destes com as ações planejadas. Destacamos abaixo alguns exemplos de tais situações.

Na LDO de Campo Magro 2005, um dos objetivos da Secretaria de Educação era transferir recursos às Associações de Pais e Mestres - APMs para manutenção de suas atividades, contudo ao examinarmos as metas estipuladas para a educação não observamos nenhuma ação voltada para este tema, o mesmo acontecendo na LDO de 2007.

Em Colombo 2006, um dos objetivos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes era a ampliação gradativa do Programa de Educação Integral, porém ao verificarmos as ações pretendidas para tal secretaria não identificamos nenhuma que se relacionasse ao tema. O mesmo acontecendo na LDO 2007 e 2009.

Já nas LDOs de Quatro Barras (2001) e Campina Grande do Sul (2001), o problema relacionava-se à configuração das metas, pois parecia que ambas as LDOs tinham sido planejadas pela mesma pessoa, pois apresentavam a mesma formatação e o texto era igual.

Nas LDOs que organizavam as metas de acordo com programas verificamos uma disponibilização maior de informações sobre as mesmas.

No que se refere aos dados fornecidos antes do delineamento das ações a serem desenvolvidas em cada programa, observamos na LDO de Almirante Tamandaré (2009) a indicação do objetivo, justificativa e diretrizes das ações. Identificamos também várias LDOs que apresentavam os objetivos a serem alcançados com os programas como Araucária (2009); Campina Grande do Sul (2006); Campo Largo (2006, 2007 e 2009); Curitiba (2001); Pinhais (2006 e 2007); Piraquara (2006, 2007 e 2009) e Quatro Barras (2006, 2008 e 2009). Além disso, em Fazenda Rio Grande (2002, 2006, 2007 e 2009) encontramos antes do delineamento das ações o diagnóstico da situação da educação no município, bem como objetivos e diretrizes a serem alcançados com os programas. Em Pinhais (2009) encontramos a tipificação dos programas e em Campo Magro (2008) identificamos dados relativos ao órgão ao qual o programa pertencia, o público alvo e a população, bem como dados referentes aos objetivos que se pretendia para o mesmo.

Quanto à apresentação das metas encontramos uma gama bem diversificada entre os municípios. Algumas LDOs descreviam apenas as especificações das ações, os produtos (unidades de medida) e as metas físicas a serem alcançadas como em Campina Grande do Sul (2006), Campo Largo (2006,

2007 e 2009), Curitiba (2001, 2007 e 2009 que também descreviam os códigos das ações), Piraquara (2006, 2007 e 2009) e Quatro Barras (2006). Outras, além da especificação das ações, dos produtos e das metas físicas descreviam os códigos das ações, as metas financeiras e as fontes de recursos, como em Almirante Tamandaré (2009), Araucária (2009 – menos fonte de recursos) e Fazenda Rio Grande (2002 e 2006 – menos código das ações). Em algumas LDOs, além de todos esses dados descreviam-se também a natureza da despesa (corrente ou capital) e a fonte de dotação orçamentária dos recursos como em Campina Grande do Sul (2008 e 2009); o tipo de ação (projeto/atividade), a natureza da despesa (capital/corrente) e o código das fontes de recursos como em Campo Magro (2008); a natureza da despesa (corrente/capital) e as fontes de receitas como em Fazenda Rio Grande (2007 e 2009); a natureza das ações (atividade/projeto) como em Pinhais (2006); a natureza das ações (atividade/projeto), o índice recente de tal ação e o índice pretendido como em Pinhais 2007; a especificação da ação e a função e sub função a qual pertenciam como em Quatro Barras (2008 e 2009).

Uma das LDOs que chamou atenção foi a de Pinhais (2009), pois antes de cada ação, descrevia-se a ação proposta no PPA que tinha ligação com a ação que estava sendo prevista. Além disso, na descrição das ações, caracterizava-se o tipo da ação (atividade/projeto), sua especificação, o produto, a unidade de medida, a data início e a data fim para que a ação fosse colocada em prática, a meta física, a descrição dos recursos ordinários e dos recursos vinculados, bem como o custo total para cada ação.

Verifica-se que há uma tendência das LDOs organizarem as metas de acordo com programas, o que possibilita, como se viu, uma divulgação maior de dados referentes às mesmas. Tal situação proporcionaria maior transparência dessas metas e consequentemente facilitaria o controle social.

Contudo, quando analisamos estas LDOs, percebemos em algumas delas problemas que podem dificultar a transparência destas leis e consequentemente o controle social. Destacamos abaixo alguns exemplos.

Em Almirante Tamandaré (2009), apesar das metas direcionadas à educação estarem dispostas entre diferentes programas (Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, Programa de Desenvolvimento da Educação Infantil, Programa de Desenvolvimento da Educação Especial, Programa de Transporte Escolar e Programa Auxílios a Estudantes) e antes da apresentação

das ações a serem desenvolvidas em cada programa serem descritos dados relativos ao objetivo, justificativa e diretrizes de cada programa, o que facilita a visualização das metas por etapas e modalidades de ensino, verificamos problemas no que se refere às metas físicas das ações que se encontravam todas zeradas.

Além disso, as ações estipuladas para cada programa aparecem de forma muito genérica dificultando relacioná-las ao que se pretendia com os mesmos. No programa de desenvolvimento do EF, por exemplo, havia diretrizes para a distribuição de uniformes escolares, ampliação do quadro de pessoal, realização de atividades na alfabetização de jovens e adultos, aquisição ou contratação de ônibus para transporte escolar e informatização dos serviços do EF e nenhuma ação envolvendo tais questões. Além disso, tinha-se como diretriz manter o FUNDEF, sendo que em 2009 já estávamos sob vigência do FUNDEB. No programa de desenvolvimento da EI havia diretrizes de ampliação do efetivo de pessoal para atendimento do crescimento da demanda dos centros de EI e a celebração de convênios com entidades governamentais e não governamentais, visando a obtenção de recursos para a concretização de projetos voltados para a EI, porém nenhuma ação envolvendo tais questões. No programa de desenvolvimento da educação especial, havia justificativa e diretrizes voltadas aos alunos de educação especial, contudo apenas traziam ações voltadas à EJA modalidade de ensino que também era uma das diretrizes do programa. No programa de transporte escolar havia a diretriz de manutenção, melhoramento e ampliação da frota de ônibus para o transporte de alunos da 1ª a 4ª série do EF, contudo apresentava apenas metas de manutenção do transporte escolar sem especificação para aquisição de novos veículos. No programa auxílio a estudantes, colocava-se como diretriz a manutenção, melhoramento e ampliação de auxílios a alunos carentes, proporcionando auxílios financeiros para que pudessem manter seus estudos, propunha a implantação de unidades de telecentro de informática para o aprendizado profissionalizante e a oferta de cursos de pós-graduação, contudo estipulava-se apenas a ação de implantação do telecentro de informática.

Destacamos, no entanto, um aspecto positivo de tal LDO que logo abaixo do quadro de ações de cada programa expunha uma legenda sobre as fontes de recursos que eram descritas no quadro de ações por meio de códigos.

Em Campina Grande do Sul (2008), as metas eram muito genéricas e apresentavam dados sobre fonte de recursos e dotações orçamentárias por meio de

códigos sem uma legenda de explicação. Na LDO 2009 deste município apresentava-se o mesmo problema.

Em Campo Largo (2007), as metas do programa de transporte escolar encontravam-se distantes dos outros programas da educação (Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, Programa de Desenvolvimento da Educação Infantil e Programa de Desenvolvimento da Educação Especial). O mesmo acontecendo com a LDO 2009 deste município.

Em Campo Magro (2008), apesar de antes do delineamento das ações existir um espaço destinado para dados sobre público alvo e população a que o programa se destinava, esses encontravam-se sem preenchimento. Também identificamos que um dos objetivos desejados para o exercício era o investimento na qualificação profissional dos professores, contudo observamos nas ações planejadas apenas metas relacionadas à manutenção da folha de pagamento. Outra questão refere-se às metas físicas que se apresentavam todas zeradas.

Em Fazenda Rio Grande (2002), o município apresentava as ações por meio de projeto (Gerência Municipal de Educação) e programas (Alimentação Escolar e Transporte Escolar), com diagnóstico da situação da educação do município, bem como com diretrizes e objetivos pretendidos com os mesmos, o que permitia conhecer a realidade educacional do município, e também o que se pretendia realizar. Contudo, quando observamos a descrição das ações verificamos que estas eram bem genéricas, dificultando o entendimento do que seriam metas para a EI e/ou para o EF. Além disso, no projeto Gerência Municipal de Educação, averiguamos diretrizes relacionadas à oferta de capacitação aos professores e de adequação da rede física de acordo com o crescimento da demanda e o objetivo de aumentar a oferta de salas de aula, contudo não encontramos nenhuma ação relacionada aos professores e à construção de escolas ou Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, apenas uma meta relacionada a aluguéis de imóveis, meta esta que seria apenas de manutenção, visto que, no diagnóstico já era citado o uso de 8 imóveis alugados. Outro problema detectado nesta LDO é que algumas metas da educação estavam listadas em outros projetos (Gerência Setorial de Recursos Humanos, Fazenda Criança e Equipando a Fazenda).

Na LDO 2006 deste município, observou-se uma melhora na formatação das metas para a educação, pois estas eram apresentadas num único programa e divididas entre: gerência municipal de educação, ensino fundamental, FUNDEF,

ensino infantil, outros programas da educação, cultura, esporte e convênios, o que permitia uma visão geral das metas para a educação, bem como uma visão do direcionamento do que seria realizado para o EF e para a EI, embora as metas ainda continuassem genéricas. Um dos problemas detectados é que no diagnóstico da educação aparecia a necessidade de aplicar o Plano Municipal de Educação e, nas diretrizes e objetivos, a necessidade da oferta de formação continuada aos professores e a valorização do professor, contudo não encontramos nenhuma ação relacionada a estes temas. Apenas no que se refere aos professores identificamos metas de manutenção da folha. Além disso, a LDO apresentava as fontes de receitas por meio de siglas sem uma legenda de explicação.

Na LDO 2007 permanecem os mesmos problemas: metas genéricas e objetivos e diretrizes (aplicação do Plano Municipal de Educação, oferta de formação continuada aos professores e valorização do professor) sem ações delineadas envolvendo tais temas, apenas no que se refere aos professores ações de manutenção da folha de pagamento. Contudo, esta LDO avançou em alguns aspectos, pois trouxe dados sobre a natureza das despesas, a fonte de recursos e de receitas por meio de códigos e siglas e logo após o quadro de descrição das ações trazia um quadro em que se descrevia o significado das siglas das fontes de receitas, bem como o valor que estas representavam e o quanto representavam na porcentagem das receitas. Além disso, trazia um dado adicional de quanto do recurso era retido no FUNDEF.

Na LDO 2009, percebemos mais uma vez metas genéricas que dificultavam o entendimento do que seria realizado na EI e/ou no EF. Além disso, tinha-se como diretriz e objetivo do programa a formação continuada dos professores e a valorização do profissional da educação, contudo outra vez visualizamos apenas metas de manutenção da folha de pagamento. Em comparação à LDO 2007, esta LDO regrediu no que se refere à divulgação dos dados sobre as fontes de recursos e receitas que são apresentadas por meio de códigos e siglas sem uma legenda de explicação.

Em Piraquara (2006), o maior problema refere-se à forma como eram apresentadas as metas físicas das ações de construção, ampliação e reforma de unidades escolares e centros de educação infantil, pois estas se referiam apenas a metro quadrado. Assim, não era possível entender se seriam construídas escolas/CMEIs com estes tamanhos ou se seriam realizadas estas quantidades de

metros quadrados de construção. A situação fica mais complicada no que se refere à ampliação e reforma, pois como mensurar a quantidade de metros quadrados que seriam reformados/ampliados sem saber a quantidade de escolas/CMEIs que receberiam tais benefícios? Na LDO 2007, repetia-se o mesmo problema, inclusive com a mesma metragem já estipulada na LDO 2006. Além disso, muitas ações eram referenciadas sem definição de meta física e produto/unidade de medida. Na LDO 2009 a mesma situação foi evidenciada.

Os problemas listados acima demonstram mais uma vez que transparência não significa apenas disponibilização de dados, “isso porque uma informação pode ser pública, mas não ser relevante, confiável, tempestiva e compreensível” (NETO *et.al.*, 2007, p. 76). Assim sendo, embora alguns municípios tenham aprimorado o tratamento das metas para a educação com uma divulgação maior de dados sobre as mesmas estes devem ser revistos para que realmente signifiquem transparência e viabilizem o controle social.

3.3. METAS PLANEJADAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Procurando descobrir qual é a agenda educacional expressa nas LDOs dos municípios que compreendem o primeiro anel metropolitano de Curitiba nos anos 2001, 2006, 2007 e 2009, no que se refere ao Ensino Fundamental – séries iniciais e a Educação Infantil é que passamos nesta parte da pesquisa a trabalhar com as disposições das LDOs que especificam as metas e prioridades referentes a estas etapas da educação, organizando-as nas seguintes categorias: merenda, transporte, imóveis, infraestrutura, ações, programas, convênios, profissionais da educação e materiais didáticos e afins. Além disso, procura-se ao final de cada categoria analisar as diferenças e semelhanças no tratamento dessas metas nos anos correspondentes ao período do FUNDEF (2001 e 2006) e nos anos referentes ao período do FUNDEB (2007 e 2009) levando em consideração as características próprias de cada Fundo.

3.3.1. METAS RELACIONADAS À CATEGORIA MERENDA

Observamos nesta categoria que a meta que mais se fez presente nas LDOs referia-se à oferta de merenda tanto para o ensino fundamental quanto para a educação infantil.

Verificamos esta meta na LDO 2001 nos doze municípios. Somente Curitiba e Colombo a direcionavam apenas à EI. Na LDO 2006 e na LDO 2007 encontramos esta meta em onze municípios e todos a direcionavam a ambas as etapas. Já na LDO 2009 esta meta encontrava-se em onze municípios e apenas Curitiba não apresentava meta relacionada à mesma.

Também encontramos nestas LDOs metas referentes à instalação. Tais metas encontravam-se em: São José dos Pinhais (2001), que previu a construção de depósito e cozinha experimental; Araucária (2001), que planejou a manutenção das cozinhas das unidades escolares para preparação de merenda; Campina Grande do Sul (2006) e Campo Largo (2006 e 2007), que previram a reforma e manutenção do depósito da merenda; Araucária (2007) e Campo Largo (2001), que planejaram construção de barracão para a merenda; Campo Magro (2005) que previu equipar as cozinhas das escolas; Pinhais que planejou para 2006 a viabilização de estudos para implantação do Centro de Educação Nutricional e da Cozinha Industrial Central e para 2007 o desenvolvimento de estudos para a construção de equipamento que abrigaria a central de alimentação.

Além disso, identificamos metas nesta categoria referentes à aquisição de veículos para o transporte de alimentos em Campina Grande do Sul (2006), Campo Largo (2006), Quatro Barras (2006) e São José dos Pinhais (2001); implantação e acompanhamento de serviços de nutrição e estímulo à produção local para a alimentação escolar em Piraquara (2001); aluguel de imóveis e manutenção de veículos em Fazenda Rio Grande (2001) e coordenação e manutenção do departamento de alimentação escolar em Araucária (2006).

Cabe destacar que merenda no que se refere a gênero alimentício não constitui, de acordo com a LDB n.º 9.394/96, gasto considerado como MDE, portanto para custear tal despesa os municípios contam com recursos, por exemplo, do FNDE e recursos de outras fontes próprias. Já as despesas com equipamentos, pessoal e espaços podem ser pagas com recursos de fontes relativas à MDE.

Contudo, só conseguiremos verificar se estas metas estão sendo planejadas com os recursos corretos nos municípios que citam as fontes de recursos no próprio texto das metas ou naqueles que disponibilizam o código das fontes de recursos com a legenda sobre os mesmos.

Nas metas analisadas observamos a explicitação de recursos advindos do FNDE para financiamento de programas voltados à merenda escolar e recursos

próprios, porém em poucos municípios. Isso ocorreu no município de Fazenda Rio Grande, que na LDO 2002 explicitou os recursos do PNAE e dos recursos próprios e nas LDOs 2006, 2007 e 2009 em que explicitou os recursos do PNAE, PNAC e recursos livres; no município de Campo Magro, que na LDO 2008 explicitou os recursos do PNAE, PNAC e recursos livres; em Campina Grande do Sul (2008 e 2009), que explicitou os recursos do PNAE e do PNAC; em Pinhais, que na LDO 2009 explicitou os recursos do PNAC e do PNAE e Almirante Tamandaré, que na LDO 2009 explicitou o uso de recursos ordinários. Ressalta-se que todos esses municípios explicitavam os recursos para a manutenção do programa de alimentação escolar. Apenas, Fazenda Rio Grande na LDO 2002 indicava a fonte de recursos para outro tipo de meta (aluguel de imóveis e manutenção de veículos) e se referia aos recursos próprios. Além disso, Pinhais (2007) planejou a manutenção e ampliação do programa de alimentação e nutrição escolar com colaboração financeira da União e do Estado para todas as unidades da rede municipal de educação.

Observamos que nesta categoria, no que se refere ao tratamento da meta de oferta de merenda, não há uma influência direta da mudança do FUNDEF para o FUNDEB, pois verificamos que, em todas as LDOs, ambas as etapas foram priorizadas. Isso pode ser explicado pela regra de financiamento da merenda, citada acima, de que gênero alimentício não pode ser considerado como MDE devendo ser financiado por outros recursos, como por exemplo, do FNDE por meio dos programas PNAE e PNAC e dos recursos próprios dos municípios.

Já no que se refere ao tratamento das metas de instalação e as metas específicas de alguns municípios, observamos a predominância de metas no período do FUNDEF.

3.3.2. METAS RELACIONADAS À CATEGORIA TRANSPORTE

Nesta categoria a meta que mais se fez presente referia-se à oferta do transporte escolar.

Na LDO 2001 encontramos esta meta para ambas as etapas em quatro municípios (Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro e Quatro Barras) e somente em Pinhais a meta de oferta apareceu direcionada apenas ao EF (zona rural) e de ensino especial. Nos outros municípios (Almirante Tamandaré, Araucária,

Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Piraquara e São José dos Pinhais) não existiam metas de oferta do transporte escolar.

Na LDO 2006 cinco municípios (Araucária, Campo Magro, Fazenda Rio Grande, Pinhais e Quatro Barras) apresentavam metas de oferta para ambas as etapas e quatro municípios apresentavam apenas para o EF (Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo e Piraquara) e Curitiba e São José dos Pinhais não apresentavam metas de oferta de transporte escolar.

Na LDO 2007, encontravam-se quatro municípios (Araucária, Campina Grande do Sul, Curitiba e Quatro Barras) com metas de oferta para ambas as etapas e quatro municípios (Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande e Pinhais) apenas para o EF e Campo Magro, Piraquara e São José dos Pinhais não traziam meta relativa à oferta de transporte escolar.

Na LDO 2009, verificou-se esta meta para ambas as etapas em cinco municípios (Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Fazenda Rio Grande e Quatro Barras) e apenas para o EF em três municípios (Campo Largo, Campo Magro e Colombo). Em Curitiba, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais não foram identificadas metas de oferta do transporte.

Destaca-se que a maioria dos municípios que não estipulou metas de oferta de transporte escolar nas LDOs analisadas, planejou outras metas relativas a outros aspectos do transporte escolar. Dessa forma, não significa que estes municípios não ofereciam o transporte escolar, mas que priorizaram a descrição de outras metas para além da meta de manutenção de sua oferta. O único município que nas LDOs 2001, 2006 e 2009 não trouxe nenhuma meta relativa à categoria transporte escolar foi Curitiba. Já Pinhais não trouxe nenhuma meta relativa ao transporte escolar na LDO 2009. Municípios estes que possuem grau de urbanização de 100%.

Observamos em algumas dessas LDOs a especificação do uso do transporte escolar. São os casos de Araucária (2006 e 2009) que garantiu transporte escolar para os alunos do EF para atividades extraclasse e para os alunos da EI se locomoverem até os laboratórios de informática e Araucária (2007) que garantiu o transporte escolar para atividades extraclasse para ambas as etapas. Já Curitiba (2007) planejou beneficiar os alunos com transporte para passeios pedagógicos.

Também encontramos nesta categoria metas relacionadas à aquisição, manutenção e contratação de veículos. A meta de aquisição de veículos encontrava-se presente em onze municípios distribuída entre as LDOs analisadas. Assim,

encontramos esta meta em: Almirante Tamandaré, Araucária e Campo Largo (2001), Campo Magro (2005 e 2007), Piraquara (2001, 2006, 2007 e 2009), Quatro Barras e Campina Grande do Sul (2006), São José dos Pinhais (2007 e 2009), Campo Largo (2006, 2007 e 2009) e Colombo (2002, 2006, 2007 e 2009). A meta de manutenção de veículos foi encontrada apenas em três municípios: Campo Magro (2005), Fazenda Rio Grande (2002) e São José dos Pinhais (2006, 2007 e 2009). Já a meta de contratação de veículos foi encontrada nos mesmos três municípios que planejaram a manutenção de veículos divergindo, apenas, nas datas das LDOs para Campo Magro que além de 2005 planejou esta meta para o ano de 2007 e São José dos Pinhais que previu a mesma apenas para a LDO 2001.

Outros municípios trouxeram ainda metas relativas à distribuição de vale transporte como Fazenda Rio Grande (2002) e Campo Largo (2007 e 2009); implantação de estacionamento com oficina de manutenção como em Campo Largo (2001) e passe escolar como em São José dos Pinhais (2001, 2006, 2007 e 2009).

Estas metas relacionadas à distribuição de vale transporte e passe escolar são questionáveis, pois de acordo com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná por meio do Provimento 01/99³⁶, artigo 52, § 2º, “a aquisição e distribuição de vale-transporte não caracteriza gastos com transporte escolar, mesmo que essa prática tenha como objetivo o atendimento dos alunos”, portanto não podendo ser caracterizado como gasto em MDE. Assim sendo, torna-se necessário averiguar qual a fonte de recursos planejada para o financiamento destas metas nas LDOs dos municípios. Destaca-se, contudo que tal análise é prejudicada nos municípios que apresentaram tais metas, pois Campo Largo e São José dos Pinhais não explicitavam as fontes de recursos e Fazenda Rio Grande apenas explicitava como fonte o recurso usuário sem demais explicações sobre o que seriam esses recursos.

Verificamos que nesta categoria, no que se refere ao tratamento da meta de oferta de transporte escolar, não houve mudança significativa como decorrência da transição do FUNDEF para o FUNDEB, pois nas LDOs analisadas equivalentes ao período dos dois fundos havia uma predominância de metas para ambas as etapas. Inclusive no período do FUNDEF que priorizava o EF, nas duas LDOs, o número de municípios com metas direcionadas apenas a esta etapa foi menor. Na LDO 2001,

³⁶ Em contato telefônico com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná fomos informados que apesar de defasado este é o provimento que regulamenta o controle da aplicação dos recursos destinados à MDE.

por exemplo, apenas um município direcionava esta meta apenas ao EF. Somente na primeira LDO, correspondente ao período do FUNDEB, que ocorreu uma inversão, pois apesar do Fundo se direcionar a ambas as etapas havia um número maior de metas direcionadas apenas ao EF.

Tais fatos podem ser explicados por que o transporte escolar também recebe recursos de outras fontes do FNDE.

Nas LDOs analisadas, conseguimos visualizar a indicação desses recursos em poucos municípios, como em Colombo (2006, 2007 e 2009), que explicitou o uso dos recursos do salário educação para manter parcialmente o custo com o transporte escolar indicando, inclusive, o número da linha que seria beneficiada com tais recursos; Campina Grande do Sul (2008 e 2009), que explicitou os recursos do PNATE para manutenção do programa de transporte escolar e Fazenda Rio Grande, que explicitou nas LDOs (2006, 2007 e 2009) o salário educação e o PNATE para a manutenção do programa de transporte escolar. Além disso, Pinhais (2007) planejou a manutenção e ampliação do programa de transporte escolar com a colaboração financeira da União e do Estado.

Quanto ao uso do transporte escolar, apesar de encontrarmos poucas metas relacionadas ao tema, verificamos sua predominância relacionada a um uso mais pedagógico no período do FUNDEB. Apenas um município citava esta meta no período do FUNDEF.

No que se refere às metas de aquisição de veículos encontramos a presença maior de metas no período do FUNDEF, o mesmo acontecendo com as metas de manutenção e contratação de veículos.

3.3.3. METAS RELACIONADAS À CATEGORIA IMÓVEIS

Nesta categoria a meta que mais se fez presente nas LDOs referia-se à construção.

Na LDO 2001, esta meta encontrava-se em oito municípios e apenas Campina Grande do Sul, Campo Magro, Curitiba e Quatro Barras não traziam metas referentes a esta temática. Já São José dos Pinhais trazia esta meta apenas para o EF e Pinhais apenas para a EI. Pinhais referia-se a esta meta com o intuito de garantir a oferta de vagas e São José dos Pinhais referia-se para melhoria das condições da escola, pois planejou a construção de canchas esportivas em parceria com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer nas Escolas Municipais. Os outros

municípios traziam metas de construção referentes a ambas as etapas. Assim para o EF seis municípios (Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande e Piraquara) referiam-se a esta meta com a intenção de garantir a oferta de mais vagas e três municípios referiam-se a melhoria das condições das escolas, pois Almirante Tamandaré, Araucária e Campo Largo previram a construção de quadras de esportes; Araucária e Almirante Tamandaré previram a construção de bibliotecas e Araucária previu a construção e readequação de espaços alternativos para salas de estudo, laboratório de ciências, de informática e de ensino e aprendizagem. Para a EI todos os municípios (Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo e Fazenda Rio Grande) referiam-se a meta de construção com o objetivo de garantir a oferta de vagas. Para ambas as etapas, Piraquara trazia a meta de implantação de bibliotecas nas unidades escolares e manutenção das existentes.

Na LDO 2006, esta meta encontrava-se em onze municípios, todos com metas voltadas para ambas as etapas. Para o EF em todos esses municípios as metas se relacionavam ao objetivo de garantir a oferta de vagas e em cinco municípios (Campina Grande do Sul, Colombo, Curitiba, Pinhais e Piraquara) esta meta se relacionava a melhorias das condições das escolas por meio da construção de coberturas de quadras de esportes em Campina Grande do Sul e Colombo; construção de quadras de esportes em Colombo, Curitiba, Pinhais e Piraquara; e, construção de bibliotecas em Curitiba, Pinhais e Piraquara. Para a EI todos os municípios traziam esta meta relacionada ao aumento da oferta de vagas. Para ambas as etapas, encontramos metas de construção relacionadas à expansão da oferta de vagas em Curitiba; construção de canchas cobertas nas unidades de ensino em São José dos Pinhais e conclusão do centro de capacitação profissional do magistério e construção do centro educacional em Pinhais.

Nas LDOs correspondentes ao período do FUNDEF, verifica-se que nem todos os municípios que apresentaram metas de construção voltadas à garantia da oferta de vagas para o EF coincidem com redes em expansão desta etapa da educação, pois dos municípios que apresentaram tal meta, apenas Campo Magro, Colombo, Curitiba e Fazenda Rio Grande apresentaram crescimento desta matrícula, considerando os anos de 2001 e 2006. E apesar dos municípios de Araucária, Campo Largo e Piraquara apresentarem, nas duas LDOs, metas de construção com a intenção de garantir a oferta de vagas para esta etapa da

educação, os mesmos apresentaram decréscimo destas matrículas considerando os anos de 2001 e 2006.

No que se refere à EI, observa-se que a maioria dos municípios que apresentaram metas de construção voltadas à garantia da oferta de vagas para esta etapa da educação coincide com redes em expansão da mesma. Apenas o município de Fazenda Rio Grande que apresentou esta meta nas duas LDOs analisadas teve decréscimo das matrículas referentes à pré escola, considerando os anos de 2001 e 2006. E Campina Grande do Sul e São José dos Pinhais que planejaram estas metas apenas na LDO 2006 tiveram decréscimo das matrículas. O primeiro município referente à pré escola e o segundo referente à creche.

Em 2007, a meta de construção encontrava-se em onze municípios. Destes, Fazenda Rio Grande e Quatro Barras a direcionavam apenas ao EF, o primeiro município a relacionava à garantia da oferta de vagas e o segundo a relacionava à construção de depósito de materiais. Os outros nove municípios (Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais) relacionavam a meta de construção à garantia da oferta de vagas para o EF e em seis desses municípios (Araucária, Colombo, Curitiba, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais) a relacionavam com a melhoria das condições das escolas, em que Araucária, Colombo, Curitiba, Piraquara e São José dos Pinhais planejaram a construção de quadras de esporte; Colombo planejou a cobertura de quadras de esporte e Pinhais e Piraquara planejaram a construção de bibliotecas. No que se refere à EI, oito municípios (Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Piraquara e São José dos Pinhais) relacionavam a meta de construção à garantia da oferta de vagas e apenas Pinhais planejou meta de melhoria das condições dos CMEIs, prevendo a ampliação e execução de melhorias das condições físicas e ambientais dos mesmos.

Na LDO 2009, esta meta encontrava-se nos doze municípios, porém Campo Largo e Quatro Barras a direcionavam apenas ao EF e a relacionavam a garantia da oferta de vagas. Já Fazenda Rio Grande a direcionava apenas para a EI e também a relacionava a garantia da oferta de vagas. O restante dos municípios apresentava metas de construção para ambas as etapas, sendo que para o EF nove municípios (Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais) relacionavam a mesma à garantia de oferta de vagas e cinco municípios a relacionavam à melhoria das

condições das escolas por meio da construção de quadras de esportes como em Colombo, Curitiba, Piraquara e São José dos Pinhais; da construção de bibliotecas como em Pinhais e Piraquara e por meio da cobertura de quadras de esporte como em Colombo. Quanto a EI a maioria das metas se relacionava a garantia de oferta de vagas, sendo que a mesma estava presente em nove municípios (Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Colombo, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais). Apenas São José dos Pinhais relacionava esta meta a melhoria de condições prevendo a construção de uma área coberta no CMEI Luiz Stocco. Para ambas as etapas, observamos a relação da garantia da oferta de vagas em Colombo e a melhoria das condições em Campina Grande do Sul que previu a construção de laboratórios de informática.

Observa-se na análise das LDOs correspondentes ao período do FUNDEB, que a maioria dos municípios que apresentou metas de construção voltadas à garantia da oferta de vagas para o EF, nas duas LDOs, coincide com redes em expansão desta etapa da educação, considerando os anos de 2007 e 2009. São os casos de Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro e São José dos Pinhais. Entre os municípios que apresentaram este tipo de meta, apenas na LDO 2009, Quatro Barras registrou crescimento da matrícula na ordem de 11,05%. Já os municípios de Colombo, Curitiba, Pinhais e Piraquara, apesar de terem apresentado metas relacionadas à garantia de oferta de vagas a esta etapa da educação, nas duas LDOs, apresentaram decréscimo desta matrícula, considerando os anos de 2007 e 2009.

No que se relaciona à EI, também observamos que a maioria dos municípios que relacionava as metas de construção à garantia da oferta de vagas nas duas LDOs, correspondentes ao período do FUNDEB, coincidia com redes em expansão desta etapa da educação, considerando os anos de 2007 e 2009. Contudo, há algumas ressalvas, pois o município de Araucária apresentava decréscimo nas matrículas referentes à creche e os municípios de Campo Magro, Piraquara e São José dos Pinhais apresentaram decréscimo nas matrículas da pré escola. Dos municípios que apresentaram esta meta somente na LDO 2007, Curitiba registrou expansão da matrícula e Campo Largo apresentou decréscimo de matrículas referentes à pré escola. Dos que apresentaram somente na LDO 2009, Almirante Tamandaré, Pinhais e Fazenda Rio Grande apresentaram expansão das matrículas. Já Campina Grande do Sul, apesar de possuir esta meta nas duas LDOs,

apresentou decréscimo das matrículas tanto para a creche quanto para a pré escola, considerando os anos de 2007 e 2009.

Nestas LDOs, encontramos também a presença constante de metas de reformas tanto para o EF quanto para a EI. Na LDO 2001 observamos esta meta para o EF em quatro municípios (Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo e Piraquara); para a EI apenas no município de Colombo e para ambas as etapas em dois municípios (Araucária e Fazenda Rio Grande). Na LDO 2006, verificamos para o EF em oito municípios (Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e Quatro Barras); para a EI em quatro municípios (Campina Grande do Sul, Colombo, Fazenda Rio Grande e Pinhais) e para ambas as etapas apenas no município de Curitiba. Na LDO 2007, identificamos para o EF em nove municípios (Araucária, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e Quatro Barras); para a EI em cinco municípios (Campo Largo, Colombo, Curitiba, Pinhais e Quatro Barras) e para ambas as etapas apenas no município de Araucária. Na LDO 2009, encontramos para o EF em oito municípios (Almirante Tamandaré, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Pinhais, Piraquara e Quatro Barras) e para a EI em seis municípios (Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Pinhais e Quatro Barras).

Também encontramos nesta categoria metas de aquisição de áreas para construção, bem como aquisição de imóveis. No que se refere à aquisição de áreas para construção identificamos metas para o EF em Campo Largo (2001, 2006 e 2007), Araucária (2006 e 2009), Campo Magro (2005), Pinhais (2006 e 2007) e Curitiba (2009); para a EI em Araucária (2006 e 2009), Campo Largo (2007), Quatro Barras (2008), Curitiba (2009) e São José dos Pinhais (2009) e para ambas as etapas em Curitiba (2006) e em São José dos Pinhais (2007 e 2009).

Quanto às metas de aquisição de imóveis para o EF encontramos em Colombo (2006, 2007 e 2009) e São José dos Pinhais (2009); para a EI em Colombo (2006, 2007 e 2009) e para ambas as etapas em Araucária (2007).

No que se refere à locação de imóveis, encontramos esta meta para ambas as etapas apenas em Araucária (2007), Fazenda Rio Grande (2002) e São José dos Pinhais (2009).

Também observamos nesta categoria metas que explicitavam os recursos do FNDE, como em Fazenda Rio Grande (2009), que explicitou a construção de

instituição de educação infantil com recurso livres e convênio com o Proinfância³⁷ e Colombo (2009), que planejou a construção e/ou reforma de escolas e/ou CMEIs com recursos do salário educação.

No que se refere ao tratamento das metas de construções, nas LDOs referentes ao período do FUNDEF, não observamos uma priorização de metas apenas para o EF, pois nas duas LDOs verificamos vários municípios com direcionamento de metas para ambas as etapas. Inclusive na LDO 2001 um município direcionava esta meta apenas para a EI. Contudo, verificamos que havia uma priorização de metas voltadas à melhoria das condições das escolas para o EF por meio da construção de quadras de esportes, bibliotecas entre outros e o mesmo não ocorria com a EI que teve suas metas mais relacionadas à garantia da oferta de vagas.

Nas LDOs referentes ao período do FUNDEB, também observamos que vários municípios relacionavam a meta de construção para ambas as etapas, porém já pudemos visualizar metas de melhoria das condições dos CMEIs para além das que eram relacionadas apenas ao EF. Algo que nos chamou atenção foi que Quatro Barras, no período do FUNDEB, continuava priorizando metas de construção apenas ao EF. Além disso, verificamos que os municípios que planejavam metas de construção para a melhoria das condições das escolas de EF eram praticamente os mesmos nas duas LDOs, inclusive no que se referia ao delineamento da meta.

No que se relaciona às metas de reforma, observamos nas LDOs do período do FUNDEF uma priorização do EF. O que nos chamou atenção é que no período do FUNDEB, isto também ocorreu, pois encontramos esta meta num número maior de municípios que as direcionavam apenas ao EF.

Nas metas de aquisição de áreas para construção também houve uma priorização de metas apenas para o EF nas LDOs equivalentes ao FUNDEF. Contudo, nas LDOs referentes ao período do FUNDEB verificamos o contrário com um número maior de municípios com metas direcionadas apenas à EI.

³⁷ Programa instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, e é parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE do Ministério da Educação. Seu principal objetivo é prestar assistência financeira, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos Municípios que efetuam o Termo de Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e elaboraram o Plano de Ações Articuladas e seus recursos destinam-se à construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré escolas públicas da educação infantil (FNDE, 2012).

Já nas metas de aquisição de imóveis, que se encontravam em poucos municípios, verificou-se um equilíbrio entre as direcionadas ao EF e a EI nas LDOs referentes ao período do FUNDEF e uma leve predominância para o EF no período do FUNDEB.

As metas de locação de imóveis apresentavam-se em apenas três municípios e nestes as metas relacionavam-se a ambas as etapas nas LDOs equivalentes ao período dos dois fundos.

3.3.4. METAS RELACIONADAS À CATEGORIA INFRAESTRUTURA

Nesta categoria encontramos metas relacionadas a recursos tecnológicos no que se refere, principalmente, a equipamentos de informática, bem como metas relacionadas a estrutura material como metas de equipamentos, recursos materiais, material de consumo, material permanente e mobiliário.

Na LDO 2001, encontramos metas relativas aos recursos tecnológicos em apenas quatro municípios (Almirante Tamandaré, São José dos Pinhais, Campo Largo e Pinhais). Desses municípios, os dois primeiros traziam metas apenas para o EF e referenciavam-se principalmente à informática, São José dos Pinhais trazia ainda uma meta específica sobre a implantação de serviço telefônico nas escolas municipais. Já Campo Largo direcionava esta meta a ambas as etapas também referindo-se a equipamentos de informática além de equipamentos áudio visuais. E Pinhais direcionava esta meta para ambas as etapas referente à ampliação de recursos tecnológicos (imagem, som e informática). No que se refere à estrutura material observamos metas em sete municípios (Campina Grande do Sul, Fazenda Rio Grande, Quatro Barras, Campo Largo, Campo Magro, Piraquara e São José dos Pinhais) todos direcionavam as metas para ambas as etapas e referiam-se a equipamentos – Campina Grande do Sul, Campo Magro, Fazenda Rio Grande e Quatro Barras (meta referente apenas ao EF nesses municípios), Piraquara e São José dos Pinhais; recursos materiais – Campina Grande do Sul, Campo Magro e Quatro Barras; mobiliário - Campo Largo; manutenção do patrimônio e materiais de higiene e limpeza – Fazenda Rio Grande; e, material permanente – Piraquara e São José dos Pinhais. Além disso, encontramos para o EF metas referentes a apoio a infraestrutura em Araucária e, expansão, readequação e modernização da estrutura física em Pinhais.

Na LDO 2006, identificamos metas relativas aos recursos tecnológicos em nove municípios (Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais). Destes municípios apenas dois (Campo Largo e Pinhais) traziam metas referentes a ambas as etapas e estas estavam relacionadas principalmente à informática. Os outros municípios traziam metas referentes apenas ao EF relacionadas também à informática. Quanto à estrutura material identificamos esta meta em nove municípios (Araucária, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais). Destes municípios apenas Piraquara e Quatro Barras traziam metas apenas para o EF que se relacionavam a equipamentos para ambos os municípios e mobiliários para Quatro Barras. O restante dos municípios trazia metas direcionadas a ambas as etapas e relacionavam-se a equipamentos - Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Curitiba, Pinhais e São José dos Pinhais; material de consumo - Araucária; material permanente - Araucária, Colombo, Fazenda Rio Grande e Pinhais; materiais - Campo Magro e Curitiba; e, mobiliário - Colombo (apenas para a EI). Além dessas metas encontramos outras direcionadas ao EF referentes à implantação de parque infantil nas escolas municipais em Campina Grande do Sul; para a EI referentes à aquisição de parques infantis para os CMEIs em Campo Magro e a manutenção das unidades de ensino por meio da contratação de serviços especializados em Pinhais e para ambas as etapas referentes à manutenção da estrutura física em Araucária e manutenção da infraestrutura e manutenção das condições físicas de funcionamento e de equipamentos do Centro de Capacitação da rede municipal de ensino em Curitiba.

Ao relacionarmos as metas de infraestrutura (recursos tecnológicos e estrutura material) com as metas de construção planejadas com a intenção de garantir a oferta de vagas tanto para o EF quanto para a EI, descritas na categoria imóveis, percebemos certa correspondência entre as mesmas na LDO 2001, principalmente no que se refere ao EF em que cinco municípios apresentavam tal correspondência (Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Fazenda Rio Grande e Piraquara) e apenas dois municípios apresentavam esta correspondência relacionada à EI (Campo Largo e Fazenda Rio Grande).

Na LDO 2006, observamos uma correspondência maior entre estas metas e mais uma vez a preponderância relacionava-se ao EF em que onze municípios

apresentavam tal correspondência (Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Campo Largo, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais) e oito municípios apresentavam esta correspondência relacionada à EI (Campo Largo, Pinhais, Araucária, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais).

Cabe destacar, no entanto, que tal correspondência não significa que os municípios tenham previsto metas de infraestrutura para as construções que estavam sendo planejadas nas LDOs, pois apenas na LDO 2006 que identificamos poucos municípios que explicitaram tal preocupação. Como Araucária, que previu equipar as novas escolas de EF e equipar a nova unidade de EI; Curitiba, que planejou a aquisição de materiais e equipamentos para ampliação e modernização das novas unidades de ensino fundamental e de educação infantil e Quatro Barras, que previu a aquisição de mobiliário para as novas salas do EF. Assim sendo, tem-se como hipótese que ao se planejar as metas de infraestrutura implicitamente estejam contidas as relacionadas aos novos estabelecimentos de ensino.

Na LDO 2007, encontramos metas referentes aos recursos tecnológicos em sete municípios (Araucária, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Pinhais e Piraquara). Destes municípios quatro (Campo Largo, Campo Magro, Colombo e Piraquara) destinavam estas metas para o EF todas relacionadas à informática. E Pinhais destinava apenas para a EI também relacionada à informática. O restante dos municípios destinava a ambas as etapas e a relacionavam à informática. Apenas Araucária trazia uma meta diferenciada sobre a contratação de serviços de áudio, vídeo e foto para a rede municipal de ensino. No que se relaciona à estrutura material identificamos metas em oito municípios (Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Pinhais, Piraquara, Araucária e São José dos Pinhais). Destes municípios Piraquara trazia meta sobre equipamentos apenas para o EF e Curitiba apenas para a EI. O restante trazia metas para ambas as etapas relacionadas a mobiliário em Campo Largo, Campo Magro, Colombo (apenas para a EI) e Pinhais; equipamentos em Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais; material permanente em Colombo, Pinhais, Araucária e São José dos Pinhais e material de consumo em Araucária. Além dessas metas encontramos outras direcionadas a ambas as etapas relacionadas à manutenção das unidades de ensino com higiene e segurança adequados e a equipar as unidades não abrangidas pelo programa de descentralização em Curitiba e contratação de serviços de

limpeza e higienização para os órgãos da rede municipal de ensino em Araucária. E metas específicas para a EI relacionadas à manutenção da estrutura física e funcional dos CMEIs em Curitiba e manutenção e adequação das unidades de EI, visando à melhoria da qualidade de atendimento em Pinhais. E metas direcionadas apenas ao EF relativas à manutenção da rede física escolar por meio da contratação de serviços especializados em Pinhais.

Na LDO 2009, identificamos metas relativas aos recursos tecnológicos em três municípios (Colombo, Piraquara e Pinhais). Destes municípios, Colombo e Piraquara traziam metas voltadas apenas ao EF relacionadas à informática e Pinhais trazia para ambas as etapas também relativas à informática. Quanto à estrutura material evidenciamos metas em oito municípios (Araucária, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Piraquara, Pinhais e São José dos Pinhais). Destes municípios Piraquara trazia meta sobre equipamentos apenas para o EF e Campo Largo trazia meta sobre equipamentos e mobiliário apenas para a EI. O restante trazia metas para ambas as etapas relacionadas a equipamentos - Araucária, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Pinhais e São José dos Pinhais; mobiliário - Campo Magro, Colombo (apenas para a EI) e Pinhais e material permanente - Colombo, Curitiba e São José dos Pinhais. Além disso, encontramos metas específicas de alguns municípios para ambas as etapas relacionadas à manutenção da estrutura física em Araucária e a manutenção preventiva nas unidades da rede municipal de ensino em Pinhais.

Nas LDOs referentes ao período do FUNDEB, também verificamos certa correspondência entre as metas de infraestrutura (recursos tecnológicos e estrutura material) e as metas de construção planejadas com o objetivo de garantir a oferta de vagas para o EF e a EI descritas na categoria imóveis. Tal correspondência, na LDO 2007, no que se refere ao EF ocorreu em oito municípios (Araucária, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais) e para a EI em seis municípios (Araucária, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba e São José dos Pinhais). Na LDO 2009, tal correspondência ocorreu em sete municípios que relacionavam as metas para o EF (Araucária, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais) e em cinco municípios que relacionavam as metas para a EI (Araucária, Campo Magro, Colombo, Pinhais e São José dos Pinhais).

Destaca-se, contudo, que apesar de tal correspondência não conseguimos identificar em nenhum desses municípios, nas duas LDOs analisadas, a preocupação em explicitar nas metas planejadas referentes à infraestrutura os novos estabelecimentos de ensino que estavam sendo planejados para serem construídos. Dessa forma, tem-se como hipótese que tais metas estejam de alguma forma implícitas às que foram planejadas.

Nesta categoria também identificamos metas que explicitavam os recursos do FNDE, como em Colombo (2006, 2007 e 2009) que explicitou a utilização dos recursos do salário educação para adquirir equipamentos para o programa de informática educacional e Fazenda Rio Grande (2006) que explicitou os recursos do salário educação para aquisição de material permanente.

No que se refere ao tratamento das metas de estrutura material, não observamos mudanças significativas decorrentes da transição do FUNDEF para o FUNDEB, pois em todas as LDOs analisadas a maioria dos municípios a relacionavam a ambas as etapas.

Já no que se relaciona aos recursos tecnológicos, verificamos uma priorização do EF tanto nas LDOs correspondentes ao período do FUNDEF quanto nas correspondentes ao período do FUNDEB.

3.3.5. METAS RELACIONADAS À CATEGORIA AÇÕES

Nesta categoria encontramos um grande número de metas, dessa forma, tentamos organizá-las em blocos de temas para melhor visualização e análise das mesmas. Destaca-se, no entanto, que é também nesta categoria que os municípios apresentavam suas metas mais específicas. Assim sendo, nestes casos, tivemos que deixá-las descritas da forma como apareciam nas LDOs para melhor compreensão do que foi planejado no que se refere às ações dos municípios para o EF e a EI.

Na LDO 2001, encontramos metas de ações nos doze municípios. Somente Campo Magro trazia metas direcionadas apenas a EI que se relacionavam às ações de manutenção do atendimento pré-escolar na rede de ensino e a instalação e manutenção da oferta de creches. Os outros municípios traziam metas relativas a ambas as etapas. No que se refere às ações para o EF, encontramos metas relativas à manutenção do FUNDEF em Almirante Tamandaré e Araucária; evasão em Araucária (foco na área rural) e Pinhais; projetos em Campo Largo e Curitiba e

conselhos em Curitiba (conselho do FUNDEF). Para a EI, as metas de ações referiam-se à manutenção da EI em Almirante Tamandaré e Araucária. Para ambas as etapas, identificamos metas de ações relativas à manutenção da rede de ensino em Campo Largo e São José dos Pinhais; conselhos em Almirante Tamandaré, Araucária e Curitiba (Conselho Municipal de Educação), Campo Magro (Conselho e Fundo de Educação) e São José dos Pinhais (conselhos escolares); e expansão da matrícula em Pinhais (EF e EI – Jardim III), Piraquara (ensino de 1º e 2º grau), Campina Grande do Sul (EF e EI), Campo Magro (EF e pré-escolar), Curitiba (rede municipal de ensino) e Quatro Barras (EF e EI).

Entre as metas específicas de cada município direcionadas ao EF destacam-se: manutenção do EF em Almirante Tamandaré; gestão das escolas e gestão da educação em Pinhais e fontes de receitas em Campo Largo. Para a EI destaca-se a meta específica referente à implantação de pré-escolas em São José dos Pinhais. Para ambas as etapas, destacam-se metas específicas referentes a: bolsas de estudos a carentes e manutenção do Centro de Atendimento Integral a Criança - CAIC em Almirante Tamandaré; implantação do plano municipal de educação, gestão da educação e atividades entre o Clube de Xadrez e a rede de ensino em Araucária; cursos, projetos e tarifas e serviços de concessionários públicos em Fazenda Rio Grande; acesso de alunos à rede de informática em Curitiba; ampliação de jornada escolar, criação de espaços para a prática de esporte e lazer, avaliação de docentes, do sistema, da aprendizagem e das condições físicas dos estabelecimentos de ensino, elaboração de plano curricular, cooperação com a área da saúde para implantação de centro de atendimento à saúde do escolar, promoção de ajustes necessários para elevar os padrões de qualidade, compreender o significado e o conteúdo do fracasso escolar e criação de mecanismos indicadores de eficiência do sistema baseado em estudos de custo e resultados definindo conceitos de domínio metodológico em Pinhais; dinamização das APMs, construção e ampliação da rede escolar urbana e rural, criação do clube da comunidade participativa, implantação do clube do xadrez e promoção de colônia de férias em São José dos Pinhais.

Na LDO 2006, encontramos metas relacionadas às ações e direcionadas ao EF no que se refere à atualização do modelo organizacional da rede municipal de ensino em Campina Grande do Sul e Campo Largo; modernização e informatização das rotinas e dos processos de serviços em Campina Grande do Sul e Campo

Largo; Plano Municipal de Educação em Campina Grande do Sul, Campo Largo e Pinhais; contratação de vigias para os estabelecimentos de ensino em Campina Grande do Sul e Campo Largo; manutenção do EF em Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande e Quatro Barras; projetos em Campo Magro e Pinhais; matrículas em São José dos Pinhais e Pinhais (universalizar o atendimento do EF); evasão escolar em Campina Grande do Sul e Campo Largo e conselhos (FUNDEF, Conselho Municipal de Alimentação Escolar e conselhos escolares) em Pinhais. Para a EI, as metas de ações referiam-se à modernização e à informatização das rotinas e processos em Campina Grande do Sul e Campo Largo; promoção de atividades de recreação e passeios em Campina Grande do Sul e Campo Largo e manutenção da EI em Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Piraquara e Quatro Barras. Para ambas as etapas, as metas relacionavam-se aos conselhos em Araucária (Conselho Municipal de Educação e conselho escolar) e Campo Magro (Conselho do FUNDEF e Conselho Municipal de Alimentação Escolar); matrícula em Campina Grande do Sul (universalizar o atendimento do EF, ampliar e universalizar o atendimento da EI), Campo Largo (universalizar o atendimento do EF, manutenção e ampliação do atendimento da EI) e Curitiba (universalizar o atendimento da demanda de EF e da EI); e, manutenção da rede de ensino em Pinhais e São José dos Pinhais.

Entre as metas específicas de cada município referentes ao EF destacam-se: realização de seminários, participação do FUNDEF, valorização do magistério e subvenção das APMs das escolas municipais de EF em Araucária; manutenção e ampliação de atendimento oftalmológico e auditivo para os alunos em Campina Grande do Sul; assegurar pronto pagamento para os fundos rotativos das escolas em Campo Largo; aquisição de veículos e promoção da nuclearização das escolas rurais em Colombo; uso das escolas nos finais de semana em Curitiba; estudos e pesquisas, proposta pedagógico-curricular, avaliação do ensino, mecanismos de colaboração com Secretaria de Saúde e Secretaria de Ação Comunitária e Social, promoção de atividades esportivas, de lazer, socioculturais e artísticas, promoção de eventos sócio educacionais, redução do índice de analfabetismo em Pinhais; garantia de vagas nas escolas municipais de acordo com a proximidade familiar em Piraquara; melhoria das condições de aprendizado e realização de concursos em Quatro Barras e desmembramento de escolas em São José dos Pinhais. Para a EI destacam-se metas específicas dos municípios relacionadas à: realização de

seminários em Araucária; atividades de contra turno em Campina Grande do Sul; atualização do modelo organizacional em Campo Largo; manutenção dos CMEIs com atendimento no período de 12 horas e manutenção do atendimento dos CMEIs no período de férias em Curitiba; proposta pedagógica, mecanismos de participação da comunidade escolar e acordos técnicos e parceria para atendimento nos CMEIs em Pinhais; implantação do serviço de berçário em Piraquara; cuidar e educar as crianças de 0 a 6 anos em todos os CMEIs em São José dos Pinhais. Para ambas as etapas destacam-se metas específicas dos municípios referentes à: gerenciamento da educação municipal e manutenção do clube de ciências e oficina de artes em Araucária; campanhas publicitárias nas áreas do EF e da EI, sistema de informações educacionais e atendimento psicológico às crianças e suas famílias em Curitiba; patrulhamento ostensivo, serviços de consultoria e assessoria, campanhas educativas e manutenção dos serviços administrativos e operacionais da rede de ensino em Pinhais; avaliação da aprendizagem e proposta pedagógica em Piraquara e supervisão das unidades de ensino, plano anual de trabalho e repasse financeiro para as unidades de ensino em São José dos Pinhais.

A análise das LDOs correspondentes ao período do FUNDEF nos permitiu verificar que, das metas de ações que foram organizadas em blocos, os temas que apareceram com mais frequência foram: manutenção da rede de ensino (manutenção do EF e da EI), conselhos e matrículas.

No que se refere aos conselhos apesar de estarmos analisando LDOs do período do FUNDEF, observamos que, apenas, Curitiba explicitou na LDO 2001 a implementação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF e Campo Magro e Pinhais explicitaram na LDO 2006 meta relativa a este conselho. O primeiro município prevendo o apoio técnico e financeiro ao Conselho do FUNDEF e o segundo município prevendo a manutenção do conselho do FUNDEF. O restante dos municípios relacionava esta meta ao Conselho Municipal de Educação e conselhos escolares.

Quanto às metas de matrículas, procuramos verificar se os municípios que as explicitavam nas duas LDOs (Pinhais – referente às matrículas do EF, Campina Grande do Sul e Curitiba) coincidiam com aqueles que apresentavam expansão das matrículas no período analisado. Assim sendo, observamos que apenas Curitiba obteve expansão das matrículas do EF, da pré escola e da creche; Campina Grande

do Sul obteve expansão apenas das matrículas da creche e Pinhais obteve decréscimo das matrículas do EF.

A análise das metas específicas dos municípios nos permitiu observar a explicitação de metas que não pareciam pertencer à educação como em Fazenda Rio Grande (2002) que previu a meta de tarifas e serviços de concessionários públicos. Também verificamos metas que não são consideradas como gastos em MDE, como em Pinhais que planejou para 2001 a cooperação com a área de saúde para implantação de centro de atendimento à saúde do escolar e para 2006 previu ampliar e realizar o atendimento com efetivo fixo e patrulhamento ostensivo nas unidades de Ensino da Rede Municipal de Educação; Campina Grande do Sul (2006), que previu a manutenção e ampliação de atendimento oftalmológico e auditivo para os alunos e Curitiba (2006), que planejou atendimento psicológico as crianças e suas famílias. Sendo necessário, dessa forma, um controle social das fontes de recursos planejadas e utilizadas para efetivar tais metas. Destaca-se, contudo, que isto só é possível a partir das LDOs em Fazenda Rio Grande que detalha a fonte de recursos para as suas metas.

Além disso, nas metas específicas dos municípios, identificamos o planejamento de metas consideradas polêmicas no campo do financiamento da educação, como em Almirante Tamandaré (2001) que planejou conceder bolsas de estudos a carentes. Destaca-se que apesar da LDB n.º 9.394/96 considerar como despesas em MDE a concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas, considera-se tal planejamento um retrocesso, visto que, o dinheiro público deveria ser planejado e gasto apenas no ensino público expandindo e melhorando seu atendimento. Tal princípio é preconizado na Conferência Nacional de Educação - CONAE que ao estabelecer a construção de um sistema nacional de educação enfatiza a necessidade da garantia dos recursos públicos, exclusivamente para a educação pública, direcionados à superação do atraso educacional e ao pagamento da dívida social e educacional do Estado para com a nação (CONAE, 2010).

Na LDO 2007 encontramos metas de ações para o EF referentes à manutenção do EF em Campina Grande do Sul, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Quatro Barras e São José dos Pinhais; aquisição de veículos em Campo Largo e Colombo; descentralização de recursos para as escolas em Curitiba e Pinhais; projetos em Pinhais e São José dos Pinhais; modernização dos serviços e atividades internas em Campo Largo e Pinhais; e, segurança nas escolas em

Campo Largo e Pinhais. Para a EI foram encontradas metas de ações referentes à manutenção da EI em Campina Grande do Sul, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais; e descentralização de recursos para os CMEIs em Curitiba e Pinhais. Para ambas as etapas identificamos metas de ações referentes a eventos em Araucária e Campo Magro; manutenção da rede de ensino em Curitiba e São José dos Pinhais; conselhos (conselho de alimentação escolar, conselho do FUNDEF e conselho municipal de educação) em Pinhais – referente ao EF e conselho municipal de educação em Campo Magro e matrícula em Curitiba (ampliação de vagas nos CMEIs conveniados), Pinhais (ampliação da EI em áreas de expansão de demanda) e Campo Largo (garantia de acesso e permanência de todas as crianças no EF, manutenção da oferta de EI, ampliação da oferta de EI).

Entre as metas específicas de cada município direcionadas ao EF destacam-se: Plano Municipal de Educação, atividades no contra turno, portal da educação e atividades de recreação e passeios em Campo Largo; campanhas educativas e processos de informação em Curitiba; organização do EF para acesso de alunos de 6 anos, avaliação da rede municipal de ensino, estudos e pesquisas, redução da taxa de analfabetismo, comunicação entre escolas e Secretaria de Educação, integração escola/comunidade e mecanismos de colaboração entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Ação Social e Comunitária em Pinhais. Para a EI destacam-se como metas específicas dos municípios as referentes à: modernização dos serviços e atividades internas e atividades de recreação e passeio em Campo Largo; processos de informação e campanhas informativas e educativas em Curitiba; segurança nos CMEIs, aquisição de veículos, colaboração entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Ação Social e Comunitária, gestão gerencial e integração escola/comunidade em Pinhais. Para ambas as etapas destacam-se como metas específicas dos municípios as referentes à: manutenção e conservação de bens móveis em Araucária; manutenção do FUNDEB em Campina Grande do Sul; ações de inclusão digital em Campo Magro; portal da educação e sistema de atividades de ensino de arte (apenas para o EF) em Curitiba; fontes adicionais de recursos e estudos e pesquisas e novas tecnologias na educação em Pinhais; garantia de vagas nas escolas municipais de acordo com a proximidade familiar, manutenção do FUNDEF e/ou FUNDEB,

avaliação da aprendizagem e proposta pedagógica em Piraquara; repasse financeiro as unidades escolares em São José dos Pinhais.

Na LDO 2009, encontramos metas de ações para o EF referentes à manutenção do EF em Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Colombo, Curitiba, Pinhais, Quatro Barras e São José dos Pinhais e descentralização de recursos para as escolas em Curitiba e Pinhais. Para a EI foram encontradas metas de ações referentes à manutenção da EI em Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Colombo, Curitiba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais e descentralização de recursos para os CMEIs em Curitiba e Pinhais. Para ambas as etapas encontravam-se metas de ações referentes à manutenção do FUNDEB em Campina Grande do Sul, Fazenda Rio Grande e Piraquara; manutenção da rede municipal de ensino em Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais e matrícula em Pinhais (ampliação da EI em áreas de expansão da demanda) e em Campo Largo (garantia de acesso e permanência de todas as crianças no EF, manutenção da oferta de EI, ampliação da oferta de EI).

Entre as metas específicas de cada município direcionadas ao EF destacam-se: manutenção do FUNDEB 60% e 40% e manutenção do salário educação em Almirante Tamandaré; eventos e APMs em Araucária; modernização dos serviços e atividades internas e atividades no contra turno em Campo Largo; aquisição de veículos em Colombo; concessão de benefícios, segurança nas escolas e campanhas informativas e educativas em Curitiba; modernização do processo pedagógico em Pinhais e projetos em São José dos Pinhais. Para a EI, destacam-se como metas específicas dos municípios as referentes a: eventos em Araucária; modernização dos serviços e atividades internas e atividades de recreação e passeios em Campo Largo; concessão de benefícios, segurança nos CMEIs e campanhas informativas e educativas em Curitiba e implantação de serviço de berçário em Piraquara. Para ambas as etapas destacam-se como metas específicas dos municípios as referentes à manutenção de despesas de custeio, gestão escolar, aquisição de veículos, segurança nas unidades da rede municipal de ensino e projetos em Pinhais; garantia de vagas nas escolas municipais de acordo com a proximidade familiar, avaliação da aprendizagem e proposta pedagógica em Piraquara e APMs e Associações de Pais, Professores e Servidores - APPS em São José dos Pinhais.

A análise das LDOs correspondentes ao período do FUNDEB nos permitiu verificar que, das metas de ações que foram organizadas em blocos, os temas que apareceram com maior frequência foram: manutenção da rede municipal de ensino (manutenção do EF e manutenção da EI), descentralização de recursos para as escolas e CMEIs, sendo que nas duas LDOs os mesmos municípios (Curitiba e Pinhais) estipulavam tal meta e matrículas.

No que se refere às metas de matrículas, procuramos verificar se os municípios que as explicitavam nas duas LDOs (Pinhais – referente à ampliação da EI e Campo Largo) coincidiam com aqueles que apresentaram expansão das matrículas no período analisado. Assim sendo, observamos que Pinhais obteve expansão de matrículas tanto referente à pré escola quanto à creche e Campo Largo obteve expansão das matrículas do EF e da creche e decréscimo das matrículas da pré escola, considerando os anos de 2007 e 2009.

Também encontramos nesta categoria metas que explicitavam os recursos do FNDE como em Almirante Tamandaré (2009) que explicitou a manutenção do salário educação voltado para o EF; Campo Magro (2008) que explicitou a manutenção do programa salário educação para ambas as etapas; Fazenda Rio Grande que planejou para 2006 e 2007 a manutenção das atividades do EF com recursos do salário educação e para 2009 a manutenção do salário educação para ambas as etapas e Quatro Barras (2008 e 2009) que previu ações a cargo do salário educação para atender as escolas de EF. Além disso, em Pinhais (2007) identificamos uma meta específica que designava a busca de fontes adicionais de recursos para investimento e custeio para ambas as etapas.

No que se refere ao tratamento das metas de ações dos municípios, não percebemos mudanças significativas na transição do FUNDEF para o FUNDEB, pois em todas as LDOs analisadas, observamos que na maioria dos municípios as metas eram direcionadas a ambas as etapas, inclusive as que se referiam à expansão de matrículas.

No que se relaciona à diversificação dessas metas de um fundo para o outro, verificamos que nas LDOs referentes ao período do FUNDEF havia uma diversificação maior de metas de ações para ambas as etapas.

3.3.6. METAS RELACIONADAS À CATEGORIA PROGRAMAS

Nesta categoria encontramos metas referentes aos programas planejados pelos municípios para serem colocados em prática em suas redes de ensino.

Na LDO 2001 verificamos metas bem específicas de programas para cada um dos municípios e que se referiam a ambas as etapas. Em Campina Grande do Sul e Quatro Barras foi encontrado o programa de desporto educacional na rede pública de ensino; em Almirante Tamandaré, os programas olho no olho, material didático, dinheiro na escola, capacitação de professores e transporte escolar; em Campo Largo, o programa de integração de saúde, educação e cultura; em Curitiba, o programa TV Professor; em Fazenda Rio Grande, o programa bolsa estágio educação e programa de cesta básica educação³⁸; em Pinhais, os programas de projetos especiais relacionados às áreas de esportes, ciências, português, matemática, artes e línguas estrangeiras; em Piraquara, os programas de ensino específicos para atender toda a faixa etária e, em São José dos Pinhais, o programa “comunidade em ação” mantendo o convênio de auto gestão.

Na LDO 2006, encontramos além dos programas voltados para ambas as etapas os programas específicos para o EF e para a EI. Para o EF detectamos metas relacionadas ao PDDE em Campo Magro, Fazenda Rio Grande e Colombo; programa comunidade escola e programa de descentralização de recursos via repasses às Associações de Pais, Professores e Funcionários - APPFs em Curitiba; programa escola participativa em Fazenda Rio Grande; programa banco de ideias, programa de gestão escolar e programa bolsa escola em Pinhais. Para a EI metas relativas a projetos e programas educacionais no CMEIs em Colombo; programa de descentralização de recursos via repasses às Associações de Pais e Funcionários - APFs em Curitiba e programa escola participativa em Fazenda Rio Grande. Para ambas as etapas, o programa escola e universidade em Curitiba; programa de prevenção contra incêndio e repasse de recursos às unidades de educação municipal destinados ao custeio via programa de descentralização em Pinhais e programas que viabilizassem a participação dos pais nas escolas em Piraquara.

Na LDO 2007, identificamos metas de programas para o EF referentes ao PDDE em Colombo, Fazenda Rio Grande e Quatro Barras; programa nossa escola

³⁸ Deduz-se que tal programa refere-se a cesta básica de alimentos, pois esta meta encontrava-se no Projeto da Gerência Setorial de Recursos Humanos, sendo uma das metas direcionada à educação que se encontrava em outro projeto no município de Fazenda Rio Grande. Destaca-se que tal meta não pode ser considerada como gasto em MDE. Contudo, o município explicitava que a mesma seria efetivada com recursos próprios.

em Araucária e programa do caixa escolar e programa biblioteca itinerante em Campo Largo. Para a EI, encontramos uma única meta no município de Colombo referente a projetos e programas educacionais nos CMEIs. Para ambas as etapas, metas referentes à manutenção de programas (PNATE, PNAE, PDDE, PNAC, salário educação e outros) em Campina Grande do Sul; manutenção do sistema de programas vinculados ao Ministério da Educação e Fundação Nacional de Desenvolvimento Social em Curitiba; programas de gestão educacional e programas socioeducativos específicos que contemplassem as múltiplas dimensões do processo educacional em Pinhais; programas que viabilizassem a participação dos pais nas escolas e programa de educação legislativa para crianças e adolescentes em Piraquara.

Na LDO 2009, detectamos metas de programas direcionadas ao EF referentes ao PDDE em Almirante Tamandaré, Colombo e Quatro Barras e programa de incentivo à educação em Campo Magro. Para a EI a meta de programa referente ao desenvolvimento de projetos e programas educacionais nos CMEIs em Colombo. E para ambas as etapas, encontramos metas de programas referentes à manutenção de programas (PNATE, PNAE, PDDE, PNAC e salário educação) em Campina Grande do Sul; manutenção do programa salário educação e manutenção do programa PDDE em Campo Magro e Fazenda Rio Grande e programas que viabilizassem a participação dos pais nas escolas e programa de educação legislativa para crianças e adolescentes em Piraquara.

Nesta categoria também observamos metas que explicitavam os recursos do FNDE, como em Almirante Tamandaré (2009), que explicitou a manutenção do PDDE para o EF; Colombo (2006, 2007 e 2009), que previu manter o convênio e repassar os recursos do PDDE para as unidades executoras do EF; Fazenda Rio Grande (2006 e 2007), que planejou a manutenção do PDDE para o EF e para 2009 a manutenção do PDDE para ambas as etapas; Quatro Barras (2008 e 2009), que previu a transferência de recursos do PDDE para as escolas de EF; Campina Grande do Sul (2008 e 2009), que planejou a manutenção de programas por meio de recursos do PNATE, PNAE, PDDE, PNAC e salário educação e Campo Magro (2009), que previu a manutenção do PDDE.

No que se refere ao tratamento das metas de programas dos municípios, não percebemos mudanças significativas na transição do FUNDEF para o FUNDEB, pois em todas as LDOs analisadas observamos que na maioria dos municípios as

metas eram direcionadas a ambas as etapas. Contudo, no que se relaciona à diversificação dessas metas de um fundo para o outro, verificamos que nas LDOs referentes ao período do FUNDEF além das metas serem mais diversificadas expressavam os programas desenvolvidos pelos próprios municípios. Já nas LDOs referentes ao período do FUNDEB observou-se a presença mais constante de programas financiados com recursos do FNDE, principalmente na LDO (2009).

3.3.7. METAS RELACIONADAS À CATEGORIA CONVÊNIOS

Observamos que em todas as LDOs alguns municípios explicitavam metas de convênios para o EF, EI ou para ambas as etapas.

Verificamos que especificamente para o EF havia uma gama diversificada de intenções planejadas com os convênios. Dessa forma, encontramos metas relativas a convênios com órgãos estaduais para a manutenção da municipalização do Ensino Fundamental em Almirante Tamandaré (2001); convênios com o Estado do Paraná, para aplicação dos recursos provenientes do salário educação em Campo Magro (2001); convênios e parcerias com entidades em Campo Magro (2005); convênios e subvenções as entidades de apoio ao ensino fundamental em Colombo (2006, 2007 e 2009); ações para devolução de convênios na área de educação em Quatro Barras (2008 e 2009) e convênios com órgãos governamentais e não governamentais para o ensino fundamental em Araucária (2009).

Para a EI, identificamos metas relativas principalmente à oferta da EI via repasse de recursos para entidades privadas. Assim sendo, encontramos em Curitiba (2001) meta referente ao apoio às creches conveniadas; auxílio financeiro ao Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil - CADI em Fazenda Rio Grande (2002); convênios com estabelecimentos de ensino da rede particular que possuísem pré-escola, para absorção dos alunos da rede pública e das creches em Araucária (2006); convênios de cooperação técnico-financeira com entidades sociais, que atuassem no atendimento às crianças de 0 a 6 anos em Curitiba (2006); convênios com igrejas, associações de bairros, ONGs, e entidades não governamentais para o atendimento à EI em Piraquara (2006, 2007 e 2009); convênios e subvenções às entidades de apoio ao ensino infantil em Colombo (2007); Convênio CADI em Fazenda Rio Grande (2009) e convênios com órgãos governamentais e não governamentais para a educação infantil em Araucária (2009). Além disso, identificamos a meta de convênio com Federações para

fomentar a prática de esportes no contra turno escolar em Campo Largo (2006). Questiona-se esta última meta, pois de acordo com a LDB n.º 9.394/96 não é considerada despesa com MDE a subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter desportivo. Assim sendo, seria necessário o acompanhamento da fonte de recursos planejada para a efetivação desta meta. Destaca-se, contudo, que isso não será possível por meio da LDO, visto que, o município não estipula a fonte de recursos na mesma. Sendo necessário, neste caso, o estudo da LOA.

Para ambas as etapas, identificamos várias metas de convênios relacionadas à obtenção de recursos para os municípios. São os casos de Almirante Tamandaré (2001), que previu convênios com órgãos governamentais e não governamentais para a obtenção de recursos face à concretização de projetos voltados à educação; Araucária (2001), que planejou convênios com órgãos governamentais e não governamentais, para obtenção de recursos face à concretização de projetos voltados à educação e convênios ou similares com entidades da administração pública estadual, federal ou afins, visando a arregimentação de recursos materiais, humanos e financeiros; Campo Largo (2001), que estipulou prosseguir nas ações para realizar e firmar convênios com os órgãos federais e estaduais e demais instituições congêneres, cujas ações visassem obter recursos para a manutenção das diversas áreas de ensino, bem como para a execução de projetos; Piraquara (2006), que planejou convênios com entidades governamentais e não-governamentais, visando a obtenção de recursos para a concretização de projetos voltados à educação e Fazenda Rio Grande (2006 e 2007) que previu convênios para a realização de ações e projetos por meio de recursos do FNDE. Também encontramos metas relativas a convênios com esferas do Governo Federal, Estadual, de iniciativa privada e Órgãos Internacionais em Pinhais (2001); convênios com Universidades em São José dos Pinhais (2001); convênios com órgãos governamentais e não governamentais em Araucária (2006 e 2007); convênios e parcerias para atender à demanda da Secretaria Municipal da Educação em Curitiba (2006); convênios com os governos estadual e federal e convênios e parcerias com outras instituições públicas e privadas em Campo Magro (2007); convênios com instituições privadas e nas diversas esferas de governo em São José dos Pinhais (2007 e 2009) e convênios para construção e reforma de unidades educacionais em Fazenda Rio Grande (2009).

Nesta categoria também observamos metas que explicitavam os recursos do FNDE como Campo Magro (2001), que planejou efetivar convênio com o Estado do Paraná para aplicação dos recursos provenientes do salário educação no EF e Fazenda Rio Grande (2006 e 2007), que previu a realização de convênios para o desenvolvimento de ações, projetos e construções com recursos do FNDE para ambas as etapas.

Quanto ao tratamento das metas de convênios, verificamos que, apesar de direcionamentos diferenciados de uma etapa da educação para outra, não observamos priorização de metas para o EF nas LDOs relativas ao período do FUNDEF, pois havia na maioria dos municípios metas relacionadas a ambas as etapas. O mesmo acontecendo nas LDOs relativas ao período do FUNDEB. Contudo, o número maior de metas relativas aos convênios se fazia presente no período do FUNDEF, o que é inesperado já que no caso da EI é no período do FUNDEB que isto é aberto.

3.3.8. METAS RELACIONADAS À CATEGORIA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Destaca-se que nesta categoria abrangem-se as metas relacionadas a todos os profissionais da educação.

Nas LDOs analisadas, foram encontradas primeiramente metas referentes à manutenção ou ampliação de recursos humanos. Ressalta-se, contudo, que estas metas eram tratadas de forma muito genérica sem que se estipulasse quem seria o servidor que seria mantido ou teria seu número ampliado. Assim sendo, encontramos nas metas termos como recursos humanos, quadro da Secretaria Municipal de Educação, estrutura humana, servidores, quadro funcional, quadro de pessoal, efetivo de pessoal, quadro de profissionais e quadro de servidores. Os únicos municípios que estipularam qual seria o servidor que seria mantido ou teria seu número ampliado foram Curitiba (2006 e 2007), Araucária (2007 e 2009) e São José dos Pinhais (2007 e 2009) que planejaram metas relativas a estagiários. Curitiba planejou a contratação de estagiários de nível médio para prestar atendimento e suporte nos laboratórios de informática; Araucária previu a contratação de estagiários do Ensino Médio e do Ensino Superior para atuarem nas unidades de EF e EI e São José dos Pinhais planejou a manutenção do quadro de estagiários da Secretaria de Educação.

Tal fato nos demonstra a falta de transparência destes dados que consequentemente dificulta o controle social destas metas, pois como os cidadãos conseguiriam verificar qual o servidor que foi mantido ou teve seu quadro ampliado?

Na LDO 2001, encontramos esta meta para ambas as etapas em apenas cinco municípios (Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Quatro Barras e Pinhais), dos quais Araucária e Campo Magro planejaram a manutenção dos recursos humanos; Campina Grande do Sul e Quatro Barras previram a manutenção dos recursos humanos para o EF e a ampliação para a EI e Pinhais que planejou ampliar o quadro da Secretaria Municipal de Educação por meio de concursos públicos.

Na LDO 2006, identificamos metas relativas a recursos humanos em sete municípios (Araucária, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais). Destes municípios três (Campo Magro, Curitiba e São José dos Pinhais) direcionavam esta meta apenas para o EF, os dois primeiros a relacionavam à ampliação dos recursos humanos e São José dos Pinhais a relacionava à manutenção dos recursos humanos para atendimento de programas nas escolas. Os outros municípios referiam-se a ambas as etapas, sendo que Araucária visava à manutenção da estrutura humana para o EF e EI, ampliação de recursos humanos para a EI e previa, ainda, a garantia de recursos humanos para as novas unidades da EI e Colombo, Pinhais e Piraquara referiam-se à ampliação de recursos humanos.

Quando comparamos os municípios que planejaram metas de ampliação de recursos humanos, nas LDOs referentes ao período do FUNDEF, com os municípios que apresentaram expansão de matrículas neste período, percebemos que Pinhais, que apresentou esta meta nas duas LDOs, obteve decréscimo nas matrículas do EF e expansão das matrículas de EI (creche e pré escola); Campina Grande do Sul e Quatro Barras que apresentaram esta meta direcionada apenas a EI na LDO 2001 obtiveram expansão das matrículas da creche e apenas Quatro Barras obteve expansão da matrícula da pré escola no período. Dos que apresentaram tal meta, apenas na LDO 2006, Campo Magro e Curitiba que a direcionavam ao EF obtiveram expansão da matrícula desta etapa da educação; Araucária que direcionou esta meta apenas a EI obteve expansão da matrícula tanto na creche quanto na pré escola e Colombo e Piraquara que previram tal meta para ambas as etapas

obtiveram expansão das matrículas da EI e apenas Colombo obteve expansão das matrículas do EF.

Outra possibilidade de análise é verificar se os municípios que planejaram ampliação de recursos humanos coincidem com aqueles que previram metas de construção com a intenção de garantir a oferta de vagas. Neste sentido, verificamos que Pinhais apresenta tal coincidência nas duas LDOs analisadas. Os municípios que apresentaram metas de ampliação de recursos humanos na LDO 2001 (Campina Grande do Sul e Quatro Barras) não apresentaram metas de construção. E os municípios que apresentaram tal meta na LDO 2006 (Campo Magro, Curitiba, Araucária, Colombo e Piraquara) todos apresentaram metas de construção.

Cabe destacar, no entanto, que embora ocorra essa correspondência de metas para alguns municípios, somente Araucária (2006) explicitou tal preocupação ao prever a garantia de recursos humanos para as novas unidades de Educação Infantil. Assim sendo, tem-se como hipótese que os outros municípios que apresentaram correspondência destas metas tenham de forma implícita realizado tal planejamento.

Na LDO 2007, encontramos metas referentes a recursos humanos em seis municípios (Colombo, Pinhais, Piraquara, Araucária, Curitiba e São José dos Pinhais) todos relacionando esta meta para ambas as etapas. Destes municípios apenas São José dos Pinhais referia-se à manutenção de recursos humanos (servidores e estagiários) e ao mesmo tempo a ampliação do quadro funcional para atendimento da expansão da demanda, todos os outros se referiam somente a ampliação de recursos humanos.

Na LDO 2009, identificamos metas relativas a recursos humanos em quatro municípios (Araucária, Colombo, Piraquara e São José dos Pinhais) todos estes municípios direcionavam esta meta para ambas as etapas, sendo que Araucária trazia metas referentes tanto à manutenção quanto a ampliação de recursos humanos; São José dos Pinhais trazia metas de manutenção dos recursos humanos e Colombo e Piraquara traziam metas de ampliação dos recursos humanos.

Quando comparamos os municípios que apresentaram metas de ampliação de recursos humanos, nas LDOs referentes ao período do FUNDEB, com os municípios que apresentaram expansão de suas matrículas considerando os anos 2007 e 2009, verificamos que dos municípios que apresentaram tal meta nas duas LDOs, Piraquara e Araucária obtiveram decréscimo das matrículas do EF e Colombo

obteve expansão desta matrícula, com relação à EI todos obtiveram expansão da matrícula tanto da creche como da pré escola. Dos municípios que apresentaram esta meta, apenas na LDO 2007, Pinhais e São José dos Pinhais obtiveram decréscimo da matrícula do EF e Curitiba obteve expansão da matrícula desta etapa da educação, quanto a EI Pinhais e Curitiba obtiveram expansão da matrícula tanto para a creche quanto para a pré escola e São José dos Pinhais obteve apenas para a pré escola.

Quanto à relação entre metas de ampliação de recursos humanos com as metas de construção, verificamos que os municípios que apresentaram a meta de ampliação de recursos humanos nas duas LDOs (Araucária, Colombo e Piraquara) também apresentaram metas de construção nas duas LDOs. E dos municípios que apresentaram tal meta apenas na LDO 2007 (Pinhais, Curitiba e São José dos Pinhais) todos apresentavam metas de construção nesta LDO.

Ressalta-se, no entanto, que embora ocorra tal correspondência entre as metas, não encontramos em nenhum dos municípios a explicitação de que a ampliação dos recursos humanos seria para suprir os novos estabelecimentos de ensino.

Outra meta que se fez muito presente nas LDOs refere-se à capacitação dos profissionais da educação.

Na LDO 2001, percebemos esta meta em onze municípios, apenas Colombo não apresentava este tipo de meta. Destes onze municípios, somente Campina Grande do Sul e Quatro Barras traziam metas de qualificação apenas para os servidores da educação vinculados ao Ensino Fundamental. O restante referia-se a ambas as etapas, contudo com diferenciações no direcionamento e na forma da capacitação. Assim, observamos capacitação direcionada apenas aos professores em Campo Largo, Campo Magro, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais; capacitação direcionada aos profissionais da educação como um todo em Almirante Tamandaré e Araucária; capacitação direcionada aos diretores das escolas em gestão escolar em Pinhais; capacitação direcionada aos secretários escolares, assistentes administrativos e merendeiras em São José dos Pinhais; assim como capacitações sem um direcionamento específico como em Curitiba que determinou a manutenção do programa de capacitação profissional e Fazenda Rio Grande que planejou o programa de treinamento e capacitação para a educação. Quanto às formas de capacitação identificamos além das ações de formação continuada

encontradas em Almirante Tamandaré, Campo Largo, Campo Magro, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais; a viabilização da participação em cursos, congressos e seminários em Araucária e habilitação específica em nível de graduação em Pinhais. Além disso, foi identificada uma meta específica em Pinhais relacionada à criação de centro para capacitação dos profissionais.

Na LDO 2006, encontramos metas de capacitação em dez municípios, apenas Fazenda Rio Grande não apresentava tal meta. Dos dez municípios somente Campo Magro e Quatro Barras possuíam metas de capacitação direcionadas apenas ao Ensino Fundamental. Campo Magro direcionava a capacitação aos professores por meio de viagem de estudos e formação continuada e para os servidores administrativos por meio de formação continuada. Porém, trazia uma meta direcionada a ambas as etapas no que se referia à capacitação de merendeiras. Já Quatro Barras direcionava a capacitação para os profissionais da educação por meio de cursos, seminários e congressos, bem como por meio de convênios com faculdades para pagamento de bolsas aos profissionais da educação. O restante dos municípios referia-se a ambas as etapas, com diferenciações no direcionamento e nas formas da capacitação. Neste sentido, encontramos metas de capacitação direcionadas apenas aos professores em Colombo e Piraquara; capacitação aos profissionais da educação como um todo em Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Curitiba, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais; capacitação de profissionais para atendimento nos laboratórios de informática (meta relacionada apenas ao Ensino Fundamental) em Colombo e capacitação para dirigentes escolares em São José dos Pinhais.

Quanto às formas de capacitação, encontramos além da formação continuada em Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais, metas relativas à implementação de semana de estudos pedagógicos da Secretaria Municipal da Educação e dos equipamentos da Rede Municipal de Ensino (meta relativa ao EF); incentivos à escolarização por meio da TV-Professor, Universidade Eletrônica e da modalidade de educação à distância; ações de incentivo à escolarização dos educadores da EI e ações de escolarização do ensino médio para os servidores dos CMEIs em Curitiba; participação em cursos, seminários, congressos e missões de estudo locais e nacionais em Pinhais e Curitiba e subsídio de bolsas de estudos para os professores que cursam o ensino

superior dentro da área de sua atuação em Piraquara. Além disso, uma meta específica de Curitiba relacionada à manutenção da TV – Professor como parte do programa de qualificação e desenvolvimento profissional na produção de projetos audiovisuais.

Na LDO 2007, encontramos metas de capacitação em nove municípios, apenas Campina Grande do Sul e Fazenda Rio Grande não traziam metas relacionadas ao tema. Dos nove municípios somente Quatro Barras direcionava a meta apenas para a capacitação continuada dos profissionais da educação do EF. Os outros municípios direcionavam a meta de capacitação para ambas as etapas, com direcionamento e formas de capacitação diferenciadas. No que se refere ao direcionamento, verificamos metas relacionadas aos profissionais da educação como um todo em Campo Largo, Colombo, Curitiba, Pinhais, Araucária, Campo Magro, Piraquara e São José dos Pinhais; capacitação apenas aos professores em Colombo e Piraquara; capacitação aos profissionais para atendimento nos laboratórios de informática (meta direcionada apenas ao EF) em Colombo e capacitação aos conselheiros da rede municipal de ensino em Araucária.

No que se relaciona às formas de capacitação, verificamos metas relacionadas à formação continuada em Campo Largo, Colombo, Curitiba, Pinhais, Araucária, Campo Magro, Piraquara e São José dos Pinhais; realização de cursos de especialização, capacitação de profissionais com a formação em curso normal superior, formação de educadores na área de magistério em nível médio, disponibilização de bolsas para o Projeto Escola e Universidade e promoção de viagens para a participação em cursos, fóruns, seminários e congressos para profissionais da EI em Curitiba; implementação de programa de capacitação na área pedagógica, técnica e gerencial, por meio de cursos, seminários, congressos e missões de estudo (meta relativa apenas ao EF) em Pinhais e subsídio de bolsas de estudos para os professores que cursam o ensino superior dentro da área de sua atuação em Piraquara.

Na LDO 2009, no que se relaciona à meta de capacitação observamos que sete municípios possuíam esta meta e cinco municípios (Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Curitiba e Fazenda Rio Grande) não possuíam metas relativas à capacitação. Já Quatro Barras apresentava esta meta apenas relativa a ações para capacitação continuada dos profissionais da educação do EF. Os outros municípios apresentavam metas de capacitação para ambas as

etapas, com direcionamento e formas diferenciadas. Dessa forma, identificamos metas de capacitação para os profissionais da educação em Araucária, Campo Largo, Colombo, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais; capacitação para os conselheiros da rede municipal em Araucária; capacitação para os professores em Colombo e Piraquara e capacitação para profissionais para atendimento nos laboratórios de informática em Colombo. Quanto às formas de capacitação observamos metas relativas à formação continuada em Araucária, Campo Largo, Colombo, Pinhais e Piraquara e subsídio de bolsas de estudos para os professores que cursam o ensino superior dentro da área de sua atuação em Piraquara.

Nestas LDOs, também encontramos metas relacionadas a planos de carreira. Na LDO 2001, encontramos esta meta apenas em Fazenda Rio Grande para ambas as etapas. Na LDO 2006, verificamos em Campina Grande do Sul, Campo Largo e Curitiba para ambas as etapas e em Campo Magro, Colombo e Pinhais apenas para o EF. Na LDO 2007 identificamos esta meta apenas em Campo Largo para ambas as etapas. E na LDO 2009 não encontramos esta meta em nenhum município.

Outras metas foram identificadas para esta categoria e referiam-se a fornecimento de auxílio alimentação aos servidores de ambas as etapas em São José dos Pinhais (2006, 2007 e 2009) e Curitiba (2007); fornecimento de vale transporte em Araucária (2007), Curitiba (2007) e São José dos Pinhais (2009) para os servidores de ambas as etapas; folha de pagamento em Fazenda Rio Grande (2002, 2006, 2007 e 2009) e em Campo Magro (2008) para ambas as etapas; melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação, jornada de trabalho e garantia de hora atividade em Pinhais (2001) para ambas as etapas; acesso a programas específicos de saúde necessários ao exercício de sua função em ambas as etapas em Curitiba (2006); realização de procedimentos específicos de transição, crescimento horizontal e vertical e manutenção e implementação da política de desenvolvimento de remuneração variável para ambas as etapas em Curitiba (2007) e promoção da assistência geral ao servidor para ambas as etapas em Curitiba (2009); ações para manutenção e valorização do magistério – FUNDEB 60% (meta direcionada apenas ao EF) em Quatro Barras (2008 e 2009) e implantação e manutenção do programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento dos integrantes do quadro próprio do magistério de ambas as etapas em Araucária (2009).

No que se refere aos recursos do FNDE, observamos nesta categoria metas que explicitavam os recursos do salário educação no município de Colombo (2006, 2007 e 2009) relativas à capacitação dos profissionais para atendimento nos laboratórios de informática do EF.

Quanto ao tratamento das metas sobre recursos humanos (manutenção/ampliação) não observamos mudanças significativas decorrentes da transição do FUNDEF para o FUNDEB, pois em todas as LDOs analisadas a maioria dos municípios a relacionavam a ambas as etapas.

Já quanto ao tratamento das metas relativas à capacitação dos profissionais da educação não observamos a influência de focalização apenas no EF e nem mesmo apenas nos profissionais do magistério nas LDOs referentes ao período do FUNDEF, pois identificamos metas direcionadas a ambas as etapas na maioria dos municípios e voltadas também a outros profissionais da educação. O mesmo acontecendo nas LDOs referentes ao período do FUNDEB. O único município que direcionava a meta de capacitação em todas as LDOs apenas para o EF era Quatro Barras.

No que se relaciona ao tratamento das metas sobre planos de carreira destaca-se que foram poucos os municípios que planejaram a mesma e esta se fez presente com maior predominância no período do FUNDEF, especialmente, na LDO 2006. O que nos chamou atenção foi o fato das duas LDOs do período do FUNDEF conterem metas relacionadas a ambas as etapas e não apenas ao EF. Apenas um município relacionava esta temática no seu planejamento orçamentário no período do FUNDEB e a direcionava para ambas as etapas.

Já as metas específicas de cada município encontravam-se mais presentes nas LDOs referentes ao período do FUNDEB e eram direcionadas na sua maioria a ambas as etapas.

3.3.9. METAS RELACIONADAS À CATEGORIA MATERIAIS DIDÁTICOS E AFINS

Observamos nesta categoria que a meta que mais se fez presente relacionava-se a material didático e de apoio pedagógico.

Na LDO 2001, esta meta encontrava-se para ambas as etapas em quatro municípios (Araucária, Fazenda Rio Grande, Pinhais e São José dos Pinhais). Além das metas que apenas citavam a aquisição de material didático-pedagógico (Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais), apresentavam-se também metas

mais específicas sobre os materiais, como em São José dos Pinhais que previu a implementação da biblioteca e videoteca do professor; Araucária que planejou a ampliação e manutenção do acervo da videoteca, da *slideoteca* e bibliotecas, a realização de assinatura de periódicos e revistas especializadas em educação e a aquisição de livros técnicos paradidáticos e Pinhais que planejou a criação de mecanismos para a produção de material didático, paradidáticos e pedagógicos tanto para alunos quanto para professores, bem como materiais didáticos, acervos bibliográficos, técnicos e de literatura e materiais pedagógicos específicos.

Na LDO 2006, encontramos essa meta em seis municípios. Desses municípios apenas Campo Magro trazia a meta de aquisição de acervo de literatura infantil para sala de leitura das escolas de EF e Piraquara a meta de manutenção das bibliotecas escolares, por meio da revitalização do acervo para o EF. Os outros municípios a relacionavam para ambas as etapas. Além das metas que citavam apenas a aquisição, produção, reprodução e distribuição de material didático e de apoio pedagógico (Campo Largo, Curitiba e Pinhais – meta relativa apenas a EI) ou aquisição de material didático e de apoio pedagógico (Colombo e Pinhais), encontramos metas mais específicas em Colombo que planejou a aquisição de material didático de língua estrangeira (meta direcionada apenas ao EF) e em Pinhais que planejou a ampliação do acervo de *softwares* educativos e do acervo das bibliotecas escolares (metas referentes ao EF), bem como a ampliação do acervo da videoteca das unidades da rede municipal de educação e de publicações para as áreas técnica e gerencial.

Na LDO 2007, evidenciamos essa meta em oito municípios. Desses municípios, apenas Pinhais trazia como meta a aquisição, produção e reprodução de materiais didáticos pedagógicos para apoio ao processo educativo da EI; Campo Magro a ampliação do acervo das bibliotecas das escolas referentes à literatura infantil para o EF e Piraquara a manutenção das bibliotecas escolares por meio da revitalização do acervo para o EF. O restante dos municípios trazia metas para ambas as etapas. Além da meta de aquisição, produção, reprodução e distribuição de material didático e pedagógico em Campo Largo; de aquisição de material didático pedagógico em Colombo e São José dos Pinhais, encontramos metas mais específicas referentes à manutenção e atualização do acervo bibliográfico para biblioteca do professor e atualização do acervo bibliográfico para as escolas municipais (metas referentes apenas ao EF) em Campo Largo; aquisição de material

didático de língua estrangeira (meta referente apenas ao EF) em Colombo; produção e reprodução de vídeos de programação audiovisual realizada pela TV-professor e equipar as bibliotecas escolares com acervo bibliográfico em Curitiba (meta referente ao EF) e manutenção de assinatura de periódicos em Araucária.

Em 2009, encontramos esta meta em cinco municípios. Destes apenas Piraquara trazia a manutenção das bibliotecas escolares, por meio da revitalização do acervo para o EF. O restante direcionava a meta para ambas as etapas. Além das metas de aquisição, produção, reprodução e distribuição de material didático pedagógico (Campo Largo) e das metas de aquisição de material didático pedagógico (Colombo e São José dos Pinhais), evidenciamos metas relativas à aquisição de material didático de língua estrangeira (meta relativa ao EF) em Colombo e a aquisição de acervo bibliográfico para as unidades de ensino municipal em Pinhais.

Também encontramos nestas LDOs metas relativas à distribuição de material escolar aos alunos em Campo Magro (2005 – apenas relativo ao EF e 2007 – para ambas as etapas), Colombo (2006, 2007 e 2009 – para ambas as etapas), Araucária (2006, 2007 e 2009 – para ambas as etapas) e Pinhais (2006 – para ambas as etapas); distribuição de uniformes em Colombo (2006, 2007 e 2009 – para ambas as etapas), Piraquara (2006 e 2007 – para ambas as etapas) e São José dos Pinhais (2007 e 2009 – para ambas as etapas) e mochilas em São José dos Pinhais (2009 – para ambas as etapas) e Piraquara (2006 e 2007 – para ambas as etapas). Além de metas mais específicas como em Pinhais (2001) que planejou fornecer material básico para as escolas municipais em todas as suas modalidades de ensino; Fazenda Rio Grande (2002) que citou sobre impressos gráficos para ambas as etapas; Curitiba (2007) que planejou a manutenção do sistema de reprodução gráfica de material educacional para ambas as etapas e Araucária (2007) que planejou a aquisição de prêmios, medalhas e troféus para a rede municipal de ensino.

Problematizam-se as metas relacionadas à distribuição de uniformes e mochilas, pois apesar da LDB nº 9.394/96 considerar como despesa em MDE a aquisição de material didático-escolar questiona-se se estes materiais podem ser considerados como tais.

Outra meta que deve ser questionada refere-se à aquisição de prêmios, medalhas e troféus planejada por Araucária (2007), pois esta não pode ser

considerada como gasto em MDE. Sendo necessário, dessa forma, o acompanhamento da fonte de recursos planejada para efetivar tal meta, o que não será possível apenas pela análise da LDO, pois este município não apresenta a fonte de recursos na mesma.

Também encontramos nesta categoria metas que explicitavam os recursos do FNDE, como em Colombo (2006, 2007 e 2009) que explicitou a aquisição de material didático de língua estrangeira com recursos do salário educação.

No que se refere ao tratamento das metas de materiais didáticos e de apoio pedagógico, observamos que não houve um direcionamento de metas apenas para o EF nas LDOs referentes ao FUNDEF, pois a maioria dos municípios trazia metas para ambas as etapas. O mesmo acontecendo nas LDOs relativas ao FUNDEB.

Quanto às metas específicas de cada município averiguamos uma predominância maior de metas no período do FUNDEB e mesmo as planejadas nas LDOs relativas ao período do FUNDEF na sua maioria eram direcionadas a ambas as etapas.

3.4. OS CASOS DE FAZENDA RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Procurando situar melhor a prática da elaboração das LDOs e do processo de definição das metas para a educação, escolhemos dois municípios para que fossem realizadas entrevistas junto aos responsáveis pela elaboração destas leis.

O critério de escolha dos municípios baseou-se na forma como estes tratavam as metas para a educação nas LDOs analisadas, procurando dois casos que apresentassem formas bem distintas de tratamento. Assim sendo, Fazenda Rio Grande foi escolhida por apresentar em todas as LDOs metas muito genéricas para a educação, como por exemplo, “impressos gráficos” (2002); “manutenção das atividades da rede de EF” (2006); “construção/ampliação e reforma de escolas” (2007); “manutenção das atividades da educação básica” (2009) e São José dos Pinhais por apresentar principalmente nas LDOs 2006, 2007 e 2009 metas bem específicas para a educação, como por exemplo, “ampliação dos CMEIs Colônia Rio Grande e Santos Dumont IV” (2006); “construção de escolas municipais nos bairros Ouro Fino e Vila Palmira” (2007); “construção de quadra coberta na Escola Leci Caldeira Scherner” (2009).

Ambas as entrevistas foram realizadas nas secretarias de planejamento dos municípios, modificando apenas a nomenclatura das mesmas de um município para

o outro. Em Fazenda Rio Grande esta secretaria denomina-se Secretaria de Planejamento e Finanças e em São José dos Pinhais Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Nos dois municípios as entrevistas foram realizadas com duas pessoas. Em Fazenda Rio Grande com o Secretário de Planejamento e a Assessora e Coordenadora Orçamentária e em São José dos Pinhais com o Diretor Geral da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e a Chefe da Divisão de Programação de Setores Econômicos e Sociais.

A primeira questão relevante sobre o processo de elaboração das LDOs parece ser quem participa desse processo. Em Fazenda Rio Grande, desde 2011, participam desse processo os secretários de cada pasta, os contadores e os técnicos contábeis e em São José dos Pinhais, desde 2005, participam desse processo o comitê de orçamento formado por representantes de cada secretaria e a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Além de quem são os sujeitos, importa conhecer como os debates se realizam no processo de elaboração das LDOs nos casos em destaque. Em Fazenda Rio Grande tudo começa com a discussão das metas que se pretende para aquele ano no PPA pela equipe de cada setor (secretários mais funcionários) por meio de reuniões mensais. Após essa discussão, os entrevistados afirmaram que delimita-se o que se pretende para a LDO e realiza-se as audiências públicas de apresentação das metas (em média 3 audiências). Depois disso, o documento é compilado e enviado à Câmara para aprovação (no máximo até 15 de agosto). Enquanto isso, segundo os entrevistados, trabalha-se em paralelo com a elaboração da LOA. Depois do retorno das emendas da Câmara, os dados são compilados e elabora-se a LOA que deve ser encaminhada a Câmara para aprovação até o dia 15 de outubro.

Já em São José dos Pinhais, tudo começa no mês de janeiro, quando é realizada uma avaliação da LDO do ano anterior (que nem sempre influencia a elaboração da próxima LDO e é utilizada como um fechamento dos trabalhos do ano anterior). Em seguida, segundo os entrevistados, realiza-se reunião com o comitê de orçamento para discutir as metas do PPA e definir as metas para a LDO (ajustes a partir do PPA para a LDO). Os representantes do comitê de orçamento via secretários das pastas repassam as demandas para a LDO para a Secretaria de planejamento. A Secretaria de planejamento consolida os dados e repassa para o

prefeito para avaliação. Depois é marcada audiência pública para apresentação das metas³⁹. Em seguida, encaminha-se o projeto de lei à Câmara para aprovação até o dia 14 de abril. Enquanto isso, inicia-se a elaboração da LOA, caso a Câmara apresente alguma emenda ajusta-se na LOA que será encaminhada a Câmara para aprovação até o último dia útil de agosto.

Verificamos que ambos os municípios possuem formas de elaboração das LDOs parecidas, diferindo-se apenas nas datas de encaminhamento para aprovação na Câmara e no que se refere a São José dos Pinhais na realização da avaliação da LDO do ano anterior em janeiro. Contudo, cabe destacar que nos dois casos o processo de elaboração das LDOs é interno, ou seja, fica nas mãos do Poder Executivo, contrariando o determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/2000) e ao determinado pela Lei Complementar n.º 131/2009 que determinam que a transparência do processo orçamentário seja assegurada mediante ao incentivo à participação popular durante os processos de elaboração e discussão dos planos, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos além da realização de audiências públicas.

Em virtude disso, as metas para a educação, nas LDOs dos municípios em destaque, são definidas pelos técnicos da Secretaria Municipal de Educação. E, apesar da Lei n.º 11.494/07, que regulamentou o FUNDEB determinar como nova atribuição do CACS FUNDEB a supervisão da elaboração da proposta orçamentária anual, verificamos que em ambos os municípios ainda não há uma participação formal deste conselho nas reuniões de planejamento das LDOs.

Em Fazenda Rio Grande, o CACS FUNDEB é considerado participativo e eficiente na questão da fiscalização dos recursos, contudo não participa formalmente das reuniões de elaboração das LDOs e pode estar sendo representado nestas reuniões pelos funcionários da educação que também fazem parte desse conselho. Os entrevistados também destacaram que os representantes do CACS FUNDEB estavam presentes na audiência pública de apresentação das metas da LDO do ano anterior, contudo não apresentaram participação. Em São José dos Pinhais os entrevistados não conseguiram nos responder esta questão, pois informaram que quem define quem participa das definições das metas para a educação é a própria Secretaria de Educação por meio de uma organização interna e que apesar de

³⁹ Esta audiência é aberta à participação e também são disponibilizados aos cidadãos formulários que são repassados posteriormente as secretarias para respostas (via telefone/e-mail) aos mesmos.

representantes deste conselho terem participado das audiências públicas de apresentação das metas da LDO do ano anterior não conseguiram visualizar participação por parte dos mesmos.

Outra questão importante para se conhecer refere-se à participação dos entrevistados no processo de elaboração das LDOs que estão sendo analisadas na pesquisa, pois proporcionaria um conhecimento maior sobre como as metas para a educação eram definidas nas mesmas. Verificamos que em Fazenda Rio Grande nenhum dos entrevistados tinha participado deste processo. Já em São José dos Pinhais verificamos que o Diretor Geral da Secretaria havia participado da elaboração das LDOs 2006, 2007 e 2009. Consequentemente, somente, neste município pudemos ser informados sobre como se definiam e quem fazia parte do processo de definição das metas para a educação nestas LDOs. Averiguamos que desde a LDO 2006, adota-se no município de São José dos Pinhais o comitê de orçamento para a elaboração das LDOs e as metas para a educação são definidas pela própria Secretaria de Educação.

Perante o tratamento oferecido às metas da educação nas LDOs analisadas, em que Fazenda Rio Grande apresentava metas genéricas e São José dos Pinhais metas mais específicas, outra questão importante para se verificar com os entrevistados referia-se a como os mesmos consideram a definição das metas para a educação nos seus municípios atualmente. Em Fazenda Rio Grande, fomos informados que a apresentação das metas (no papel) continua a mesma, mas que o município avançou nas discussões das audiências públicas, pois nestes espaços de discussão foram apresentadas metas mais específicas demonstrando, por exemplo, quais escolas receberiam investimentos. Já em São José dos Pinhais, os entrevistados consideram que muitas metas são apenas para a manutenção do que já existe e que falta, ainda, demonstrar nas LDOs o que se quer, onde se quer chegar para depois se pensar em metas e ações para conseguir isso.

Algo que nos chamou atenção é que embora em Fazenda Rio Grande haja a participação da Secretaria de Educação na definição das metas para a educação, desde 2011, fomos informados que a apresentação das metas nos anexos das LDOs continua a mesma em função do sistema que é utilizado pela prefeitura do referido município. Assim sendo, mesmo que tenham nos ressaltado que o município avançou nas discussões das audiências públicas com a apresentação de metas mais específicas para a educação, somente quem participou destas audiências

poderá saber o que foi planejado, por exemplo, para cada escola. Porém, os cidadãos que se interessarem em saber qual foi o planejamento para a educação, bem como aqueles que quiserem cobrar a efetividades de tais metas terão dificuldade de fazê-los somente por meio dos anexos das LDOs, pois não terão o mesmo tipo de informação, pois as metas continuam sendo divulgadas de forma genérica.

Ainda com relação às especificidades das metas planejadas para a educação nestes municípios, uma outra questão importante para se verificar referia-se à repetição de metas relacionadas à construção/ampliação de Escolas/CMEIs de uma LDO para a outra no município de São José dos Pinhais. Tal repetição nos chamava a atenção e nos soava como falta de efetivação de metas e apenas repetição de metas de um ano para o outro. Contudo, ao questionarmos sobre tal situação os entrevistados deste município nos responderam que cada caso deve ser analisado individualmente, pois inúmeras situações podem atrapalhar a efetivação de tais metas e, além disso, destacaram que não existe mais planejar a meta “por bonito” (*sic*), pois o município será cobrado por outras instâncias pela não efetivação das mesmas.

Uma das dificuldades na realização desta pesquisa foi o acesso principalmente aos anexos das LDOs, dessa forma, outra questão importante a se conhecer nestes municípios referia-se às ações que os mesmos vêm desenvolvendo para que as informações contidas nas LDOs e nos seus anexos cheguem de forma mais fácil aos cidadãos. Nos dois municípios fomos informados que as LDOs e seus anexos são publicados oficialmente em jornais de circulação no município e nos portais da transparência nos *sites* oficiais. Contudo, em Fazenda Rio Grande verificamos que apenas a LDO 2009 está disponível no portal da transparência e apesar dos entrevistados destacarem que o jornal de publicação do município está digitalizado no *site*, verificamos que só há a digitalização da publicação de novembro de 2011 a janeiro de 2012. Além disso, quando no portal da transparência clicamos sobre o ícone leis municipais abre-se um *link* para o *site* leismunicipais.com.br, o mesmo que utilizamos para encontrar as leis analisadas nesta pesquisa e que não dispunham dos anexos das LDOs, permanecendo o problema com as LDOs 2010, 2011 e 2012 que também não dispunham dos anexos. Em São José dos Pinhais encontramos as LDOs de 2010, 2011 e 2012 no portal da transparência no *site* oficial do município, porém somente a LDO 2011 possuía a divulgação dos anexos.

A realização destas entrevistas nos permitiu conhecer melhor a realidade destes municípios no que se refere ao processo de elaboração de suas LDOs e da definição das metas para a educação nestas Leis.

Contudo, o que observamos é que o processo de elaboração das LDOs nos dois casos é interno. E, embora a participação dos técnicos da secretaria de educação na definição das metas para a educação possa explicar o fato das metas para a educação serem apresentadas de forma mais específicas nas LDOs do município de São José dos Pinhais, cabe destacar que este processo de definição deve ser aberto à participação popular em ambos os municípios, principalmente, ao CACS FUNDEB que por lei já deveria estar acompanhando esse processo e poderia possibilitar metas melhor definidas para a educação refletindo as necessidades e os anseios daqueles que convivem com os problemas diários das escolas. Além disso, cabe destacar a necessidade desses e de todos os outros municípios estarem atualizando seus *sites* e disponibilizando as LDOs juntamente com seus anexos, o que facilitará o controle social das mesmas.

3.5. O TRATAMENTO DAS METAS PARA A EDUCAÇÃO NAS LDOs

A análise das LDOs nos permitiu verificar que as metas planejadas para a educação nos municípios que compreendem o primeiro anel metropolitano de Curitiba são consubstanciadas nestas leis de diferentes formas. Algumas encontravam-se no próprio corpo da lei e outras encontravam-se em anexo à lei. E estas que se encontravam em anexo à lei eram organizadas também de formas diferenciadas, pois algumas eram organizadas por órgãos e funções do governo e outras por programas.

No que se refere à clareza dessas metas pudemos perceber que nas LDOs que as estipulavam no próprio corpo da lei estas eram compreensíveis e permitiam o acompanhamento do que seria realizado no ano seguinte, apesar de algumas delas não estipularem a meta física para as ações.

Nas LDOs que as estipulavam em seus anexos encontramos situações bem diversificadas, pois apesar das LDOs que eram organizadas por órgãos e funções do governo apresentarem menos informações no detalhamento das metas, na sua maioria, apresentavam metas compreensíveis que permitiam o acompanhamento do que seria realizado para cada etapa da educação. Os principais problemas encontrados nestas LDOs, contudo em poucos municípios, referiam-se à

incongruência de alguns objetivos descritos como parte da Secretaria de Educação e as ações planejadas para os mesmos, bem como a falta de descrição das metas físicas.

Já nas LDOs que organizavam as metas de acordo com programas observamos um detalhamento maior de informações sobre as metas e embora alguns municípios trouxessem metas compreensíveis que permitiam o acompanhamento das mesmas, encontramos vários problemas em alguns municípios no que se referia à apresentação dessas informações dificultando o seu acompanhamento. Entre os problemas detectados destacam-se: metas muito genéricas (amplas), metas físicas zeradas, incongruência entre diretrizes e objetivos e as ações estipuladas, falta de legenda para explicação de fontes de recursos e dotações orçamentárias descritas por meio de siglas e códigos, distanciamento entre os programas voltados para a educação numa mesma LDO, dados em branco, metas da educação listadas em outros programas não relacionados a mesma e incongruência da meta física com a unidade de medida. Porém, cabe destacar alguns aspectos positivos identificados nestas LDOs que podem auxiliar o controle social das metas para a educação, como em Almirante Tamandaré (2009) e Fazenda Rio Grande (2007) que expunham uma legenda de explicação sobre as fontes de recursos que eram descritas no quadro de ações por meio de códigos.

Já a análise das metas para o Ensino Fundamental séries iniciais e para a Educação Infantil nos permitiu verificar que a agenda educacional dos municípios é bem parecida no que se refere a algumas metas estipuladas entre as categorias.

Dessa forma, na categoria merenda, a agenda dos municípios referia-se principalmente a sua oferta para ambas as etapas. O único município que não apresentou meta referente a mesma na LDO 2009 foi Curitiba.

Outra meta identificada com frequência nesta categoria relacionava-se a instalação e se referia principalmente à construção/manutenção dos depósitos da merenda e das cozinhas das escolas.

Na categoria transporte, a agenda dos municípios referia-se principalmente à sua oferta. Os municípios que não apresentavam este tipo de meta com frequência eram Piraquara e São José dos Pinhais (2001, 2007 e 2009), Curitiba (2001, 2006 e 2009) e Campina Grande do Sul (2008 e 2009). Contudo, cabe destacar que isto não significa que estes municípios não ofertaram o transporte escolar nestes anos, mas que priorizaram o planejamento de outras metas para além da manutenção de

sua oferta. Somente Curitiba que não apresentou nenhuma meta relacionada à categoria transporte nas LDOs 2001, 2006 e 2009, o que pode ser explicado pelo fato do município possuir grau de urbanização de 100% e não precisar deslocar alunos de uma região para a outra, tanto que na LDO 2007 quando previu meta de oferta de transporte escolar a direcionou apenas para passeios pedagógicos. Outra meta que foi muito explicitada nesta categoria relacionava-se à aquisição de veículos.

Além disso, nesta categoria identificamos metas que não podem ser consideradas como gastos em MDE, como em Fazenda Rio Grande (2002) e Campo Largo (2007 e 2009) que planejaram a distribuição de vale transporte e São José dos Pinhais (2001, 2006, 2007 e 2009) que previu o programa do passe escolar. Estas metas de acordo com o Provimento n.º 01/99 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná não se caracterizam como gastos com transporte escolar, portanto não podendo ser considerado como gasto em MDE. Sendo necessário, dessa forma, averiguar qual a fonte de recursos planejada para a efetivação de tais metas nos municípios. Destaca-se, contudo, que tal análise não pode ser realizada apenas pela LDO, pois o único município que explicitava a fonte de recursos para estas metas era Fazenda Rio Grande.

Na categoria imóveis, a agenda dos municípios relacionava-se principalmente a construção para ambas as etapas. E estas relacionavam-se tanto a garantia da oferta de vagas quanto a melhoria das condições das escolas e/ou dos CMEIs. Ressalta-se, contudo, que a maioria dos municípios apresentava metas relacionadas à garantia da oferta de vagas. Apenas na LDO 2001 que identificamos municípios (Campina Grande do Sul, Campo Magro, Curitiba e Quatro Barras) que não planejavam metas envolvendo esta temática. Além disso, verificamos que nem todos os municípios que apresentaram metas de construção voltadas à garantia da oferta de vagas para o EF coincidiram com redes em expansão, desta etapa da educação, no período do FUNDEF. O que pode significar um investimento na melhoria das condições físicas da rede já existente. Já para a EI a maioria dos municípios que apresentaram tal meta coincidiram com redes em expansão, desta etapa da educação, no período analisado. Nas LDOs correspondentes ao período do FUNDEB, observamos que a maioria dos municípios apresentou esta correspondência tanto no que se refere ao EF quanto a EI.

Nesta categoria também encontramos a presença constante de metas relacionadas a reformas para o EF e para a EI, contudo com predominância de metas em todas as LDOs direcionadas ao EF.

Na categoria infraestrutura a agenda dos municípios relacionava-se a recursos tecnológicos, principalmente, no que se refere a equipamentos de informática, bem como a estrutura material no que se refere à aquisição de equipamentos, recursos materiais, mobiliário, material de consumo e material permanente. Os municípios que não apresentavam com frequência tais metas eram Campina Grande do Sul (2008 e 2009) e Fazenda Rio Grande e Quatro Barras (2007 e 2009).

Ao relacionarmos os municípios que apresentaram metas de infraestrutura com os municípios que apresentaram metas de construção, com a intenção de garantir a oferta de vagas, verificamos correspondência das mesmas nas LDOs referentes tanto ao período do FUNDEF quanto ao período do FUNDEB, principalmente com relação ao EF. Contudo, poucos municípios (Araucária – 2006; Curitiba – 2006 e Quatro Barras – 2006) explicitaram esta preocupação de planejar metas de infraestrutura para os novos estabelecimentos de ensino no período do FUNDEF e no período do FUNDEB nenhum município explicitava em suas metas a preocupação com os novos estabelecimentos de ensino.

Na categoria ações encontramos um grande número de metas as quais foram organizadas por blocos de temas. Nas LDOs referentes ao FUNDEF observamos que os temas que mais apareceram foram manutenção da rede de ensino (EF e EI), conselhos e matrículas. Verificamos também que a maioria das metas de conselhos relacionava-se ao Conselho Municipal de Educação e conselhos escolares e com relação às matrículas, dos municípios que apresentaram tal meta nas duas LDOs, apenas, Curitiba obteve expansão das matrículas do EF e da EI, considerando os anos de 2001 e 2006. Nas LDOs correspondentes ao período do FUNDEB, os temas que apareceram com maior frequência foram manutenção da rede de ensino (EF e EI), descentralização de recursos para escolas e CMEIs e matrículas. No que se refere às metas de matrículas verificamos que os dois municípios (Pinhais e Campo Largo) que explicitaram tal meta, nas duas LDOs, obtiveram expansão das matrículas da creche e que Campo Largo obteve expansão das matrículas do EF e decréscimo das matrículas da pré escola, considerando os anos de 2007 e 2009.

Também é nesta categoria que os municípios apresentaram suas metas mais específicas. Nestes casos as metas foram descritas da forma como apareciam nas LDOs. A análise das mesmas, referentes ao período do FUNDEF, nos permitiu verificar o planejamento de metas que não pareciam pertencer à educação como em Fazenda Rio Grande (2002) e metas que não podem ser consideradas como gastos em MDE referentes principalmente à saúde do escolar, como em Pinhais (2001), Campina Grande do Sul (2006) e Curitiba (2006). Sendo necessário, dessa forma, o acompanhamento das fontes de recursos planejadas para efetivar tais metas. Contudo, isso não é possível apenas pela análise das LDOs, pois o único município que explicitava a fonte de recursos para as mesmas era Fazenda Rio Grande.

Além disso, a análise das metas específicas dos municípios nos permitiu verificar o planejamento de metas consideradas polêmicas no campo do financiamento da educação como a meta de bolsas de estudo planejadas por Almirante Tamandaré (2001). Destaca-se que apesar da LDB n.º 9.394/96 considerar como despesas em MDE a concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas tal direcionamento é considerado polêmico por direcionar dinheiro público para escolas privadas.

Na categoria programas, é difícil estabelecer uma agenda educacional entre os municípios, pois as metas representam as especificidades de cada cidade e são diversificadas. Os municípios que apresentaram com menos frequência estas metas foram Araucária (2001, 2006 e 2009) e São José dos Pinhais (2006, 2007 e 2009) coincidentemente os dois municípios que apresentam os maiores PIB *per capita* do primeiro anel metropolitano. O que é contraditório, visto que, os mesmos em função de sua capacidade financeira teriam possibilidade de planejar programas específicos para suas redes de ensino.

Na categoria convênios, verificamos que especificamente para o EF havia uma gama diversificada de intenções com estas metas desde convênios para a manutenção da municipalização do EF, para aplicação dos recursos do salário educação, parcerias com entidades, convênios com órgãos governamentais e não governamentais e até mesmo, algo que nos chamou atenção, ações para devolução de convênios na área de educação. Já para a EI percebemos metas relativas principalmente à oferta de EI via repasse de recursos para entidades privadas, além de uma meta de convênio com Federações para fomentar a prática de esportes no contra turno escolar planejada em Campo Largo (2006). Meta esta questionada por

não poder ser considerada como MDE, pois de acordo com a LDB n.º 9.394/96 não é considerada como MDE a subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter desportivo. Sendo necessário, dessa forma, o acompanhamento da fonte de recursos planejada para a efetivação desta meta. Ressalta-se, contudo, que isto não será possível apenas pela análise da LDO, pois este município não apresenta a fonte de recursos na mesma. Para ambas as etapas, as metas de convênio eram mais direcionadas à obtenção de recursos para os municípios, como em Almirante Tamandaré (2001), Araucária (2001), Campo Largo (2001), Piraquara (2006) e Fazenda Rio Grande (2006 e 2007). Além de metas relacionadas a convênios com esferas do Governo Federal, Estadual, de iniciativa privada e órgãos internacionais, com universidades, com órgãos governamentais e não governamentais e convênios para construção e reforma de unidades educacionais.

Verifica-se também que dos municípios que planejaram metas de convênios para a obtenção de recursos a maioria figura entre os que possuem os PIB *Per Capita* mais baixos do primeiro anel metropolitano de Curitiba, com exceção de Araucária que possui o maior PIB *Per Capita* da região e Campo Largo que possui uma posição intermediária com relação ao PIB, porém municípios que apresentaram redes em expansão do EF e das matrículas da creche, considerando os anos de 2001 e 2009. Além disso, Araucária no ano de 2001 foi um dos municípios que perdeu recursos com o FUNDEF, o que pode explicar o fato deste município planejar metas de convênio para a obtenção de recursos.

Na categoria profissionais da educação, a agenda dos municípios relacionava-se principalmente à capacitação desses profissionais de ambas as etapas e o tipo de capacitação mais citado foi a formação continuada. Os municípios que não apresentaram esta meta com frequência foram Fazenda Rio Grande (2006, 2007 e 2009) e Campina Grande do Sul (2008 e 2009).

Outra meta muito citada nesta categoria referia-se à manutenção e/ou ampliação de recursos humanos. Contudo, tais metas eram apresentadas de forma muito genérica sem se estipular quem seria o servidor que seria mantido ou teria seu número ampliado. Poucos municípios estipulavam quem seriam esses servidores e relacionavam estas metas a estagiários. Além disso, quando comparamos os municípios que planejaram metas de ampliação de recursos humanos, nas LDOs referentes ao período do FUNDEF, com os municípios que apresentaram expansão de matrículas neste período, percebemos que os municípios que apresentaram tal

meta na LDO 2001 obtiveram expansão das matrículas principalmente referente às creches e os que apresentaram esta meta na LDO 2006 de uma forma geral obtiveram expansão das suas matrículas. Também verificamos que os municípios que planejaram ampliação de recursos humanos em sua maioria (especialmente na LDO 2006) coincidiram com os que planejaram metas de construção com a intenção de garantir a oferta de vagas. Contudo, apenas o município de Araucária (2006) explicitou tal preocupação ao planejar suas metas referentes aos recursos humanos para a EI. Já nas LDOs correspondentes ao período do FUNDEB observamos que os municípios que apresentaram metas de ampliação de recursos humanos obtiveram expansão de suas matrículas especialmente relacionadas à EI. Além disso, todos esses municípios apresentavam metas de construção com a intenção de garantir a oferta de vagas. Contudo, embora, ocorra tal correspondência entre as metas não encontramos em nenhum município a preocupação em ampliar seus recursos humanos para suprir os novos estabelecimentos de ensino.

Na categoria materiais didáticos e afins a agenda dos municípios relacionava-se principalmente a material didático e de apoio pedagógico. Os municípios que não apresentaram tal meta com frequência foram Almirante Tamandaré (2001 e 2009), Campina Grande do Sul (2001, 2006, 2008 e 2009), Fazenda Rio Grande (2006, 2007 e 2009) e Quatro Barras (2001, 2006, 2008 e 2009).

Nesta categoria também encontramos metas específicas de alguns municípios e na análise destas metas, verificamos algumas que devem ser questionadas quanto a serem consideradas como gastos em MDE, como as metas de distribuição de uniformes planejadas por Colombo (2006, 2007 e 2009), Araucária (2006, 2007 e 2009) e Pinhais (2006) e metas de distribuição de mochilas planejadas por São José dos Pinhais (2009) e Piraquara (2006 e 2007). Outra meta que deve ser questionada refere-se à aquisição de prêmios, medalhas e troféus planejada por Araucária (2007), pois esta não pode ser considerada como gasto em MDE. Sendo necessário, dessa forma, o acompanhamento da fonte de recursos planejada para efetivar tal meta, o que não é possível apenas pela análise da LDO, pois este município não apresenta a fonte de recursos na mesma.

Também conseguimos verificar a partir da análise das categorias que havia um predomínio dos municípios de Curitiba, Pinhais, Araucária e São José dos Pinhais no que se refere às metas mais específicas e diferenciadas entre as LDOs.

Tal fato pode ser explicado pela capacidade financeira destes municípios que apresentam os melhores PIB *Per capita* do primeiro anel metropolitano, o que pode possibilitar aos mesmos o planejamento de metas novas para além das metas de manutenção. Além disso, isto pode ter relação com a capacidade técnica dos municípios no processo de elaboração das LDOs, o que seria um bom campo para novas investigações.

Conseguimos verificar também quais os temas que se repetem e refletem aquilo que os municípios não têm conseguido resolver. Contudo, cabe destacar que tal análise é prejudicada pelo fato da maioria dos municípios não citar o nome da escola/CMEI, bairro, programa ou projeto que seria beneficiado com os recursos.

No que se refere à construção identificamos a repetição de metas em Campo Largo que planejou a adequação do depósito da merenda escolar, visando assegurar a melhoria da qualidade e adequação às normas da vigilância sanitária, tanto na LDO 2006 quanto na LDO 2007. Dessa forma ou este município não cumpriu com o planejado em 2006 ou realizou a adequação do depósito da merenda escolar em etapas planejando a mesma meta para duas LDOs diferentes. Em São José dos Pinhais também verificamos a repetição de metas de construção referentes à ampliação do CMEI “A baba do passarinho” e a construção do CMEI no bairro Zaniolo ambas metas planejadas nas LDOs 2006, 2007 e 2009; a ampliação do CMEI Colônia Rio Grande nas LDOs 2006 e 2007; a construção da “Escola Municipal Eugênia da Cruz Santos Talamini” nas LDOs 2006 e 2007; a construção de escola no bairro São Judas Tadeu nas LDOs 2007 e 2009 e a construção de quadra poliesportiva coberta na “Escola Municipal Maria Leni Haluch Bastos” nas LDOs 2007 e 2009. Ressalta-se que tal visualização foi possível neste município pelo mesmo apresentar metas específicas para a educação. A repetição de tais metas nos soava como falta de efetivação das metas e apenas repetição de metas de um ano para o outro. Contudo, com a realização da entrevista neste município fomos informados que cada caso deve ser analisado de forma individual, pois inúmeras situações podem atrapalhar a efetivação de tais metas, como processos licitatórios demorados, problemas com empresas que desistem das obras e busca por recursos, por isso a repetição de metas de uma LDO para outra.

Também foram identificadas repetições no que se refere às metas de criação e implantação de projetos e programas no município de Piraquara que previu a criação do programa de informática nas escolas nas LDOs 2006, 2007 e 2009 e a

criação do programa de educação legislativa para crianças e adolescentes nas LDOs 2007 e 2009 e no município de São José dos Pinhais que planejou implantar e manter o projeto “Escola Pública *on-line*” nas LDOs 2007 e 2009. Tais situações demonstram a falta de transparência dessas informações, pois não se sabe se o problema foi apenas de adequação do texto (trocar as palavras criação/implantação por manutenção em algumas LDOs) ou se os municípios não conseguiram criar e implantar tais programas e projetos na primeira LDO em que apareceram necessitando de sua repetição em várias LDOs.

Também foram identificadas repetições no que se refere às metas de implantação do Plano Municipal de Educação no município de Campo Largo que previu elaborar, implantar e gerenciar o Plano Municipal de Educação e avaliar seus resultados nas LDOs 2006 e 2007. Esta não é uma meta que exija repetição e mais uma vez questiona-se se foi um problema de adequação do texto (trocar as palavras elaborar/implantar por manter/revisar) ou se o município não conseguiu efetivar esta meta no primeiro ano em que a planejou e por isso a necessidade de repetição.

Piraquara repetiu após três anos (LDOs 2006 e 2009) a meta de implantação do atendimento a crianças de 0 a 2 anos – serviço de berçário, o que nos faz pensar que o município não efetivou tal meta em 2006, pois a mesma refere-se à implantação de um atendimento e não a uma meta específica que pode ser planejada para uma LDO em função de uma necessidade e não ser planejada em outras LDOs. Além disso, este município previu viabilizar a formação continuada e a capacitação de 500 professores nas LDOs 2006, 2007 e 2009. O problema na repetição desta meta está no município não ter atualizado o número de professores, visto que, nestas mesmas LDOs foram planejadas metas de ampliação de recursos humanos para este município. O que nos faz pensar que não houve um planejamento de fato apenas a repetição destas metas.

Outra situação identificada com a análise destas categorias é que alguns municípios expressaram a preocupação com captação de recursos extras e a principal fonte de recursos indicada foi o FNDE por meio de seus programas. O que comprovou a nossa hipótese inicial de que o planejamento do acesso a tais recursos poderia estar expresso nas LDOs destes municípios, influenciando na definição das metas para a educação.

Como prevíamos os produtos pertencentes aos programas considerados como ações de assistência financeira direta nos quais o próprio FNDE executa a

aquisição e a distribuição dos mesmos não apareceram como metas nas LDOs dos municípios.

Já as ações de assistência financeira automática tanto de caráter constitucional quanto de caráter legal foram previstas como fontes de receitas específicas para o financiamento de metas nas LDOs. Os recursos do salário educação, considerados como de transferência automática constitucional, foram os mais citados entre as categorias nas LDOs. Além disso, observamos a explicitação de metas planejadas com recursos de programas considerados como de caráter legal, como o PNAE e o PNAC na categoria merenda; o PNATE na categoria transporte escolar e o PDDE na categoria programas.

No que se refere às ações de assistência financeira voluntária que na sua maioria decorre de convênios para o financiamento de projetos educacionais, observamos sua presença apenas no município de Fazenda Rio Grande que planejou para a LDO 2009, na categoria imóveis, a construção de instituição de EI por meio de convênio com o Proinfância e para as LDOs 2006 e 2007, na categoria convênios, a realização de convênios para o desenvolvimento de ações, projetos e construções com recursos do FNDE.

A análise explicitada acima confirma os dados do estudo de Polena e Gouveia (2010) em que afirmam que a maioria dos recursos do FNDE, presentes nos municípios do primeiro anel metropolitano, é decorrente de ações gerais do governo federal e não da procura dos municípios por recursos suplementares. Além disso, os quatro programas (salário educação, PDDE, PNAC e PNATE) destacados por estas autoras como os mais acessados por todos os municípios do primeiro anel metropolitano, no período de 2001 a 2007, figuraram no planejamento das metas para a educação nas LDOs, porém apenas em alguns municípios.

Observamos também que a maioria dos municípios que expressaram nas metas a preocupação com a captação de recursos extras figura entre os que possuem os menores PIB *Per Capita* do primeiro anel metropolitano de Curitiba, com exceção de Quatro Barras e Pinhais que possuem PIB *Per Capita* alto e Campina Grande do Sul que se encontra numa posição intermediária no que se refere ao PIB. Além disso, pudemos verificar que dos municípios (Almirante Tamandaré, Fazenda Rio Grande, Colombo, Campo Largo e Piraquara) citados por Gouveia e Polena (2010) como os que possuíam a maior participação de recursos do FNDE nos recursos para a educação, no período de 2001 a 2007, dois deles

(Fazenda Rio Grande e Colombo) figuraram como os que mais explicitaram estes recursos no planejamento das metas para a educação nas LDOs.

A análise das categorias também nos permitiu verificar que embora o FUNDEF tivesse como foco apenas o financiamento do EF, sua influência para a definição das metas destinadas apenas a esta etapa da educação se limitou a algumas metas de poucas categorias. Pudemos identificar tal influência na categoria imóveis no que se relaciona ao tratamento das metas de reforma e de aquisição de áreas para construção que apresentaram priorização do EF nas LDOs referentes ao fundo. Além disso, nessa mesma categoria no que se refere ao tratamento das metas de construções, apesar de não haver uma priorização de metas apenas para o EF nas LDOs, observamos sua influência na priorização de metas voltadas para a melhoria das condições das escolas para o EF por meio do planejamento de metas de construção de quadras de esportes, bibliotecas entre outros e o mesmo não ocorrendo com a EI que teve suas metas mais relacionadas à garantia da oferta de vagas. Sua influência também se fez presente na categoria infraestrutura no que se relaciona ao tratamento das metas de recursos tecnológicos com a priorização do EF. No restante das categorias a maioria das metas era direcionada a ambas as etapas.

Tal situação nos faz refletir sobre os efeitos do FUNDEF no planejamento orçamentário dos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba, pois como visto no capítulo referente às regras de financiamento da educação, um dos efeitos negativos do FUNDEF ao focalizar apenas o financiamento do EF foi o efeito de redução de gastos com EI ou pelo menos ampliação tímida destes gastos por parte das prefeituras, uma vez que esses alunos não eram contabilizados para receber recursos do fundo. Contudo, o que verificamos nas categorias de análise desta pesquisa é que a maioria das metas, nas LDOs referentes ao período do FUNDEF, era direcionada a ambas as etapas. Assim sendo, tem se como hipótese que esses municípios realizaram um esforço muito grande para dar conta destas metas com os recursos próprios ou estas ficaram apenas no planejamento sem efetivação na prática. Tal análise caberia a outra pesquisa que procurasse verificar a articulação entre o planejado nas LDOs e o realmente efetivado.

Além disso, verificamos que apesar do FUNDEF priorizar a valorização do magistério do EF, as metas referentes a estas temáticas, principalmente, as relacionadas à capacitação não apresentaram focalização apenas no EF e nem

mesmo apenas nos profissionais do magistério, pois identificamos metas direcionadas a ambas as etapas na maioria dos municípios e voltadas também a outros profissionais da educação. Os únicos municípios que apresentaram meta de capacitação apenas aos profissionais do magistério do EF, no período do FUNDEF, foram Campo Magro (2006) que planejou a capacitação de professores por meio de viagem de estudos e formação continuada e Colombo (2006) que previu a capacitação dos professores para atendimento nos laboratórios de informática. Também observamos que foi no período do FUNDEF, especialmente, na LDO 2006, que se fizeram presentes metas de planos de carreira, contudo apenas os municípios de Campo Magro, Colombo e Pinhais (2006) que planejaram metas de planos de carreira apenas ao EF, o restante dos municípios que planejaram tal meta a direcionavam a ambas as etapas.

Outra questão que nos chamou atenção foi que apesar do FUNDEF direcionar 60% de seus recursos para a remuneração dos profissionais do magistério no EF não encontramos metas relacionadas à valorização salarial dos professores. Identificamos apenas uma meta relativa à manutenção da folha de pagamento em Fazenda Rio Grande (2002 e 2006), contudo relacionada a ambas as etapas. Além disso, apesar da Lei que regulamenta o fundo permitir, nos 5 primeiros anos, a utilização de parte dos recursos dos 60% destinados a remuneração dos profissionais do magistério no EF para a capacitação de professores leigos, verificamos que na LDO 2001 (ainda dentro desse prazo) apenas Pinhais planejou uma meta voltada a viabilizar aos professores da rede municipal de ensino habilitação específica em nível de graduação.

Uma outra questão que nos chamou atenção foi que embora a Lei que regulamenta o FUNDEF determinasse entre outras instâncias de fiscalização do fundo o controle social por meio da constituição dos CACS FUNDEF, verificamos que poucos municípios previram metas relativas a estes conselhos como Curitiba (2001) que planejou a implementação do Conselho do FUNDEF; Campo Magro (2006) que previu o apoio técnico e financeiro ao Conselho do FUNDEF e Pinhais (2006) que planejou a manutenção do Conselho do FUNDEF. Metas estas meio tardias, pois apesar do FUNDEF vigorar desde 1998, Curitiba planeja sua implementação apenas em 2001 e Campo Magro e Pinhais planejam metas de apoio e manutenção a este Conselho no último ano de sua vigência.

A análise das categorias também nos permitiu verificar que nas LDOs referentes ao período do FUNDEB que tem por objetivo financiar toda a educação básica, a predominância das metas era direcionada a ambas as etapas. Contudo, algumas adversidades foram encontradas no planejamento das metas para a educação nas LDOs correspondentes ao período deste fundo. Na categoria transporte escolar, por exemplo, na LDO 2007, verifica-se um maior número de municípios direcionando a meta de oferta de transporte escolar para o EF. Na categoria imóveis no que se refere ao tratamento das metas de construção identificamos que o município de Quatro Barras continuava priorizando metas de construção apenas para o EF e no que se relaciona ao tratamento das metas de reforma verificamos que havia um número maior de municípios direcionando as metas apenas ao EF, assim como no tratamento das metas de aquisição de imóveis em que havia uma leve predominância para o EF. Na categoria infraestrutura no que se relaciona ao tratamento das metas de recursos tecnológicos averiguamos a priorização do EF e na categoria profissionais da educação o município de Quatro Barras direcionava a meta de capacitação apenas ao EF.

Além disso, conseguimos verificar que nas LDOs referentes a este fundo houve planejamento de metas relacionadas à valorização dos profissionais da educação, principalmente no que se refere a capacitação desses profissionais por meio de formação continuada. E, apesar da Lei que regulamenta o fundo determinar a implantação de planos de carreira verificamos esta meta apenas no município de Campo Largo (2007) para ambas as etapas. Outra questão que nos chamou atenção foi que apesar do fundo restringir 60% de seus recursos para a remuneração dos profissionais do magistério da educação básica não observamos o planejamento de metas relacionadas à valorização salarial dos professores. Identificamos apenas que Fazenda Rio Grande (2007 e 2009) e Campo Magro (2008) planejaram a manutenção da folha de pagamento para ambas as etapas. Além disso, identificamos uma meta relacionada a ações para manutenção e valorização do magistério com recursos do FUNDEB 60%, contudo direcionada apenas ao EF e sem definição do que seriam essas ações em Quatro Barras (2008 e 2009).

Verificamos também que apesar da Lei que regulamenta o Fundo admitir a distribuição de recursos as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas conveniadas com o poder público, considerando o cômputo das matrículas

efetivadas na EI oferecida em creches e por quatro anos o cômputo das matrículas da pré escola, apenas quatro municípios apresentavam metas de convênios para esta etapa da educação.

Outra questão que nos chamou atenção foi que apesar da Lei do FUNDEB determinar entre outras instâncias de fiscalização do fundo o controle social por meio da criação dos CACS FUNDEB, não encontramos em nenhum município meta relativa a tal fundo. Apenas no município de Pinhais (2007) que identificamos uma meta referente à implementação e manutenção do Conselho do FUNDEF, o que nos leva a pensar que ocorreu um erro de digitação ou que o município não se atentou a mudança do fundo já para esta LDO.

A análise das categorias também nos permitiu verificar que apesar de alguns municípios perderem recursos com os fundos – Araucária (2001 e 2006 – FUNDEF) e (2007 e 2009 – FUNDEB); Quatro Barras (2006 – FUNDEF) e (2007 – FUNDEB) e São José dos Pinhais (2009 – FUNDEB) – os mesmos não apresentaram diminuição das metas para a educação. Tanto que Araucária e São José dos Pinhais figuravam entre os municípios que apresentaram predomínio de metas específicas e diversificadas. Tal fato também pode ser explicado por esses municípios, no caso Araucária e São José dos Pinhais, possuírem capacidade de arrecadação alta, possibilitando aos mesmos planejar metas para além das previstas com os recursos do FUNDEF/FUNDEB.

Já a análise dos casos específicos de Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais por meio da realização das entrevistas nos permitiu verificar que o processo de elaboração das LDOs nos dois casos é interno. Sendo necessário que os mesmos sejam abertos à participação popular. No caso da definição das metas para a educação, principalmente, ao CACS FUNDEB que por lei já deveria estar acompanhando esse processo e poderia possibilitar metas melhor definidas para a educação refletindo as necessidades e os anseios daqueles que convivem com os problemas diários das escolas.

Além disso, a análise dos dois casos nos faz enfatizar a necessidade de que todos os municípios do primeiro anel metropolitano atualizem seus *sites* disponibilizando as LDOs juntamente com seus anexos, o que facilitará o controle social das mesmas e a realização de futuras pesquisas envolvendo as LDOs como fonte de dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A publicidade na administração pública brasileira está estabelecida como princípio na Constituição Federal de 1988. Dessa forma, os entes públicos devem obedecer a tal princípio e prestar contas ao Poder Legislativo e à sociedade.

Neto *et.al.* (2007, p. 78) destacam que extrai-se do princípio da publicidade que o povo tem o direito de conhecer os atos praticados na administração pública para o exercício do controle social, derivado do exercício do poder democrático.

Para desempenhar tal função o controle social deve contar com a transparência pública que, de acordo com Culau e Fortis (2006, p. 1), cumpre a função de aproximar o Estado da sociedade, ampliando o nível de acesso dos cidadãos às informações sobre a gestão pública.

Contudo, cabe ressaltar que transparência não significa apenas disponibilização de dados. Sendo necessário avaliar a forma como estas informações estão sendo repassadas para a sociedade e se estas realmente representam instrumento para o controle social.

Neste sentido, este trabalho procurou analisar um dos instrumentos considerados pela Lei de Responsabilidade Fiscal como de transparência da gestão fiscal: a Lei de Diretrizes Orçamentárias, procurando verificar qual era o tratamento oferecido ao tema da educação nestas leis nos municípios que compreendem o primeiro anel metropolitano de Curitiba nos anos 2001, 2006, 2007 e 2009.

Constatou-se na realização deste trabalho que alguns destes municípios apresentaram problemas tanto no que se refere à publicidade quanto à transparência dos dados nas LDOs.

A falta de publicidade das LDOs pode ser constatada já no início do trabalho quando ao realizar o processo de levantamento das mesmas averiguou-se que a maioria dos municípios divulgava em seus *sítes* apenas as leis sem os seus anexos, o que resultou numa peregrinação da autora entre esses municípios para conseguir estes documentos. Tal fato demonstrou a dificuldade de acesso a estas leis (principalmente aos seus anexos), o que dificulta o seu controle social.

Os problemas referentes à transparência foram identificados na primeira análise das LDOs, em que se verificou a forma como as metas para a educação eram apresentadas entre os anos analisados.

Verificou-se que estas metas eram organizadas de formas diferentes nas LDOs. Destas formas a que apresentava mais problemas no que se referia à divulgação dos dados das metas para a educação era a que organizava as metas de acordo com programas, contraditoriamente, esta também era a forma que trazia um detalhamento maior de informações sobre as metas, o que confirma o citado acima de que transparência não significa apenas disponibilização de dados.

Entre os principais problemas encontrados nestas LDOs destacam-se: falta de definição das metas físicas, metas muito genéricas (amplas), metas físicas zeradas, incongruência entre diretrizes, objetivos e as ações estipuladas, falta de legenda para explicação das fontes de recursos e dotações orçamentárias descritas por meio de siglas e códigos, distanciamento entre os programas voltados para a educação numa mesma LDO, dados em branco, metas da educação listadas em outros programas não relacionados à mesma e incongruência da meta física com a unidade de medida.

Por outro lado, a análise das LDOs proporcionou verificar que havia uma agenda educacional dos municípios no que se referia a algumas metas entre as categorias. A única categoria em que não foi possível estabelecer tal agenda foi a dos programas, pois as metas representavam especificidades de cada município e eram muito diferenciadas. Já na categoria ações foi possível estabelecer esta agenda no que se refere a uma parte das suas metas as que foram organizadas em blocos de temas.

Outra situação identificada nas categorias refere-se aos temas que se repetiam nas LDOs e refletiam aquilo que os municípios não tinham conseguido resolver, como metas de construção e de criação e implantação de projetos e programas. A presença da repetição de metas nas LDOs nos faz enfatizar a necessidade de que os cidadãos construam o controle social sobre estas metas, cobrando explicação do porque da repetição e da não efetivação das mesmas.

Também conseguimos verificar que eram poucos os municípios que articulavam as metas de uma categoria para outra, combinando metas de manutenção com metas de novas necessidades como as relacionadas aos novos estabelecimentos de ensino. Sendo necessário, que tal prática seja revista pelos municípios e as metas representem suas verdadeiras necessidades. A realização de diagnósticos da situação da educação poderia ser um bom caminho para essa definição.

Outra questão identificada é que precisa ser revista pelos municípios no planejamento das suas LDOs refere-se às metas de manutenção e/ou ampliação de recursos humanos, pois estas apresentavam-se na maioria dos municípios de forma muito genérica, sem se estipular quem seria o servidor que seria mantido ou teria seu número ampliado, o que dificulta o controle social das mesmas.

O planejamento de metas consideradas polêmicas no campo do financiamento da educação relacionadas aos gastos em MDE também foram identificadas entre as categorias. O que revelou a necessidade de verificação das fontes de recursos planejadas para a efetivação das mesmas. Contudo, na maioria desses casos isso não foi possível apenas pela análise das LDOs, pois a maioria dos municípios não apresentava tais dados. Sabe-se que não é obrigatório que a LDO estipule a fonte de recursos, o que implicaria a necessidade de se analisar estas metas também a partir da LOA, contudo isto não foi possível neste trabalho em função dos prazos.

Além disso, observou-se nas categorias a relação entre metas específicas e diferenciadas e a capacidade financeira do município, pois os municípios que apresentaram predomínio destas metas figuram como os que possuem os melhores PIB *Per Capita* do primeiro anel metropolitano. Destaca-se, contudo, que isto também pode ter relação com a capacidade técnica desses municípios no processo de elaboração das LDOs, o que só poderá ser confirmado por meio de novas investigações.

Averiguou-se também que alguns municípios expressaram a preocupação com captação de recursos extras e a principal fonte de recursos indicada foi o FNDE por meio de seus programas. Dos municípios que apresentaram tais metas, a maioria figura entre os que possuem os menores PIB *Per Capita* do primeiro anel metropolitano de Curitiba.

No que se refere aos efeitos da política de fundos na definição das metas para a educação observou-se que o FUNDEF provocou pouco impacto, pois a focalização do EF limitou-se a algumas metas de poucas categorias, não houve priorização apenas dos profissionais do magistério do EF no que se refere à capacitação, apenas um município previu meta de capacitação de professores leigos, poucos municípios previram metas relacionadas aos conselhos do FUNDEF e não houve o planejamento de metas relacionadas à valorização salarial dos professores.

O mesmo acontecendo nas LDOs referentes ao período do FUNDEB, pois apesar de verificarmos a predominância de metas para ambas as etapas e o planejamento de metas relacionadas à capacitação dos profissionais da educação, apenas um município apresentou meta de planos de carreira, poucos municípios apresentaram metas de convênios para a Educação Infantil e não houve o planejamento de metas relacionadas à valorização salarial dos professores e aos conselhos do FUNDEB.

Tais fatos abrem a possibilidade para novas análises que verifiquem a articulação entre o planejado nas LDOs e o realmente efetivado na prática.

Outra questão observada no que se refere aos fundos é que, apesar de alguns municípios perderem recursos com os mesmos, em alguns anos, isto não impactou em diminuição de metas para a educação.

Já a análise dos casos específicos nos permitiu verificar, que o processo de elaboração das LDOs precisa ser aberto à participação popular, e no caso da definição das metas para a educação, principalmente, ao CACS FUNDEB que por lei já deveria estar acompanhando esse processo. Além disso, nos faz enfatizar a necessidade dos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba atualizarem seus *sites* e disponibilizarem as LDOs juntamente com seus anexos, o que facilitará o controle social das mesmas e a realização de futuras pesquisas envolvendo as LDOs como fonte de dados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Afonso Gomes. **Direito Financeiro: a Lei n.º 4.320 – comentada ao alcance de todos**. 3ª ed., 2ª tiragem. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

ARAÚJO, Glória Marieta de. **Financiamento do Ensino Superior: um estudo sobre os recursos do tesouro destinado as IFES e o caso da UNIRIO – 2000 a 2005**. 2009. 85 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Economia e Gestão Empresarial) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: nov. 2010.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. **FUNDEF: Uma avaliação preliminar dos seus 10 anos de implantação**. In: XXXª Reunião Anual da ANPED, 2007, Caxambu/SP. Anais da XXXª Reunião da ANPED. Rio de Janeiro, 2007. v. 1.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do Cidadão – INPC**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>. Acesso em: jan. 2012.

BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. **O controle social da Educação Básica Pública: a atuação dos conselheiros do FUNDEB**. 2011. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

BRUEL, Ana Lorena de Oliveira; GOUVEIA, Andréa Barbosa; ARIAS, Valéria; TAVARES, Tais Moura. **Investimento municipal em educação na região metropolitana de Curitiba e Litoral (2001-2005)**. Disponível em: <www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/21.pdf>. Acesso: Mai. 2011.

CALIL, Vera Lúcia de Oliveira. **Uma contribuição ao Aperfeiçoamento da Elaboração das Propostas Orçamentárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE**. 2000. 105 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: nov. 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei Complementar n.º 135/1996**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=21517>>. Acesso em: ago. 2011.

CARVALHO, Maria do Carmo Cavalcanti. **Racionalidade Administrativa e “Educação de Base”**. 1990. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1990. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: nov. 2010.

CASTRO, Danil Ferreira de. **Análise de eficiência técnica da UFAM vis-à-vis da UFRN uma perspectiva do orçamento centralizado descentralizado**. 2005. 91 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2005. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: nov. 2010.

CONAE. **CONAE 2010 – Documento Final**. Disponível em: <http://noticias.cefet-rj.br/wp-content/uploads/2010/06/20100607-documento_conferencia_mec.pdf>. Acesso em: fev. 2012.

CRUZ, Cláudia Ferreira da; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Transparência na elaboração, execução e prestação de contas do orçamento municipal: um estudo em um município brasileiro**. Revista de contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, maio/ago. 2008.

CRUZ, Rosana Evangelista da. **Pacto federativo e financiamento da educação: a função supletiva e redistributiva da União – o FNDE em destaque**. 434 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11122009-101928/> Acesso em: dez. 2011.

CULAU, Ariosto Antunes; FORTIS, Martin Francisco de Almeida. **Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal**. XI Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Ciudad de Guatemala, 7 - 10 Nov. 2006

DAIN, Sulamis. **O financiamento público na perspectiva de política social**. Economia e Sociedade, Campinas, (17): 113-140, dez. 2001.

DAVIES, Nicholas. **O Fundef e as verbas da educação**. São Paulo, Xamã, 2001.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, ANPOCS, 1995.

FARENZENA, Nalu. **Diretrizes da Política de Financiamento da Educação Básica Brasileira: continuidades e inflexões no ordenamento constitucional-legal (1987-1996)**. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1903>. Acesso em: jul. 2010.

FNDE. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Brasília: SIOPE/ FNDE, 2001. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal.do>>. Acesso em: jan. 2012.

_____. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Brasília: SIOPE/ FNDE, 2006. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal.do>>. Acesso em: jan. 2012.

_____. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Brasília: SIOPE/ FNDE, 2007. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal.do>>. Acesso em: jan. 2012.

_____. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal.** Brasília: SIOPE/ FNDE, 2009. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal.do>>. Acesso em: jan. 2012.

_____. **Programas - Proinfância.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-proinfancia>> Acesso em: fev. 2012.

FRANCISCO, Jailton Gonçalves. **A integração entre o planejamento e o orçamento público nas Instituições Federais de Ensino Superior: um estudo de caso múltiplo.** 2005. 109 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: nov. 2010.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público.** São Paulo, Atlas, 2009.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. **Orçamento participativo, controle social e o poder público municipal: a experiência de União da Vitória/PR – (1997-2000).** Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

GOUVEIA, Andréa Barbosa e SILVA, Isabelle Fiorelli. **Financiamento da educação no Brasil: FUNDEF e FUNDEB.** In: CZERNISZ, Eliane C. S. et al (orgs). **Política e gestão da educação: questões em debate.** Londrina: UEL, 2009.

GRAÇA, Luís Otávio Barroso da. **Transparência no processo orçamentário.** Brasília a. 40, n. 160, out./dez. 2003.

INEP. **Censo Escolar 2001.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>> Acesso em: jan. 2012.

_____. **Censo Escolar 2006.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>> Acesso em: jan. 2012.

_____. **Censo Escolar 2007.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>> Acesso em: jan. 2012.

_____. **Censo Escolar 2009.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>> Acesso em: jan. 2012.

INESC. **Transparência orçamentária nas capitais do Brasil.** Disponível em: <www.inesc.org.br/.../transparencia-orcamentaria-nas-capitais-do-brasi...> Acesso em: dez. 2011.

IPARDES. **Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba.** Curitiba, 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/primeira_versao/Dinamica_RMC.pdf>. Acesso em: jun. 2011.

_____. **Cadernos municipais.** Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5>>. Acesso em: jun. 2011.

_____. **Perfil dos municípios.** Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>> Acesso em: jun. 2011.

MARTINS, Paulo de Sena. **O financiamento da educação básica por meio de fundos contábeis: estratégia política para a equidade, a autonomia e o regime de colaboração entre os entes federados.** 2009. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: fev. 2011.

MILITÃO, Silvio Cesar Nunes. **FUNDEB: Mais do mesmo?.** In: XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação e II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2011, São Paulo.

MORGADO, Patrícia Cristina Chaves Rodrigues. **O processo de financiamento do Ensino Médio Público no Distrito Federal.** 2005. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: nov. 2010.

NETO, Orion Augusto Platt; CRUZ, Flávio da; ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo. **Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira.** Contab. Vista & Ver, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./mar.2007.

PARANÁ. **Constituição do Estado do Paraná.** Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=iniciarProcesso&ti> Acesso em: fev. 2012.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990.** São Paulo, Xamã, 2003.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo.** Educação & Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 877-897, out. 2007.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias; ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade Pública – Uma abordagem da Administração Financeira Pública.** 8ª ed., São Paulo: Atlas, 2004.

POLENA, Andrea; GOUVEIA, Andréa Barbosa. **Recursos do FNDE e sua importância nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba.** Disponível em: <portal.fclar.unesp.br/publicacoes/revista/polit_gest/edi9_artigo8.pdf> Acesso em: Jan. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ. **Histórico do município.** Disponível em: <www.tamandare.pr.gov.br/>. Acesso em: jun. 2011.

_____. **Lei nº 772/2000.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 2001, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 1369/2008.** Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009, e dá outras providências.

_____. **Lei Orgânica do Município de Almirante Tamandaré.** Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/forpgs/orglaw.pl?city=Almirante%20Tamandare>>. Acesso em: fev. 2012.

_____. **Lei nº 875/2002.** Dispõe sobre os prazos para encaminhamento do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl>> Acesso em: fev. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA. **Histórico do município.** Disponível em: <www.araucaria.pr.gov.br/> Acesso em: jun. 2011.

_____. **Lei nº 1188/2000.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 2001 e dá outras providências.

_____. **Lei nº 1609/2005.** Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2006.

_____. **Lei nº 1680/2006.** Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2007.

_____. **Lei nº 1931/2008.** Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2009.

_____. **Lei Orgânica do Município de Araucária.** Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/orglaw.pl?city=Arauc%E1ria&state=pr>>. Acesso em: fev. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL. **Histórico do município.** Disponível em: <www.campinagrandedosul.pr.gov.br/> Acesso em: jun. 2011.

_____. **Lei nº 25/2000.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2001 e dá outras providências.

_____. **Lei nº 022/2005.** Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2006 e dá outras providências.

_____. **Lei nº 39/2007.** Dispõe sobre as diretrizes para elaboração do orçamento do município de Campina Grande do Sul, para o exercício financeiro de 2008 e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 23/2008.** Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração do Orçamento do Município de Campina Grande do Sul, para o exercício financeiro de 2009 e dá outras providências.

_____. **Lei Orgânica do Município do Município de Campina Grande do Sul.** Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/forpgs/orglaw.pl?city=Campina%20Grande> Acesso em: fev. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO. **Histórico do município.** Disponível em: < www.campolargo.pr.gov.br/ > Acesso em: jun. 2011.

_____. **Lei nº 1493/2000, de 26 de junho de 2.000.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 2001 e dá outras providências.

_____. **Lei nº 1838/2005, de 04 de Julho de 2005.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2006 e dá outras providências.

_____. **Lei nº 1906, de 23 de junho de 2006.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2007 e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 2057.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2009 e dá outras providências, conforme específica.

_____. **Lei Orgânica do Município do Município de Campo Largo.** Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/orglaw.pl?city=Campo%20Largo&state=pr>>. Acesso em: fev. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. **Histórico do município.** Disponível em: < www.campomagro.pr.gov.br/ > Acesso em: jun. 2011.

_____. **Lei Orgânica do Município do Município de Campo Magro.** Disponível em: < www.campomagro.pr.gov.br/ > Acesso em: fev. 2012.

_____. **Lei n.º 130/2000.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2001 e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 168/2001.** Dá nova redação à Lei n.º 130/2000, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2001, alterando o art. 8º com inclusões nos Incisos I, II, III, IV, V e VI, criando o art. 21º.

_____. **Lei n.º 319/2004.** Dispõe sobre ações prioritárias da administração pública municipal, metas, diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária, normas de execução orçamentária e financeira a serem executadas pelo Município de Campo Magro, no exercício de 2005, e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 398/06.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2007 do Município de Campo Magro e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 446/2007.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2008 e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 477/2007.** Altera e inclui anexo da Lei n.º 446/2007 que trata das Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO. **Histórico do município.** Disponível em: < www.colombo.pr.gov.br/> Acesso em: jun. 2011.

_____. **Lei Orgânica do Município de Colombo.** Disponível em: <www.colombo.pr.gov.br/> Acesso em: fev. 2012.

_____. **Lei nº. 809/01.** Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2002 e dá outras providências.

_____. **Lei nº. 923/2005.** Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Colombo, para o exercício de 2006, e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 961/2006.** Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Colombo, para o exercício de 2007, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 1067/2008.** Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Colombo, para o exercício de 2009, e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Histórico do município.** Disponível em: < www.curitiba.pr.gov.br/> Acesso em: jun. 2011.

_____. **Lei nº 9910/00.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2001 e dá outras providências.

_____. **Lei nº 11.466, de 02 de julho de 2005.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2006 e dá outras providências.

_____. **Lei nº 11.859, de 11 de julho de 2006.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual para 2007 e dá outras providências.

_____. **Lei nº 12.837, de 1º de julho de 2008.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual para 2009 e dá outras providências.

_____. **Lei Orgânica do Município do Município de Curitiba.** Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/orglaw.pl?city=Curitiba&state=pr> Acesso em: fev. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE. **Histórico do município.** Disponível em: < www.fazendariogrande.pr.gov.br > Acesso em: jun. 2011.

_____. **Lei n.º 052, de 13 de novembro de 2001.** Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002 e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 318, de 15 de dezembro de 2005.** Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006 e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 412, de 28 de novembro de 2006.** Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2007 e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 646, de 30 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2009 e dá outras providências.

_____. **Lei Orgânica do Município de Fazenda Rio Grande.** Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgilocal/orglaw.pl?city=Fazenda%20Rio%20Grande> Acesso em: fev. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS. **Histórico do município.** Disponível em: < www.pinhais.pr.gov.br/ Acesso em: jun. 2011.

_____. **Lei n.º 415/2000.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2001, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 695, de 26 de agosto de 2005.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2006.

_____. **Lei nº 744, de 27 de setembro de 2006.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2007.

_____. **Lei nº 899, de 24 de setembro de 2008.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2009.

_____. **Lei Orgânica do Município de Pinhais.** Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/orglaw.pl?city=Pinhais&state=pr> Acesso em: fev. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA. **Histórico do município.** Disponível em: < www.piraquara.pr.gov.br/ Acesso em: jun. 2011.

_____. **Lei n.º 491/00.** Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2001 e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 786/05.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2006 e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 858/06.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para exercício financeiro de 2007 e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 976/2008.** Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2009 e dá outras providências.

_____. **Lei Orgânica do Município de Piraquara.** Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/orglaw.pl?city=Piraquara&state=pr> Acesso em: fev. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS. **Histórico do município.** Disponível em: <www.quatrobarrasparana.com.br/> Acesso em: jun. 2011.

_____. **Lei n.º 20/2000.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2001 e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 25/2005.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2006 e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 175/2007.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 407/2008.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual relativas ao exercício de 2009 e dá outras providências.

_____. **Lei Orgânica do Município de Quatro Barras.** Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgilocal/orglaw.pl?city=Quatro%20Barras&state=pr> Acesso em: fev. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Histórico do município.** Disponível em: <www.sjp.pr.gov.br/> Acesso em: jun. 2011.

_____. **Lei n.º 50, de 03 de julho de 2000.** Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de São José dos Pinhais, para o exercício de 2001.

_____. **Lei n.º 750/05, de 25 de agosto de 2005.** Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2006.

_____. **Lei n.º 930, de 21 de agosto de 2006.** Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2007.

_____. **Lei n.º 1.255, de 21 de julho de 2008.** Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2009.

_____. **Lei Orgânica do Município de São José dos Pinhais.** Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/cgilocal/orglaw.pl?city=S%E3o%20Jos%E9%20doc>> Acesso em: fev. 2012.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição Federal de 1824.** Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: abr. 2011.

_____. **Constituição Federal de 1891.** Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: abr. 2011.

_____. **Constituição Federal de 1934.** Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: abr. 2011.

_____. **Constituição Federal de 1937.** Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: abr. 2011.

_____. **Constituição Federal de 1946.** Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: abr. 2011.

_____. **Constituição Federal de 1967.** Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: abr. 2011.

_____. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: abr. 2011.

_____. **Decreto Lei n.º 1.804/39.** Aprova normas orçamentárias, financeiras e de contabilidade para os estados e os municípios. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: dez. 2011.

_____. **Decreto Lei n.º 2.416/40.** Aprova a codificação das normas financeiras para os estados e municípios. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: dez. 2011.

_____. **Decreto Lei n.º 1.875/81.** Dispõe sobre a simplificação de normas gerais de direito financeiro aplicáveis a Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: dez. 2011.

_____. **Emenda Constitucional n.º 1/69.** Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: abr. 2011

_____. **Emenda Constitucional n.º 14/96.** Modifica os art. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: abr. 2011.

_____. **Emenda Constitucional n.º 53/06.** Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: abr. 2011.

_____. **Lei Complementar Federal nº 14/73.** Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: abr. 2011.

_____. **Lei Complementar n.º 135/96.** Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração, execução e controle dos planos, diretrizes, orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, regulamentando o

artigo 165, § 9º da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: dez. 2011.

_____. **Lei Complementar n.º 101/00.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: abr. 2011.

_____. **Lei Complementar n.º 131/09.** Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: abr. 2011.

_____. **Lei n.º 4.320/64.** Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: abr. 2011.

_____. **Lei n.º 7.675/88.** Atribui ao Tribunal de Contas da União, a partir do exercício de 1986, a fiscalização da aplicação pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, inclusive por suas entidades da Administração Indireta e Fundações, das transferências de recursos federais. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: dez. 2011.

_____. **Lei n.º 9.394/96.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: abr. 2011.

_____. **Lei n.º 9.424/96.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: abr. 2011.

_____. **Lei n.º 11.494/07.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei n.º 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis n.ºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: abr. 2011.

QUIRINO, Simony Rafaeli. **Impactos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF no Financiamento da Educação do Município de Fazenda Rio Grande (1998-2006).** 2009. 88 f. Especialização (Políticas Públicas Educacionais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

_____. **Orçamento Público como fonte de estudos educacionais.** IN: XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação e II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2011, São Paulo.

RAFANHIM, Ludimar. **Orçamento Público do Paraná – 2007.** Gráfica da Assembléia Legislativa do Paraná, 2007.

ROSSINHOLI, Marisa. **Política de financiamento da educação básica no Brasil: do FUNDEF ao FUNDEB.** Brasília, Liber livro, 2010.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANCHEZ, Miriam Mabel. **Estudo comparado sobre as condições educacionais nas regiões metropolitanas de Curitiba e Londrina.** 2010. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SENA, Paulo. **A legislação do FUNDEB.** Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, p. 319-340, maio/ago. 2008.

SILVA, Mônica Mora Y Araújo de Couto e. **A lei de responsabilidade fiscal e relações financeiras intergovernamentais no contexto federativo brasileiro.** Brasília, Editora da UnB, 2000.

SILVA, Cristiane Oliveira. **Avanços e retrocessos no direito à educação em Santo André: um estudo de caso.** 2008. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: nov. 2010.

SOUSA JUNIOR, Luiz de. **Fundeb: avanços, limites e perspectivas.** EccoS, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 275-290, jul./dez. 2006.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Provimento n.º 01/99.** Regulamenta o controle da aplicação de recursos referentes ao FUNDEF e demais Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público Estadual e Municipal. Disponível em: <www.tce.pr.gov.br/acervo/1999/12/1000088.pdf> Acesso em: Jan. 2012.

VIAN, Maurício; MELLO, José Carlos Garcia de; BOEIRA, Carlos. **Orçamento & Fundo: fundo dos direitos da criança e do adolescente.** Brasília: Focus Gráf. Ed., 2002.

VITALE, Denise. **Democracia Direta e Poder Local: a experiência brasileira do orçamento participativo.** In: COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Orgs.) Participação e Deliberação – Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo, Ed. 34, 2004.

WAGNER, Carmem Lucia Furrer Arruda. **Financiamento da Educação Pública: Análise da Aplicação de Recursos na Educação no Município de Campinas 1986 a 1999.** 2001. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade

Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em:
<<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: nov. 2010.

**APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS RESPONSÁVEIS PELA
ELABORAÇÃO DAS LDOs NOS MUNICÍPIOS DE FAZENDA RIO GRANDE E
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Tema da pesquisa: Planejamento orçamentário e os recursos para a educação: um estudo sobre as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) dos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba.

Mestranda: Simony Rafaeli Quirino.

Orientadora: Professora Dra. Andréa Barbosa Gouveia.

Município: Fazenda Rio Grande.

Roteiro de entrevista ao responsável pela elaboração das LDOs do município.

Secretaria em que trabalha e função que desempenha na mesma:

Na elaboração das LDOs do município recebe auxílio de quem?

Como ocorre a elaboração das LDOs de seu município?

Como se definem as metas para a educação nas LDOs? Quem faz parte desse processo de definição?

Levando em consideração que a Lei n.º 11.494/07 que regulamenta o FUNDEB determina como nova atribuição do CACS FUNDEB a supervisão da elaboração da proposta orçamentária anual, gostaríamos de saber se no seu município este Conselho já vem desempenhando essa função e se o mesmo participa do processo de definição das metas para a educação nas LDOs?

Você participou da elaboração das LDOs 2002, 2006, 2007 e 2009 de seu município? Em que anos você participou da elaboração das LDOs?

Descreva como se definiam e quem fazia parte do processo de definição das metas para a educação nestas LDOs?

Ao analisarmos estas LDOs, no que se refere às metas para a educação, observamos que apesar do município descrever um diagnóstico da situação da educação para cada ano, bem como diretrizes e objetivos que se pretendia alcançar no próximo ano nesta Secretaria, as metas definidas logo abaixo destes dados apresentavam-se de forma muito genérica dificultando enxergar a relação entre as

mesmas e os objetivos que se pretendia alcançar. Atualmente como você considera a definição das metas para a educação nas LDOs do seu município?

Na realização desta pesquisa tivemos certa dificuldade em ter acesso principalmente aos anexos das LDOs. Gostaríamos de saber que ações o município vem desenvolvendo para que estas informações cheguem de forma mais fácil aos cidadãos?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Tema da pesquisa: Planejamento orçamentário e os recursos para a educação: um estudo sobre as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) dos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba.

Mestranda: Simony Rafaeli Quirino.

Orientadora: Professora Dra. Andréa Barbosa Gouveia.

Município: São José dos Pinhais.

Roteiro de entrevista ao responsável pela elaboração das LDOs do município.

Secretaria em que trabalha e função que desempenha na mesma:

Na elaboração das LDOs do município recebe auxílio de quem?

Como ocorre a elaboração das LDOs de seu município?

Como se definem as metas para a educação nas LDOs? Quem faz parte desse processo de definição?

Levando em consideração que a Lei n.º 11.494/07 que regulamenta o FUNDEB determina como nova atribuição do CACS FUNDEB a supervisão da elaboração da proposta orçamentária anual, gostaríamos de saber se no seu município este Conselho já vem desempenhando essa função e se o mesmo participa do processo de definição das metas para a educação nas LDOs?

Você participou da elaboração das LDOs 2001, 2006, 2007 e 2009 de seu município? Em que anos você participou da elaboração das LDOs?

Descreva como se definiam e quem fazia parte do processo de definição das metas para a educação nestas LDOs?

Ao analisarmos estas LDOs, no que se refere às metas para a educação, observamos que o município descreve metas bem específicas para esta Secretaria, inclusive citando nomes de Bairros e/ou Escolas/CMEIs que seriam priorizados nas ações do próximo ano, o que pode ser considerado um ponto positivo, pois facilita o controle social das mesmas, visto que, a população poderá verificar o que realmente foi realizado do inicialmente planejado. Atualmente como você considera a definição das metas para a educação nas LDOs do seu município?

Apesar de o município apresentar metas bem específicas para a educação nestas LDOs, observamos também que algumas dessas metas especialmente as relacionadas à construção/ampliação de Escolas/CMEIs se repetem de uma LDO para outra. Como essa situação pode ser explicada?

Na realização desta pesquisa tivemos certa dificuldade em ter acesso principalmente aos anexos das LDOs. Gostaríamos de saber que ações o município vem desenvolvendo para que estas informações cheguem de forma mais fácil aos cidadãos?

**APÊNDICE 2 – QUADROS COM A TABULAÇÃO DAS METAS PLANEJADAS PARA
O ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS E PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NAS
LDOs DOS MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA**

MERENDA - ENSINO FUNDAMENTAL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Almirante Tamandaré				Manutenção da Merenda Escolar.
Araucária		Garantir merenda escolar para alunos do Ensino Fundamental Municipal – 5.000.000 Refeições.		Garantir alimentação escolar aos educandos das escolas - 17.864 Refeições Educando/dia.
Campina Grande do Sul		Assegurar o fornecimento de merenda escolar de qualidade em toda a rede de ensino, inclusive para EI e EJA - 6.500 alunos; Aquisição de novos veículos para as atividades da educação, inclusive para o transporte de alimentos - 2 veículos; Reforma, readaptação e manutenção do Depósito da Merenda Escolar, visando assegurar melhoria da qualidade e adequação às normas da vigilância Sanitária.		
Campo Largo		Assegurar o fornecimento de Merenda Escolar de qualidade em toda a rede de ensino, inclusive para Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos - 14.000 alunos; Aquisição de novos veículos para as atividades da educação, inclusive para o transporte de alimentos - 5 veículos; Reforma, readaptação e manutenção do Depósito da Merenda Escolar, visando assegurar melhoria da qualidade e adequação às normas da vigilância Sanitária.	Assegurar o fornecimento de Merenda Escolar de qualidade para todos os alunos da rede municipal - 14.000 alunos; Adequar o Depósito da Merenda Escolar, visando assegurar melhoria da qualidade e adequação às normas da vigilância Sanitária.	Assegurar o fornecimento de Merenda Escolar de qualidade para todos os alunos da rede municipal.
Colombo		Atender alunos - 32.000; Fornecer refeições - 3.500.	Atender alunos – 19.500; Fornecer refeições (200 dias/ano) – 3.900.	Atender alunos - 23.500; Fornecer refeições - 4.700.
Curitiba			Fornecer refeições para as unidades do EF - 33.600.000	
Fazenda Rio Grande		Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - Material de consumo – 8.691 alunos/dia – PNAE.		
Pinhais			Manter e ampliar o programa de alimentação e nutrição escolar com colaboração financeira da União e do Estado, para todas as unidades da rede municipal de educação - 13.000; Desenvolver estudos para a construção de equipamento que abrigará a central de alimentação.	Manter o programa de alimentação escolar nas Escolas Municipais – PNAE.
Quatro Barras		Manter o programa de descentralização da merenda escolar - 1.400 alunos atendidos; Aquisição de veículo apropriado para o transporte de gêneros alimentícios – 1.	Ações para Manutenção e Revitalização da Merenda Escolar – Escolas - 406.753 Refeições servidas ¹ .	Ações para manutenção e revitalização da merenda escolar - escolas - 447.428 refeições servidas.

Quadro 1: Metas da categoria merenda para o Ensino Fundamental.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2008 para Quatro Barras.

MERENDA - EDUCAÇÃO INFANTIL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Almirante Tamandaré				Manutenção da Merenda Escolar – Creches.
Araucária		Garantir alimentação escolar para alunos das Unidades de Educação Infantil – 3.500.000 Refeições.		Garantir alimentação escolar aos educandos dos CMEIs - 3.940 Refeições Educando/dia.
Campina Grande do Sul		Assegurar o fornecimento de merenda escolar de qualidade em toda a rede de ensino, inclusive para EI e EJA - 1.600 alunos.		
Campo Largo		Assegurar o fornecimento de Merenda Escolar de qualidade em toda a rede de ensino, inclusive para Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos - 10.000.	Assegurar o fornecimento de Merenda Escolar de qualidade para Educação Infantil - 5.200 alunos alimentados.	Assegurar o fornecimento de Merenda Escolar de qualidade para Educação Infantil.
Campo Magro				Programa Nacional de Alimentação - PNAC; Manutenção do Programa Nacional de Alimentação - PNAC - Recursos Livres ¹ .
Colombo		Atender alunos - 7.500; Fornecer refeições - 2.840.	Atender alunos – 7.800; Fornecer refeições (250 dias/ano) – 7800.	Atender alunos - 7.800; Fornecer refeições (250 dias/ano) – 7.800.
Curitiba	Fornecer alimentação e assistência às creches oficiais - 17.000 crianças.		Fornecer refeição para as unidades da EI - 16.500.000.	
Fazenda Rio Grande		Manutenção do Programa de Alimentação - PNAC - material de consumo - 520 alunos/dia; Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - CMEIs - Material de consumo - 520 alunos/dia.	Manutenção do Programa de Alimentação - 527 alunos/dia – PNAC; Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - CMEIs - 527 alunos/dia – Recursos Livres.	Manutenção do Programa de Alimentação – PNAC.
Pinhais			Manter e ampliar o programa de alimentação e nutrição escolar com colaboração financeira da União e do Estado.	Manter o Programa de Alimentação Escolar nos Centros Municipais de Educação Infantil - PNAC; Manter o Programa de Alimentação Escolar para pré-escola – PNAP.
Quatro Barras		Fornecer merenda escolar para todas as unidades do EI - 400 crianças atendidas.	Ações para Manutenção e Revitalização da Merenda Escolar – CME's - 720 Crianças atendidas ² .	Ações para manutenção e revitalização da merenda escolar - CMEIs - 700 crianças atendidas.

Quadro 2: Metas da categoria merenda para a Educação Infantil.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2008 para Campo Magro.

² Dados referentes à LDO 2008 para Quatro Barras.

MERENDA – ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Almirante Tamandaré	Promover a aquisição e distribuição de merenda escolar entre os alunos municipais, a fim de incentivar e melhorar a frequência e o aprendizado.			
Araucária	Manter atendimento aos alunos matriculados na rede municipal com recursos humanos adequados e em número suficiente, com material pedagógico, espaços físicos readequados e merenda escolar; Manter e equipar as cozinhas das unidades escolares para preparação de merenda.	Coordenar e manter o Departamento de Alimentação Escolar, conforme as necessidades.	Construir barracão para agrupar o Almoarifado Central e Departamento de Alimentação Escolar da SMED - 1.200m ² ; Garantir alimentação escolar aos alunos da Rede Municipal de Ensino - 8.580.000 Refeições.	
Campina Grande do Sul	Manter a oferta regular de transporte, e merenda escolar, visando o bem estar do educando e a supressão da evasão e repetência escolar.		Manutenção de Programas PNAE, PNAC ¹ .	Manutenção de Programas PNAE, PNAC.
Campo Largo	Promover a aquisição e distribuição de merenda escolar para os alunos matriculados no pré-escolar, ensino fundamental e entidades filantrópicas cadastradas nas escolas da Rede Municipal e Estadual das zonas urbana e rural; Construção de um barracão fechado para atender as necessidades do Setor de Merenda Escolar, para a guarda dos alimentos destinados aos alunos das redes municipal e estadual.			
Campo Magro	Manter a oferta de merenda escolar, visando o bem estar do educando e buscando diminuir a evasão e repetência escolar.	Fornecer merenda escolar – 3.100 - refeição/mês; Equipar cozinhas das escolas - 11; Adquirir alimentos para fornecimento de merenda escolar - 3 licitações ² .	Fornecimento de merenda escolar – 3.200 alunos.	Manutenção do Programa Merenda Escolar - PNAE; Manutenção do Programa Merenda Escolar - PNAE - Recursos Livres ³ .
Curitiba		Fornecer alimentação escolar para todas as unidades do ensino fundamental e do ensino infantil - 50.000.000 merendas.		
Fazenda Rio Grande	Programa alimentação de escolares – PNAE; Programa alimentação de escolares - recursos próprios; Aluguel de imóveis - recursos próprios; Manutenção de veículos - recursos próprios ⁴ .		Manutenção do Programa de Alimentação Escolar – 8.691 alunos/dia - PNAE;	Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - Recursos Livres; Manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE.
Pinhais	Manter o Programa de Alimentação Escolar;	Fornecer alimentação escolar para todas as Unidades da Rede Municipal de Educação – 12.749 merenda / criança atendida; Viabilizar estudos para implantação do Centro de Educação Nutricional; Viabilizar estudos para implantação da Cozinha Industrial Central.	Manter e ampliar o programa de alimentação e nutrição escolar com colaboração financeira da União e do Estado – 15.000.	Manter o programa de alimentação escolar.
Piraquara	Aquisição e distribuição de merenda escolar para os alunos de 1º grau, pré-escola e creches municipais; Implantação e acompanhamento de serviços de nutrição; Estimular a produção local para a alimentação escolar.	Adquirir, processar e distribuir a merenda escolar - 15.000 alunos beneficiados.	Adquirir, processar e distribuir a merenda escolar.	Adquirir, processar e distribuir a merenda escolar.
Quatro Barras	Manter a oferta regular de transporte e merenda escolar, visando o bem estar do educando e a supressão da evasão e repetência escolar.			
São José dos Pinhais	Adequar e manter o programa municipal de alimentação escolar; Construir depósito para merenda escolar e cozinha experimental; Adquirir veículo tipo furgão para transporte da merenda escolar.	Fornecer e garantir merenda escolar para todas as unidades de ensino da rede pública municipal - 30.295 crianças atendidas.	Fortalecer e garantir a merenda escolar - 30.000.	Fortalecer e garantir a merenda escolar – 30000.

Quadro 3: Metas da categoria merenda para o Ensino Fundamental e para a Educação Infantil

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2008 para Campina Grande do Sul.

² Dados referentes à LDO 2005 para Campo Magro.

² Dados referentes à LDO 2008 para Campo Magro.

⁴ Dados referentes à LDO 2002 para Fazenda Rio Grande.

TRANSPORTE - ENSINO FUNDAMENTAL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Almirante Tamandaré				Manutenção do Transporte Escolar; Manutenção do Transporte Escolar - FUNDEB 36.
Araucária		Garantir Transporte Escolar para os alunos do Ensino Fundamental Municipal para atividades extraclasse – 28590 Alunos.		Transportar alunos do Ensino Fundamental municipal para atividades extraclasse - 800 Alunos.
Campina Grande do Sul		Assegurar a oferta regular do transporte escolar, em toda a rede municipal de ensino, com frota própria e locada, inclusive EJA - 5.000 alunos; Adquirir novos veículos para ampliação da frota própria do transporte escolar - 5 veículos.		
Campo Largo		Assegurar a oferta regular do Transporte Escolar, em toda a rede Municipal de Ensino, com frota própria e locada, inclusive EJA - 4.000 alunos; Adquirir novos veículos para ampliação da frota própria do Transporte Escolar – 7.	Subsidiar o fornecimento de vale transporte; Manter e administrar as atividades deste programa; Fornecer transporte escolar municipal; Adquirir veículos.	Subsidiar o fornecimento de vale transporte; Manter e administrar as atividades deste programa; Fornecer transporte escolar municipal; Renovação da frota de veículos.
Campo Magro				Manutenção do Programa de Transporte Escolar - Recursos Livres; Manutenção do Programa de Transporte Escolar - Ens. Fund. - Fonte 103; Manutenção do Programa de Transporte Escolar - Ens. Fund. - Fonte 104; Manutenção do Programa de Transporte Escolar - Fonte 124; Manutenção do Programa de Transporte Escolar - Fonte 129 ¹ .
Colombo		Manter parcialmente o custo com o transporte escolar Linha 17 - salário educação; Transportar alunos - 4.500; Adquirir veículos para transporte escolar – 1.	Manter parcialmente o custo com o transporte escolar Linha 18 - salário educação; Transportar alunos – 4.600; Adquirir veículos para transporte escolar -1.	Manter parcialmente o custo com o transporte escolar Linha 33 - Salário Educação; Transportar alunos -5.200; Adquirir veículos para transporte escolar- 1.
Curitiba			Beneficiar os alunos do EF, residentes em localidades de municípios sem escolas, com transporte escolar - 4.500.	
Fazenda Rio Grande		Manutenção do Transporte Escolar – 2.419 alunos/dia - RVE 15; Manutenção do Transporte Escolar – 2.419 alunos/dia - Salário Educação.	Manutenção do Transporte Escolar - Salário Educação – 2.855 alunos/dia; Manutenção do Programa Transporte Escolar - Estado – PNATE; Manutenção do Programa de Transporte Escolar - União – PNATE.	
Pinhais	Manter o programa de transporte escolar de Ensino Fundamental (zona rural) e de Ensino Especial.		Manter e ampliar o programa de transporte escolar com a colaboração financeira da União e do Estado – 104.	
Piraquara		Manter e ampliar o programa de Transporte escolar de ensino fundamental e de especial.		
São José dos Pinhais		Manter passe escolar a alunos do ensino fundamental e médio nas escolas públicas do município - 5.500 alunos.		

Quadro 4: Metas da categoria transporte para o Ensino Fundamental.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2008 para Campo Magro.

TRANSPORTE - EDUCAÇÃO INFANTIL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Almirante Tamandaré				Manutenção do Transporte Escolar – Creches.
Araucária		Garantir transporte escolar para os alunos da Educação Infantil até os Laboratórios de Informática – 1.500 Alunos.		Transportar os alunos da educação infantil até os laboratórios de informática - 800 Alunos.

Quadro 5: Metas da categoria transporte para a Educação Infantil.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

TRANSPORTE – ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Almirante Tamandaré	Ampliar e modernizar a frota de transporte escolar: adquirir 5 ônibus novos e 7 seminovos.			
Araucária	Ampliar e modernizar a frota de veículos para transporte escolar.	Garantir Transporte Escolar aos alunos da Zona Rural – 1.557 Alunos;	Manter transporte a alunos em atividades extraclasse – 1.600 Viagens; Manter transporte escolar na área rural e urbana - 2.500 Alunos/dia.	Manter transporte escolar para os alunos da rede de ensino do Município de Araucária - 3.566 Alunos/dia.
Campina Grande do Sul	Manter a oferta regular de transporte, e merenda escolar, visando o bem estar do educando e a supressão da evasão e repetência escolar.		Manutenção de Programas: PNATE¹.	Manutenção de Programas: PNATE
Campo Largo	Manter o programa municipal de transporte escolar, já definido em Lei própria; Aquisição de até 02 (dois) micro-ônibus e até 17 (dezesete) ônibus para o transporte escolar; Implantação de estacionamento com oficina de manutenção para a frota de ônibus do transporte escolar.			
Campo Magro	Manter a oferta regular de transporte escolar, visando o bem estar do educando e buscando diminuir a evasão e repetência escolar.	Manter a frota de veículos do transporte escolar - 2 veículos; Adquirir veículos para o transporte de alunos - 2 veículos; Assegurar o acesso à escola por meio do transporte escolar - 2100 alunos; Contratação de veículos por meio de terceiros para o transporte escolar - 18 contratos².	Aquisição de veículo para Transporte Escolar - 4; Manter e ampliar contratos de transporte escolar - 22 contratos.	
Colombo	Aquisição de Ônibus³.			
Curitiba			Beneficiar alunos com transporte para passeios pedagógicos - 11.300.	
Fazenda Rio Grande	Vale transporte - 60.000 unidades - R. Usuário; Locação de ônibus escolar - 10.000 Km - convênio; Locação de ônibus escolar - 160.000 Km - recursos próprios; Manutenção ônibus escolar - 2 unidades - recursos próprios⁴.	Manutenção do Programa de Transporte Escolar - PNATE - Outros serviços de terceiros - 2419 alunos/dia; Manutenção do Programa de Transporte Escolar - PNATE - Material de consumo - 2419 alunos/dia.		Manutenção do Transporte Escolar - Salário Educação; Programa de Transporte Escolar - PNATE; Programa de Transporte Escolar - União – PNATE;
Pinhais		Manter o transporte Escolar para alunos da Rede Municipal de Ensino.		
Piraquara	Aquisição de veículos para o transporte escolar.	Adquirir ônibus para ampliar a frota do transporte escolar - 2 unidades.	Adquirir ônibus para ampliar a frota do transporte escolar.	Adquirir ônibus para ampliar a frota do transporte escolar.
Quatro Barras	Manter a oferta regular de transporte e merenda escolar, visando o bem estar do educando e a supressão da evasão e repetência escolar.	Manter o atendimento pleno do transporte escolar para a rede de ensino do município, por meio da frota própria e locada – 2.500 alunos transportados; Adquirir veículo para a frota própria do transporte escolar -1.	Ações para Manutenção e Revitalização do Transporte Escolar - 2.700 Alunos transportados⁵.	Ações para manutenção e revitalização do transporte escolar - 2.500 alunos transportados.
São José dos Pinhais	Adequar, renovar e ampliar a frota e/ou terceirizar o transporte escolar; Manter o Programa do Passe Escolar.	Manter a frota de transporte na zona rural - 42 veículos.	Manter a frota do transporte escolar - 45; Manter o Passe escolar - 5.500 alunos; Adquirir veículos novos para transporte escolar – 5.	Manter a frota do transporte escolar – 45; Adquirir novos veículos - 7; Manter o Passe Escolar – 5.000 alunos.

Quadro 6: Metas da categoria transporte para o Ensino Fundamental e para a Educação Infantil.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2008 para Campina Grande do Sul.

² Dados referentes à LDO 2005 para Campo Magro.

³ Dados referentes à LDO 2002 para Colombo.

⁴ Dados referentes à LDO 2002 para Fazenda Rio Grande.

⁵ Dados referentes à LDO 2008 para Quatro Barras.

IMÓVEIS - ENSINO FUNDAMENTAL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Almirante Tamandaré	Construir, ampliar, reformar e equipar escolas; Construir e manter quadras polivalentes nas escolas municipais; Construir, manter e equipar bibliotecas escolares.			Construção, ampliação e reformas de unidades escolares; Construção, ampliação, reformas de unidades escolares - FUNDEB 40%.
Araucária	Construir, ampliar, reformar e equipar unidades escolares e o centro de atendimento especializado em deficiência visual; Construir e equipar bibliotecas escolares; Construir e/ou readequar espaços físicos alternativos para salas de estudo, laboratórios de ciências, de informática educativa, laboratório de ensino e aprendizagem, suprimindo-os também com todos os equipamentos e instalações necessárias, objetivando o atendimento da grade curricular; Construir quadras poliesportivas nas unidades escolares para atender as exigências legais da disciplina de educação física.	Adquirir áreas para construção de Escolas Municipais para o Ensino Fundamental – 16.000 m²; Construir Escolas Municipais, para atendimento ao Ensino Fundamental – 2.000m².	Construir Escola de Ensino Fundamental - 2.000m²; Construir quadra poliesportiva coberta em Escola Municipal - 400 m²; Revitalizar Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil - 5.000 m².	Adquirir áreas para construção de escolas municipais para o ensino fundamental- 8.000 m²; Construir escolas municipais, para atendimento ao ensino fundamental - 2.000 m².
Campina Grande do Sul		Execução de manutenção, reparos e readaptações das escolas municipais - 12 escolas; Ampliação e edificação de novas escolas, visando adequar a rede municipal de ensino ao atendimento pleno da demanda escolar - 10 salas; Construção de coberturas nas quadras poliesportivas das escolas municipais - 4 coberturas.	Construção e Ampliação de Escolas Municipais – 800 alunos¹.	Construção e Ampliação de Escolas Municipais - 6 unidades.
Campo Largo	Construção de até 20 (vinte) salas de aula em diversos bairros e distritos do Município; Construção de até 02 (duas) escolas destinadas ao ensino Pré-Escolar e Fundamental, cada uma com 10 (dez) salas de aula e demais dependências e 2 (duas) escolas com 4 (quatro) salas de aula; Ampliação e reforma de escolas, em diversos bairros e distritos do Município; Construção de até 8 (oito) canchas esportivas polivalentes nas Escolas Municipais; Aquisição ou desapropriação de terrenos para a construção de escolas.	Execução de manutenção, reparos e readaptações das escolas municipais, inclusive saneamento - 20; Ampliação de escolas, visando adequar a rede municipal de ensino ao atendimento pleno da demanda escolar - 13 salas; Edificação de novas escolas, visando adequar a rede municipal de ensino ao atendimento pleno da demanda escolar - 2 escolas; Adquirir áreas para ampliação da rede de ensino - 03 terrenos.	Ampliação de Escolas garantindo atendimento pleno da demanda escolar; Executar manutenção, reparos e readaptações das Escolas Municipais; Adquirir áreas para ampliação da rede de ensino.	Manter e reformar unidades educacionais do Município; Ampliação das unidades educacionais do Município, garantindo atendimento da demanda escolar.
Campo Magro		Ampliar escolas - 3 escolas; Construir escolas - 2; Manutenção de escolas - - 12; Adquirir terreno para construção de escola – 1².	Construção de escolas - 2; Ampliar escolas - 4; Realizar a manutenção em Escolas Municipais - 10 escolas.	Construção, ampliação e/ou reforma de unidades escolares; Manutenção das Unidades Escolares – EF³.
Colombo	Construção, Reforma e Ampliação de prédios escolares destinados ao ensino fundamental⁴.	Construir e equipar escolas municipais - 4; Ampliar e ou reformar escolas municipais -20; Adquirir e ou desapropriar imóvel - 4; Construir quadras para prática de educação física e práticas esportivas em escolas do ensino fundamental; Cobrir quadras esportivas para prática de educação física e práticas esportivas em escolas do ensino fundamental.	Construir e equipar escolas municipais - 4; Ampliar e ou reformar escolas municipais - 20; Adquirir e ou desapropriar imóvel - 4; Construir quadras para prática de educação física e práticas esportivas em escolas do ensino fundamental - 3; Cobrir quadras esportivas para prática de educação física e práticas esportivas em escolas do ensino fundamental – 3.	Construir e equipar escolas municipais - 1; Ampliar e ou reformar escolas municipais- 5; Adquirir e ou desapropriar imóvel - 1; Construir quadras para prática de educação física e práticas esportivas em escolas do ensino fundamental - 2; Cobrir quadras esportivas para prática de educação física e práticas esportivas em escolas do ensino fundamental – 3.
Curitiba		Reconstruir escola, visando o atendimento à demanda do ensino fundamental - 1; Construir escolas para ampliar o atendimento do ensino	Executar reformas e serviços de manutenção nas unidades do EF - 90; Construir canchas cobertas em escolas municipais	Conservação e manutenção dos próprios municipais destinados à educação básica - 259; Construção de canchas cobertas em escolas

		fundamental - 2 escolas; Construir e equipar salas para bibliotecas, visando melhorar a qualidade de atendimento do ensino fundamental, através da descentralização de recursos - 5 salas; Construir canchas cobertas nas escolas municipais, através da descentralização de recursos.	- 10 ; Construir e equipar escolas municipais - 2; Reconstruir escola municipal - 1; Reformar escolas municipais - 10; Ampliar e equipar salas em escolas municipais – 10.	municipais - 3; Desapropriação de áreas para construção de escolas municipais - 1; Construção de escolas municipais - 2; Reforma de escolas municipais - 4; Ampliação de escolas municipais – 3; Complementação de obras da área de educação básica, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente – 5.
Fazenda Rio Grande	Equipando a Fazenda: Construção de escolas - 2 unidades- FUNDEF; Construção de escolas - 4 unidades - recursos próprios ⁵ .	Construção/Ampliação e Reforma de Escolas - 3 obras – FUNDEF.	Construção/ampliação e reforma de escolas - 1 obra – FUNDEF.	
Pinhais		Executar reformas e melhorias nas unidades de Educação Infantil e Escolas do Ensino Fundamental das séries iniciais - 35; Concluir construção e equipar biblioteca anexa à Escola Aroldo de Freitas; Construir áreas de lazer e recreação cobertas anexas às escolas - 4; Construir e equipar bibliotecas escolares anexas às escolas - 2; Construir e equipar Escolas da Rede Municipal de Ensino Fundamental - 2; Construir e equipar salas de aula das Escolas da Rede Municipal - 4; Desapropriação de áreas para construção e ampliação de Unidades Escolares – 3.	Construir e equipar bibliotecas anexas às escolas - 5; Desapropriar terrenos para a construção de novas unidades escolares -2; Reforma, ampliação e execução de melhorias das condições físicas e ambientais das unidades escolares -13; Construção de novas unidades escolares – 1.	Construir, adequar e equipar bibliotecas anexas às escolas; Reforma, ampliação e execução de melhorias das condições físicas e ambientais das unidades escolares; Construção de novas unidades escolares - 1.
Piraquara	Construção, ampliação e reforma de unidades escolares, nos locais onde há carência de escolas.	Construir unidades escolares - 1.500 m²; Ampliar e reformar unidades escolares - 1.200 m²; Construir quadras poliesportivas nas escolas municipais - 2 unidades; Instalar bibliotecas nas escolas – 6.	Construir unidades escolares - 1.500 m²; Ampliar e reformar unidades escolares - 1.200 m²; Construir quadras poliesportivas nas escolas municipais; Instalar bibliotecas nas escolas - 6 unidades.	Construir unidades escolares - 1.500 m²; Ampliar e reformar unidades escolares - 1.200 m²; Construir quadras poliesportivas nas escolas municipais; Instalar bibliotecas nas escolas - 6.
Quatro Barras		Ampliação das dependências da Escola Municipal Devanira F. Alves - 150m²; Ampliação das dependências da Escola Municipal Izair Lago - 147m²; reforma dos prédios existentes - 6; Ampliação de todas as unidades escolares com a finalidade de aumentar o número de vagas no EF - 300m².	Ações para Manutenção e Reforma de Prédios Escolares - LDB - 6; Ações para Manutenção e Reforma de Prédios Escolares - FUNDEB - 6; Ações para Construção de Depósito de Materiais - 200 m² ⁶ .	Ações para Manutenção e reforma de prédios escolares - LDB - 6 escolas; Ações para Manutenção e reforma de prédios escolares - FUNDEB - 6 escolas; Ações para ampliação de prédios escolares - 6 escolas.
São José dos Pinhais	Construir canchas esportivas em parceria com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer nas Escolas Municipais.	Construir novo prédio da Escola Municipal Eugênia Talamini; Ampliar a Escola Municipal Cloaldo Neumann; Construir escolas nas localidades: Jardim Santana, Jardim São Judas Tadeu e Jardim Quississana; Construir escola de EF em Colônia Rio Grande.	Construir novo prédio para a Escola Municipal Eugênia da Cruz Santos Talamini; Construir Escolas Municipais nos Bairros Ouro Fino e Vila Palmira; Construir escola de EF, nos bairros São Judas Tadeu e Bom Jesus; Ampliar Escola Municipal Pedro Bonk, no Jardim Paraíso, com no mínimo 2 salas de aula; Construir quadra poliesportiva coberta na Escola Municipal Maria Leni Haluch Bastos.	Construir quadra coberta na escola Leci Caldeira Scherner; equipar e manter Escola na Campina do Taquaral; Construir, equipar e manter novo prédio para a Escola Municipal Ana Maria Moro Dissenha; Construir quadra coberta na Escola Municipal Leni Maria Haluch e na Escola Municipal Prefeito Francisco Ferreira Claudino; Construir uma Escola Municipal no Bairro São Judas Tadeu; Construir, equipar e manter novo prédio para a Escola Municipal Alexandre Leon Bordes; Desapropriar imóvel para ampliação da Escola Municipal Castro Alves, no Jardim Independência; Construir de uma escola nova para a Escola Padre Pedro Fuss, na Vila Palmira; Construir Escola Papa Paulo; Construir nova Escola José de Anchieta.

Quadro 7: Metas da categoria imóveis para o Ensino Fundamental.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2008 para Campina Grande do Sul.

² Dados referentes à LDO 2005 para Campo Magro.

³ Dados referentes à LDO 2008 para Campo Magro.

⁴ Dados referentes à LDO 2002 para Colombo.

⁵ Dados referentes à LDO 2002 para Fazenda Rio Grande.

⁶ Dados referentes à LDO 2008 para Quatro Barras.

IMÓVEIS - EDUCAÇÃO INFANTIL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Almirante Tamandaré	Construir 5 creches de até 100 m² cada uma.			Construção de Centros de Educação Infantil.
Araucária	Viabilizar a construção e manutenção de Centros Municipais de Educação Infantil.	Construir um Centro Municipal de Educação Infantil - 700m²; Adquirir uma área para construção de um Centro Municipal de Educação Infantil – 2.000m²; Construção de um Centro Municipal de Educação Infantil na localidade rural de Capinzal; Construção de um Centro Municipal de Educação Infantil na localidade rural de Vila do Sossego.	Construir Centro Municipal de Educação Infantil - 900m².	Adquirir áreas para construção de centros municipais de educação infantil - 6.000 M²; Construir centros municipais de educação infantil - 900 M².
Campina Grande do Sul		Ampliação e edificação de CMEI'S, visando ampliar a rede municipal de EI objetivando o atendimento pleno da demanda escolar - 2 centros; Execução de manutenção, reparos e readaptações nos CMEI'S - 6 centros.	Construção e Ampliação de CMEIs – 200 alunos¹.	Construção e Ampliação de CMEIs - 2 unidades.
Campo Largo	Expandir a rede municipal de creches, mediante a ampliação das já existentes e a construção de até 5 (cinco) creches, incluindo berçário.	Ampliação dos Centros Municipais de Educação Infantil, visando ampliar a rede municipal de Educação Infantil objetivando a expansão do atendimento da demanda escolar - 2 salas; Edificação de Centros Municipais de Educação Infantil, visando ampliar a rede municipal de Educação Infantil objetivando a expansão do atendimento da demanda escolar - 6; Edificação de Centros Municipais de Educação Infantil, visando ampliar a rede municipal de Educação Infantil objetivando a expansão do atendimento da demanda escolar – 6.	Construir novos Centros Municipais de Educação Infantil, visando atender a expansão da demanda - 05; Executar manutenção, reparos e readaptações nos Centros Municipais de Educação Infantil; Adquirir áreas para a implantação da Rede Infantil – 05.	Executar manutenção, reparos e readaptações nas unidades educacionais do Município.
Campo Magro		Construir Centros de Educação Infantil - 2 centros².	Construção de Centro de Educação Infantil - 1; Ampliação de Centros de Educação Infantil – 2.	Construção de creche - SEDU; Manutenção das Unidades Escolares - Ensino Infantil - Fonte 103; Manutenção das Unidades Escolares - Ensino Infantil - Fonte 104³.
Colombo	Construção, Reforma e Ampliação de prédios escolares do Ensino infantil de 0 a 6 anos; Construção, Reforma e Ampliação de prédios escolares destinados à pré – escola⁴.	Construir e equipar Centros Municipais de Educação Infantil - 2; Ampliar e ou reformar Centros Municipais de Educação Infantil - 36; Adquirir e ou desapropriar imóvel – 2.	Construir e equipar Centros Municipais de Educação Infantil - 3; Ampliar e ou reformar Centros Municipais de Educação Infantil - 34; Adquirir e ou desapropriar imóvel -2.	Construir e equipar Centros Municipais de Educação Infantil - 1; Ampliar e ou reformar Centros Municipais de Educação Infantil - 35; Adquirir e ou desapropriar imóvel – 1.
Curitiba		Construir centros de educação, ampliando o atendimento do ensino infantil - 4 unidades.	Construir e equipar CMEIs - 5; Ampliar salas de aula nos CMEIs - 10; Reformar CMEIs – 20.	Conservação e manutenção dos próprios municipais destinados à educação básica - 162; Desapropriação de áreas para a construção de CMEIs - 1; Construção de CMEIs - 3; Reforma de CMEIs - 10; Ampliação de CMEIs - 5; Complementação de obras da área de educação básica, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente – 5.
Fazenda Rio Grande	Equipando a Fazenda: Construção do Centro de Desenvolvimento Infantil - 3 unidades - recursos próprios⁵.	Construção/Ampliação e Reforma de CMEIs - 6 prédios - RVE 10.		Construção Inst. De Educação Infantil – Convênio Proinfância e Recursos Livres.
Pinhais	Construir 2 unidades específicas para atendimento de ensino pré- escolar na modalidade de Jardim III- faixa etária de 6 anos.	Ampliar espaços físicos dos CMEIs - 9; Executar reformas e melhorias nas unidades de Educação Infantil e Escolas do Ensino Fundamental das séries iniciais - 35; Construir e equipar unidades de pré escolar de 4 a 6	Reforma, ampliação e execução de melhorias das condições físicas e ambientais do CMEI – 6.	Reformar e ampliar as unidades da rede municipal de Educação Infantil; Construção de unidade de Educação Infantil – 1.

		anos - 2; Construir e equipar unidades do Ensino Infantil - 3 CMEIs.		
Piraquara		Construir centros de educação infantil - 600 m².	Construir centros de educação infantil - 600 m².	Construir centros de educação infantil - 600 m².
Quatro Barras		Construção de uma unidade nova no bairro Jardim Menino Deus - 400m²; Construção de um CMEI no Pinheirinho, na Borda do Campo - 340m²; Ampliação do CMEI Tia Elenai - 180m².	Ações para Aquisição de Terreno para construção de Centro de Educação Infantil - 700 m²; Ações para Reforma em Prédios do CMEIs – 05°.	Ações para reforma de prédios dos CMEIs - FUNDEF/FUNDEB - 5 CMEIs reformados.
São José dos Pinhais		Construir e ampliar escolas de educação infantil - 6 unidades de ensino; Construir e ampliar centros de educação infantil - 6 unidades de ensino; Ampliação do CMEI: Colônia Rio Grande e Santos Dumont IV; Construir CMEIs nas localidades: Vila Zaniolo, Jardim Ouro Fino, Vila Iná, Jardim Itatiaia, Vila Palmira, Vila Bom Pastor, Vila Rocco e Planta São Marcos; ampliação do CMEI Baba do Passarinho, do Jardim Ipê; Construir CMEI em Colônia Rio Grande.	Construir CMEIs nos Bairros Jurema, Vila Iná e Zaniolo; Construir CMEI no bairro Jardim Suíça; Ampliar os CMEIs com mais 2 salas de aula, no mínimo, no Jardim Cruzeiro, Jardim Itália, Colônia Rio Grande, Jardim Izaura, Jardim Aeroporto e Planta Nemari 1 - 12; Ampliar o CMEI: A baba do passarinho; Construir CMEI no bairro Bom Jesus; Construir CMEI na Vila Ipiranga, bairro São Judas Tadeu.	Construir CMEI do Zaniolo; Ampliar o CMEI Luiz Stocco e o CMEI Cantinho do Céu; Construir CMEI no Jardim Santa Tereza; Construir área coberta no CMEI Luiz Stocco; Desapropriar uma área, construir, implantar e manter um CMEI na localidade de Barro Preto; Ampliar CMEI: A baba do passarinho no Jardim Ipê; Construir CMEI na Vila Fátima; Ampliar creche João Paulo II no Bairro Cidade Jardim; Construir CMEI Gralha Azul na localidade de Contenda.

Quadro 8: Metas da categoria imóveis para a Educação Infantil.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2008 para Campina Grande do Sul.

² Dados referentes à LDO 2005 para Campo Magro.

³ Dados referentes à LDO 2008 para Campo Magro.

⁴ Dados referentes à LDO 2002 para Colombo.

⁵ Dados referentes à LDO 2002 para Fazenda Rio Grande.

⁶ Dados referentes à LDO 2008 para Quatro Barras.

IMÓVEIS – ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Araucária	Readequar os espaços físicos das unidades escolares.		Garantir espaço adequado aos órgãos da Rede Municipal de Ensino, através de locação de imóveis - 14 Imóveis; Manter e conservar imóveis da Rede Municipal de Ensino – 66 Imóveis; Manter e conservar imóveis locados da Rede Municipal de Ensino - 14 imóveis; Adquirir imóveis para Unidades Educacionais - 21.000m².	
Campina Grande do Sul				Construção de Laboratórios de Informática.
Colombo				Construir e ou reformar e equipar escolas e ou centros municipais de educação infantil- 3 - Salário Educação.
Curitiba		Desapropriar áreas para a construção de Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs - 5 áreas; Reformar e manter as estruturas físicas das unidades de ensino fundamental e da educação infantil, através da descentralização de recursos; Construir salas de aula e espaços complementares, ampliando o atendimento do ensino fundamental e da educação infantil, garantindo a qualidade na aprendizagem, através da descentralização de recursos - 15 salas.		
Fazenda Rio Grande	Aluguéis de imóveis - 8 unidades - recursos próprios; Revitalização das escolas - 28 unidades - recursos próprios¹.			
Pinhais		Concluir e equipar o Centro de Capacitação Profissional do Magistério; Construir e equipar o Centro Educacional de Pinhais.		
Piraquara	Implantação de bibliotecas nas unidades escolares e manutenção das existentes.			
São José dos Pinhais		Construir canchas cobertas nas unidades de ensino - 20 unidades.	Aquisição de terrenos para a construção de CMEIs e Escolas Municipais – 3.	Adquirir terrenos para a construção de CMEIs e Escolas Municipais - 2; Manter locação de imóveis para atender as necessidades da Secretaria – 10.

Quadro 9: Metas da categoria imóveis para o Ensino Fundamental e a Educação Infantil.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2002 para Fazenda Rio Grande.

INFRAESTRUTURA - ENSINO FUNDAMENTAL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Almirante Tamandaré	Manter, equipar e informatizar os serviços de ensino fundamental; Equipar e manter as escolas municipais, inclusive com equipamentos de informática.			
Araucária	Conceder apoio à infraestrutura, assim como manter em funcionamento atividades e serviços pertencentes ao ensino fundamental.	Equipar as novas Escolas Municipais de Ensino Fundamental; Manter estrutura física nas Escolas Municipais; Adquirir material de consumo para funcionamento das Unidades do Ensino Fundamental Municipal; Adquirir material permanente para funcionamento das Unidades Educacionais do Ensino Fundamental Municipal; Adquirir equipamentos de informática para Escolas do Ensino Fundamental.		Manter equipadas as escolas municipais de ensino fundamental, clube de ciências e oficina de artes - 42 Unidades educacionais; Manter estrutura física nas escolas municipais, clube de ciências e oficina de artes - 42 Unidades educacionais.
Campina Grande do Sul	Planejar, executar e supervisionar a ação do Município em relação ao EF, proporcionando os equipamentos e os recursos materiais e humanos indispensáveis a sua oferta regular, compatível com as necessidades da clientela escolar do Município.	Revisar e modernizar as instalações e equipamentos da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, da rede municipal de ensino; Implantar laboratório de informática volante na rede municipal de ensino - 1 veículo; Implantar parque infantil nas escolas municipais - 12 parques.		
Campo Largo		Revisar e modernizar as instalações e equipamentos da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, da rede municipal de ensino; Revisar, modernizar e informatizar as rotinas e os processos dos serviços Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura e da rede municipal de ensino.	Adquirir mobiliário e equipamentos para as Escolas; Implantação progressiva de laboratórios de informática nas Escolas Municipais - 07.	
Campo Magro	Planejar, executar e supervisionar a ação do Município em relação ao Ensino Fundamental, proporcionando os equipamentos e os recursos materiais e humanos indispensáveis a sua oferta regular, compatível com as necessidades da clientela escolar do Município.	Manter equipamentos das escolas - 12; Adquirir equipamentos de informática para as escolas - 8 escolas; Manter e suprir as escolas de materiais e equipamentos - 10 escolas¹.	Adquirir equipamentos e mobiliários para escolas - 10 escolas; Informatizar as Escolas Municipais - 10 conjuntos.	Aquisição de móveis e equipamentos para as unidades escolares².
Colombo		Adquirir equipamentos e materiais permanentes; Adquirir equipamentos de informática; Adquirir equipamentos de informática; Adquirir equipamentos para o programa de informática educacional -14 laboratórios - Salário Educação.	Adquirir equipamentos e materiais permanentes; Adquirir equipamentos de informática; Adquirir equipamentos para o programa de informática educacional -1 laboratório - Salário Educação.	Adquirir equipamentos e materiais permanentes; Adquirir equipamentos de informática-150; Adquirir equipamentos para o programa de informática educacional - 1 laboratório - Salário Educação.
Curitiba		Criar Programa de Manutenção dos Equipamentos que estão nos Laboratórios de Informática das escolas da Rede Municipal de Ensino - RME - 167 escolas; Criar Projeto de Tecnologia Digital na Rede Municipal de Ensino - RME, para a implantação de Laboratórios de Informática - 15 escolas.	Equipar as unidades do EF não abrangidas pelo programa de descentralização - 45; Manter as unidades do EF com higiene e segurança adequados - 252; Manter o sistema de informática, referente à atualização e ao desenvolvimento de aplicativos, direcionados ao EF.	Aquisição e reposição de equipamentos e material permanente para a educação básica - 25.
Fazenda Rio Grande	Equipando a Fazenda: Aquisição de equipamentos para as escolas - recursos próprios³.	Aquisição de equipamentos e material permanente - FUNDEF; Aquisição de material permanente - Salário Educação.		
Pinhais	Expandir, equipar, readequar e modernizar a estrutura física das unidades escolares de forma que as escolas possam reunir as condições necessárias de infraestrutura possibilitando um ensino de qualidade.	Implantar quiosques eletrônicos nas unidades escolares - 10; Manter e ampliar os laboratórios de informática nas Escolas da Rede Municipal de Educação; Manter programa de alfabetização digital.	Proceder à manutenção da rede física escolar por meio da contratação de serviços especializados; Adquirir material permanente destinado à modernização dos equipamentos.	
Piraquara		Equipar as unidades escolares; Informatizar os serviços do ensino fundamental - 4.000 alunos beneficiados; Atender as	Equipar as unidades escolares; Informatizar os serviços do ensino fundamental; Atender as necessidades de recursos físicos,	Equipar as unidades escolares; Informatizar os serviços do ensino fundamental; Atender as necessidades de recursos físicos,

		necessidades de recursos físicos, humanos e didáticos-pedagógicos das unidades escolares; Equipar as unidades escolares na área de informática - 20 unidades escolares; Criar programa de informática nas escolas - 3.000 alunos beneficiados;	humanos e didáticos-pedagógicos das unidades escolares; Equipar as unidades escolares na área de informática; Criar programa de informática nas escolas.	humanos e didáticos-pedagógicos das unidades escolares; Equipar as unidades escolares na área de informática; Criar programa de informática nas escolas; Instalação de laboratórios de informática em todas as escolas municipais.
Quatro Barras	Planejar, executar e supervisionar a ação do Município em relação ao Ensino Fundamental, proporcionando os equipamentos e os recursos materiais humanos indispensáveis a sua oferta regular, compatível com as necessidades da clientela escolar do Município.	Manter e reequipar todas as escolas municipais - 6; Implantação de laboratório de informática na Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves; Aquisição de mobiliário para as novas salas.		
São José dos Pinhais	Implantar serviço telefônico nas escolas municipais; Concluir o programa de informatização das escolas municipais no setor administrativo e programa pedagógico;			

Quadro 10: Metas da categoria infraestrutura para o Ensino Fundamental.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2005 para Campo Magro.

² Dados referentes à LDO 2008 para Campo Magro.

³ Dados referentes à LDO 2002 para Fazenda Rio Grande.

INFRAESTRUTURA - EDUCAÇÃO INFANTIL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Araucária		Equipar a nova Unidade de Educação Infantil; Manter estrutura física das Unidades de Educação Infantil; Adquirir material de consumo para funcionamento das Unidades de Educação Infantil; Adquirir material permanente para o funcionamento das Unidades de Educação Infantil.		Manter equipadas as unidades de educação infantil - 36 Unidades; Manter estrutura física das unidades de educação infantil - 36 unidades.
Campina Grande do Sul	Manter e ampliar a EI na rede de ensino proporcionando os recursos materiais e humanos indispensáveis ao seu regular funcionamento.	Revisar e modernizar as instalações e equipamentos dos CMEIs.		
Campo Largo		Revisar e modernizar as instalações e equipamentos dos Centros Municipais de Educação Infantil; Revisar, modernizar e informatizar as rotinas e os processos dos Centros Municipais de Educação Infantil.	Revisar e dotar as instalações, de móveis e equipamentos modernos e adequados para os Centros de Educação Infantil.	Manter as instalações, móveis e equipamentos modernos e adequados para os Centros de Educação Infantil.
Campo Magro	Manter o atendimento pré-escolar na rede de ensino, proporcionando os equipamentos e os recursos materiais e humanos indispensáveis ao seu regular funcionamento.	Suprir os Centros de Educação Infantil de materiais e equipamentos - 4 centros; Adquirir parques infantis para os Centros de Educação Infantil - 2 centros ¹ .	Adquirir equipamentos e mobiliários para Centros de Educação Infantil - 2 centros.	Aquisição de equipamentos para creche – SEDU ² .
Colombo		Reequipar Centros Municipais de Educação Infantil com mobiliários, equipamentos e materiais permanentes.	Reequipar Centros Municipais de Educação Infantil com mobiliários, equipamentos e materiais permanentes.	Reequipar Centros Municipais de Educação Infantil com mobiliários, equipamentos e materiais permanentes.
Curitiba			Equipar as unidades de EI, não abrangidas pelo programa de descentralização - 63; Manter os CMEIs com higiene e segurança adequados - 163; Manter a estrutura física e funcional dos CMEIs - 163; Manter o sistema de informática, referente à atualização e ao desenvolvimento de aplicativos, direcionados à EI; Equipar as salas de aula dos CMEIs e dos CMAEs – 5.	Aquisição e reposição de equipamentos e material permanente para a educação básica – 52.
Fazenda Rio Grande		Aquisição de equipamentos e material permanente - RVE 10.		
Pinhais		Manter e ampliar os laboratórios de informática nos CMEIs; Prover a Manutenção das unidades de ensino através da contratação de serviços especializados.	Promover a manutenção e adequação das unidades de EI, visando melhoria da qualidade de atendimento - 15; Adquirir equipamentos de informática para os CMEIs; Dotar e manter os CMEIs de mecanismos informatizados de gestão.	Adquirir equipamentos de informática para os Centros Municipais de Educação Infantil.
Quatro Barras	Manter e ampliar a EI na rede de ensino, proporcionando os recursos materiais e humanos indispensáveis ao seu regular funcionamento.			

Quadro 11: Metas da categoria infraestrutura para a Educação Infantil.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2005 para Campo Magro.

² Dados referentes à LDO 2008 para Campo Magro.

INFRAESTRUTURA – ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Araucária	Manter atendimento aos alunos matriculados na rede municipal com recursos humanos adequados e em número suficiente, com material pedagógico, espaços físicos readequados e merenda escolar.		Adquirir material de consumo para manter o pleno funcionamento dos órgãos da Rede Municipal de Ensino; Adquirir equipamentos e materiais permanentes para os órgãos da Rede Municipal de Ensino; Contratar serviços de limpeza e higienização de órgãos da Rede Municipal de Ensino; Contratar serviços de áudio, vídeo e foto para a Rede Municipal de Ensino.	
Campo Largo	Aquisição de equipamentos de informática, mobiliário e áudio visual.			
Curitiba		Executar projetos arquitetônicos, para a implantação de equipamentos para o ensino fundamental e de educação infantil; Adquirir materiais e equipamentos, ampliando e modernizando as novas unidades de ensino fundamental e de educação infantil, não abrangidos pela descentralização de recursos; Manter as condições físicas de funcionamento e de equipamentos do Centro de Capacitação da Rede Municipal de Ensino - RME; Manter a infraestrutura necessária ao funcionamento adequado das unidades do ensino fundamental e da educação infantil - 251 unidades; Manter a infraestrutura das unidades do ensino fundamental e da educação infantil, possibilitando um ambiente higienizado e seguro.	Adquirir equipamentos de informática para os laboratórios do Centro de Capacitação da Rede Municipal de Educação – 40.	
Fazenda Rio Grande	Manutenção do patrimônio - 30.000 unidades - recursos próprios; Material de consumo - higiene e limpeza - 25 escolas - recursos próprios ¹ .			
Pinhais	.	Adquirir equipamentos e materiais permanentes destinados a manter a Rede Municipal de Ensino - 36; Ampliar o parque de equipamento de informática, com equipamentos e suprimentos; Manter os serviços de informática da Educação Infantil, Educação Especial e Ensino Fundamental.	Manutenção e modernização dos equipamentos da rede Municipal de Educação; Revitalização do mobiliário para equipar as unidades da rede municipal de ensino – 12.	Manutenção e modernização dos equipamentos da Rede Municipal de Ensino; Manter o acesso ao portal educacional para as unidades da Rede Municipal de Ensino; Proceder a manutenção preventiva nas unidades da Rede Municipal de ensino; Aquisição e manutenção de mobiliário para as unidades da Rede Municipal de Ensino.
Piraquara	Aquisição de equipamentos e material permanente para as diversas unidades escolares.			
São José dos Pinhais	Adquirir equipamentos e material permanente.	Equipar e reequipar as unidades de ensino da rede municipal - 92 unidades.	Equipar e reequipar as unidades de ensino - 93; Adquirir equipamentos e material permanente.	Equipar e manter as Unidades de Ensino - 115 unidades; Adquirir equipamentos e material permanente.

Quadro 12: Metas da categoria infraestrutura para o Ensino Fundamental e a Educação Infantil.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2002 para Fazenda Rio Grande.

AÇÕES - ENSINO FUNDAMENTAL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Almirante Tamandaré	Manter o FUNDEF; Administrar a infraestrutura e dar apoio ao ensino fundamental.			FUNDEB 60%; FUNDEB 40%; Manutenção do Ensino Fundamental; Manutenção do Salário Educação; Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 36.
Araucária	Manter e ampliar o programa de escola consolidada, a fim de minimizar a evasão escolar na área rural; Manter o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.	Realizar Seminários para alunos do Ensino Fundamental Municipal - 3; Realizar Seminários para pais de alunos das Escolas Rurais Municipais - 1; Subvencionar as APMS das Escolas Municipais de Ensino Fundamental - 36; Participar do FUNDEF e valorização do Magistério.		Administrar e manter o pleno funcionamento das unidades educacionais da rede municipal de ensino fundamental - 42 Unidades educacionais; Promover seminários, congressos, conferências e outros eventos na área de ensino fundamental - 11 Eventos; Subvencionar as APMS das escolas municipais de ensino fundamental - 33 APMS.
Campina Grande do Sul		Revisar e atualizar a modelo organizacional da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura e da rede municipal de ensino; Revisar, modernizar e informatizar as rotinas e os processos dos serviços Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura e da rede municipal de ensino; Elaborar, implantar e gerenciar o Plano Municipal de Educação e avaliar seus resultados; Manter e modernizar os serviços e atividades internas; Universalizar o atendimento a toda a clientela do EF (1ª à 4ª séries), garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola, em conformidade com o Plano Nacional de Educação - 6.000 alunos; Implantar reforço escolar no contra turno, com vistas a prevenir episódios de repetência e evasão escolar - 700 alunos; Manter e ampliar atendimento oftalmológico e auditivo para os alunos da rede municipal de ensino; Assegurar a segurança de professores e alunos por meio de contratação de vigias para os estabelecimentos de ensino - 12 escolas.	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental¹.	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental.
Campo Largo	Implantação de horta e horto escolar nas escolas da rede municipal de ensino; Dar continuidade às ações que visem garantir fontes de receitas, estabelecendo controles que assegurem a aplicação de valores exclusivamente no Ensino Fundamental, conforme emenda constitucional nº 14/96.	Revisar, Elaborar, implantar e gerenciar o Plano Municipal de Educação e avaliar seus resultados e atualizar o modelo organizacional da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura e da rede municipal de ensino; Universalizar o atendimento a toda a clientela do Ensino Fundamental (1ª à 4ª séries), garantindo o acesso e permanência de todas as crianças na escola, em conformidade com a legislação vigente - 11.697 alunos; Implantar reforço escolar no contra turno, com vistas a prevenir episódios de repetência e evasão escolar - 2.400 alunos; Assegurar a segurança de professores e alunos por meio de contratação de vigias para os estabelecimentos de ensino - 20 escolas; Assegurar Pronto Pagamento para os Fundos Rotativos das Escolas Municipais; Manter e modernizar os serviços e atividades internas.	Manter e modernizar os serviços e atividades internas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da Rede Municipal de Ensino; Elaborar, implantar e gerenciar o Plano Municipal de Educação e avaliar seus resultados; Garantir acesso e permanência de todas as crianças em idade escolar nas series iniciais do Ensino Fundamental, em conformidade com a legislação vigente - 8.634 alunos atendidos; Manter salas de apoio pedagógico no contra turno escolar; Garantir a segurança de professores e alunos nos estabelecimentos de ensino; Manutenção e atualização do Portal da Educação; Promover atividades de recreação, passeios, visita a museus, teatros e participação em exposições para os alunos da Rede Municipal de Ensino; Aquisição de veículos para atividades da Educação	Manter e modernizar os serviços e atividades internas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da Rede Municipal de Ensino; Garantir o acesso e permanência de todas as crianças em idade escolar nas séries iniciais do Ensino Fundamental, em conformidade com a legislação vigente; Manter salas de apoio pedagógico e oficinas de arte, cultura e esporte, no contra turno escolar.
Campo Magro		Gerenciar e manter escolas - 10; Manter alunos no Ensino		

		Fundamental – 2.300 alunos; Implantar e implementar projetos educacionais - 10 projetos ² .		
Colombo		Manter escolas do ensino fundamental - 55 escolas; Atender alunos do ensino fundamental - 20.000 alunos; Manter a estrutura do Ensino fundamental; Adquirir veículo - 3; Promover a nuclearização das escolas rurais.	Manter escolas do ensino fundamental - 54; Atender alunos do ensino fundamental – 19.500; Manter a estrutura do ensino fundamental; Adquirir veículo – 2.	Manter escolas do ensino fundamental - 46; Atender alunos do ensino fundamental – 21.500; Manter a estrutura do Ensino fundamental; Adquirir veículo – 2.
Curitiba	Implementar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF; Fomento a projetos especiais para oferta de EF.	Promover atividades socioeducativas e oficinas de educação permanente nas escolas municipais, durante os finais de semana, promovendo a vivência comunitária e difundindo a cultura da paz - 167 escolas e 200.000 pessoas.	Descentralizar os recursos para as unidades do EF, por meio de repasses às Associações de Pais, Professores e Funcionários - APPFs - 179; Realizar o sistema de divulgação de campanhas informativas e educativas, sobre as ações do EF; Coordenar sistemas, redes e processos de informação para o EF – 3.	Manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais; Concessão de benefícios, conforme legislação em vigor - 2; Manutenção da educação básica, por meio da política municipal de ensino; Manutenção dos serviços de patrulhamento ostensivo, efetuado pela guarda municipal na rede municipal de ensino básico; Divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população, referente à educação básica - 10; Manutenção do sistema de descentralização para a educação básica; Manutenção da educação básica, por meio da política municipal de ensino, com recursos do FUNDEB 40%; Manutenção da educação básica, por meio da política municipal de ensino, com recursos do FUNDEB 60%; Implementação do sistema de descentralização para a educação básica.
Fazenda Rio Grande		Manutenção das atividades de rede de EF - 7.552 alunos/dia - RVE 15; Manutenção das Atividades - FUNDEF 40% - 7.552 alunos/dia - FUNDEF; Manutenção das atividades - 7552 alunos/dia - Salário Educação.	Manutenção das atividades - Salário Educação – 7.594 alunos/dia.	
Pinhais	Ampliar a cobertura do ensino fundamental, atendendo a demanda da população em idade escolar; Ampliar as formas de gestão nas escolas considerando a autonomia administrativa, pedagógica e financeira; Estabelecer diretrizes alternativas e diversificadas para padrões de gestão, cujo ponto seja o compromisso com a qualidade de ensino, expresso no projeto pedagógico e Institucional próprio para cada escola; Implantar uma proposta de Educação Permanente para atendimento à comunidade, utilizando os espaços ociosos das escolas.	Desenvolver estudos e pesquisas para avaliação de políticas e projetos educacionais - 9.000 Alunos; Divulgar estudos e pesquisas pedagógicas que contribuam para o intercâmbio de conhecimentos por meio eletrônico; Implementar o Plano Municipal de educação; Implementar projeto de incentivo à ação pedagógica de excelência nas escolas da Rede Municipal de Educação; implementar proposta pedagógico-curricular do município; Implementar sistema de acompanhamento de alunos, utilizando indicadores do Projeto Pedagógico das Escolas Municipais e diretrizes para avaliação do ensino; Manter mecanismos de colaboração com a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Ação Comunitária e Social; Manter o conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF; Oportunizar condições adequadas para o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Alimentação Escolar; Oportunizar condições para o pleno funcionamento dos Conselhos Escolares - 20; Promover atividades esportivas, de lazer, socioculturais e artísticas em quadras esportivas cobertas das Escolas da Rede	Implementar e manter serviços de segurança nas escolas municipais - 37 unidades escolares; Organização do EF com acesso de alunos de 6 anos – 3.000 alunos; Implantar sistema de acompanhamento de desempenho, utilizando indicadores do projeto pedagógico das escolas municipais de educação para avaliação da rede municipal de ensino; Manter a estrutura do ensino visando o atendimento da população em idade escolar - 22; Desenvolver estudos e pesquisas para avaliação de políticas e projetos educacionais - 4; Implementar os projetos voltados para o desenvolvimento e melhoria das práticas didático-pedagógicas; Reduzir a taxa de analfabetismo da população de 8,78 para 7; Implementar e manter o Conselho de Alimentação Escolar - CAE; Implementar e manter o Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF; Manter e ampliar a rede de comunicação entre escolas e SEMED; Promover a integração escola/comunidade no contexto escolar; Implantar e manter o	Manter a Rede Municipal de Ensino; Descentralização de recursos para pequenas despesas nas unidades da rede Municipal de Ensino; Modernização do processo pedagógico.

		Municipal de Educação; Promover eventos sócio educacionais envolvendo as unidades de ensino da rede municipal; Reduzir o índice de analfabetismo da população; Universalizar o atendimento ao Ensino Fundamental; Implementar projeto pedagógico da rádio escola nas escolas municipais; Viabilizar estudos para implantação da Biblioteca móvel para as Unidades de Ensino Fundamental.	Conselho Municipal de Educação; Promover a gradual autonomia financeira das escolas mediante repasse de recursos - 170.000; Implementar programa de modernização do processo de organização pedagógica das unidades da rede municipal de ensino; Manter mecanismos de colaboração entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Ação Social e Comunitária.	
Piraquara	Ampliação do ensino de 1º e 2º grau.	Garantir vagas nas escolas municipais de acordo com a proximidade familiar.		
Quatro Barras		Implementar ações voltadas para a melhoria das condições de aprendizado dos alunos da rede municipal de ensino; Manter as escolas municipais com suprimentos e serviços essenciais - 6 escolas mantidas; Realização de concursos voltados a área pedagógica.	Ações a Cargo do Salário Educação - 6 escolas atendidas; Ações para Manutenção do Ensino Fundamental – LDB - 6 escolas mantidas; Ações para Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 40% - 6 escolas mantidas ³ .	Ações a cargo do Salário Educação - 6 escolas atendidas; Ações para a manutenção do EF - LDB - 6 escolas mantidas; Ações para Manutenção do EF - FUNDEF/FUNDEB 40 % - 6 escolas mantidas.
São José dos Pinhais		Universalizar o atendimento a toda clientela de ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola, promovendo parcerias se necessário - 30.295 crianças; Desmembras as escolas Padre Pedro Fuss e Colégio São Cristóvão.	Manter as escolas municipais – 60; Implantar e manter o projeto "Escola Pública on-line".	Manter as escolas municipais – 61; Implantar e manter o projeto "Escola Pública on-line".

Quadro 13: Metas da categoria ações para o Ensino Fundamental.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2008 para Campina Grande do sul.

² Dados referentes à LDO 2005 para Campo Magro.

³ Dados referentes à LDO 2008 para Quatro Barras.

AÇÕES - EDUCAÇÃO INFANTIL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Almirante Tamandaré	Manter a educação infantil para crianças de 0 a 6 anos; Prestar atendimento às necessidades da população infantil em sua primeira fase de vida, por meio de entidades do ramo e da rede municipal de creches e pré-primário.			Manutenção de Centros de Educação Infantil - Creches; Manutenção de Centros de Educação Infantil - Creches - FUNDEB; Manutenção Centros de Educação Infantil - Creches - FUNDEB 36.
Araucária	Manter a educação infantil para crianças de 0 a 6 anos.	Realizar seminários com pais de alunos da Educação Infantil – 1.		Administrar e manter o pleno funcionamento das unidades educacionais da rede municipal de educação infantil - 36 Unidades; Promover seminários, congressos, conferências e outros eventos na área de educação infantil - 3 Eventos.
Campina Grande do Sul		Revisar, modernizar e informatizar as rotinas e os processos do CMEIs; Manter e modernizar os serviços e atividades internas; Ampliar e universalizar o atendimento a toda a clientela da EI garantindo o acesso e permanência de todas as crianças no CMEIs - 1.600 crianças; Promover atividades de recreação, passeios, teatros e participação em exposições para os alunos da Rede Municipal de Educação Infantil - 1.600 alunos; Manter e ampliar práticas esportivas, para a oferta de atividades do contra turno na rede municipal - 600 alunos.	Manutenção das Atividades de Educação Infantil - 1600 aluno/dia¹.	Manutenção das Atividades da Educação Infantil.
Campo Largo		Revisar e atualizar o modelo organizacional para a gestão da Educação Infantil; Manter e modernizar os serviços e atividades internas; Manter e ampliar o atendimento à clientela da Educação Infantil garantindo o acesso e permanência das crianças nos Centros Municipais de Educação Infantil e escolas - 4.000 alunos; Promover atividades de recreação, passeios, teatros e participação em exposições para os alunos da Rede Municipal de Educação Infantil 4.000 alunos.	Manter e modernizar os serviços e atividades internas; Manter oferta de Educação Infantil - 4.136 alunos atendidos; Ampliar oferta de Educação Infantil – 1.000 novos alunos; Promover atividades de recreação, passeio, teatro e participação em exposições, visita a museus, para os alunos da Rede Municipal de Educação Infantil.	Manter e modernizar os serviços e atividades internas; Manter oferta de Educação Infantil; Ampliar oferta de Educação Infantil - 100 novos alunos; Promover atividades de recreação, passeio, teatro e participação em exposições, visita a museus para os alunos da rede municipal de educação infantil.
Campo Magro	Manter o atendimento pré-escolar na rede de ensino; Instalar e manter a oferta de creches visando o bem estar das crianças.	Manter alunos do pré-escolar - 800 alunos; Manter Centros de Educação Infantil - 4 centros; 400 alunos².		
Colombo		Manter Centros Municipais de Educação Infantil - 36; Atender aluno - 7.500.	Manter Centros Municipais de Educação Infantil - 38; Atender alunos - 7800.	Manter Centros Municipais de Educação Infantil - 36; Atender alunos – 7800.
Curitiba		Manter o atendimento da demanda nas pré-escolas da Rede Municipal do Ensino - RME, bem como através de convênios e parcerias na área da educação; Manter o Programa de Descentralização de Recursos, através de repasses financeiros, destinados às Associações de Pais e Funcionários - APFs das unidades de educação infantil; Manter a rede oficial de Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs - 157 CMEIs; Manter e ampliar os Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs em	Coordenar sistemas, redes e processos de informação para a EI - 3; Descentralizar os recursos para os CMEIs por meio de repasses às Associações de Pais e Funcionários - APFs - 163; Atender crianças com a ampliação do número de vagas, nos CMEIs conveniados - 800 crianças atendidas; Realizar o sistema de divulgação de campanhas informativas e educativas, sobre as ações da EI.	Concessão de benefícios, conforme legislação em vigor - 2; Manutenção da educação básica, por meio da política municipal de ensino; Manutenção dos serviços de patrulhamento ostensivo, efetuado pela guarda municipal na rede municipal de ensino básico; Divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população, referente à educação básica - 10; Manutenção do sistema de descentralização para a educação básica; Manutenção da educação básica, por meio da política municipal de

		funcionamento no período de 12 horas - 10 CMEIs; Manter o atendimento nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs no período de férias - 25 CMEIs.		ensino, com recursos do FUNDEB - 40%.
Fazenda Rio Grande		Manutenção das atividades - Ensino Infantil – 1.659 alunos/dia - RVE 10.	Manutenção das Atividades - Ensino Infantil – 1.659 alunos/dia - RVE 10.	
Pinhais	Assegurar a expansão anual em no mínimo 5% na oferta de vagas para a educação infantil na modalidade Jardim III, faixa etária 6 anos, mantido pelo Poder Público com prioridade para a população de menor renda.	Implementar a proposta pedagógica da Educação Infantil Municipal estruturada em espaços educativos; Implementar mecanismos de participação da comunidade escolar e local nas ações empreendidas pelos CMEIs; Prestar atendimento, através de acordos técnicos e parceria para atender as crianças devidamente matriculadas nos CMEIs.	Manter a política de educação infantil do município; Manter a rede municipal de educação infantil - 15; Ampliar a educação infantil em áreas de expansão de demanda - 2.400 alunos atendidos; Implementar e manter os serviços de segurança nos Centros Municipais de Educação Infantil - 15; Adquirir veículos automotores - 15; Manter mecanismos de colaboração entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Ação Social e Comunitária; Implementar ações de gestão gerencial; Descentralização gradual dos recursos financeiros aos CMEIs; Promover a integração escola/comunidade no contexto escolar; Implementar mecanismos de participação da comunidade escolar e local nas ações pretendidas pelos CMEIs.	Manter a rede municipal de Educação Infantil; Ampliar a educação infantil em áreas de expansão de demanda; Descentralização de recursos para pequenas despesas para os Centros Municipais de Educação Infantil.
Piraquara		Manter a educação infantil; Implantar o atendimento a crianças de 0 a 2 anos - Serviço de Berçário.	Manter a educação infantil.	Manter a educação infantil; Implantar o atendimento a crianças de 0 a 2 anos - Serviço de Berçário.
Quatro Barras		Manter a rede oficial de CMEIs – 5.	Ações para Manutenção e Revitalização da Educação Infantil - 698 Crianças atendidas ³ .	Ações para manutenção e revitalização da EI - 700 crianças atendidas.
São José dos Pinhais	Implantar pré-escolas em todas as escolas municipais.	Cuidar e educar as crianças de 0 a 6 anos, em todos os CMEIs - 7.000 crianças atendidas.	Manter os CMEIs – 30.	Manter os CMEIs – 32.

Quadro 14: Metas da categoria ações para a Educação Infantil.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2008 para Campina Grande do Sul.

² Dados referentes à LDO 2005 para Campo Magro.

³ Dados referentes à LDO 2008 para Quatro Barras.

AÇÕES – ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Almirante Tamandaré	Dar apoio ao Conselho Municipal de Educação; Conceder bolsas de estudos a carentes; Manter o Centro de Atendimento à criança (CAIC).			
Araucária	Implantação do Plano Municipal de Educação; Gerenciar e coordenar a política educacional e atividades administrativas para o desenvolvimento e planejamento da educação no Município; Subvencionar entidades educacionais em funcionamento no Município; Dar apoio ao Conselho Municipal de Educação; Incentivar o desenvolvimento das atividades entre o Clube de Xadrez do Município de Araucária e a rede municipal de ensino.	Gerenciar e coordenar a Educação Municipal; Manter atividades administrativas de planejamento e desenvolvimento da Educação Municipal; Manter o Conselho Municipal de Educação, conforme as necessidades; Realizar Formação Continuada para os membros do Conselho Escolar – 4 Horas; Manter o Clube de Ciências e Oficina de Artes.	Promover Congressos, Seminários, Conferências e outros eventos na área da Educação - 23 Eventos; Manter e conservar bens móveis da Rede Municipal de Ensino.	
Campina Grande do Sul	Ampliar a rede municipal de ensino, buscando assegurar a toda a comunidade escolar, oferta de matrículas no EF e EI.		Manutenção do FUNDEB (60% e 40%) – 220 Professor/mês e 6.000 Aluno/dia ¹	Manutenção do FUNDEB (60% e 40%).
Campo Largo	Dar continuidade nas ações de manutenção, expansão e melhoria da Administração Geral do Ensino Fundamental, Pré Escolar, Educação Especial, para atender às necessidades educacionais da população na faixa obrigatória escolar;			
Campo Magro	Ampliar a rede municipal de ensino, buscando assegurar a toda a comunidade escolar oferta de matrículas no ensino fundamental e pré-escolar; Assegurar o funcionamento do Conselho e Fundo de Educação.	Apoiar técnica e financeiramente os Conselhos do FUNDEF e Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE ² .	Promover Festivais Educacionais - 10 eventos; Criar e implementar o Conselho Municipal de Educação; Promover ações de inclusão digital – convênio.	Manutenção do Programa Salário Educação ³ .
Curitiba	Acesso de alunos à rede de informática; Expansão e melhoria na rede municipal de ensino - 98.000 alunos atendidos - 3.600 vagas ampliadas; Consolidar o Conselho Municipal de Educação como espaço de consulta, deliberação e reforço da participação popular.	Universalizar o atendimento da demanda do ensino fundamental e da educação infantil, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças nas unidades de ensino, em conformidade com o Plano Nacional de Educação - Lei Federal nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001; Desenvolver campanhas publicitárias nas áreas do ensino fundamental e da educação infantil; Desenvolver, manter e ampliar o Sistema de Informações Educacionais, para o ensino fundamental e para a educação infantil; Manter o atendimento psicológico às crianças e suas famílias nas unidades de educação da rede municipal.	Realizar cadastros, visando reestruturar, atualizar e manter o Portal Aprender Curitiba - 130.000; Implantar sistema de atividades de ensino de arte, por meio da aquisição de instrumentos musicais para as escolas municipais; Manter a estrutura funcional.	
Fazenda Rio Grande	Tarifas e serviços de concessionários públicos – 1.080 faturas - recursos próprios; Projeto Fazenda Criança: Indo e vindo - curso - recursos próprios; Plantando a vida - curso - recursos próprios; A hora do conto - curso - recursos próprios; Ler e Pensar - curso - recursos próprios; Escrevendo e Aprendendo - curso - recursos próprios; Língua estrangeira - curso - recursos próprios; Libra para a comunidade - projeto - recursos próprios; Lixo Reciclável - projeto - recursos próprios; Informática na escola - projeto - recursos próprios; Manutenção do Centro de Desenvolvimento Infantil - projeto - recursos próprios ⁴ .			Manutenção das Atividades da Educação Básica - Educ 25% e Educ 5%; Manutenção do FUNDEB 40%; Manutenção do Salário Educação.
Pinhais	Ampliar a jornada escolar progressivamente tendo como meta inicial mais 2 horas de atividades extraclasse para o desenvolvimento de projetos alternativos; Criar espaços para a prática de esporte e lazer conforme a necessidade peculiar de cada unidade de ensino; Reavaliar o sistema de avaliação dos docentes integrado à	Ampliar e realizar o atendimento com efetivo fixo e patrulhamento ostensivo nas unidades de Ensino da Rede Municipal de Educação - 36; Contratar serviços de consultoria e assessoria para apoio técnico detectando as oportunidades de convênio e agilizando projetos; Desenvolver	Buscar fontes adicionais de recursos para investimento e custeio - 7; Buscar fontes adicionais de recursos para investimento e custeio - 1; Promover e divulgar estudos e pesquisas educacionais; Implementar novas tecnologias na educação; Promover acesso	Manter as despesas de custeio da Rede Municipal de Ensino; Manter sistema de Gestão Escolar nas unidades da Rede Municipal de Ensino; Adquirir Veículo - 1; Manter os serviços de segurança nas unidades da

	avaliação do Sistema Municipal de Ensino; Elaborar o Plano Curricular da Rede Municipal de Ensino de Pinhais em conformidade a LDB 9394/96 e as novas Diretrizes Curriculares Nacionais propostas pelo Conselho Nacional de Educação; Garantir discussão permanente sobre avaliação, tanto do sistema como da aprendizagem, na busca de critério que melhor traduzam o processo Ensino Aprendizagem; Estabelecer cooperação com a área de saúde para implantação do Centro de Atendimento à Saúde do Escolar; Promover os ajustes necessários para elevar os padrões de qualidade; Compreender o significado e o conteúdo do fracasso escolar em diferentes contextos socioculturais e econômicos na medida em que ele ocorre ainda, que as taxas não sejam significativas; Utilizar os diagnósticos e avaliações periódicas para implementar políticas de assistência técnicas e suporte financeiro visando corrigir desigualdades entre escolas, avaliando no entanto os resultados alcançados quanto ao fracasso escolar; Estimular investigações que contribuam para a compreensão mais completa e profunda das condições em que a evasão e a repetência é produzida no dia a dia da escola e das características de aprendizagem das crianças, no sentido de definir que tipo de organização das condições de ensino poderia propiciar para esses alunos, uma experiência escolar de êxito; Criar mecanismos indicadores de eficiência do sistema baseado em estudos de custo e resultados definindo conceitos de domínio metodológico; Adotar instrumentos avaliativos das condições físicas dos estabelecimentos de ensino municipais.	campanhas educativas - 4; Manter a Rede Municipal de Educação Infantil, Educação Especial e Ensino Fundamental; Prover a manutenção dos serviços administrativos e operacionais da Educação Especial, Educação Infantil e Ensino Fundamental.	da tecnologia da informação e comunicação.	Rede Municipal de Ensino; Manter os projetos de extensão pedagógica Piá e Engenheiros da Cidadania.
Piraquara		Estabelecer avaliação anual de aprendizagem dos alunos da rede municipal de ensino; Revisar a proposta pedagógica da rede municipal de ensino.	Manter o FUNDEF e/ou FUNDEB; Estabelecer avaliação anual de aprendizagem dos alunos da rede municipal de ensino; Garantir vagas nas escolas municipais de acordo com a proximidade familiar; Revisar a proposta pedagógica da rede municipal de ensino.	Manter o FUNDEB; Estabelecer avaliação anual de aprendizagem dos alunos da rede municipal de ensino; Garantir vagas nas escolas municipais de acordo com a proximidade familiar; Revisar a proposta pedagógica da rede municipal de ensino.
Quatro Barras	Ampliar a rede municipal de ensino, buscando assegurar a toda a comunidade escolar, oferta de matrículas no EF e EI.			
São José dos Pinhais	Manter a rede de ensino municipal; Construir e ampliar a rede escolar urbana e rural - Educação Infantil e 1ª a 4ª série do EF; Criar Clube da Comunidade Participativa - Resgate da Família; Implantar o Clube do Xadrez; Promover colônia de férias; Dinamizar os conselhos escolares e APMs, visando à construção de um ensino de melhor qualidade; Realizar a manutenção e readequação da rede escolar municipal.	Implementar e manter nova forma de supervisão das unidades de ensino da rede municipal, centrada em resultados, com a finalidade de fortalecê-las, objetivando a melhoria do desempenho da criança - 30.295 crianças; Implementar o plano anual de trabalho em todas as unidades de ensino da rede municipal - 92 unidades; implementar o repasse financeiro às unidades de ensino - 90 unidades; Manter a rede municipal de ensino - 92 unidades.	Implementar o repasse financeiro às Unidades Escolares - 90; Fortalecer a Rede Municipal de Ensino para assegurar a qualidade de EI e EF.	Fortalecer a rede municipal de ensino para assegurar a qualidade da EI e EF; Implementar o repasse financeiro às APMs das Escolas Municipais e às APPS dos CMEIs - 91 atividades.

Quadro 15: Metas da categoria ações para o Ensino Fundamental e a Educação Infantil.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2008 para Campina Grande do Sul.

² Dados referentes à LDO 2005 para Campo Magro.

³ Dados referentes à LDO 2008 para Campo Magro.

⁴ Dados referentes à LDO 2002 para Fazenda Rio Grande.

PROGRAMAS – ENSINO FUNDAMENTAL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Almirante Tamandaré				Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola.
Araucária			Manter e ampliar o Programa Nossa Escola -68 APMFs	
Campo Largo			Programa do Caixa Escolar em todas as unidades educacionais; Implantar o Programa biblioteca itinerante.	
Campo Magro		Apoiar o Programa Dinheiro Direto na Escola – 10 ¹ .		Programa de Incentivo à Educação - Recursos Livres; Programa de Incentivo à Educação - Ens. Fund.- Fonte 103 ² .
Colombo		PDDE - Manter convênio e repassar recursos às unidades executoras – Assoc. de Pais e Mestres – 40.	Manter convênio e repassar recursos às unidades executoras – Assoc. de Pais e Mestres -41 – PDDE.	Manter convênio e repassar recursos às unidades executoras – Assoc. de Pais e Mestres - 41 – PDDE.
Curitiba		Implantar o Programa Comunidade Escola, com a disseminação de noções básicas de organização urbana para jovens, seus familiares e a comunidade; Manter o Programa de Descentralização de Recursos, através de repasses financeiros, destinados às Associações de Pais, Professores e Funcionários - APPFs das unidades do ensino fundamental.		
Fazenda Rio Grande		Programa Escola Participativa - 7552 alunos/dia - RVE 15; Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola - 7552 alunos/dia.	Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - 7594 alunos/dia;	
Pinhais		Manter o programa "Banco de Ideias"; Manter o programa de gestão escolar – SIGESC; Promover o atendimento do Programa Bolsa Escola através de convênio com o MEC - 1685 Famílias atendidas.		
Quatro Barras			Ações para Transferências de Recursos Recebidos do PDDE para as Escolas - 6 escolas atendidas ³ .	Ações para Transferências de Recursos recebidos do PDDE - 6 escolas atendidas.

Quadro 16: Metas da categoria programas para o Ensino Fundamental.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2005 para Campo Magro.

² Dados referentes à LDO 2008 para Campo Magro.

³ Dados referentes à LDO 2008 para Quatro Barras.

PROGRAMAS – EDUCAÇÃO INFANTIL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Colombo		Desenvolver projetos e programas educacionais nos Centros Municipais de Educação Infantil.	Desenvolver projetos e programas educacionais nos Centros Municipais de Educação Infantil.	Desenvolver projetos e programas educacionais nos Centros Municipais de Educação Infantil.
Fazenda Rio Grande		Programa Escola Participativa - 1659 alunos/dia - RVE 10.		

Quadro 17: Metas da categoria programas para a Educação Infantil.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

PROGRAMAS – ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Almirante Tamandaré	Manter e implantar programas: Olho no Olho, Material Didático, Dinheiro na Escola, Capacitação de Professores e Transporte Escolar.			
Campina Grande do Sul	Manter os equipamentos desportivos da rede de ensino e desenvolver programas de desporto educacional, na rede pública de ensino.		Manutenção de Programas: PNATE, PNAE, PDDE, PNAC, SALÁRIO EDUCAÇÃO, E OUTROS - 6000 aluno/dia ¹ .	Manutenção de Programas: PNATE, PNAE, PDDE, PNAC, SALÁRIO EDUCAÇÃO E OUTROS.
Campo Largo	Dar continuidade às ações de implantação de programas de integração de saúde, educação e cultura.			
Campo Magro				Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE; Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Recursos Livres ² .
Curitiba	Manutenção do Programa TV Professor.	Implementar o Programa Escola & Universidade, objetivando o desenvolvimento e a implantação de projetos realizados por profissionais do magistério, da Rede Municipal de Ensino - RME - 2.000 bolsas.	Manter o sistema de programas vinculados ao Ministério da Educação e Fundação Nacional de Desenvolvimento Social.	
Fazenda Rio Grande	Programa Bolsa Estágio Educação - 130 bolsas-recursos próprios; Programa de Cesta Básica Educação - 2400 cestas - recursos próprios ³ .			Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola.
Pinhais	Manter programas de projetos especiais relacionados às áreas de Esportes, Ciências, Português, Matemática, Artes, Línguas Estrangeiras entre outros.	Manter o programa de Prevenção contra Incêndio; Repassar recursos financeiros às unidades de Educação Municipais, destinados ao custeio via programa de descentralização.	Implementar programas de gestão educacional; Desenvolver programas socioeducativos específicos que contemplem as múltiplas dimensões do processo educacional.	
Piraquara	Promoção de programas de ensino específicos para atender toda a faixa etária.	Promover programas que viabilizem a participação dos pais nas escolas – 3.	Promover programas que viabilizem a participação dos pais nas escolas - 3 unidades; Criar o Programa de Educação Legislativa para crianças e adolescentes.	Promover programas que viabilizem a participação dos pais nas escolas; Criar o Programa de Educação Legislativa para crianças e adolescentes.
Quatro Barras	Manter os equipamentos desportivos da rede de ensino e desenvolver programas de desporto educacional, na rede pública de ensino.			
São José dos Pinhais	Apoiar o programa "Comunidade em Ação", mantendo o convênio Auto Gestão.			

Quadro 18: Metas da categoria programas para o Ensino Fundamental e para a Educação Infantil.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2008 para Campina Grande do Sul.

² Dados referentes à LDO 2008 para Campo Magro.

³ Dados referentes à LDO 2002 para Fazenda Rio Grande.

CONVÊNIOS – ENSINO FUNDAMENTAL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Almirante Tamandaré	Conveniar com órgãos estaduais para a manutenção da municipalização do Ensino Fundamental;			
Araucária				Celebrar convênios com órgãos governamentais e não governamentais para o ensino fundamental - 1 convênio;
Campo Magro	Efetivar convênio com o Estado do Paraná, para aplicação dos recursos provenientes do salário educação.	Firmar convênio e parcerias com entidades – 3¹.		
Colombo		Firmar convênios e subvencionar entidades de apoio ao ensino fundamental - 42 entidades;	Firmar convênios e subvencionar entidades de apoio ao ensino -45;	Firmar convênios e subvencionar entidades de apoio ao ensino fundamental e especial-40.
Quatro Barras			Ações para Devolução de Convênios na Área de Educação - 2 Convênios devolvidos².	Ações para devolução de convênios na área de educação - 2 convênios devolvidos.

Quadro 19: Metas da categoria convênios para o Ensino Fundamental.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2005 para Campo Magro.

² Dados referentes à LDO 2008 para Quatro Barras.

CONVÊNIOS – EDUCAÇÃO INFANTIL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Araucária		Celebrar convênios com estabelecimentos de ensino da rede particular que possuem pré-escola, para absorção dos alunos da rede pública e das creches.		Celebrar convênios com órgãos governamentais e não governamentais para a educação infantil - 1 convênio.
Campo Largo		Promover convênios com Federações para fomentar a prática de esportes no contra turno escolar – 4.000 alunos.		
Colombo			Firmar convênios e subvencionar entidades de apoio ao ensino infantil – 1	
Curitiba	Apoio às creches conveniadas - 9.000 crianças.	Manter e ampliar convênios de cooperação técnico-financeira com entidades sociais, que atuem no atendimento às crianças de 0 a 6 anos.		
Fazenda Rio Grande	Auxílio financeiro ao CADI - 1 projeto - recursos próprios ¹ .	Convênio CADI - RVE 10;	Convênio CADI - RVE 10.	
Piraquara		Celebrar convênios com igrejas, associações de bairros, ONGs, e entidades não governamentais para o atendimento à EI.	Celebrar convênios com igrejas, associações de bairros, ONGs e entidades não governamentais para o atendimento à Educação Infantil.	Celebrar convênios com igrejas, associações de bairros, ONGs e entidades não governamentais para o atendimento à Educação Infantil.

Quadro 20: Metas da categoria convênios para a Educação Infantil.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2002 para Fazenda Rio Grande.

CONVÊNIOS – ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Almirante Tamandaré	Celebrar convênios com órgãos governamentais e não governamentais para a obtenção de recursos face à concretização de projetos voltados à educação.			
Araucária	Celebrar convênios com órgãos governamentais e não governamentais, para obtenção de recursos face à concretização de projetos voltados à educação; Celebrar convênios ou similares com entidades da administração pública estadual, federal ou afins, visando à arregimentação de recursos materiais, humanos e financeiros.	Celebrar convênios com órgãos governamentais e não governamentais.	Celebrar convênios com órgãos governamentais e não governamentais.	
Campo Largo	Prosseguir nas ações para realizar e firmar convênios com os órgãos federais e estaduais e demais instituições congêneres, cujas ações visam obter recursos para a manutenção das diversas áreas de ensino, bem como para a execução de projetos.			
Campo Magro			Manter e ampliar convênios com os governos estadual e federal - 4 convênios; Manter e ampliar convênios e parcerias com outras instituições públicas e privadas - 4 convênio/parceria.	
Curitiba		Manter e ampliar convênios e parcerias para atender à demanda da Secretaria Municipal da Educação - SME - 8.751 crianças.		
Fazenda Rio Grande		Convênios: Ações educativas integradas - FNDE; Ações Educativas Integradas - contrapartida - Livre; Inovações Educacionais - FNDE; Inovações Educacionais - contrapartida - Livre; Projeto de Educação Especial - FNDE; Inovações Educacionais - contrapartida - Livre; Projeto de Ensino Fundamental - FNDE; Projeto de Ensino Fundamental - contrapartida - Livre; Projeto de Aceleração da Aprendizagem - FNDE; Projeto de Aceleração da Aprendizagem - contrapartida - Livre; Profissionais de Apoio - FNDE; Profissionais de Apoio - contrapartida - Livre; Projeto para Atendimento a Educação - FNDE; Projeto para Atendimento a Educação - contrapartida - Livre; Gestão de Política de Educação - FNDE; Gestão de Política de Educação - contrapartida - Livre; Inovações Educacionais - FNDE; Inovações Educacionais - contrapartida - Livre	Convênios Ações Educativas Complementares - FNDE - RVE 15 ; Convênio para Atendimento à Educação - FNDE - RVE 15; Convênio de Ensino Fundamental - FNDE - RVE 15; Convênio de Educação Especial – FNDE - RVE 15; Convênio ampliação de unidades escolares FNDE - Arnaldo Busato; Luís Nichele e Generoso Salustiano Barbosa - FNDE - RVE 15; Convênio construção unidades escolares - FNDE - Iguazu - FNDE - RVE 15.	Convênio CADI - Livre; Convênios: Construção e reforma de Unidades Educacionais - Educ 25%.
Pinhais	Realizar convênios com esferas do Governo Federal, Estadual, de iniciativa privada e Órgãos Internacionais.	Celebrar convênios com entidades governamentais e não-governamentais, visando à obtenção de recursos para a concretização de projetos voltados à educação - 10 convênios;		
São José dos Pinhais	Manter convênios com Universidades;		Manter e firmar convênios com instituições privadas e nas diversas esferas de governo.	Manter e firmar convênios com instituições privadas e públicas nas diversas esferas de Governo.

Quadro 21: Metas da categoria convênios para o Ensino Fundamental e a Educação Infantil.
Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Araucária		Realizar formação continuada para profissionais do Ensino Fundamental Municipal – 456 Horas; Manter estrutura humana para as Unidades de Ensino Fundamental – 1500 Funcionários.		Realizar formação continuada para profissionais do ensino fundamental e Conselheiros da Rede Municipal - 450 Horas; Implantar e manter o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Integrantes do Quadro Próprio do Magistério da Rede Pública de Ensino do Município de Araucária que atuam no Ensino Fundamental - 920 Profissionais; Manter e prover recursos humanos para as escolas municipais de ensino fundamental - 1.495 Funcionários; Manter oportunidades, através de estágio, a estudantes do ensino médio e superior nas unidades da coordenação geral e do ensino fundamental - 46 Estagiários.
Campina Grande do Sul	Executar programa de treinamento e aperfeiçoamento profissional dos servidores da educação; Planejar, executar e supervisionar a ação do Município em relação ao EF, proporcionando os equipamentos e os recursos materiais e humanos indispensáveis a sua oferta regular, compatível com as necessidades da clientela escolar do Município.	Assegurar a qualificação dos profissionais da Educação, e servidores da rede de ensino, na forma da legislação aplicada, inclusive por meio de convênios com instituições de ensino superior - 350 profissionais; Fortalecer a Política de Valorização dos Profissionais da Educação, mantendo e atualizando o Plano de Carreira, cargos e salários do Magistério municipal.		
Campo Largo		Assegurar a qualificação dos profissionais da Educação, e servidores da rede de ensino, na forma da legislação aplicada - Fortalecer a Política de Valorização dos Profissionais da Educação, mantendo e atualizando o Plano de Carreira, cargos e salários do Magistério municipal.	Assegurar a formação continuada aos profissionais da Educação na forma da legislação aplicada; Fortalecer a política de valorização dos Profissionais da Educação mantendo e atualizando o Plano de Carreira, Cargos e Salários do Magistério Municipal.	Assegurar a formação continuada aos profissionais da educação na forma da legislação aplicada.
Campo Magro	Planejar, executar e supervisionar a ação do Município em relação ao Ensino Fundamental, proporcionando os equipamentos e os recursos materiais e humanos indispensáveis a sua oferta regular, compatível com as necessidades da clientela escolar do Município.	Convocar servidores necessários para prover cargos - 10 servidores; Promover os avanços do plano de cargos do magistério; Disponibilizar viagem de estudos para professores - 30; Capacitação de servidores - 160 professores; 15 administrativos¹.		Manutenção da folha de pagamento da educação básica - Fonte 103; Manutenção da folha de pagamento da educação básica - Fonte 104².
Colombo		Adequação do plano de cargos e salários; Capacitação dos profissionais do magistério - 1.790 profissionais; Capacitar profissionais para atendimento nos laboratórios - 130 servidores - Salário Educação; Contratar servidor -150.	Capacitar profissionais do magistério - 1100; Capacitar profissionais para atendimento nos laboratórios - 130 servidores - Salário Educação; Contratar servidor -170.	Capacitar profissionais do magistério - 1100; Capacitar profissionais para atendimento nos laboratórios- 130 - Salário Educação; Contratar servidor -180.
Curitiba		Implementar a Semana de Estudos Pedagógicos da Secretaria Municipal da Educação - SME e dos equipamentos da Rede Municipal de Ensino - RME, vinculados ao Ensino Fundamental, como parte do Programa de Qualificação e Desenvolvimento Profissional; Criar Programa de Estágios em nível médio nos turnos da manhã e tarde, nos Laboratórios de Informática das escolas da Rede Municipal de Ensino - RME - 167 escolas.	Capacitar profissionais, mantendo programas de qualificação e desenvolvimento profissional nas áreas pedagógicas, técnicas e gerenciais - 9.000; Qualificar os profissionais do EF, de acordo com as diretrizes curriculares - 9.000; Realizar cursos de especialização para os servidores do EF – 3.	Promoção da assistência geral ao servidor, conforme legislação em vigor.
Fazenda Rio Grande		Manutenção da folha FUNDEF 60% - 12 meses - FUNDEF; Manutenção da Folha FUNDEF 40% - 12 meses – FUNDEF.	Manutenção da Folha - Ensino Fundamental - RVE 15; Manutenção da folha - FUNDEF 60%; Manutenção da Folha - FUNDEF 40%.	

Pinhais	Promover a capacitação dos diretores das escolas em Gestão Escolar.	Fortalecer a política de valorização dos profissionais da Educação mantendo o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal; Oportunizar a participação dos profissionais do Ensino Fundamental em cursos, seminários, congressos e missões de estudo, locais e nacionais; Ampliar o quadro funcional para atender a expansão da demanda.	Implementar programa de capacitação na área pedagógica, técnica e gerencial, por meio de cursos, seminários, congressos e missões de estudo – 520; Manutenção e ampliação do quadro funcional para atender a demanda do EF - 470.	Manter o programa de capacitação dos profissionais da Rede Municipal de Ensino.
Piraquara		Ampliar o quadro de pessoal para atendimento do crescimento da demanda – 150.	Ampliar o quadro de pessoal para atendimento do crescimento da demanda - rede escolar – 150.	Ampliar o quadro de pessoal para atendimento do crescimento da demanda – 150.
Quatro Barras	Executar programa de treinamento e aperfeiçoamento profissional dos servidores da educação; Planejar, executar e supervisionar a ação do Município em relação ao Ensino Fundamental, proporcionando os equipamentos e os recursos materiais humanos indispensáveis a sua oferta regular, compatível com as necessidades da clientela escolar do Município.	Manter programas de capacitação continuada para profissionais da educação por meio de cursos, seminários e congressos; Convênios com faculdades para pagamento de bolsas aos profissionais da educação, conforme lei do PAPE - 50 bolsas/ano.	Ações para Capacitação Continuada dos Profissionais da Educação - 320 profissionais capacitados; Ações para Manutenção e Valorização do Magistério – FUNDEB 60% ³ .	Ações para capacitação continuada dos profissionais da educação - 312 profissionais; Ações para Manutenção e Valorização do Magistério - FUNDEB 60%.
São José dos Pinhais		Garantir o quadro de profissionais nas escolas para atendimento dos programas e subprogramas (alfabetização, PAED - Programa de Ação Educacional e Ensino de Língua estrangeira) - 30.295 crianças atendidas.		

Quadro 22: Dados da categoria profissionais da educação para o Ensino Fundamental.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2005 para Campo Magro.

² Dados referentes à LDO 2008 para Campo Magro.

³ Dados referentes à LDO 2008 para Quatro Barras.

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Araucária		Realizar formação continuada para profissionais das Unidades de Educação Infantil – 134 Horas; Garantir recursos humanos para novas Unidades de Educação Infantil – 30 Funcionários; Manter estrutura humana para as Unidades de Educação Infantil - 450 Funcionários; Ampliar Recursos Humanos nas Unidades de Educação Infantil – 50 Funcionários.		Realizar formação continuada para profissionais das unidades de educação infantil - 112 Horas; Implantar e manter o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Integrantes do Quadro Próprio do Magistério da Rede Pública de Ensino do Município de Araucária que atuam na Educação Infantil - 85 Profissionais; Manter e prover recursos humanos para as unidades de educação infantil - 464 Funcionários; Manter oportunidades, através de estágio, a estudantes do ensino médio e superior nas unidades da educação infantil - 102 Estagiários..
Campina Grande do Sul	Manter e ampliar a EI na rede de ensino proporcionando os recursos materiais e humanos indispensáveis ao seu regular funcionamento	Assegurar a qualificação dos profissionais da EI, e servidores da rede de ensino, na forma da legislação aplicada - 120 profissionais; Fortalecer a Política de Valorização dos Profissionais da EI, mantendo e atualizando o Plano de Carreira, cargos e salários.		
Campo Largo		Assegurar a qualificação dos profissionais da Educação, e servidores da rede de ensino, na forma da legislação aplicada; Fortalecer a Política de Valorização dos Profissionais da Educação Infantil, mantendo e atualizando o Plano de Carreira, cargos e salários pessoal.	Elaborar e Implantar Plano de Carreira, Cargos e Salários para profissionais da Educação Infantil; Assegurar a formação continuada aos profissionais da Educação Infantil, na forma da legislação aplicada.	Assegurar a formação continuada aos profissionais da Educação Infantil, na forma da legislação aplicada.
Campo Magro	Manter o atendimento pré-escolar na rede de ensino, proporcionando os equipamentos e os recursos materiais e humanos indispensáveis ao seu regular funcionamento.			
Colombo		Capacitar profissionais que atuam na educação infantil – 520; Contratar servidores-150. .	Capacitar profissionais que atuam na educação infantil – 520; Contratar servidores-100.	Capacitar profissionais que atuam na educação infantil – 540; Contratar servidores- 50.
Curitiba		Manter ações de incentivo à escolarização dos educadores do ensino infantil - 150 educadores; Manter ações de escolarização do ensino médio, para os servidores dos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs.	Formar educadores na área de magistério em nível médio - 900; Qualificar profissionais da EI - 3.500; Promover viagens para a participação em cursos, fóruns, seminários e congressos para profissionais da EI - 10 viagens promovidas; Realizar curso de especialização para os servidores da EI.	Promoção da assistência geral ao servidor, conforme legislação em vigor.
Fazenda Rio Grande		Manutenção da folha - Ensino Infantil - 12 meses - RVE 10.	Manutenção da folha - Ensino Infantil - RVE 10.	
Pinhais		Oportunizar a participação dos profissionais da Educação Infantil em cursos, seminários, congressos e missões de estudo, locais e nacionais; Ampliar o quadro de pessoal em função do aumento da demanda nos CMEIs.	Implementar programa de capacitação profissional nas áreas pedagógicas, técnica e tecnológicas; Manutenção e ampliação do quadro funcional para viabilizar atendimento – 180.	Manter o Programa de Capacitação dos Profissionais da Educação Infantil.
Piraquara		Ampliar o efetivo de pessoal para atendimento da manutenção dos centros de educação infantil – 100.	Ampliar o efetivo de pessoal para atendimento da manutenção dos centros de educação infantil – 100.	Ampliar o efetivo de pessoal para atendimento da manutenção dos centros de educação infantil – 100.
Quatro Barras	Manter e ampliar a EI na rede de ensino, proporcionando os recursos materiais e humanos indispensáveis ao seu regular funcionamento.			

Quadro 23: Metas da categoria profissionais da educação para a Educação Infantil.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Almirante Tamandaré	Criar mecanismos de aprendizagem contínua para aperfeiçoamento permanente de práticas que estimulem a capacitação de profissionais de educação;			
Araucária	Viabilizar a participação em cursos, congressos, seminários aos profissionais técnicos, administrativos e pedagógicos da educação; Manter atendimento aos alunos matriculados na rede municipal com recursos humanos adequados e em número suficiente, com material pedagógico, espaços físicos readequados e merenda escolar.		Realizar formação continuada aos profissionais e conselheiros da Rede Municipal de Ensino – 630 Horas; Fornecer vale-transporte para os profissionais da Rede Municipal de Ensino e usuários de transporte coletivo - 240.000 Vales-transportes; Prover servidores para funcionamento dos órgãos da Rede Municipal de Ensino – 2.400 Servidores; Oferecer oportunidades, através de estágio, a estudantes do Ensino Médio e Superior – 180 Estagiários.	
Campo Largo	Dar continuidade à promoção de cursos de capacitação aos integrantes do Magistério Municipal.			
Campo Magro	Proporcionar oportunidade de treinamento e aperfeiçoamento profissional ao corpo docente do magistério municipal, visando à melhoria da qualidade do ensino ministrado nos estabelecimentos escolares; Manter programas de treinamento profissional.	Capacitar merendeiras - 3 profissionais¹.	Capacitação/treinamento de pessoal - 200 pessoas.	Manutenção da folha de pagamento - FUNDEB - Fonte 101; Manutenção da folha de pagamento - FUNDEB - Fonte 102; Manutenção da folha de pagamento da educação básica - Recursos Livres².
Curitiba	Manutenção do Programa de Capacitação Profissional.	Implementar melhorias das condições do processo de ensino e aprendizagem dos alunos da Rede Municipal de Ensino - RME, mantendo programas de qualificação e desenvolvimento profissional nas áreas pedagógicas, técnicas e gerenciais, por meio de cursos, seminários, congressos e missões de estudos locais, nacionais e internacionais; Manter ações de capacitação, qualificação e desenvolvimento dos profissionais que atuam nas unidades de ensino fundamental e de educação infantil, como parte do Programa de Qualificação e Desenvolvimento Profissional da Rede Municipal de Ensino - RME, incentivando-os à escolarização, através da TV-Professor, Universidade Eletrônica e da modalidade de Educação à Distância; Manter a TV-Professor como parte do Programa de Qualificação e Desenvolvimento Profissional da Rede Municipal de Ensino - RME, na produção de projetos audiovisuais; Garantir aos servidores do ensino fundamental e da educação infantil, o acesso aos programas específicos de saúde, necessários ao exercício de sua função; Fortalecer a Política de Valorização dos Profissionais da Educação, mantendo o Plano de Carreiras, Cargos e Salários - PCCS do Magistério.	Capacitar profissionais com a formação em curso normal superior - 200; Realizar procedimentos específicos de transição, crescimento horizontal e vertical - 3; Manter e implementar a Política de Desenvolvimento de Remuneração Variável; Manter o benefício de auxílio-transporte aos servidores, conforme legislação em vigor; Manter o Sistema de Alimentação para os Servidores Públicos do Município de Curitiba – SASP; Disponibilizar bolsas para o Projeto Escola e Universidade - 2.700; Contratar estagiários de nível médio para prestar atendimento e suporte nos Laboratórios de Informática - 340; Expandir o quadro de pessoal.	
Fazenda Rio Grande	Gerência Recursos Humanos - Educação FUNDEF 60% - 12 meses - FUNDEF; Gerência de Recursos Humanos Educação FUNDEF 40% - 12 meses - FUNDEF; Gerência Recursos Humanos Educação - 12 meses - recursos próprios; Programa de Treinamento e Capacitação Educação - 300 cursos - recursos próprios; Plano de Carreira da Educação - recursos próprios³.			Manutenção da Folha - FUNDEB 60%.

Pinhais	Melhorar as condições de trabalho dos profissionais de educação, que assegure seu compromisso com a produtividade do sistema garantindo-lhes ganhos reais de salário, a recuperação de sua dignidade profissional e o reconhecimento público de sua função social; Viabilizar aos professores da Rede Municipal de Ensino Habilitação específica em nível de graduação em conformidade a LDB (Leis das Diretrizes e Bases) 9394/96; Garantir jornada de trabalho para docentes incluído obrigatoriamente além das horas/ aulas, hora atividade; Criar centro para capacitação dos profissionais e de incentivo a estudos a pesquisas científicas, que propiciem os avanços necessários na Educação; Qualificar os professores da Rede de Ensino no sentido de se familiarizarem com a nova proposta, conferindo-lhes autonomia na condução do trabalho pedagógico escolar tendo por referência o Plano Curricular do Município; Ampliar o quadro da Secretaria Municipal de Educação através de concurso público	Manter o programa de capacitação continuada nas áreas pedagógica, gerenciais administrativas e tecnológica.	Implementar o programa de capacitação profissional nas áreas técnicas, gerencial e tecnológica; Manutenção e ampliação do quadro funcional para atendimento da expansão da demanda – 820.	
Piraquara	Treinamento de professores no sentido de melhorar a capacitação profissional.	Viabilizar a formação continuada e capacitação de professores - 500; Ampliar o programa de formação continuada dos trabalhadores da educação; Subsidiar bolsa de estudos para os professores que cursam o ensino superior, dentro da área de sua atuação.	Viabilizar a formação continuada e capacitação de professores - 500; Ampliar o programa de formação continuada dos trabalhadores da educação; Subsidiar bolsa de estudos para os professores que cursam o ensino superior, dentro da área de sua atuação.	Viabilizar a formação continuada e capacitação de professores - 500; Ampliar o programa de formação continuada dos trabalhadores da educação; Subsidiar bolsa de estudos para os professores que cursam o ensino superior, dentro da área de sua atuação.
São José dos Pinhais	Manter programa de capacitação e desenvolvimento do corpo docente da rede municipal; Promover a capacitação de secretários escolares e assistentes administrativos da rede municipal; Promover cursos de capacitação para merendeiras.	Fortalecer a rede municipal de ensino para assegurar a qualidade da EI, da Educação Especial e EF, visando à implantação de uma política educacional eficaz - programa de capacitação - global; Capacitar os dirigentes escolares - 120 diretores; Manter auxílio alimentação aos servidores da secretaria – global.	Capacitar os profissionais da educação - 10 atividades; Manter o auxílio refeição aos servidores - 2.533; Manter o quadro de servidores da Secretaria - 2.533; Manter o quadro de estagiários da Secretaria - 300 estagiários; Garantir o Quadro de Profissionais na rede pública municipal de ensino.	Capacitar os profissionais da Secretaria - 10 atividades; Manter o benefício de Auxílio-Alimentação aos servidores da Secretaria; Manter o benefício de Auxílio-Transporte aos servidores da Secretaria; Manter o quadro de servidores da Secretaria - 2.680; Manter o quadro de estagiários da Secretaria - 300.

Quadro 24: Metas da categoria profissionais da educação para o Ensino Fundamental e a Educação Infantil.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2005 para Campo Magro.

² Dados referentes à LDO 2008 para Campo Magro.

³ Dados referentes à LDO 2002 para Fazenda Rio Grande.

MATERIAIS DIDÁTICOS E AFINS - ENSINO FUNDAMENTAL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Campina Grande do Sul		Adquirir, produzir, reproduzir e distribuir material didático e de apoio pedagógico para alunos e professores, inclusive EJA - 6.500 Kits Escolares.		
Campo Largo		Adquirir, produzir, reproduzir e distribuir material didático e de apoio pedagógico para alunos e professores, inclusive EJA.	Adquirir, produzir, reproduzir e distribuir material didático e de apoio pedagógico para alunos e professores da rede; Manter e atualizar o acervo bibliográfico para biblioteca do professor. Atualizar o acervo bibliográfico para as Escolas Municipais.	Adquirir, produzir, reproduzir e distribuir material didático e de apoio pedagógico para as unidades educacionais do município.
Campo Magro		Fornecer material escolar aos alunos - 2300 kit-material; Adquirir acervo de literatura infantil para sala de leitura das escolas – 8.000 livros ¹ .	Ampliar o acervo das bibliotecas das Escolas (literatura infantil) – 2.000 – livros.	
Colombo		Adquirir material didático pedagógico; Adquirir e distribuir material escolar e uniformes - 20.000 alunos; Adquirir material didático Língua Estrangeira - Salário Educação.	Adquirir material didático pedagógico; Adquirir e distribuir material escolar e uniformes -19.500; Adquirir material didático Língua Estrangeira - Salário Educação.	Adquirir material didático pedagógico; Adquirir e distribuir material escolar e uniformes – 21.500; Adquirir material didático Língua Estrangeira - Salário Educação.
Curitiba			Produzir e reproduzir vídeos de programação audiovisual, realizada pela TV-Professor, para o EF – 50; Manter, ampliar e equipar as bibliotecas escolares, com acervo bibliográfico – 78.	
Pinhais		Adquirir material pedagógico voltado à pesquisa e inovação; Ampliar o acervo de softwares educativos; Adquirir equipamentos e materiais pedagógicos necessários funcionamento das unidades escolares - 21; Ampliar o acervo das bibliotecas escolares e biblioteca da sede SEMED - 10.000 Títulos.		
Piraquara		Manter e equipar as bibliotecas escolares, por meio da revitalização do acervo.	Manter e equipar as bibliotecas escolares, por meio da revitalização do acervo.	Manter e equipar as bibliotecas escolares, por meio da revitalização do acervo.

Quadro 25: Metas da categoria materiais didáticos e afins para o Ensino Fundamental.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2005 para Campo Magro.

MATERIAIS DIDÁTICOS E AFINS - EDUCAÇÃO INFANTIL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Campina Grande do Sul		Adquirir, produzir, reproduzir e distribuir material didático e de apoio pedagógico para alunos da EI - 1.600 Kits escolares.		
Campo Largo		Adquirir, produzir, reproduzir e distribuir material didático e de apoio pedagógico para alunos e professores da Educação Infantil.	Adquirir, produzir, reproduzir e distribuir material didático e de apoio pedagógico para alunos e professores da Educação Infantil.	Adquirir, produzir, reproduzir e distribuir material didático e de apoio pedagógico para as unidades educacionais do Município.
Colombo		Adquirir material didático pedagógico – 7.800; Adquirir e distribuir material escolar e uniformes – 7.800.	Adquirir material didático pedagógico - 7.800; Adquirir e distribuir material escolar e uniformes – 7.800.	Adquirir material didático pedagógico – 7.800; Adquirir e distribuir material escolar e uniformes -7.800.
Curitiba			Produzir e reproduzir vídeos de programação audiovisual, realizada pela TV-Professor, para a EI – 30.	
Pinhais		Adquirir para a rede pública de Educação Infantil materiais didático-pedagógicos necessários para a modernização e desenvolvimento das atividades educativas - 14 CMEIs; Produzir e reproduzir materiais didático-pedagógicos de apoio às atividades educativas dos CMEIs.	Aquisição, produção e reprodução de materiais didático pedagógicos para apoio ao processo educativo.	

Quadro 26: Metas para a categoria materiais didáticos e afins para a Educação Infantil.

Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

MATERIAIS DIDÁTICOS E AFINS – ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL				
	LDO 2001	LDO 2006	LDO 2007	LDO 2009
Araucária	Construir, equipar, ampliar e manter o acervo da videoteca, da <i>slideoteca</i> , bibliotecas escolares e bibliotecas públicas municipais; Realizar assinaturas de periódicos e revistas especializadas em educação; Adquirir livros técnicos paradidáticos.	Fornecer material de distribuição gratuita aos alunos da Rede Municipal de Educação de Araucária.	Fornecer material de distribuição gratuita aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Araucária; Adquirir prêmios, medalhas e troféus para a Rede Municipal de Ensino; Manter assinatura de periódicos – 20.	Distribuir material gratuito aos alunos da rede municipal de educação de Araucária - 20.000 Materiais.
Campo Magro			Fornecimento de Material Escolar – 3.200 alunos.	
Curitiba		Produzir e reproduzir materiais didático-pedagógicos e administrativos para apoiar as atividades educacionais.	Manter o sistema de reprodução gráfica de material educacional.	
Fazenda Rio Grande	Material de consumo - didático-pedagógico - 25 escolas - recursos próprio; Impressos gráficos - 25 escolas - recursos próprios ¹ .			
Pinhais	Criar mecanismos para a produção de material didático, paradidáticos e pedagógicos de qualidade para alunos e professores; Ampliar os recursos tecnológicos: imagem- som informática, bem como materiais didáticos acervos bibliográficos, técnicos e de literatura, materiais pedagógicos específicos entre outros; Fornecer material básico para as escolas municipais em todas as suas modalidades de ensino.	Ampliar o acervo da videoteca das unidades da rede Municipal de Educação; Ampliar o acervo de publicações para as áreas técnica e gerencial - 40 revistas /periódicos; Manter o Programa de distribuição de material escolar para alunos da rede Municipal de Educação.		Adquirir acervo bibliográfico para as unidades de Ensino Municipal.
Piraquara		Fornecer uniformes e mochilas escolares para os alunos do ensino fundamental e CMEIs.	Fornecer uniformes e mochilas escolares para os alunos do ensino fundamental e CMEIs.	
São José dos Pinhais	Adquirir materiais pedagógicos e jogos; Manter aquisição de material didático; Implementar a biblioteca e videoteca do professor.		Adquirir uniformes escolares - 30.000; Adquirir materiais didáticos para as Escolas e CMEIs - 30.000.	Adquirir material didático para as Escolas e CMEIs - 30000; Adquirir mochilas escolares para os alunos da Rede Municipal de Ensino - 30000; Adquirir uniformes escolares para os alunos da Rede Pública Municipal de Ensino – 30000.

Quadro 27: Metas da categoria materiais didáticos e afins para o Ensino Fundamental e a Educação Infantil.
Fonte: LDOs dos municípios, dados tabulados pela autora.

¹ Dados referentes à LDO 2002 para Fazenda Rio Grande.